



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

MARCELA HERÁCLIO BEZERRA

MULHERES (DES) COBERTAS, HISTÓRIAS REVELADAS
RELAÇÕES DE TRABALHO, PRÁTICAS COTIDIANAS E LUTAS POLÍTICAS DAS
TRABALHADORAS CANAVIEIRAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO
(1980-1988)

Recife

2012

MARCELA HERÁCLIO BEZERRA

MULHERES (DES) COBERTAS, HISTÓRIAS REVELADAS
RELAÇÕES DE TRABALHO, PRÁTICAS COTIDIANAS E LUTAS POLÍTICAS DAS
TRABALHADORAS CANAVIEIRAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO
(1980-1988)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Recife

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B574m Bezerra, Marcela Heráclio.
Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas : relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988) / Marcela Heráclio Bezerra. – Recife: O autor, 2012.
234 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. História. 2. Trabalhadoras rurais – Cana de açúcar. 3. Mulheres – Trabalho. 4. Condições econômicas. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-142)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA MARCELA HERÁCLIO BEZERRA
Às 9h do dia 30 (trinta) de agosto de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Marcela Heráclio Bezerra** intitulada “**MULHERES VISÍVEIS: RELAÇÕES DE TRABALHO, LUTAS POLÍTICAS E COTIDIANO DAS TRABALHADORAS CANAVIEIRAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Christine Paulette Yves Rufino Dabat (orientadora), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Lucinda Maria da Rocha Macedo. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 30 de agosto de 2012.

Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Profª. Drª. Lucinda Maria da Rocha Macedo

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

AGRADECIMENTOS

No momento de conclusão da pesquisa devemos reconhecer e agradecer àqueles que incentivaram e contribuíram para a realização do trabalho.

Agradeço à professora Christine Dabat, por todos os momentos compartilhados, desde a minha acolhida até o presente. A dedicação constante e o apreço ao rigor metodológico mostraram, por diversas vezes, o valor do nosso trabalho e os melhores caminhos a ser percorridos para a realização da pesquisa.

À professora Socorro Abreu, agradeço pelas esclarecedoras discussões, os conselhos e abraços oferecidos desde o tempo da graduação, à leitura precisa dos textos e a disponibilidade ao longo da pesquisa, sobretudo nas bancas de qualificação e de defesa.

À professora Lucinda Macedo, pela leitura do trabalho e participação na banca de defesa. Ao professor José Bento, pela contribuição como suplente.

Ao professor Denis Bernardes, (*in memoriam*) por mostrar-me que o nosso trabalho deve ser, ao mesmo tempo, rigoroso e apaixonante.

Aos colegas do curso de Mestrado, Fred, Pedro, Rafael, Jannaira, Anderson, Airton (juntos até nos meus agradecimentos) Alexandre, Lívia, José Marcelo, Edmundo, Hugo, Felipe, Lúcio e Magno, pelos momentos felizes compartilhados.

Às canavieiras e demais pessoas entrevistadas, sem as quais seria impossível realizar o trabalho, agradeço-lhes pela disponibilidade, pela generosidade em compartilhar suas memórias e pela perseverança em viver a contrapelo das condições que lhes foram oferecidas.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e do Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho e do Centro das Mulheres do Cabo, pelo acesso à documentação e pela educação e eficiência em ajudar, aspectos imprescindíveis para a realização da pesquisa documental.

Ao Programa de Pós-Graduação de História da UFPE por oportunizar a continuação de minha trajetória acadêmica. Ao CNPq, pela bolsa de incentivo à pesquisa. À Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, pela licença para a conclusão do Mestrado.

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo ao longo do trabalho e pela compreensão nos momentos de ausência.

À minha mãe, Roseana Heráclio pelo carinho e apoio de toda uma vida.

A Rodrigo Carrapatoso, companheiro de muitos momentos.

Eu fui ao trabalho fazer minha tarefa
O cabo me falou que não aceitava resto
Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei
Não suportei a fome e um restinho eu deixei
Quando foi no outro dia voltei para trabalhar
O cabo me falou que a conta não ia butar
Eu discuti, discuti, discuti
No final da semana a tarefa eu recebi
Cuidado companheira procure se organizar
Os patrões tão aí doidinho pra lhe roubar.

(Santina Tertunila de Belo, líder de movimentos de trabalhadoras rurais).

RESUMO

As trabalhadoras canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco, desde a tenra infância, foram obrigadas a sobreviver em miseráveis condições de vida e degradantes relações de trabalho inerentes ao sistema agrícola implantada na região desde os tempos de Duarte Coelho. A lógica da produção canavieira, fundamentada na tríade latifúndio, monocultura do açúcar e exploração da mão-de-obra, imprimia às mulheres canavieiras, assim como os demais trabalhadores, à exploração extensiva das classes patronais. Para as trabalhadoras, a exploração de classe somava-se à opressão de gênero, recaindo sob elas, a dupla ou tripla jornada de trabalho. A partir do reconhecimento e da valorização das mulheres canavieiras como partícipes da classe trabalhadora, característica nem sempre considerada pela historiografia relativa aos movimentos sociais no campo, a presente pesquisa buscou dar visibilidade histórica às trabalhadoras canavieiras, através da reflexão acerca das práticas políticas e das relações estabelecidas por elas nos distintos âmbitos de atuação social, ao longo do decênio de 1980. Ao problematizar a presença ou a ausência das mulheres canavieiras nos diferentes espaços de sociabilidade, analisou-se 3.074 fichas de trabalhadores associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, entre os anos de 1963 e 1989, os documentos produzidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e pelo Centro das Mulheres do Cabo. Realizou-se também um estudo pormenorizado dos 525 processos trabalhistas impetrados na 1ª Junta de Conciliação Justiça do Cabo de Santo Agostinho, de 1980 a 1985 e das 15 entrevistas realizadas com trabalhadores canavieiros, assessores sindicais e líderes de movimentos sociais. Longe de constituírem-se como apêndices históricos, constatou-se: o protagonismo das trabalhadoras canavieiras no ambiente do trabalho assalariado e no espaço doméstico; o gradativo aumento da participação feminina nas campanhas salariais e nos movimentos sindicais e de mulheres trabalhadoras rurais; a presença das trabalhadoras canavieiras na Justiça do Trabalho através dos processos trabalhistas que reivindicam o cumprimento dos direitos conquistados através das Convenções e Dissídios Coletivos. Ao eleger como objeto de estudo as relações de trabalho, as lutas políticas e os embates travados no cotidiano das trabalhadoras canavieiras da zona da Mata Sul de Pernambuco, ao longo da década de 1980, visa-se dar visibilidade histórica a sujeitos pouco contemplados pela historiografia - as mulheres canavieiras - sem os quais, torna-se incompleta qualquer análise sobre a história dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco bem como da classe trabalhadora rural brasileira como um todo.

Palavras-chave: Trabalhadoras canavieiras. Zona da Mata de Pernambuco. Exploração de classe. Opressão de gênero. Relações de trabalho. Condições de vida.

ABSTRACT

The sugar cane female workers in Zona da Mata Sul, in Pernambuco, from early childhood, were forced to live in conditions and degrading working relationships inherent to the agricultural system deployed in the region since the time of Duarte Coelho. The logic of sugar cane production, based on the triad land property, sugar cane monoculture and employees exploitation, put the female sugar cane workers, as well as other workers, under extensive exploitation of the employers. For the female workers, class exploitation was added up to gender oppression, falling on them, the double or triple works shift. From the recognition and appreciation of female sugar cane workers as participants of the working class, a feature not always considered by the historiography on social movements in the field, this research sought to give historic visibility to the female sugar cane workers, through the reflection of political practices and relations established by them in various fields of social work throughout the decade of 1980. By questioning the presence or absence of women as sugar cane workers in different spaces of sociability, it was analyzed 3.074 records of workers associated with the Rural Workers Union of Cabo de Santo Agostinho, between the years 1963 and 1989, the documents produced by the Federation of Agriculture Workers in Pernambuco and the Women's Center of Cabo. It was also performed a detailed study of 525 labor claims filed in interviews with sugar cane workers, advisors and union leaders of social movements. Far from constituting themselves as historical appendices, it was identified: the role of sugar cane female workers employed in the workplaces and in the house atmosphere; the steady increase of female participation in wage campaigns and trade union movements and rural women workers; the presence of sugar cane female workers in the labor courts through labor lawsuits that claim the fulfillment of the rights won through collective bargaining agreements and conventions. By choosing as the subjective of study labor relations, political struggles and battles fought daily by sugar cane female workers of Zona da Mata of Pernambuco throughout the 1980s, aims to give visibility to historical subjects less covered by the historiography - female sugar cane workers - without which, it is incomplete any analyses of the history of sugar cane workers in Pernambuco as well as the Brazilian rural working class as a whole.

Keywords: Cane female workers; Zona da Mata of Pernambuco; Exploitation class; Gender oppression; Labor relations; Living conditions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 -	Em Paudalho, mulheres trabalhadoras votam a favor da continuação da greve	53
QUADRO 1 -	Composição das diretorias eleitas no sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho (1966-1988)	56
FIGURA 1 -	Ficha de Inscrição do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho	59
MAPA 1 -	Mapa do local de residência das canavieiras associadas ao sindicato do Cabo entre os anos de 1963 e 1989	72
MAPA 2 -	Mapa da distribuição da oferta de serviço de saúde e do quantitativo de leitos na Região da Zona da Mata de Pernambuco na década de 1970	82
FIGURA 2 -	Petição inicial do processo de ação de cumprimento do Dissídio Coletivo 36/80	89
QUADRO 2 -	Tarefas realizadas pelas trabalhadoras canavieiras	104
QUADRO 3 -	Levantamento das campanhas salariais dos canavieiros de Pernambuco	147
CARTAZ 1 -	Cartaz da campanha salarial unificada dos trabalhadores canavieiros do Nordeste	172
FOTO 2 -	Frente de Emergência durante a seca de 1983	181
CARTAZ 2 -	Cartaz do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central em 1984	182
FIGURA 3 -	Resoluções do 4º Congresso da Contag para as trabalhadoras rurais em 1985	184
FIGURA 4 -	Relatório do 1ª Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco em 1986	187
FIGURA 5 -	Relatório do 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco em 1987	198

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	Variação no número de inscrições das trabalhadoras e trabalhadores canavieiros no sindicato do Cabo de Santo Agostinho (1963- 1989)	60
GRÁFICO 2 -	Número de inscrições femininas realizadas no sindicato dos trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho (1963- 1979)	61
GRÁFICO 3 -	Número de associações masculinas e femininas observadas no sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho ao longo do decênio de 1980	62
GRÁFICO 4 -	Discriminação das ações trabalhistas impetradas pelos trabalhadores na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise realizada com 525 processos	161
GRÁFICO 5 -	Ações trabalhistas impetradas por trabalhadores e trabalhadoras canavieiros na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise realizada com 269 processos	162
GRÁFICO 6 -	Relação dos direitos reclamados pelas canavieiras na 1ª JCI do Cabo de Santo Agostinho (1980 e 1985) – Análise realizada com 101 processos	164
GRÁFICO 7 -	Ações trabalhistas impetradas pelas canavieiras na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985) – Análise realizada com 101 processos	165
GRÁFICO 8 -	Percentual de ganho das canavieiras nos processos conciliados e julgados pela 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985) – Análise realizada com 73 processos	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Idade de sindicalização das trabalhadoras canavieiras no sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho	64
TABELA 2 -	Tempo de sindicalização das trabalhadoras canavieiras no sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho	66
TABELA 3 -	Localização da residência das trabalhadoras canavieiras associadas ao sindicato do Cabo entre os anos de 1963 e 1979	69
TABELA 4 -	Localização da residência das trabalhadoras canavieiras associadas ao sindicato do Cabo na década de 1980	70

LISTA DE SIGLAS

ACR	Associação de Cristãos no Meio Rural
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIAM	Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICNND	Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INPC	Índice Nacional de Preços para o Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
JCJ	Juntas de Conciliação e Julgamento
MDB	Movimento Democrático Nacional
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
STRS	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I.I A mulher como objeto da História	13
I.II A história das trabalhadoras canavieiras	18
I.III Metodologia da pesquisa e estrutura do trabalho	24
CAPÍTULO 1 - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO NA ESTEIRA DO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	30
1.1 Prelúdio sobre a mobilização canvieira nas décadas de 1950 e 1960	30
1.2 Breve história do contexto brasileiro nas décadas de 1960 e 1970	37
1.2.1 A luta democrática e os movimentos sociais: a reconquista dos espaços políticos	43
1.2.2 A luta pela Anistia	48
1.3 Os canvieiros na cena política: a retomada das mobilizações trabalhistas	51
1.3.1 A Greve de 1979	52
1.4 Breve história do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho	55
1.4.1 Caracterização dos trabalhadores canvieiros associados ao Sindicato do Cabo de Santo Agostinho	59
1.4.2 Tempo de associação e idade das trabalhadoras canvieiras	64
1.4.3 Localização das residências das trabalhadoras canvieiras associadas ao Sindicato do Cabo	66
CAPÍTULO 2 – MULHERES VISÍVEIS: A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS RURAIS CANVIEIRAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO AO LONGO DO DECÊNIO DE 1980	73
2.1 Condições de vida e de trabalho na zona canvieira	73
2.1.1 Condições de vida	75
2.1.2 Relações de trabalho na região canvieira	92
2.2 A mulher e o trabalho	94
2.2.1 O trabalho feminino na produção canvieira	96
2.2.2 Condição estatutária e jornada de trabalho das mulheres canvieiras	97
2.2.2 Tarefas e remuneração	103
2.2.3 Violência patronal na lavoura canvieira	108
2.2.3.1 <i>A violência nas relações de trabalho</i>	109

2.2.3.2	<i>A violência física</i>	111
2.2.3.3	<i>Assédio moral</i>	113
2.3	O trabalho realizado no ambiente doméstico pelas mulheres canavieiras	117
2.3.1	O trabalho com a preparação da alimentação	117
2.3.2	O trabalho no sítio	120
2.3.3	Trampolinagens no ambiente doméstico: higienização da casa, manutenção do vestuário, produção de utensílios e dos remédios caseiros	123
2.3.4	Intimidade das trabalhadoras canavieiras: “ <i>Per si para si</i> ”	131
	CAPÍTULO 3 – AS TRAJETÓRIAS DE LUTA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS TRABALHADORAS CANAVIEIRAS NOS ANOS 80	140
3.1	A organização das campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros ao longo do decênio de 1980	142
3.1.2	As campanhas salariais dos canavieiros entre os anos de 1980 e 1984	147
3.1.2.1	<i>A luta dos trabalhadores canavieiros pelo cumprimento dos direitos trabalhistas</i>	160
3.1.3	As conquistas das trabalhadoras canavieiras na Nova República (1985-1988)	167
3.2	A participação das mulheres no movimento sindical	175
3.2.1	O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Pernambuco	177
3.2.3	A organização dos movimentos de trabalhadoras rurais canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco	186
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS	199
	LISTA DE ENTREVISTADOS	205
	ACERVOS CONSULTADOS	207
	ANEXOS	208
	APÊNDICES	229

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a trajetória das mulheres canavieiras, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre os anos de 1980 e 1988, encontra-se diretamente relacionado às ações realizadas pelas trabalhadoras em três espaços distintos, mas dialeticamente relacionados: na produção canavieira, nas práticas cotidianas e nas lutas políticas dentro do movimento sindical.

Ao inserir mais esta categoria na análise histórica – as trabalhadoras canavieiras – buscou-se contemplar, na escrita do passado, sujeitos pouco celebrados pela historiografia, mas de vital importância não somente para o enriquecimento da História de Pernambuco, como também para a história da classe trabalhadora rural do Brasil.

A análise sobre as canavieiras tornou-se possível graças às transformações ocorridas no interior da disciplina, à qual passou a reconhecer a categoria “mulheres” tanto como objetos de estudo quanto como autênticos sujeitos da história.

I.1 A mulher como objeto da História

A percepção/compreensão da “mulher” ou das “mulheres” como protagonistas da História desenvolveu-se no bojo das alterações teóricas e metodológicas ocorridas no seio da própria disciplina, sobretudo a partir da década de 1960, com a proeminência da História Social.

A História Social, herdeira do movimento da Escola dos Annales¹, demarcou seu espaço na historiografia, com problemáticas e metodologias próprias, através das abordagens sobre os grupos sociais outrora marginalizados.

¹ O movimento por uma *nouvelle histoire*, liderado pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, institucionalizou-se em 1932, com a fundação da *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. A estratégia de Febvre e Bloch, fundadores/editores da revista, consistia em apropriar-se dos métodos e contribuições das várias ciências sociais e federá-las em torno da história. Entre as principais características desse movimento, destacam-se: “[...] o combate ao historicismo metódico, ou seja, a redução da história ao político, do tempo histórico ao acontecimento de curta duração, da narrativa à crônica relato, das fontes históricas aos documentos escritos e oficiais [...]; o estabelecimento da conectividade entre presente e passado, expressa na proposição da história problema [...]; a concepção de uma história total, globalizante [...]; a crítica ao factualismo, [...] porque o tempo breve, no entendimento dos annalistes, não tinha como explicar as profundezas da história; [...] a ampliação das possibilidades metodológicas, com preferência para métodos qualitativos [...]; a ampliação do conceito de fontes históricas, em decorrência do alargamento do objeto, incorporando documentos não escritos provenientes da estatística, demografia, iconografia, arqueologia, linguística, psicologia, geografia [...]; o alargamento dos campos da história; [...] a visão de história antropocêntrica, humanista: a história é ciência dos homens no tempo (Bloch), mas de todos os homens, os homens anônimos, e não mais os grandes personagens. Para mais, consultar SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA, 2.,

Formulavam-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, ‘as classes, os grupos sociais, as categorias sócio profissionais’, e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais. As relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjuntura e comportamento social definiriam, assim, o campo específico a ser recortado.²

A preocupação de incluir, na pesquisa histórica, grupos sociais – mulheres, escravos, camponeses, operários, até então minimamente estudados, promoveu a ampliação das temáticas, das fontes e dos problemas analíticos. “Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas a condição de objeto e sujeito da história.”³

O florescimento da História das Mulheres também está relacionado ao contexto político da segunda metade do século XX. Neste quartel, mais precisamente a partir da década de 1970, a escrita do passado sob a perspectiva feminina estava imersa ou marcada pela ideologia do movimento feminista.⁴

As historiadoras feministas acreditavam que a inserção das mulheres na análise histórica promoveria uma transformação tanto em relação aos objetos passíveis de estudo, quanto no próprio paradigma da disciplina.

Aprendemos (escreviam três historiadoras feministas) que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história.⁵

Para além de um fazer historiográfico, capaz de incluir as contribuições femininas no âmbito da história, o maior desafio para os historiadores da História das Mulheres consistia em visitar/analisar o passado através de uma compreensão relacional entre homens e mulheres. Buscar explicações históricas sem restrições em relação ao sexo ou aos papéis socialmente construídos por ambos os sujeitos.

2009, João Pessoa. [Anais...]: 80 anos dos Annales: contribuições historiográficas. João Pessoa, PB: UFPB, Programa de Pós-Graduação em História, 2009. Mesa Redonda. p. 9-12.

² CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 80.

³ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, op. cit., p. 399.

⁴ TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 29-62, 1994. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. p. 3.

⁵ GORDON, Ann D.; BUHLE, Mari Jo; DYE, Nancy Shrom. The problem of women's history. In: CAROLL, Berenice (Ed.). *Liberating women's history*. [S.l.]: Urbana Ill, 1976. p. 89 apud SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, 1991. p. 3. Mimeo.

A perspectiva, portanto, seria ultrapassar as ideias de sectarização da disciplina, que atribuíam para História das Mulheres o estudo sobre as sociabilidades ocorridas no interior das famílias ou acerca do feminismo e para os demais âmbitos da disciplina, problemáticas consideradas “mais importantes” como a política e a economia.

A despeito dos esforços das historiadoras (poucos homens inclinaram-se nessa seara do conhecimento), a História das Mulheres não obteve o reconhecimento desejável, encarado, pela maioria dos historiadores, como um acessório, um domínio da História.

O estudo sobre as mulheres difundiu-se precariamente nos currículos acadêmicos de História, visto que os espaços universitários e recursos direcionados para a temática foram escassos. “No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado.”⁶

Contudo, o movimento da História das Mulheres, ao identificar-se com a problemática da invisibilidade histórica feminina, buscou incorporar, uma vez que por mais que estivessem presentes nas trajetórias, suas práticas passavam ao largo da historiografia, não somente os estudos de caráter descritivos, interpretativos, mas também os de natureza analítica, de modo a enriquecer o entendimento sobre o passado, através da visibilidade das mulheres como sujeitos históricos.

Em virtude do fazer eminentemente político e de uma análise abrangente sobre os aspectos do movimento feminista, dos limites impostos pela disciplina e das ações femininas no passado, a construção político-ideológica da escrita da História das Mulheres apresentou-se como um processo dinâmico.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a História das Mulheres caracterizou-se pelo posicionamento político das historiadoras, frente às práticas acadêmicas habituais. As acadêmicas questionavam a posição, supostamente, “apolítica” das associações de historiadores frente às campanhas de reconhecimento dos direitos femininos e problematizavam as noções de representações únicas (homem branco) apregoadas pelos profissionais da história.⁷

As historiadoras feministas defendiam que a vida profissional e o trabalho do historiador estavam, indubitavelmente, imersos em influências políticas, visto que, tanto as

⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, 1991. p. 3. Mimeo.

⁷ Idem. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p. 72-73.

relações de poder, estabelecidas nos centros de estudos e de pesquisas, quanto as convicções teóricas e práticas da produção do conhecimento, eram, primeiramente, formuladas na esfera política.

Os ideais feministas – a formação da identidade coletiva feminina, o fim da subordinação e da invisibilidade das mulheres, a igualdade de direitos, a autonomia física, a participação feminina na direção de departamentos, centros universitários e nos movimentos sociais – contribuíram para o surgimento e a ampliação de centros de estudos sobre a História das Mulheres.

Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres. Como resultado dessa pressão, criaram-se nas universidades francesas, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l'histoire des femmes*. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da *History Workshop* e, nos Estados Unidos, desenvolveram-se os *Women's Studies*, surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies*.⁸

O movimento da História das Mulheres, ao reconhecer/valorizar a autenticidade das mulheres como objetos e sujeitos da História, assinalou a necessidade de se reescrever o passado, de forma a preencher as lacunas historiográficas, deixadas pela ausência das contribuições femininas nas narrativas tradicionais.⁹

A História das Mulheres, portanto, propunha a escrita de uma nova História, através da problematização da fragmentação das temáticas, que indicavam a diferença entre a História das Mulheres e História dos Homens, sendo a primeira considerada um suplemento à segunda.

[...] o enfoque na diferença desnudou a contradição flagrante da história das mulheres com os pressupostos da corrente historiográfica polarizada para um sujeito humano universal. Assim, as especificidades reveladas pelo estudo histórico desses segmentos demonstravam que o sujeito da história não era uma figura universal.

⁸ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401.

⁹ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p. 77.

Dessa forma, os estudos sobre as mulheres dão lugar a derrocada daqueles pressupostos que norteavam as ciências humanas no passado.¹⁰

No início do decênio de 1980, tensões políticas, oriundas dos movimentos sociais feministas e do interior da disciplina, desnudaram uma contradição implícita ao projeto da História das Mulheres: a compreensão da categoria “mulher” como um grupo homogêneo.

As compilações das ações das mulheres tornaram evidente a multiplicidade das trajetórias de vida das mulheres e a diversidade dos sujeitos femininos. As mulheres apresentavam-se distintas, seja em termos econômicos (pobres, de classe médias e ricas), enquanto classe social (trabalhadoras e burguesas), de maneira étnica (negras, brancas, índias, amarelas).

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.¹¹

As historiadoras insistiam que, para integrar as mulheres na História, tornava-se imprescindível realizar reconceituações sobre a questão da *diferença*. Para isso, propuseram a utilização do termo *gênero* como meio de superar “o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.”¹²

As relações entre homens e mulheres, a partir da perspectiva de *gênero*, passariam a ser compreendidas como reproduções fundadas em construções sociais e não mais sob a ótica “do natural”. Além do mais, o termo *gênero*, explicitava o caráter relacional entre homens e mulheres; não poderia haver explicação de um sem sua relação com o outro.

Surgiram trabalhos sobre mulheres negras, mulheres judias, mulheres pobres, mulheres rebeldes, mulheres trabalhadoras, entre outras categorias.

Contudo, as diferenças entre as mulheres – cor, etnia, classe, religião, sexualidade – produziram discussões político-ideológicas sobre a existência ou a ausência de elos entre as

¹⁰ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 402-403.

¹¹ TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 29-62, 1994. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. p. 31.

¹² O termo *gênero* foi compreendido, ao longo deste trabalho, sob a perspectiva da definição criada pela historiadora Joan Scott, em artigo citado anteriormente. A despeito dos usos e conceitos elaborados por outros referenciais teóricos, entende-se *gênero* como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primeira de significar as relações de poder”. In: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, 1991. p. 12. Mimeo.

próprias mulheres. “[...] será que há uma identidade comum para as mulheres e será que há uma história delas que possamos escrever?”¹³

O principal meio de ultrapassar, de um lado pessimismo relativista, de outro a predominância dos sujeitos históricos universais, firma-se no entendimento de que, os homens e as mulheres atuam de maneira relacional e objetiva nos processos históricos.

Suas experiências, ao partir da realidade socioeconômica e político-cultural à qual estão inseridos e interagindo dentro desse contexto, possuem significados - não estáticos, mas em constante movimento - que devem ser analisados, criticados e explicados pela História.¹⁴

As análises expostas no trabalho não se caracterizam, no entanto, como uma produção acadêmica sobre *gênero*. Priorizam, de maneira dialética e por meio de uma visão de classe social, as trajetórias de vida das mulheres trabalhadoras canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco, em seus aspectos cotidianos, nas relações de trabalho e na vida política.

I.II A história das trabalhadoras canavieiras

A partir de agosto de 2009, a possibilidade de adentrar no mundo da classe trabalhadora canavieira apresentou-se de maneira concreta, através do convite da assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), Geogina Delmondes, para participar do 16º Congresso dos Delegados e Delegadas Sindicais, experiência compartilhada na companhia dos colegas José Marcelo e Michel Cavassano.

O conhecimento sobre o universo dos trabalhadores canavieiros fundava-se em bases teóricas, construído através das pesquisas bibliográficas, da análise documental e das preciosas reuniões com a professora Christine Dabat e demais companheiros do Grupo de Estudos Açúcar, Trabalho e História, durante as leituras e discussões de autores que focalizavam distintos âmbitos das sociedades açucareiras.

A participação no evento possibilitou uma aproximação, ainda que superficial, com a realidade dos trabalhadores. Através da observação dos diálogos, discussões, cantorias e orações realizadas pelos representantes dos trabalhadores canavieiros, pode-se formular questionamentos, outrora despercebidos, sobre a temática da classe trabalhadora canavieira em Pernambuco.

¹³ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992. p. 89.

¹⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 10-11.

Entre as problematizações formuladas durante o evento, evidenciou-se o reduzido número de mulheres entre os presentes, sobretudo nas assembleias e nas mesas de discussões, mesmo sendo notória a quantidade de trabalhadoras assalariadas nas lavouras canavieiras. Outra questão observada foi a gradativa inclusão dos termos “mulheres” e “trabalhadoras canavieiras” nos cartazes das campanhas salariais realizadas pela classe canvieira, expostas no evento, desde a campanha de 1996 até a de 2011.

A despeito de constituir-se como membros legítimos da classe canvieira e, porquanto, ser representadas pelos trabalhadores, os fatos relativos à desigualdade numérica entre homens e mulheres presentes e à predominância da fala masculina no evento foi intrigante, com exceção dos momentos destinados à realização de oração e cantorias, quando as mulheres expressavam-se e assumiam, com maior frequência, como se responsáveis fossem pelas rezas, orações e demais liturgias.

A partir de então, as problemáticas concernentes às mulheres canavieiras foram, pouco a pouco, constituindo-se como objetos de estudos mais aprofundados, sobretudo as temáticas relativas às condições de vida e trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras, bem como sua representatividade política no movimento sindical.

Compreende-se que, ao longo da história, as mulheres das classes sociais menos privilegiadas jamais estiveram alheias ao trabalho. Corresponsáveis pela produção de bens, serviços e pela criação de riquezas sociais, as trabalhadoras, do campo e da cidade, contribuíram para a subsistência das famílias e para a socialização dos filhos.

As trabalhadoras rurais canavieiras, inseridas nos “*amargos domínios*” da produção monocultora da cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, ao longo do decênio de 1980, não foram exceções a essa regra. Suas trajetórias de vida desenvolveram-se dentro do contexto do mundo do trabalho, mais especificamente, no interior do trabalho assalariado.

Na zona canvieira de Pernambuco perpetuava-se, desde os tempos coloniais, a grande propriedade fundiária e a de exploração de classe.¹⁵ As relações de trabalho, mesmo após a abolição da escravatura, permaneciam degradantes, inclusive nos “*tempos da morada*”¹⁶,

¹⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. *As lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 16-17. Série Princípios.

¹⁶ A “*morada*” caracterizava-se por se tratar de uma relação de trabalho capitalista, na qual o trabalhador tinha direito a uma residência na propriedade e, eventualmente, poderia dispor do sítio para cultivar gêneros alimentícios. No entanto, a despeito das visões bucólicas, construídas sobre o alpendre da casa grande a respeito da “*morada*”, as pesquisas da professora Christine Rufino Dabat sobre as relações de trabalho e condições de vida na zona canvieira evidenciaram o ambiente de violência e exploração ao qual os trabalhadores canavieiros estavam submetidos. Para mais, ver DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

período em que a classe canavieira sobreviveu sem liberdade econômica e social, desamparadas pelo Estado brasileiro.

Os trabalhadores e trabalhadoras canavieiras, de maneira semelhante as demais organizações familiares presentes nas sociedades rurais, habituaram-se a trabalhar, desde a tenra idade, aos cinco ou seis anos, nas lavouras de subsistência. Contudo, além dessas atividades, as crianças eram obrigadas a empregar-se nas lavouras canavieiras devido à extrema miséria em que viviam com suas famílias¹⁷.

Nos momentos em que as circunstâncias econômicas não exigiam o emprego assalariado de todos os membros da unidade familiar, a gradação do trabalho entre homens e mulheres realizava-se a partir das relações de gênero, que “[...] atribuía papéis definidos, diferentes e hierarquizados para homens e mulheres”¹⁸. Vinculava-se a mulher ao lar, à maternidade, e o homem ao ambiente externo, ao sustento da família.

Culturalmente e em virtude dos aspectos socioeconômicos, eram, atribuídas às mulheres, preferencialmente, as atividades da esfera doméstica, quais sejam: a socialização das crianças menores, a preparação dos alimentos, os serviços de limpeza e manutenção da casa e da cozinha, a costura e a conservação do vestuário, a criação de animais e o trabalho no roçado.

Dada sua vinculação à maternidade e ao lar, o ideal de trabalho das mulheres no campo é que o exerçam na casa e no roçado. No caso de trabalharem na produção, isto se constituiria enquanto mão-de-obra familiar, auxiliar do marido e sob sua supervisão, de preferência, de forma eventual e não constante.¹⁹

Os canavieiros evitavam, ao máximo, levar as moças e as mulheres adultas para trabalhar nos canaviais, devido às possíveis ocorrências de comportamento indecoro, ou mesmo, de assédio sexual, cometido pelos prepostos dos engenhos, administradores, cabos e até mesmo, por outros trabalhadores.²⁰

O não recrutamento do trabalho feminino na lavoura canavieira caracterizava-se, dessa forma, como uma estratégia de proteção a favor mulheres da família. Com relação à situação

¹⁷ Na Zona canavieira de Pernambuco a situação de fome era presente na vida dos canavieiros, inclusive nos “*tempos da morada*” quando os trabalhadores, a depender da vontade do proprietário fundiário, poderiam ter acesso à terra. A remuneração dos trabalhadores canavieiros não era suficiente para sustentar a família, que se valiam da pesca, da caça e da cultura para sobreviver. In, DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

¹⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 190.

¹⁹ Ibidem, p. 191.

²⁰ DABAT, op. cit., p. 458.

de assédio sexual, Gregório Bezerra, em suas memórias, lembrou as artimanhas de sua mãe contra o filho do proprietário rural que pretendia assediar suas irmãs.

Com a chegada do filho do velho latifundiário, famoso pelo seu baixo caráter e por vezes truculento, as famílias que tinham filhas moças ficaram preocupadas com ele, por ser habituado a violar e desrespeitar as mocinhas. Minha mãe não teve dúvidas e disse: é mió evita dique remediá. No dia seguinte minhas irmãs foram para o sítio de minha avó em Panelas de Miranda. No domingo, depois de sua chegada, o tarado capitão Arthuzinho embocou casa adentro e; foi parar na cozinha, onde estava minha mãe, e perguntou: Onde anda suas filhas? Vim visita-las! Minha mãe humildemente respondeu que tinham ido tratar da avó que se achava doente. O tarado capitão saiu sem dizer nada, mas ficou marcando a minha mãe. [...] O primeiro ato do Arthuzinho foi contra a minha mãe: cortou-lhe o fornecimento do barracão e ordenou-lhe tirar toda a lavoura do nosso roçado. [...] Ele cumpriu sua promessa. Mandou soltar o gado e lá se foi a nossa roça, que muito suor nos custou. [...].²¹

Contudo, a desvalorização da força de trabalho e o decorrente achatamento salarial, ambos os fenômenos gerados pela modernização da indústria sucroalcooleira e pelo tensionamento das relações de trabalho na zona canavieira, a partir da segunda metade do século XX, agravaram as condições de vida das famílias, tornando imperativo o emprego de outros membros da unidade familiar, principalmente de mulheres e crianças.

O processo de pauperização dos canavieiros assemelhou-se às adversidades sofridas pelas famílias operárias inglesas analisadas por Karl Marx. No livro *O Capital*, publicado em 1867, as reflexões de Marx sobre os processos de exploração dos operários ingleses pela classe industrial, permitem a construção de paralelos interpretativos sobre as relações de trabalho vivenciadas pelos operários ingleses e pelos canavieiros pernambucanos.

Mesmo quando emprega todos os membros do grupo familiar, a indústria capitalista [...] distribui entre toda a família o valor da força de trabalho de seu chefe. Lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim desvaloriza a força de trabalho adulto. A compra, por exemplo, de 4 forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação se obtêm 4 jornadas de trabalho em lugar de 1, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos 4 ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro tem de fornecer ao capital não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver.²²

O emprego feminino e dos filhos na produção canavieira, contudo, era definido como “ajuda” ao chefe de família. O trabalho realizado pelas mulheres e pelas crianças se constituía

²¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 42-43.

²² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1, p. 450.

como um complemento à produção do trabalhador canavieiro, conforme atestou Manoel da Silva Filho, trabalhador rural aposentado, rememorando os tempos de infância e juventude.

Naquele tempo papai prá dar conta de 8 pessoas. Oxe! Era mais. A gente tinha que ajudar. Minha mãe cortava cana. Trabalhava em tudo, em limpa, cortava mato. Agora fichada na fazenda mesmo, minha mãe nunca trabalhou não. Naquele tempo no engenho tinha empleteiro. Ela não era fichada. Eu trabalhei demais. Com 10 anos de idade eu comecei amarrar cana com papai. Amarrava 300 molho, 250 molho de cana. Naquele tempo os molhos da cana era de 20, era de 15 e depois passou prá 20. No engenho das Matas o trabalho era cortar cana, cambitar, carrear, pasturar boi em arado, roçar mato, cavar solo. Todo serviço eu fiz. Só não fiz o serviço de abrir a levada, porque tinha elevador. Todo serviço no engenho da Mata eu fiz com 12 anos de idade. Com 15 anos de idade eu me fichei. Eu era de menor.²³

A despeito de ocupar uma posição de dependência em relação ao homem, culturalmente reconhecido como “*chefe da família*”, conforme apresentado anteriormente, as mulheres, mesmo não se reconhecendo nem tampouco sendo reconhecidas, via de regra, como trabalhadoras autônomas, desempenharam, ao longo da vida, uma série de atividades fundamentais para a manutenção familiar.

Eu me casei com 15 anos e tive 14 filhos. Agora só que a gente trabalhava muito no pesado né. Cortava cana, limpava cana, cavava casa de roça, muita coisa mesmo. Eu não trabalhava fichada não. Eu trabalhava prá a ajudar ele, que o que ele ganhava não dava. Aí eu mais ele trabalhava tudo junto. Eu cortava cana. É difícil. Agora eu cortava cana já prá a ajudar também sabe, a ele sabe, prá a ajudar. Por que ele ganhava um tantinho assim, não dava pra nada. A família grande! Aí eu dizia, eu também vou ajudar a ele. Agora só que não era fichada. Só quem era fichado era ele. Nesse tempo ele era fichado.²⁴

A Federação e os sindicatos de trabalhadores rurais não estimulavam a sindicalização feminina. As entidades orientavam orientação filhos e esposas a tornarem-se dependentes do pai ou do marido, gozando dos benefícios legais sem, contudo, arcar com as despesas das contribuições sindicais.²⁵

Outro elemento explicativo para a reduzida sindicalização das mulheres foi a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 11 de janeiro de 1972. Através da inscrição no programa federal, as canavieiras poderiam gozar dos benefícios médico-hospitalares e previdenciários, ainda que não fossem sindicalizadas.

²³ Manoel da Silva Filho. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 16 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 202.

Contudo, além do crescente emprego da mão-de-obra feminina assalariada nas atividades sucro-alcooleiras, observado ao longo dos decênios de 1970 e 1980, as pressões exercidas pelos movimentos feministas e de mulheres em defesa da valorização do trabalho feminino e do reconhecimento das mulheres como membros da classe trabalhadora, sobretudo nos anos 80, impulsionaram a sindicalização das canavieiras aos órgãos classistas.

Inseridas no contexto de superexploração da força de trabalho feminino e imersas em opressoras relações de gênero, as trabalhadoras exerciam tripla jornada de trabalho, pois além de exercer, de maneira sub-remunerada, as atividades na produção canavieira, sob seus ombros recaía a obrigatoriedade do trabalho realizado no interior do ambiente doméstico.²⁶

Se por um lado a comercialização da força de trabalho das mulheres possibilitava-lhes realizar-se objetivamente em um mundo exterior ao ambiente familiar, do outro, suas potencialidades eram limitadas em virtude de serem obrigadas a destinar parte da sua força de trabalho para a realização das atividades domésticas e à socialização das crianças.²⁷

Nessas condições, entende-se que os papéis políticos e sociais assumidos pelas canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco foram imprescindíveis para a manutenção, reprodução e conscientização da classe trabalhadora canavieira.

Por meio da realização de atividades domésticas fundamentais para a manutenção das famílias, do trabalho assalariado praticado nas lavouras canavieiras, ou na condição de “ajuda” ao trabalhador direito, as canavieiras desempenharam trabalhos, sem os quais a reprodução da força de trabalho seria impossível.

Igualmente importantes foram as posições políticas assumidas por elas nas mobilizações grevistas, nos processos trabalhistas impetrados na Justiça do Trabalho e nos enfrentamentos existentes no interior das entidades sindicais.

Porquanto, ao privilegiar as canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco como objeto de estudo, buscou-se evidenciar a legitimidade das trabalhadoras enquanto sujeitos sociais, através do reconhecimento das experiências femininas nos diversos âmbitos de atuação política e social, sobretudo nas relações de trabalho, nas experiências cotidianas e nos espaços de representação da classe trabalhadora canavieira entre os anos de 1980 e 1988.

²⁶ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p. 182.

²⁷ CARDOSO, Ireda A. *Mulheres e trabalho: as discriminações e as barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1978. p.12.

I.III Metodologia da pesquisa e estrutura do trabalho

Dentro do contexto das sociedades canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco, reescrever as trajetórias de vida das trabalhadoras empregadas nas lavouras açucareiras, entre os anos de 1980 e 1988, requer o estabelecimento do diálogo com as fontes históricas relativas à temática e ao recorte temporal escolhido.

As análises das relações de trabalho, das lutas políticas e das representações sociais assumidas pelas canavieiras nos variados espaços de interação social (no ambiente do trabalho assalariado, nas instituições sindicais e no ambiente doméstico), nos quais coexistem a exploração de classe, a violência patronal e a opressão de gênero, foram realizadas através da utilização de documentos de variadas tipologias.

Diálogos foram estabelecidos com autores e autoras proeminentes de diversos campos do conhecimento científico, cujos trabalhos relacionavam-se às condições de vida, às relações de trabalho e às formas de representação política dos canavieiros, ao trabalho das mulheres e aos questionamentos sobre a exploração classista e à opressão de gênero nas sociedades capitalistas, bem como acerca da conjuntura político-econômica e social-cultural vivenciada na sociedade brasileira e na zona canavieira de Pernambuco entre os anos de 1980 e 1988.

A leitura de autores como Karl Marx, Sidney Mintz, Manuel Correia de Andrade, Sandra Maria Correia de Andrade, Espedito Rufino Araújo, Lígia Sigaud, Christine Rufino Dabat, Néelson Chaves, Robert Linhart, Maria do Socorro Abreu e Lima, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Sheila Rowbotham, Elizabeth Souza-Lobo e Thomas Skidmore, foram fundamentais para a construção do embasamento teórico da pesquisa.²⁸

Entre as demais fontes, elegeu-se analisar os discursos das classes patronais através dos artigos e reportagens publicadas entre os anos de 1979 e 1988, no *Jornal do Commercio*, notório veículo propagador dos interesses das classes empresariais e oligárquicas no Estado de Pernambuco.

O levantamento das fontes históricas iniciou-se através da catalogação e análise dos documentos produzidos e/ou arquivados na FETAPE, onde foi possível observar a existência de relatórios administrativos, boletins de atividades, pautas de reivindicações das campanhas salariais, reproduções xerográficas de Convenções e Dissídios de Trabalho, cartazes informativos, fichas cadastrais dos sindicatos de trabalhadores rurais, fotografias de diversos

²⁸ Os títulos dos livros constam nas referências bibliográficas e as contribuições dos autores para as análises realizadas pela pesquisa encontram-se ao longo do trabalho.

momentos do movimento sindical, panfletos de mobilizações grevistas, relatório de congressos de canavieiros e de encontros de mulheres trabalhadoras canavieiras, entre outros documentos.

Ao cruzar a documentação relativa aos trabalhadores com as reportagens publicadas no Jornal de Comercio foi possível compreender a organização e as trajetórias das campanhas salariais da classe canavieira, bem como evidenciar a dinâmica do sindicalismo rural entre os anos de 1979 e 1988. Ademais, esta documentação mostrou-se fundamental para o entendimento da gradativa inserção das canavieiras nos espaços sindicais através das pressões exercidas por assessoras sindicais com vistas a promover a valorização das trabalhadoras rurais no sindicalismo rural.

A partir da pesquisa realizada no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT 6ª Região), localizado no município de Vitória de Santo Antão, foram analisados 525 processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho (JCJ/Cabo). Os processos analisados possibilitaram o reconhecimento dos embates trabalhistas promovidos por canavieiros e canavieiras na Justiça do Trabalho para obter o cumprimento dos direitos e reajustes salariais conquistados e garantidos por convenções e dissídios coletivos.

Através desta documentação observou-se o comprometimento político dos sindicatos de Barreiros e o de Rio Formoso, na defesa dos trabalhadores frente às classes patronais, uma vez que outros sindicatos, como o do Cabo de Santo Agostinho, possuía uma postura menos comprometida com os trabalhadores devido a presença de dirigentes atrelados aos militares.

Igualmente, evidenciou-se o protagonismo da classe trabalhadora canavieira na luta pelo cumprimento da legislação e das normas trabalhistas na zona canavieira, a correlação entre os direitos e níveis salariais conquistados, legalmente garantidos, e o efetivo descumprimento dos direitos trabalhistas pelas classes patronais.

O posicionamento político das canavieiras frente a usineiro e proprietários fundiários na Justiça do Trabalho, evidenciou o entendimento das trabalhadoras sobre a condição de exploração à qual estavam inseridas, bem como, sobre os mecanismos de resistência, socialmente compartilhados por canavieiros e canavieiras que viviam em condições de exploração semelhantes. Tais indícios sugerem o reconhecimento da solidariedade de classe entre os trabalhadores, pois a partir da vivência de situações similares, forjam estratégias

coletivas de resistência e criam suas identidades, aspectos inerentes à própria formação da consciência de classe.²⁹

A preservação e conservação de aproximadamente 63.000 mil processos trabalhistas foi possível graças aos esforços físicos e ao posicionamento político das pesquisadoras Christine Dabat e Maria do Socorro Abreu e Lima e demais funcionários do Arquivo Geral do TRT 6ª Região. As campanhas realizadas pelas pesquisadoras em prol da guarda e preservação dos processos trabalhistas garantiram a assinatura de um convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o TRT 6ª Região.

A transferência para a UFPE de 63.000 mil processos trabalhistas, que outrora seriam incinerados, selou acordos entre as duas instituições. A limpeza, catalogação e digitalização dos processos trabalhistas, possibilitaram aos alunos de graduação, mestrandos, doutorandos, professores e demais pesquisador realizar inúmeros trabalhos com a documentação, evidenciando a importância das lutas promovidas pelas professoras Christine Dabat e Socorro Abreu pela conservação das fontes concernentes à história dos trabalhadores urbanos e rurais de Pernambuco.

A documentação produzida pelo sindicato de trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho forneceu dados relativos à sindicalização das canavieiras nos órgãos classistas entre os anos de 1963 e 1988. Através da catalogação e análise de 3.527 fichas de trabalhadores canavieiros, sendo 2.295 correspondentes aos homens e 1.252 às canavieiras, foi possível traçar a dinâmica das associações das mulheres nos sindicatos ao longo do decênio de 1980.

As entrevistas realizadas com os atores sociais que testemunharam e atuaram no contexto histórico analisado, tornou possível fazer um rico levantamento sobre as trajetórias de vida dos canavieiros, que evidenciou as dificuldades enfrentadas no âmbito familiar e nas relações de trabalho, as experiências cotidianas e as aspirações políticas que possuíam.³⁰

Através dos depoimentos dos trabalhadores, sobretudo das mulheres, obteve-se inúmeras informações relativas à condição de vida e de trabalho dos canavieiros: desnutrição familiar e mortalidade infantil; acesso à educação; trabalho na infância; acesso aos serviços de saúde; jornadas de trabalho; tarefas domésticas; trabalho na produção açucareira; remuneração; violência patronal (física e sexual); manifestações políticas.

²⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1, p. 9-14.

³⁰ O roteiro das entrevistas encontram-se no Apêndice A e B.

Com efeito, os testemunhos também oportunizaram conhecer aspectos da vida privada das canavieiras, bem como dos embates travados por elas em virtude da opressão de gênero na Zona da Mata Sul: menstruação; casamento; parto; vida conjugal; conscientização de classe; discussões sobre a superação das relações de gênero patriarcalistas.

As entrevistas com assessoras sindicais, líderes de movimento de mulheres trabalhadoras e canavieiros, permitiram acesso a informações, dificilmente obtidas com a utilização de outras metodologias que não as fornecidas pela História Oral.

Por tratar-se da região da Zona da Mata, cujos índices de analfabetismo eram predominantes, seria pouco provável a existência de registros escritos por trabalhadores capazes de englobar diversos aspectos relatados através dos depoimentos orais.

Porquanto além de favorecer o conhecimento sobre inúmeras experiências de vida, relações de trabalho e representação social das canavieiras, o testemunho dos trabalhadores evidenciou a fala dos autores sociais que viveram e atuaram no período estudado, permitindo-lhes manifestar-se como sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que se apresentam como registros vivos do tempo pretérito.

A temática da dissertação encontra-se distribuída em 3 capítulos, sendo estes constituídos por subseções. Na parte inicial, *O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da zona da mata de Pernambuco na esteira do processo de redemocratização*, buscou-se analisar a retomada dos espaços de discussões políticas e reivindicações salariais do movimento de trabalhadores canavieiros no bojo do processo de luta democrática dos movimentos sociais e da reabertura política conjuntura brasileira dos anos 70.

Na primeira parte, evidenciou-se a historicidade das mobilizações dos canavieiros durante o decênio de 1960, de forma a salientar a trajetória de luta política dos trabalhadores através das *Ligas Camponesas* e dos *Sindicatos de Trabalhadores Rurais*, sobretudo os retrocessos da luta política em virtude do Golpe de 64.

Em seguida analisou-se a conjuntura socioeconômica brasileira nos anos 70 e a movimentação de distintos setores da sociedade civil e movimentos sociais em torno da Anistia, bem como a reorganização das reivindicações trabalhistas dos canavieiros com a deflagração da greve de 1979.

Na última parte do capítulo, elegeu-se o sindicato do Cabo de Santo Agostinho para analisar a estrutura e a dinâmica política do sindicalismo rural em Pernambuco, evidenciando,

sobretudo, a presença das canavieiras no espaço sindical, o tempo de sindicalização, o local de residência e os vínculos empregatícios que constituíram.

Construído através do cruzamento das fontes, sobretudo, dos depoimentos das canavieiras, o segundo capítulo, *Mulheres Visíveis: a história das trabalhadoras rurais canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco ao longo do decênio de 1980*, objetivou evidenciar as condições de vida, as resistências nas relações de trabalho e as práticas realizadas pelas trabalhadoras nos distintos âmbitos de atuação da sociedade canavieira, caracterizada pela superexploração da mão-de-obra e pela ausência/inoperância das autoridades públicas em garantir direitos sociais básicos.

Na primeira seção, buscou-se analisar as condições de vida e de trabalho das famílias canavieiras. Discutiu-se sobre a ausência de aspectos e serviços fundamentais para sobrevivência e reprodução da mão-de-obra, tais como a insuficiência de gêneros alimentícios, a decorrente desnutrição, o precário acesso aos serviços de saúde, a inexistência de sistema de saneamento básico e tratamento de água, o estado precário das habitações, entre outros aspectos.

Na seção seguinte, foram analisadas as relações de trabalho exercidas pelas canavieiras. Ressaltou-se as jornadas de trabalho, a condição estatutária, as tarefas desempenhadas, a remuneração recebida, assim como os vários âmbitos da violência patronal que atingiam as mulheres assalariadas nos engenhos.

Na parte final, buscou-se discutir as tarefas do trabalho feminino realizado no âmbito doméstico, pouco valorizadas socialmente, contudo imprescindíveis para a sobrevivência familiar, tais como a preparação da alimentação, o transporte de água, as tarefas realizadas no sítio, a higienização da casa e das vestimentas, a manutenção do vestuário e a produção de utensílios domésticos. Nessa parte também foram analisadas aspectos fundamentais da vida pessoal das mulheres como a vida conjugal e as demais relações desenvolvidas no ambiente familiar.

No capítulo terceiro, *As trajetórias de luta política e representação social das trabalhadoras canavieiras nos anos 80*, analisou-se a participação das trabalhadoras canavieiras nos espaços de representação política e social. Através da documentação produzida pela Federação, pela Justiça do Trabalho e pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, evidenciou-se a gradativa conscientização classista das trabalhadoras e as

tentativas de superação das limitações de gênero impostas às canavieiras, enquanto mulheres, sobretudo a partir da segunda metade do decênio de 1980.

Na primeira seção foram analisadas as campanhas salariais dos canavieiros entre os anos de 1980 e 1988 de modo a evidenciar as reivindicações e as conquistas trabalhistas dos canavieiros. Buscou-se, através dos processos trabalhistas impetrados pelos canavieiros na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho, demonstrar as formas de luta dos trabalhadores para obter o cumprimento dos direitos trabalhistas e o pagamento dos salários acordados e garantidos pelas instâncias jurídicas.

Na última parte, evidenciaram-se os enfrentamentos realizados por determinadas assessoras sindicais na formação dos movimentos de trabalhadoras rurais em Pernambuco, as lutas políticas enfrentadas pelas lideranças na valorização das mulheres nos espaços sindicais e no reconhecimento das trabalhadoras como membros da categoria.

CAPÍTULO 1 - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

1.1 Prelúdio sobre a mobilização canavieira nas décadas de 1950 e 1960

Durante anos, mesmo depois da abolição da escravatura, muitas pessoas viveram sem liberdade e desamparadas pelo Estado. A perpetuação do latifúndio, desde o tempo da colonização brasileira, assim como a degradante relação de trabalho praticada na zona da Mata de Pernambuco, tornaram-se os condicionamentos históricos fundamentais para a manutenção e agravamento da exploração à qual estava submetida a classe trabalhadora canavieira.

Até a década de 1950, a maior parte dos trabalhadores canavieiros denominava-se “moradores”, pois exerciam as atividades profissionais no mesmo local em que moravam. As delimitações espaciais entre o local de trabalho e o espaço da moradia, dada a condição de exploração de classe à qual eram submetidas as famílias canavieiras, eram quase imperceptíveis.

Acionadas para o trabalho a qualquer tempo, seja durante a safra (de setembro a março) quando era necessário mão de obra abundante, seja na entressafra, os “moradores” tornaram-se primordiais para o incremento da produção açucareira, porquanto não haver sistema de transporte eficiente para realizar o deslocamento diário dos trabalhadores, salvo para os “*corumbas*”, trabalhadores vindos do Agreste de Pernambuco, durante o período de safra.³¹

Além da “*morada*”, desenvolveram-se na zona canavieira outras relações de trabalho. Os trabalhadores canavieiros na condição de meeiros, parceiros, foreiros ou arrendatários residiam em pequenos lotes de terras, praticando a agropecuária em nível de subsistência familiar. Destacam-se ainda os trabalhadores assalariados, expropriados das terras e expulsos dos engenhos.³²

Como forma de pagamento pelo uso da terra, os trabalhadores que ainda residiam nos engenhos, eram obrigados a partilhar a produção com o proprietário fundiário, além de

³¹ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 83-84.

³² ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 17.

assumir o compromisso de trabalhar alguns dias nas lavouras canavieiras. A essa atividade dá-se o nome “*cambão*”.

[...] Cambão finalmente, é o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês, cada semana, pelo sítio que ocupa, um miserável sítio de um ou dois hectares, quando muito, se é condicheiro, assalariado agrícola, trabalhador braçal, jornaleiro ou eiteiro. Mas se se trata de foreiro, arrendatário ou parceiro, é o que cada um desses entrega ao latifundiário, sem remuneração, durante certa época do ano, além da renda paga em dinheiro o em produto.³³

Inseridas numa relação de exploração e dependência, as famílias canavieiras vivenciavam práticas de violência física, verbal e psicológica. Não possuíam estabilidade empregatícia e encontravam-se sob vínculos empregatícios frágeis, podendo ser a qualquer momento expulsos dos engenhos onde moravam, sem qualquer indenização ou pagamento por possíveis benfeitorias realizadas nos sítios.

A modernização e a expansão do sistema capitalista de produção no meio rural desencadearam a valorização de terras na região nordestina, provocando uma política de espoliação e de proletarização das massas trabalhadoras, através da supressão dos sítios, do aumento dos dias de “*cambão*” ou da expulsão direta dos engenhos.³⁴

Em determinados lugares, onde as condições favoreceram a organização dos trabalhadores, foram criadas associações que defendiam a resistência dos trabalhadores contra expulsão dos engenhos e por melhores condições de trabalho.

As Ligas Camponesas, compostas por rendeiros, foreiros, parceiros, pequenos proprietários (os trabalhadores assalariados também se filiavam às Ligas, mas sua área de atuação mais forte foi nos sindicatos), defendiam a permanência dos trabalhadores na terra, a diminuição do foro, a remuneração sob forma monetária dos trabalhos realizados, o auxílio nas despesas funerárias, assistência médica, jurídica e educacional aos trabalhadores rurais, criação de cooperativas e a Reforma Agrária.³⁵

A Liga Camponesa mais famosa foi a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), fundada em 1954 no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. As estratégias de luta da SAPPP baseavam-se na denúncia das irregularidades nas relações de trabalho, na mobilização dos trabalhadores canavieiros, através de conversas

³³ JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009. p. 16-17.

³⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 20-21.

³⁵ AZEVEDO, Fernando Antonio de Farias. *As ligas camponesas: campesinato e política (1955-1964)*. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980. p. 3.

nas feiras, nas igrejas, nos locais de trabalho, usando boletins e literatura de cordel e na resistência pela posse da terra.

No ano de 1959, no governo de Cid Sampaio, após o julgamento do processo de desapropriação de terras, ocorreu a desapropriação do Engenho Galiléia, em favor dos trabalhadores rurais associados à Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, defendidos pelo advogado e Deputado Estadual Francisco Julião. Bastante criticada pela imprensa conservadora, o jornal “O Estado de S. Paulo” publicou uma mensagem, quase uma nota de repúdio, sobre a desapropriação do Engenho Galiléia, em 18 de fevereiro de 1960.

Ao criticarmos, não faz muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e ascenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.³⁶

A amplitude do movimento dos canavieiros trouxe ao palco das mobilizações trabalhistas, grupos políticos e instituições religiosas envolvidos com a discussão das questões agrárias e ocupados com a organização e orientação do movimento dos trabalhadores canavieiros, entre eles as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a Igreja Católica.

Embora compartilhassem interesses semelhantes em relação às questões agrárias, as Ligas e o PCB divergiam, sobretudo, quanto o direcionamento da luta política. O ideal revolucionário defendido por Francisco Julião se aproximava do modelo empreendido na Revolução Cubana, que propunha realizar a revolução socialista de uma só vez, sem etapas. Diferentemente, o planejamento do PCB seguia as diretrizes stalinistas, segundo as quais, a revolução socialista deveria ser precedida por uma revolução democrático-burguesa, pois “resquícios feudais” seriam extintos com a primeira etapa do processo revolucionário.³⁷

Após o rompimento definitivo, no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, os comunistas intensificaram suas ações no campo, reativando os antigos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), e construindo

³⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 259.

³⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005, p. 31-32.

outros. Os STRs, como o nome sugere, lutavam pela criação e efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais, bem como por melhores condições de trabalho, remuneração e direitos sociais.³⁸

O principal sindicato de trabalhadores rurais em Pernambuco foi o de Palmares, fundado em maio de 1956 e dirigido por Gregório Bezerra. O sindicato de Palmares, inicialmente chamado de sindicato de Água Preta, chegou a ter cerca de 45.000 sócios e abrangia 21 municípios (pois nem sempre, os limites dos lugares coincidiam com os limites das propriedades rurais): Palmares, Gameleira, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Bezerros, Gravatá, Camacituba, São Joaquim do Monte, Bonito, São Caetano, Angelim, Panelas (cidade natal de Gregório), Cupira, Belém de Maria, Catende, Maraiial, São Benedito, Quipapá, Cortês e Barra de Guabiraba.³⁹

A função de Gregório Bezerra era atrair os trabalhadores para os Sindicatos. O principal argumento para conseguir a adesão dos trabalhadores era mostrar a eles que o sindicato os protegia legalmente das represálias dos patrões.

Vocês agora têm duas famílias: a de vocês e a do Sindicato. A família de vocês merece de vocês o que sempre mereceu. Mas mesmo para ajudar mais a família é preciso pensar mais na família do Sindicato, que é quem melhora a vida de vocês, arranja salários maiores e não deixa o proprietário botar vocês na rua. O Sindicato é a família política, a que dá força a vocês.⁴⁰

As restrições impostas pelo Ministério do Trabalho retardavam a legalização da sindicalização rural. Contudo, em 13 de maio de 1962, realizou-se o Congresso de Itabuna, no qual o Ministro do Trabalho Franco Montoro (representante do Partido Democrático Cristão-PDC), concedeu 25 cartas sindicais, reconhecendo os sindicatos rurais do Nordeste.⁴¹

Das 25 cartas sindicais concedidas pelo Ministério do Trabalho, quatro foram destinadas para os sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco de orientação católica.

Desde 1961, com a fundação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), a Igreja Católica desenvolvia uma ação específica para a sindicalização dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. Conquanto, a concessão das cartas sindicais para os

³⁸ AZEVEDO, Fernando Antonio de Farias. *As ligas camponesas: campesinato e política (1955-1964)*. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980. p. 92.

³⁹ *Ibidem*, p. 40.

⁴⁰ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 103.

⁴¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 19 abr.1962. p. 12.

sindicatos “dos padres”, sugeria certa vantagem sobre os sindicatos comunistas, somente reconhecidos legalmente seis meses depois.⁴²

Segundo Paulo Enes Crespo, fundador do SORPE, a Igreja buscava impedir que os trabalhadores rurais fossem desviados dos ideais cristãos, assim como havia acontecido com o proletariado nas cidades alguns anos antes. Seria uma reação à movimentação das Ligas e dos Sindicatos Comunistas no campo, uma forma de neutralizar essas influências no meio rural.⁴³

Ao final de 1963 já existiam em Pernambuco sindicatos organizados pelo PCB, por grupos trotskistas, pelo PC do B, pelo PTB, pelas Ligas Camponesas e por grupos nacionalistas independentes. A orientação da Igreja também já não se apresentava uniforme, pois um setor mais progressista, representado pela Ação Popular, sob o argumento da defesa das propostas nacionalistas, começava a divergir das orientações e a alinhar-se com as propostas dos grupos independentes e comunistas.⁴⁴

Com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), decretado pelo Presidente João Goulart em março de 1963, e em vigor desde junho do mesmo ano, algumas reivindicações dos sindicatos de trabalhadores rurais, que há muito tempo lutavam pela efetivação das leis trabalhistas no meio rural, foram atendidas.

Com o ETR, o trabalhador rural passou a gozar de alguns direitos garantidos pela legislação de 1943, mas apenas desfrutados pelos trabalhadores que atuavam nas cidades. O Estatuto estabelecia a posse da carteira de trabalho para o trabalhador rural, estabilidade no emprego após um ano de trabalho, salário mínimo, descanso semanal e férias remunerados, indenização por tempo de serviço e aviso prévio.⁴⁵

Em novembro de 1963, devido ao não pagamento do 13º salário do ano de 1962, cujos recursos financeiros já haviam sido disponibilizados pelo Banco do Brasil houve uma grande greve no campo, organizada pelo Partido Comunista, onde quase todos os engenhos pararam de funcionar.

Essa grande paralisação dos trabalhadores rurais, além de refletir o não cumprimento do ETR, também demonstrava a rivalidade entre os sindicatos comunistas e os sindicatos cristãos com relação ao controle do movimento sindical.

⁴² LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco (1958-1968)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1985. p. 57.

⁴³ CRESPO, Enes Paulo. *Comunicação e libertação: relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco (1955-1990)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2003. p. 67.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 57-58.

⁴⁵ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 98.

O SORPE havia feito um acordo para que o 13º mês fosse pago em 28 de fevereiro, senão haveria greve. Os comunistas, porém foram mais espertos e decretaram greve antes do prazo. Era o que eu temia e disso advertir as autoridades e os patrões, mas foi tudo em vão. Daí em diante, os sindicatos que levantaram a greve do 13º mês com a liderança agressiva dos comunistas tomaram prestígio diante da massa. Nós ficamos em posição inferior por culpa única dos patrões, que, apesar de já terem recebido empréstimo do Banco do Brasil para pagar o 13º mês, até aquela data não haviam pago aos seus trabalhadores.⁴⁶

Diante da paralisação geral dos trabalhadores rurais, Miguel Arraes convocou uma reunião inédita na história de Pernambuco. Dentro da sala de reunião, no Palácio do Campo das Princesas, trabalhadores rurais e usineiros, sentados lado a lado, assinaram o Acordo do Campo.

Esse fato representou o coroamento de uma grande luta realizada pelos *camponeses*, pelos sindicatos rurais católicos e comunistas, pelas Ligas Camponesas.⁴⁷ Ao final do Acordo do Campo, as atividades realizadas pelos trabalhadores rurais passaram a ser discriminadas numa minuciosa Tabela de Tarefas e a remuneração passou a ser atrelada ao salarial mínimo, este último constituindo-se a partir de então como o piso salarial dos cortadores de cana.

O aumento da remuneração dos trabalhadores rurais foi de 80% e, como os proprietários rurais e usineiros tinham reclamado que não poderiam pagar o novo salário, o dinheiro para essa adequação seria, segundo o Governo Federal, via Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), obtido através da revisão do preço do açúcar.

O Acordo do campo, para um dos trabalhadores beneficiados na época, representou o dia em que “entrou riqueza para o homem do campo”.⁴⁸ Ele garantiu aos trabalhadores, o direito a um salário convencionado com base no salário mínimo e a uma tabela de tarefas com o respectivo valor de cada trabalho. Também fixou em 8 horas a jornada de trabalho no campo.

**O Golpe de 1964*

Em fins de 1963 e começo de 1964, após recuperar a plenitude dos seus poderes constitucionais, com a realização do plebiscito, João Goulart anunciou dois decretos, no

⁴⁶ LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco (1958-1968)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1985. p. 44.

⁴⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. O Golpe de 64 e a trajetória política de Arraes. *Clio: revista de pesquisa histórica*, Recife: Ed. Universitária da UFPE, n. 22, 2006. p. 41-42.

⁴⁸ DABAT, Christine Rufino. Ligas camponesas e sindicatos dos trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. *Clio: revista de pesquisa histórica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n. 22, 2006. p. 174.

comício realizado na Central do Brasil, em 13 de março de 1964. O primeiro era relativo à desapropriação e nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares, através do monopólio da Petrobrás.⁴⁹

O segundo decreto declarava permissivas de desapropriação todas as propriedades fundiárias que ultrapassassem 100 hectares de terras à margem das rodovias ou ferrovias federais. Após o comício, João Goulart enviou ao Congresso o projeto da Reforma Agrária, com a audaciosa proposta de desapropriação fundiária por interesse público, sem indenização para o proprietário rural.⁵⁰

Os grupos que conspiravam contra o Governo Goulart, sobretudo os militares e as elites agroindustriais repudiaram os decretos promulgados, bem como a proposta de Reforma Agrária, de orientação progressista, ao Congresso Nacional. Para as classes dominantes, “[...] a aquisição de direitos por um grande número de camponeses recentemente alfabetizados poderia substancialmente ‘subverter’ a distribuição do poder político no Brasil.”⁵¹

O impacto dessas medidas foi imediato. Em resposta ao comício realizado na Central do Brasil, segmentos da sociedade contrários às ações do Governo João Goulart e favorável à deposição do presidente da República, organizaram na cidade de São Paulo, bem como em outras capitais, uma passeata para protestar contra o governo brasileiro. Cerca de 500.000 pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que congregou apoiados pela Igreja Católica, pelas Forças Armadas, das elites agroindustriais, de setores da classe média e demais camadas sociais.

Apoiados pelas classes altas e médias, por alas da Igreja Católica e com o aval dos Estados Unidos, os militares nos dias 31 de março e 1º de abril deflagraram o golpe civil-militar, instaurando o governo ditatorial no país.

Para a surpresa da maioria das pessoas que estavam envolvidas no debate político e ideológico que vinha sendo travado no Brasil, João Goulart não aplicou o “dispositivo” de resistência ao movimento inconstitucional dos militares. Durante os dois dias que se seguiram ao golpe militar, João Goulart e seus aliados não conseguiram suplantar a conspiração civil-militar. No dia 4 de abril o presidente deixou o país e dirigiu-se ao exílio no Uruguai.⁵²

⁴⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p.350.

⁵⁰ SKIDMORE, loc. cit.

⁵¹ PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. p. 206.

⁵² *Ibidem*. p. 236.

Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes foi mantido sob cárcere, no próprio Palácio das Princesas e, posteriormente, encaminhado para a Ilha de Fernando de Noronha, partindo em seguida para o exílio na Argélia. Nas ruas do Recife, durante uma manifestação popular de apoio ao governador, os estudantes Jonas Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar foram mortos pelas forças repressivas que tentavam impedir o movimento, disparando contra a multidão.¹

No campo, a “ameaça” de uma possível reação das esquerdas, a partir da mobilização das massas rurais, era uma das justificativas utilizadas pelos militares para a repressão ao movimento dos trabalhadores canavieiros.

As Ligas Camponesas foram destruídas e os sindicatos rurais sofreram intervenções. Muitos líderes de Ligas Camponesas e de sindicatos rurais foram humilhados e torturados. O caso célebre foi o de Gregório Bezerra, que atuava no sindicato de trabalhadores rurais de Palmares. Gregório foi submetido a uma grande humilhação, sendo arrastado, da Praça de Casa Forte até a Praça da Independência. “[...] os cárceres no Recife, foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde membros do governo deposto até militares, juízes, políticos, líderes sindicais, estudantes e populares, ou mesmo simples cidadãos”.⁵³

O golpe civil-militar provocou a interrupção do movimento iniciado na década de 50 e que estava ameaçando alterar o equilíbrio entre o poder político e econômico. Representou uma ruptura violenta na trajetória progressista, política e social do país.⁵⁴

As Reformas de Base foram abandonadas e as classes populares ficaram ainda mais excluídas. As oligarquias rurais mesmo estando submetidas ao poder político e econômico da burguesia, conseguiram manter sua dominação no meio rural. Com a extinção das Ligas Camponesas e com a intervenção nos sindicatos de trabalhadores rurais, o movimento camponês ficou desestabilizado e as classes patronais intensificaram a exploração e a repressão aos trabalhadores.⁵⁵

Tinha medo. Em sessenta e quatro a revolta de Miguel Arrais, teve uma revolta que tirou ele do poder. Os patrões aproveitaram para massacrar muita gente. Aquelas pessoas que era muito exigente, aquelas pessoas que o sindicato botava para ser delegado do sindicato, então aquelas pessoas foram presa, espancada, apanhavam. Então tinha medo de ser perseguido pelo patrão.⁵⁶

⁵³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 70.

⁵⁴ PAGE, op. cit., p. 236.

⁵⁵ ABREU E LIMA, op. cit., p. 69.

⁵⁶ José Aniceto do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

A interferência dos militares no movimento sindical de Pernambuco foi coordenada pelo padre Melo, que interveio tanto nos sindicatos rurais como na própria Federação dos Trabalhadores Rurais, mesmo estando ela ligada ao SORPE. Nesse processo de ingerência, pessoas, normalmente descompromissadas com a causa camponesa, eram nomeadas pelo governo militar para ocupar os cargos de líder sindicais e de coordenadores da FETAPE.⁵⁷

1.2 Breve história do contexto brasileiro nas décadas de 1960 e 1970

A Ditadura Militar no Brasil, instaurada em 1964 com o Golpe de Estado, alterou a ordem constitucional que vigorava no país desde 1945. Através da decretação dos atos institucionais, os militares tolheram a liberdade política dos cidadãos e neutralizaram os movimentos sociais de denúncia, resistência e reivindicação popular.

O governo do Marechal Castelo Branco, primeiro presidente do Regime Militar, representou a vitória dos militares “*castelistas*”⁵⁸ sobre os oficiais da “*linha-dura*”.⁵⁹ As disputas política entre as duas alas denunciaram a heterogeneidade dos interesses existente no interior das Forças Armadas, assim como as tensões políticas entre os dois grupos.

A restauração da “*ordem democrática*”, através da repressão aos movimentos sociais e do saneamento econômico brasileiro, em recessão desde 1962, se constituiu como premissa do governo Castelo Branco. “Tratava-se de aplicar o liberalismo econômico às custas da liberdade política.”⁶⁰

**Características da política econômica do Regime Militar*

Em termos econômicos, não houve uma ruptura com o modelo brasileiro implantado desde 1955. Pelo contrário, os militares aperfeiçoaram-no, recriando o financiamento das

⁵⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 112.

⁵⁸ Por “*castelistas*” entende-se o grupo de militares moderados que assumiram o poder no Brasil após 1964. Liderados pelo Marechal Castelo Branco e pelos generais Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva, entre outros, os castelistas eram estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), defendiam a coexistência de um governo central forte e da livre iniciativa, adotavam uma política externa anticomunista e o tecnicismo para solucionar as questões político-econômicas. In: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 51-52.

⁵⁹ Os oficiais da “*linha-dura*” eram contrários à orientação legalista do primeiro governo castelista e acusavam-no de agir com brandura contra os vários setores da oposição. A partir de 1967, com a posse do General Costa e Silva, os oficiais “*linha-dura*” assumiram, sendo responsáveis pelo período de maior violência, autoritarismo e coerção aos movimentos sociais. Ver: MENDONÇA, Sônia Refina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 38-46.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 29.

inversões financeiras e estimulando a expansão da concentração oligopolista, no campo e nos centros urbanos.

Ironicamente, a ditadura militar completava a obra de Vargas e Kubistchek, particularmente no que diz respeito às chamadas “indústrias de base”, e deixando para o setor privado todo o rico desenvolvimento dos bens duráveis de consumo e, claro, o setor de bens não-duráveis.⁶¹

Em 1968, enquanto o país aprofundava-se no autoritarismo, os militares festejavam a recuperação econômica brasileira. Os índices indicavam um aumento de 11% no PIB brasileiro e de 13,3% no setor industrial. O setor de exportação contabilizou um crescimento de 14% e enquanto que a agricultura cresceu 4,4%, mantendo-se dentro de uma margem confortável em relação ao crescimento demográfico de 2,8%.⁶²

O incentivo fiscal e financeiro aos setores de exportação e o favorecimento de crédito às classes médias e altas, a partir do arrocho salarial da classe trabalhadora, geraram a expectativa de lucro e os recursos necessários para o governo dinamizar a economia sem, contudo, lançar mão de novas emissões de moeda, o que poderia acarretar uma possível onda inflacionária. “O favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O ‘milagre’ econômico veio a ser seu resultado.”⁶³

Na política salarial e trabalhista, os militares foram implacáveis com os trabalhadores. Os recursos financeiros utilizados para ampliar os investimentos econômicos (empréstimos e aumento de crédito para outros setores da sociedade), foram obtidos através da política de contenção salarial aplicado à classe trabalhadora – fixação de teto para aumento salarial e alteração na base de cálculo dos reajustes salariais.

A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, em substituição ao regime de estabilidade contribuiu para o arrefecimento do movimento dos trabalhadores devido à possibilidade real de desemprego, minando a combatividade dos trabalhadores frente à classe patronal.⁶⁴

⁶¹ OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura Militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru SP: Edusc, 2004. p.167.

⁶² SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 184.

⁶³ MENDONÇA, Sônia Refina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 21.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 26-27.

Enquanto os trabalhadores especializados, adaptados à produção moderna de alta tecnologia, passaram a receber maiores salários, os operários não-qualificados tornaram-se dependentes da previdência social e economicamente marginalizados.⁶⁵

A política econômica do Regime Militar, legitimada, em grande medida, pela classe média, cuja potencialidade creditícia encontrava-se em dependência do crescimento econômico, gerou uma crescente disparidade na distribuição de renda em todo o país. “[...] Vivemos em uma economia que beneficia uns poucos ao mesmo tempo que sacrifica milhões”.⁶⁶

As contradições do “*milagre*” econômico, contudo, começaram a aparecer a partir de 1973. Ao crescimento apresentado pelo Brasil, entre os anos de 1969 e 1972, sucederam-se os primeiros sinais de desgaste da política econômica.

A recessão verificada no ano de 1973 caracterizou-se pelo esgotamento do governo em manter os níveis de crescimento dos anos anteriores, mediante oferta de créditos e favorecimento financeiro. Ademais, as consequências da crise econômica mundial, agravada pelo aumento do preço do petróleo, tornaram flagrantes os frágeis alicerces em que estava assentado o desenvolvimento econômico brasileiro.

No ano de 1974, as contradições do sistema econômico brasileiro, baseado na abundância do capital financeiro internacional e pelo favorecimento das empresas multinacionais na economia brasileira⁶⁷, desnudou determinados problemas socioeconômicos, tais como: aumento do custo de vida, diminuição do crédito, escassez e, conseqüente, encarecimento de gêneros alimentícios e de matérias primas.⁶⁸

No meio rural, o governo militar promoveu, em paralelo às perseguições aos líderes dos movimentos sociais no campo, a revisão dos processos de desapropriações realizados no governo anterior e a anulação do decreto que previa a desapropriação das terras às margens das rodovias, proposto por João Goulart.⁶⁹

⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 296-304.

⁶⁶ FURTADO, Alencar. *Salgando a terra* apud SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 285.

⁶⁷ “[...] o custo social da mão-de-obra européia, protegida pelo Estado de bem-estar, estimulou a transferência de empresas para a periferia, onde uma série de vantagens comparativas, como baixos salários e leis sociais permissivas, possibilitou o deslocamento conjunto de vagas de trabalho (embora o número destas fosse geralmente inferior às fachadas matriz da empresa de parques industriais mais modernos).” PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar*. In: REIS FILHO, Daniel et al. *O século XX: o tempo das crises*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 244

⁶⁸ MENDONÇA, Sônia Refina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 54-56.

⁶⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 86.

Castelo Branco, contudo, buscou atenuar as reivindicações dos movimentos sociais e instituiu um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um projeto de Reforma Agrária, em consonância com política ideológica do regime, baseada em princípios eminentemente capitalistas e de forte cunho tecnicista.⁷⁰

O Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, sob a Lei nº 4.504, determinava, entre outros dispositivos, a desapropriação de terras, mediante pagamento justo, prévio e em dinheiro⁷¹, uma melhor distribuição das propriedades fundiárias, o cumprimento da função social da terra, a implantação de programas de colonização, tanto nas áreas desapropriadas quanto nas terras que se encontravam ocupadas, a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, o levantamento cadastral das propriedades rurais e o desenvolvimento do cooperativismo no campo.⁷²

A ineficácia do Estatuto da Terra, em meio a um processo de modernização agrícola conservadora de exclusão social, intensificou a desigual distribuição fundiária e promoveu a expansão do latifúndio, em detrimento das médias e pequenas propriedades.

A concentração fundiária no Brasil tornou-se maior graças à proteção dispensada pelo Estado à grande lavoura, através do acesso ao crédito facilitado, da garantia dos preços mínimos, da assistência técnica especializada e ao desprezo dos governos às lavouras de subsistência.⁷³

No Nordeste, entre os anos de 1972 e 1978, enquanto o número de imóveis rurais⁷⁴ classificados de “*latifúndios de exploração*”⁷⁵ aumentou de 787,2 para 875,6, a quantidade de imóveis considerados “*minifúndios*”⁷⁶ apresentou decréscimo, diminuindo de 2.437,0 para 2.038,6.⁷⁷

⁷⁰ MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 86. p. 86-87.

⁷¹ A desapropriação fundiária por meio da indenização justa e prévia, em dinheiro, estabelecida pelo Estatuto da Terra foi alterada na Constituição de 1967, que previa o pagamento prévio e justo, em títulos da dívida pública.

⁷² ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 43-44.

⁷³ Idem. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 64.

⁷⁴ A legislação agrária atual entende como imóvel rural, “[...]o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada”. In: BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Estatuto da Terra*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-pl.html>>. Acesso em: 1 jan. 2012.

⁷⁵ Por latifúndio de exploração, a legislação agrária brasileira compreende o imóvel rural que “compreende propriedades insatisfatoriamente exploradas, com áreas que variam de 1 até 600 módulos”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 64.

⁷⁶ Os imóveis rurais classificados como minifúndios apresentam área e possibilidades inferiores às oferecidas pela propriedade familiar.

⁷⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 65.

Em 1970, pesquisas socioeconômicas apontavam que, dos 46.936 hectares de áreas fundiárias localizadas nos limites do município do Cabo de Santo Agostinho, 61% correspondiam às terras das usinas produtoras de açúcar e o restante aos demais setores agropecuários.⁷⁸

Os presidentes que sucederam Castelo Branco reforçaram o caráter conservador da política agrária, promovendo a criação de órgãos impotentes frente ao interesse, sobretudo econômico, dos setores ruralistas. “A criação de diversos órgãos, IBRA e INDA, fundidos no INCRA, em 1969, [...] paralisaram qualquer progresso no sentido da Reforma Agrária, limitando-se a um trabalho de cadastramento episódico e imperfeito [...]”⁷⁹

**A Repressão durante o Governo Militar*

A posse do Marechal Arthur da Costa e Silva, em 1967, representou a conquista do poder pelos oficiais da “*linha-dura*”. Entre os anos de 1967 e 1969, intensificou-se o processo de interação excludente e de marginalização dos setores populares, devido o progressivo uso da violência de Estado contra as oposições ao regime militar.⁸⁰

A violência repressiva, imposta desde o primeiro presidente militar - cassações de direitos políticos, prisões de opositores ao governo militar, demissão e aposentadoria compulsória de funcionários públicos, afastamento de oficiais das Forças Armadas – AI-1, editado em 9 de abril de 1964 - extinção do pluripartidarismo – AI-3, editado em 5 de fevereiro de 1966 - exacerbou-se no governo Costa e Silva, após a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, atingindo seu ápice no governo do General Garrastazu Médici.⁸¹

Considerado um golpe dentro do golpe, com o AI- 5 “[...] o Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de habeas-corpus [...]”⁸²

⁷⁸ AZEVEDO, Carlos Alberto; LINS, Rachel Caldas; CHACON, Vamireh. *Situação sócio-econômica em áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972. p. 69.

⁷⁹ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 113-114.

⁸⁰ DIREITO à memória e à verdade. Edição Pernambuco. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Recife: Governo do Estado, 2008. p. 26.

⁸¹ CARLOS, Juliana de Oliveira. A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil. *Cadernos AEL: anistia e direitos humanos*, Campinas, v. 3, n. 24/25, p. 175, 2008.

⁸² DIREITO à memória... op. cit., p. 28.

O governo Médici, vulgarmente denominado como “*anos de chumbo*”, também se caracterizou pelo uso extremado da violência e da repressão a qualquer cidadão contrário ao regime militar. Milhares de pessoas foram levadas ao cárcere político, sob uma rotina de interrogatórios mediante torturas físicas e psicológicas. Não raro, as sessões de torturas culminavam no assassinato e no desaparecimento de presos políticos.

Embora as guerrilhas quase inexistissem, devido à repressão do governo, as forças de segurança nacional – sob o controle dos militares da “*linha-dura*”, insistiam na existência de ameaças subversivas em território nacional.

O sequestro e assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife e auxiliar direto do Arcebispo Dom Hélder Câmara ocorrido em maio de 1969, nos arredores da Cidade Universitária de Recife, tornou-se um caso exemplar das arbitrariedades do Estado.⁸³

Com a ascensão do General Ernesto Geisel à Presidência da República ocorreram as primeiras manifestações oficiais do governo ditatorial a caminho da abertura política.⁸⁴ Através do projeto de distensão política, caracterizada no Brasil, por um projeto de “abertura lenta, gradual e segura”, o governo Geisel imprimiu o ritmo da redemocratização brasileira.

Contudo, o governo continuou a utilizar-se do aparato de repressão herdado do período anterior. Prosseguiram os interrogatórios mediante torturas e as notificações oficiais sobre as mortes acidentais dos presos políticos, por meio de atropelamentos, fugas mal sucedidas e suicídios.⁸⁵

1.2.1 A luta democrática e os movimentos sociais: a reconquista dos espaços políticos

O cenário brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970, foi marcado pela efervescência política de amplos setores da sociedade civil e pelo ressurgimento dos movimentos populares. As denúncias, cada vez mais frequentes, dos atos de autoritarismo e

⁸³ SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 183. Disponível em: <www.dominiopublico.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2012.

⁸⁴ O processo de liberalização do regime ditatorial no Brasil situou-se dentro da conjuntura latino-americana de substituição dos governos militares por regimes democráticos durante as décadas de 1970 e 1980. Para mais, ver FICO, Carlos. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

⁸⁵ DIREITO à memória e à verdade. Edição Pernambuco. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Recife: Governo do Estado, 2008. p. 29.

de desrespeito aos direitos humanos, praticados pelos agentes do Estado, paradoxalmente, serviram como mola propulsora para a mobilização popular contra o regime ditatorial.⁸⁶

A Igreja Católica no Brasil, outrora aliada dos militares, posicionou-se contra o governo militar, principalmente após o AI-5. Ao denunciar o autoritarismo e a repressão imposta pelo governo, a Igreja assumiu a defesa dos direitos sociais e humanos, destacando-se nesse período a liderança do grupo eclesiástico mais progressista e engajado.⁸⁷

Através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e das Arquidioceses brasileiras, a Igreja Católica clamou por justiça social e pela dignidade humana.⁸⁸

A Arquidiocese de Olinda e Recife, sob a orientação de Dom Hélder Câmara, se converteu no *locus* de acolhimento e resistência para as pessoas contrárias ao regime, destacando-se, internacionalmente, pela promoção dos direitos humanos. A instituição denunciava constantemente as práticas repressivas utilizadas pelo governo militar e as arbitrariedades cometidas pelos agentes do Estado sob o anonimato de grupos secretos, a exemplo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).⁸⁹

Na zona canavieira de Pernambuco, Dom Hélder Câmara utilizou os recursos provindos das premiações internacionais e realizou a compra de dois engenhos. Um deles, o Engenho Ypiranga, localizado entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Escada, foi dividido em lotes e distribuído entre as famílias canavieiras.

Essas terras foi Dom Hélder quem arrumo. Tinha um dinheiro e comprou aqui, que aqui era sem lotear, aqui não era loteado. Aí ele foi, comprou e deixou a gente. Foi que eu já vivia aqui quando ele comprou, aí aqui mermo que fiquemo morando. Ele foi bom, se ajuntou-se ele e aí ele comprou e deu a gente que já morava e aqui a gente fiquemo.⁹⁰

A postura assumida pela Arquidiocese em denunciar, nos documentos eclesiásticos e na imprensa estrangeira, as prisões e torturas cometidas pelos agentes do Estado, provocou

⁸⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 95-131.

⁸⁷ DELGADO, loc. cit.

⁸⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 357-363.

⁸⁹ DIREITO à memória e à verdade. Edição Pernambuco. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Recife: Governo do Estado, 2008. p. 98.

⁹⁰ Maria do Carmo da Conceição da Paz. Entrevista realizada no dia 18 de março de 2011 no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

uma série de represálias contra os religiosos, “[...] com pichações e tiros na casa do Arcebispo e palácio episcopal; a prisão de agentes pastorais, expulsão de alguns padres, até mesmo o assassinato de um deles [...]”⁹¹

Em 1977, Dom Hélder Câmara criou a seção da Comissão de Justiça e Paz em Pernambuco. Formada por membros do clero e por leigos, a instituição atuava tanto na defesa dos prisioneiros políticos do regime militar, quanto nas comunidades carentes, reivindicando habitações dignas para os mais pobres.⁹²

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) constituiu-se em outra instituição contrária ao regime militar no processo de reconquista dos espaços políticos pela sociedade civil.

A partir de 1974, a OAB assumiu uma posição combativa em relação ao regime militar. Durante os encontros regionais e nacionais, a entidade buscava minar as bases do governo através da campanha pelo retorno do “*Estado de direito*”.

Começaram investindo contra a “ordem jurídica ilegítima”, que eles contrastavam com a “ordem jurídica legítima”. A primeira, afirmavam, fora criada por meios de atos arbitrários, acima de todos o AI-5. Esses atos e decretos constituíam um “estado de exceção”. O “estado de direito” só podia ser restaurado com a revogação do AI-5 e o restabelecimento do “habeas-corpus”[...]”⁹³

No campo político-partidário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) reuniu em suas fileiras a oposição parlamentar ao regime de 1º de Abril.⁹⁴

Após amargar sucessivas derrotas eleitorais para a ARENA (conquistadas graças aos mecanismos de intimidação dos eleitores e hostilização contra a oposição), nas eleições parlamentares de 1974, o MDB obteve uma maciça votação, “[...] com a eleição de 16 senadores e 187 deputados [...]”⁹⁵

Em Pernambuco, a eleição de Marcos Freire ao Senado Federal, consagrou a campanha das oposições no Estado. Caracterizado por uma linha ideológica de centro-

⁹¹ “[...] Foram expulsos os padres Lourenço Rollemberg, Dário (americanos); presos João Francisco da Silva, da Ação Católica Operária; João Francisco Souza, do Encontro de Irmãos; Severino Vicente da Silva, da Pastoral de Juventude e aluno do Instituto de Teologia do Recife; Edval Nunes Cajá, da Pastoral de Juventude; Pe. Reginaldo Veloso, vigário do Morro da Conceição e da Pastoral das Crianças; Morto o Pe. Antônio Henrique Pereira Neto”. In: SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 183. Disponível em: <www.dominiopublico.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2012. p. 183.

⁹² Ibidem, p. 183.

⁹³ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 367.

⁹⁴ Com a extinção dos partidos políticos, determinada pelo Ato Institucional nº 2, o governo Castelo Branco substituiu o pluripartidarismo pelo bipartidarismo. Daí nasceram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido do governo e o MDB, a oposição parlamentar. In: SKIDMORE, op. cit., p. 105.

⁹⁵ FICO, Carlos. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 263.

esquerda, o MDB de Pernambuco era representado “[...] por uma geração de novos políticos como: Marcos Freire, Marcos Cunha, Fernando Bezerra Coelho, Cristina Tavares, Roberto Freire e outros.”⁹⁶

Nas eleições legislativas de 1978, embora derrotado em determinadas localidades, o MDB pernambucano obteve votação expressiva. O percentual, de votos conquistados, por região, para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados Federal e a Assembléia Legislativa foram, respectivamente, 71,43%, 58,19% e 68,66% na capital do Estado, 71,65%, 57,28% e 56,95% na Região da Metropolitana, 55,49%, 43,83 e 43,60% na Zona da Mata, 31,16%, 18,41% e 18,09%, no Agreste e 17,52%, 7,70% e 8,08% no Sertão. Em linhas gerais, o MDB conquistou, respectivamente, 48,46%, 35,32% e 35,57% dos votos nas eleições para o Senado, a Câmara dos Deputados e a Assembléia Legislativa, demonstrando a força do partido no Estado.⁹⁷

Os estudantes, secundaristas e universitários, compartilhavam desse sentimento. Na segunda metade da década de 70, o Movimento Estudantil promoveu a retomada das mobilizações políticas, através da realização de atos públicos nas universidades e de marchas, piquetes, comícios e passeatas nas principais capitais brasileiras.⁹⁸

O Movimento Estudantil empreendeu uma dupla luta política. Por um lado, defendeu a reconstrução das entidades representativas, em especial da União Nacional dos Estudantes (UNE), a garantia de padrões mínimos para a educação básica e a realização da Reforma Universitária e, por outro, engrossou as fileiras de oposição ao regime militar ao levantar a bandeira das liberdades democráticas, “[...] anistia ampla, geral e irrestrita; fim do aparelho e da legislação repressiva; eleições livres e diretas; direito de greve; liberdade de organização, expressão e manifestação política etc.”⁹⁹

A exclusão social das classes trabalhadoras, fruto da política econômica do governo militar, refletiu-se, sobretudo, no declínio das condições de vida da população mais pobre. Como alternativa à manutenção do lar, as mulheres passaram a ocupar novos postos de trabalhos oferecidos pelo mercado, sem “*desobrigar-se*”, contudo, do trabalho doméstico. Assim sendo, realizavam uma dupla jornada de trabalho.

⁹⁶ ZAIDAN FILHO, Michel. *Educação, multiculturalismo & globalização*. Recife: Ed. do autor, 2006. p. 26.

⁹⁷ PASSOS CAVALCANTI, Luiz Alberto. A avaliação do quadro sucessório de Pernambuco: março de 1982. In: FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda (Org.) *Nordeste: eleições*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985. p. 162.

⁹⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru SP: Edusc, 2004. p. 167.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 166.

Ao assumir, no entanto, um posicionamento crítico em relação à realidade contraditória que as envolvia, parte significativa de mulheres das classes trabalhadoras, numa clara demonstração de resistência à exploração classista, embora não ultrapassando os limites impostos socialmente ao seu gênero, se opuseram aos militares. Retomaram os Movimentos de Mulheres contra a Carestia e, junto às demais lideranças comunitárias, organizaram Associações de Moradores de Bairros.

Os movimentos de mulheres da década de 1970, foram associações organizadas dentro dos limites impostos pelo Regime Ditatorial e pelas relações de gênero existentes na sociedade. Identificadas como donas de casa, mães e esposas, as mulheres não extrapolavam as reivindicações culturais atribuídas ao seu gênero.¹⁰⁰

As principais bandeiras dos Movimentos de Mulheres e das Associações de Bairros foram a luta pela garantia de distribuição de água potável, em dias e horários convenientes ao cotidiano da população, a ampliação da rede de creches e escolas – equipamentos coletivos de consumo fundamentais para a reprodução das famílias trabalhadoras – a ampliação e renovação da frota de coletivos, bem como a criação de novos itinerários, a garantia de preços razoáveis para os gêneros alimentícios de primeira necessidade e a construção de postos de saúde e hospitais, a implementação de exames clínicos e o aumento no número de leitos nas enfermarias e Unidades de Terapia Intensiva (UTI).¹⁰¹

O surgimento das associações de bairro, em muitos momentos, dependeu da iniciativa de pessoas ou grupos mais comprometidos politicamente em mobilizar os demais moradores, como o foram o surgimento dos movimentos de Mulheres Trabalhadoras no município do Cabo de Santo Agostinho, através da liderança de Efigênia Oliveira, que em 1984 deu origem ao Centro das Mulheres do Cabo.¹⁰²

Ao chegar, em 1979, ao bairro de Pontes dos Carvalhos, Efigênia Oliveira, outrora metalúrgica, sindicalista e integrante do Movimento Revolucionário de 8 de outubro – MR8, no Estado de Minas Gerais, chocou-se diante do descaso do poder público com relação aos serviços públicos, em especial, o abastecimento regular de água nas áreas urbanas e rurais, sendo responsável pela organização de um grupo de mulheres que desde então passariam a

¹⁰⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 200.

¹⁰¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru SP: Edusc, 2004. p.161-175.

¹⁰² Os objetivos e ações desenvolvidas por essa instituição na luta pela defesa dos direitos sociais das mulheres trabalhadoras do Cabo de Santo Agostinho foram analisados no capítulo 3.

pressionar as autoridades públicas para garantir o acesso a serviços sociais básicos, como o fornecimento de água em dias e horários convenientes para a população.

[...] O que eu não podia compreender era a questão do abastecimento de água. Porque durante o dia, a água não chegava nas torneiras, não tinha água em casa. Ficava todo mundo sem poder fazer trabalho de casa, lavar roupa, lavar prato, limpar casa, limpar cozinha porque não tinha água. De noite era pra ficar a madrugada toda acordada, lavando roupa, lavando prato ajuntando água prá o outro dia. Foi em cima dessa situação que eu comecei a conversar com as minhas vizinhas e dizer prá elas que não era possível a gente viver dessa maneira e que não tinha condições de uma coisa ser desse jeito. Mas havia um certo desânimo que a gente tava acabando de sair do período de ditadura né, entrando no processo de reorganização do país. E como eu já vinha de uma experiência do movimento sindical, movimento de bairro, eu comecei a conversar com elas e elas se animaram e a gente resolveu fazer um abaixo assinado, colocando essa situação para levar prá Compesa. [...] Quando começou era um grupo de 16 mulheres, corremos a rua todinha, pegando assinatura das outras. Fizemos esse abaixo assinado foi muito bom. Tiramos uma comissão. [...] Em Jabotão as mulheres já ficaram mais animadas porque elas acharam que não ia ser recebido. A gente foi muito bem recebido né, com água, cafezinho e tudo mais. Que prá eles foi também uma surpresa, chegar um grupo de mulheres, no escritório da Compesa, em Jabotão naquela época! Em pouco tempo modificou e começou a chegar água durante o dia, não o dia todo, mas já chegava água durante o dia, depois acabava. [...] Todo dia começou a chegar água e isso animou muito o grupo, animou demais, porque, de qualquer maneira, foi uma coisa tão pequena, mas para elas foi uma grande conquista.¹⁰³

1.2.2 A luta pela Anistia

Em março de 1975, houve a criação do Movimento Feminino pela Anistia, principal centro aglutinador de famílias vitimadas pelos atos de exceção dos militares.¹⁰⁴ Os movimentos sociais e demais setores da sociedade civil insatisfeitas com o governo ditatorial “[...] pelas ruas, salas de aula, clubes, igrejas mobilizava-se a população em torno do lema Anistia, ampla, geral e irrestrita.”¹⁰⁵

Ainda que o objetivo principal da campanha fosse a anistia dos presos e dos exilados políticos, o movimento concentrou outras reivindicações. A luta pelo fim da miséria, contra a estrutura fundiária do país, pela garantia do direito de *habeas corpus* para os presos políticos e para o direito dos filhos dos exilados políticos serem considerados brasileiros.

Decretada pelo governo do General João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia contemplou cerca de 5.000 mil exilados, aproximadamente 300 presos

¹⁰³ Efigênia Oliveira. Entrevista realizada no dia 16 de março de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁰⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 63.

¹⁰⁵ FICO, Carlos. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 269.

políticos e um número incontável de pessoas atingidas por demissões, aposentadorias compulsórias e cassações de direitos políticos.¹⁰⁶

Embora decretada sem negociação com os movimentos sociais e com a oposição política, tornar-se-ia incorreto desconsiderar os papéis desempenhados por esses grupos para a aprovação da anistia, que marcou o início de um período de maior liberalização e menor repressão, ou seja, um ambiente social aberto para as manifestações populares.

Em Pernambuco, o ex-governador Miguel Arraes configurava-se como um dos exilados políticos mais esperados. Sua trajetória consagrava como um político progressista e conciliador, fiel às prerrogativas constitucionais.

Eternizado pelo jornalista Antônio Callado como “*Os tempos de Arraes*”¹⁰⁷, o primeiro governo de Miguel Arraes caracterizou-se pelo cumprimento da legalidade e pelo “[...] enfrentamento da questão agrária fundamental para o equilíbrio do governo, que em certo sentido caminhava, politicamente, sobre o fio da navalha, pressionado à esquerda e à direita.”¹⁰⁸

O retorno do ex-governador, portanto, não poderia ter ocorrido em outro clima senão o de comemoração. A chegada de Miguel Arraes despertou, contudo, sentimentos antagônicos. Enquanto a população, em especial o povo do campo, idolatrava o “*pai Arraia*”, os adversários políticos reagiam contra as manifestações de recepção ao ex-governador.

Dias antes ao retorno de Miguel Arraes, o Deputado Federal Nilson Gibson (ARENA-PE) proferiu um discurso na Câmara dos Deputados Federais, atacando os emedebistas do estado que, segundo o mesmo, “*orquestravam*” uma grande mobilização popular para receber Miguel Arraes.

[...] os opositores de Pernambuco, terra política do cearense Miguel Arraes de Alencar, preparam-lhe uma recepção, para o dia de sua volta, como se um verdadeiro herói retornasse à sua pátria, tantos têm sido os preparativos, desde a distribuição de cartazes pelas cidades do Recife, Olinda e Santo Amaro, até a maciça convocação da população para participar de comício na noite de amanhã. [...] A imprensa pernambucana já noticiou a possibilidade de que mais de 400 mil

¹⁰⁶ CARLOS, Juliana de Oliveira. A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil. *Cadernos AEL: anistia e direitos humanos*, Campinas, v. 3, n. 24/25, p. 182, 2008.

¹⁰⁷ Através do livro, *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*, o jornalista Antônio Callado, correspondente do jornal *Diário da Manhã*, manifestou suas impressões sobre o “Movimento Camponês” durante o primeiro governo de Miguel Arraes: “Pernambuco é, neste momento, o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil. É o Estado mais democrático da Federação. Lá a gente repara, mesmo, que a democracia não tem nada de habitual no Brasil.” In: CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 46.

¹⁰⁸ AZEVEDO, Fernando Antonio de Farias. *As ligas camponesas: campesinato e política (1955-1964)*. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980. p.113.

trabalhadores rurais em Pernambuco poderão paralisar suas atividades a qualquer momento, segundo inclusive informações recebidas pela Delegacia Regional do Trabalho, num movimento para trazer ao Recife os rurícolas, a fim de que participem das manifestações políticas em homenagem a Arraes. [...] Ao invés de organizar festas e incitar paralisações dos homens do campo, melhor fariam os correligionários de Arraes, que tanto deve às causas democráticas, se lhe sugerissem descer em Brasília para desculpar-se, perante o Parlamento, pelas agressões cometidas contra o Poder Legislativo, prestando, a seguir, juramento no Supremo Tribunal Federal, de não mais desobedecer às leis ou atentar contra a Constituição e o regime democrático.¹⁰⁹

O pronunciamento do Deputado Nilson Gibson, além de provocar discussões e apartes fervorosos dos deputados, evidenciou a expansão dos direitos constitucionais dos parlamentares no tocante à liberdade de expressão e de posicionamentos políticos.

V. Exa. está exercendo o seu papel; para cada ratoeira há um tipo de rato conveniente. V. Exa. exerce a função que se delimitou aqui, nesta Casa: representante da extrema-direita, “dedo-duro” incontestado, representante do que há de pior no País; exerce uma missão anti-nacional na tribuna. [...] Não posso entender – e nisto eu perdô a liderança da ARENA, pois tenho consciência de que não tem conhecimento do tipo de assunto que focaliza V. Exa. na tribuna – o discurso de V. Exa., que deve ter sido feito pelo comando de caça aos comunistas, pelo TFP, ou qualquer outra organização que deseje tumultuar este País, como V. Exa., que só se realiza na balburdia, na intranqüilidade, na perseguição pessoal, no ataque ao ex-Governador de Pernambuco. V. Exa. não faz um papel útil à Nação; presta-se a um papel degradante, que humilha o Parlamento. Esta Casa sente-se numa situação deplorável com a presença de V. Exa. na tribuna.¹¹⁰

Os limites da renovação político-partidária em Pernambuco, contudo, seriam expostos ainda no período da redemocratização, em especial, após o retorno do ex-governador Miguel Arraes de Alencar.

Ao buscar reaver a liderança política dos anos 60, Miguel Arraes encontrou o cenário pernambucano ocupado pela nova geração política. No processo de enfrentamento político, Arraes confrontou-se com Marcos Freire nas eleições de 1982 ao Governo do Estado, desapontou os correligionários ao assumir uma posição de neutralidade em relação à eleição de Cristina Tavares à Câmara dos Deputados e iniciou uma disputa ferrenha, que evoluiu para o campo pessoal, com o atual senador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos.¹¹¹

¹⁰⁹ O discurso proferido pelo Deputado Nilson Gibson sobre o retorno de Miguel Arraes de Alencar encontra-se no Anexo A. In: GIBSON, Nilson. *Representando Pernambuco II. Discursos pronunciados e proposições apresentadas pelo deputado Nilson Gibson*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1980. p. 69-84.

¹¹⁰ Aparte do Deputado Jorge Ueued. In: GIBSON, loc. cit.

¹¹¹ ZAIDAN FILHO, Michel. *Educação, multiculturalismo & globalização*. Recife: Ed. do autor, 2006. p. 26.

1.3 Os canavieiros na cena política: a retomada das mobilizações trabalhistas

O processo de abertura política brasileira, caracterizada por uma transição lenta, gradual e segura, direcionada pelos militares pressionados pelas forças políticas oposicionistas¹¹², culminou na aprovação da Anistia, ao retorno do pluripartidarismo¹¹³, no fim da censura de imprensa e na retomada das greves urbanas e rurais.¹¹⁴

A mobilização dos trabalhadores canavieiros da zona da Mata de Pernambuco vinculou-se à conjuntura nacional de luta por melhores condições salariais e valorização dos direitos de cidadania. Ao fim dos anos 70, a classe trabalhadora empreendeu um sólido movimento de oposição ao regime militar, marcando o (res)surgimento do Movimento Sindicalista.

Nesse período destacaram-se os “*sindicalistas autênticos*”, trabalhadores agrupados em torno dos metalúrgicos do ABC Paulista e que compunham o chamado “*novo sindicalismo*” e os trabalhadores ligados às lideranças políticas tradicionais do movimento sindical e aos militantes dos Partidos de esquerda (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que formavam a “*Unidade Sindical*”.¹¹⁵

Em Pernambuco o primeiro desafio à reestruturação do sindicalismo rural foi superar os conflitos dentro do próprio movimento. Sem desprezar a função assistencial desenvolvida pelos sindicatos¹¹⁶, principal aspecto responsável pelo aumento no número de filiados, a ação de determinadas oposições sindicais redefiniu-se com vistas a promover a redemocratização e o resgate dos espaços políticos ocupados por diretorias “*pelegas*”.

¹¹² FICO, Carlos. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 273.

¹¹³ A reforma política que encerrou o bipartidarismo constituiu-se como uma reação dos militares ao crescimento eleitoral da oposição reunida no MDB. Embora tenha implodido a unidade oposicionista, atingindo os objetivos dos militares, o pluripartidarismo foi ao encontro dos anseios das múltiplas correntes políticas agrupadas no MDB. In: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 68.

¹¹⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 122.

¹¹⁵ Para mais, consultar SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 285-313.

¹¹⁶ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985. 1990*. Dissertação de Mestrado. Institut Universitaire D'Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 293-294.

Contudo, a renovação política do sindicalismo rural em Pernambuco, proposta pelos trabalhadores canavieiros, confrontou-se com o continuísmo político exercido por grupos menos combativos, tolerantes ao governo militar que ocupavam as diretorias das entidades de classe, tanto em nível de Federação quanto de sindicatos.

Os processos eleitorais promovidos pelas entidades sindicais nem sempre alteravam o posicionamento político-ideológico dos sindicatos, uma vez que, mesmo havendo a eleições de outras lideranças, houve casos em que não se modificou o direcionamento das ações políticas. Por assumir uma posição de neutralidade em relação a determinadas disputas no interior dos sindicatos, a Federação recebia fervorosas críticas das lideranças oposicionistas, realmente comprometidas com as causas dos trabalhadores.¹¹⁷

No decorrer da década de 1970, trabalhadores e trabalhadoras canavieiras articularam-se politicamente com lideranças políticas mais empenhadas com as questões da classe canavieira, fortalecendo os grupos de oposição dentro dos sindicatos. Passaram a exigir uma política sindical mais comprometida com as reivindicações trabalhistas.¹¹⁸

Na Federação, semelhante em alguns sindicatos, formaram-se lideranças políticas mais combativas que, aos poucos, foram conquistando os espaços dentro da entidade, até assumir a direção da Federação, possibilitando uma ação política mais comprometida com os interesses dos trabalhadores canavieiros.¹¹⁹

1.3.1 A Greve de 1979

A greve dos canavieiros, ocorrida entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979, mobilizou diretamente 20 mil trabalhadores e 100 mil de maneira indireta, que ameaçavam aderir à paralisação.¹²⁰

Deflagrado pelos trabalhadores dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Paudalho e São Lourenço da Mata, o movimento foi considerado legal segundo a Lei de Greve nº 4.430 e tornou-se um símbolo na retomada das mobilizações dos canavieiros, destacando-se a participação feminina, enquanto trabalhadoras canavieiras e/ou

¹¹⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 189.

¹¹⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 51.

¹¹⁹ ABREU E LIMA, op. cit., p. 215-216.

¹²⁰ SIGAUD, Lúcia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 11-15.

esposas dos cortadores de cana, fato que demonstrava a conscientização de classe das canavieiras, conforme a Foto 1.

Foto 1 - Em Paudalho, mulheres trabalhadoras votam a favor da continuação da greve.



Fonte: SIGAUD (1980)

Nota: Agência Jornal do Brasil (AJB). Foto de Natanael Guedes. Lígia.

A greve dos canavieiros foi apoiada por 78 sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata, do Agreste e Sertão, pelas entidades classistas, além da FETAPE. Recebeu solidariedade da Igreja Católica, das lideranças políticas da oposição, de estudantes, jornalistas e advogados.¹²¹

O sucesso da greve dependia do envolvimento do maior número possível de trabalhadores. Logo, as lideranças do movimento estimulavam não só a participação dos canavieiros permanentes “fichados”, considerados a base do movimento, como também dos trabalhadores “clandestinos”, sem vínculo empregatício e, até mesmo dos produtores rurais do agreste, que participavam do corte de cana na Zona da Mata, denominados “corumbas”.¹²²

¹²¹ MINISTÉRIO do Trabalho vem ver a greve no campo. *Jornal do Commercio*, Recife. 4 out. 1979.

¹²² MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 125.

Divulgava-se o movimento grevista através das rádios locais e por meio de panfletagens nos engenhos e nas pontas de rua. Publicavam-se as datas das assembleias, os direcionamentos da mobilização grevista e os direitos dos trabalhadores canavieiros.

Entre os principais direitos divulgados foram a proibição de prender trabalhadores em greve; a possibilidade de aliciar outros companheiros; a proibição dos patrões contratar outros trabalhadores; a punição legal das autoridades que impedissem a ação dos grevistas.¹²³

Durante a paralisação os trabalhadores e trabalhadoras organizaram, em cada engenho, comandos de greve. Cabia-lhes formar piquetes para impedir a entrada de fura-greves, fiscalizar a paralisação e servir de ponte para o diálogo entre trabalhadores na base e diretorias nos sindicatos.¹²⁴

Evocada nos momentos de impasses político-econômicos entre trabalhadores rurais canavieiros e a classe patronal, o discurso sobre a “*crise do setor agroindustrial canavieiro*” era um artifício utilizado pela classe patronal para auferir, junto ao governo, reajustes no preço da cana.

Os jornais conservadores divulgavam as informações sobre a greve dos canavieiros vinculada aos possíveis problemas econômicos decorrentes da mobilização da classe trabalhadora rural. Análises científicas abalizavam o discurso propagado pelo periódico como meio de justificar tanto a crise do setor sucroalcooleiro, carente de recursos estatais quanto a isenção da responsabilidade da classe patronal sobre o não pagamento do aumento dos trabalhadores canavieiros, caso não houvesse por parte do governo incrementos à indústria açucareira no Estado.

Da parte dos produtores da cana-de-açúcar, estudos efetuados pelos agrônomos Adailson Machado Freire e Roberto Brito Cavalcanti, junto com o consultor econômico, Wilson Carneiro da Silva, exige um aumento do preço da cana que proporcione um realismo econômico para que possam pagar o aumento (do salário) [...] Finalmente, há de se convir que somente com a prática de políticas de preços reais e estimulantes poderá o setor canavieiro do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco, capitalizar-se para reinvestir e modernizar-se, oferecendo a esperada resposta ao urgente desafio energético que ora se coloca a Nação, qual seja o incremento da produção de cana para álcool para fins carburante. Dentro desse raciocínio, o preço atual - bruto - seria de Cr\$ 431,04 e líquido de Cr\$ 339,00. Dentro dos nossos estudos, os preços deveriam ser: em agosto de 1979 – Cr\$ 652,00 (bruto) e Cr\$ 533,01 (líquido). Estando incluídas as taxas de ICM e as demais.¹²⁵

¹²³ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Os direitos e a lei dos grevistas*. Recife, 1979.

¹²⁴ SIGAUD, Lígia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 30.

¹²⁵ SALÁRIO de camponeses gera crise no Estado. *Jornal do Comércio*, Recife. 3 out. 1979.

No dia 13 de outubro, na presença dos representantes de 24 sindicatos de trabalhadores rurais canavieiros da zona da Mata, do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco e do Sindicato de Cultivadores de Cana-de-açúcar do Estado de Pernambuco, foi assinada a Convenção Coletiva de 1979.¹²⁶

Disposta em 23 cláusulas, a Convenção Coletiva representou uma vitória significativa para os trabalhadores. Mesmo com o veto à estabilidade do delegado sindical, a convenção estabelecia, entre outros direitos: o aumento salarial de 52% de todos os trabalhadores canavieiros da Zona da Mata; adicional de salubridade ou periculosidade; pagamento do 13º salário dividido, sendo a 1ª parcela até o dia 30 de junho e a segunda não podendo ultrapassar o dia 20 de novembro; direito ao sítio aos trabalhadores com mais de um ano de serviço; a proibição de descontos em folha de pagamento.¹²⁷

As conquistas da classe canavieira na greve de 1979 ultrapassaram os limites das reivindicações trabalhistas. Além de trazê-los novamente à cena política, através da organização de protestos e de reivindicações de direitos sociais, possibilitaram o fortalecimento da organização sindical como um espaço de luta.¹²⁸

O sindicalismo rural desenvolvido pela Federação e pelos sindicatos, presente ao longo dos anos 80 na articulação das mobilizações¹²⁹, adotou como elementos definidores da ação sindical, a promoção da luta trabalhista dentro dos parâmetros legais, daí a importância das votações nas assembleias sindicais antes da deflagração de paralisações e a condução das demandas dos canavieiros via campanhas salariais.¹³⁰

1.4 Breve história do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho

O Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo, fundado em 19 de agosto de 1963 e reconhecido em 26 de abril de 1966¹³¹, caracterizou-se pelo conservadorismo político. Ao assumir uma postura política conservadora, colaboradora dos interesses das classes patronais,

¹²⁶ A cópia da Convenção Coletiva de 1979 encontra-se no anexo B.

¹²⁷ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva de 1979*. Recife, 1979.

¹²⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 151.

¹²⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 126.

¹³⁰ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 205-310.

¹³¹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Ficha nº 1 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, nº de ordem 9*. Recife, 1963.

as sucessivas diretorias do sindicato do Cabo caracterizaram-se por ser um sindicato dirigido por *pelegos*.

Entre os anos de 1966 e 1988, o Sindicato dos Trabalhadores do Sindicato do Cabo de Santo Agostinho foi palco de 6 processos eleitorais.¹³² As diretorias sindicais, subservientes aos militares e apoiados pelo Padre Melo, permaneceram na direção do Sindicato do Cabo entre os anos de 1966 e 1981, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Composição das Diretorias eleitas no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho (1966-1988)

GESTÃO	PRESIDENTE	SECRETÁRIO	TESOUREIRO	SUPLENTES*
1966/1968	João Luiz da Silva	Antônio Manoel dos Santos	João Antônio de Andrade	-
1969/1975	Sebastião Filipe de Azevedo	Antônio José Barbosa	André Vieira da Silva	Manoel Pereira Leão; Lucas Inácio Ferreira
1975/1978	Manoel Pereira Leão	Lucas Inácio Ferreira	Nélson Francisco da Silva	José Amaro Firmino da Silva
1978/1981	Lucas Inácio Ferreira	Antônio Sabino Viana	José Amaro Firmino da Silva	-
1981-1984	José Rufino de Lima	José Amaro Firmino da Silva	Severino Honorato de Santana	João Vicente da Silva Filho; José Amaro Firmino da Silva
1985-1988	João Vicente da Silva Filho	Joaquim Matias Vital	José Amaro Firmino da Silva	-

Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). Fichas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho.

Nota: Em destaque os dirigentes que assumiram diretorias nas gestões posteriores. Elaborado pela autora.

Em virtude da influência exercida pelo Padre Antônio de Melo,¹³³ presente no sindicato desde sua fundação, a entidade apresentou posturas autoritárias e antidemocráticas, cujos desdobramentos geraram descontentamentos em alguns grupos de canavieiros.

¹³² FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Ficha individual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, nº de ordem 9*. Fichas números 1, 2 e 7. Recife, 1963-1988.

¹³³ Padre Antônio de Melo atuou de maneira ativa na organização de sindicatos de trabalhadores rurais cristãos. Ao lado do Padre Enes Paulo Crespo e com outros 15 padres da Zona da Mata, fundou em agosto de 1961, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), um projeto de sindicalização católica dos trabalhadores rurais. Por volta de 1963, Padre Antônio Melo ligou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), aproximando-se dos grupos políticos de direita. Após o golpe de 1964, tornou-se colaborador dos militares no processo de desmantelamento e repressão ao sindicalismo rural. In: BEZERRA, Marcela Heráclio. *A sindicalização dos trabalhadores rurais de Pernambuco: a*

Como reação à atuação política do sindicato do Cabo, as demais lideranças de trabalhadores do município fundaram, em 1º de janeiro de 1964, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes dos Carvalhos, uma exceção à regra do sindicalismo rural, posto que cada município deveria possuir apenas um sindicato. Essa entidade, em relação ao sindicato do Cabo, apresentou uma postura sindical mais reivindicativa.¹³⁴

A partir da eleição de 1981, os espaços políticos da entidade passaram a ser compartilhados por membros das antigas diretorias e por novas lideranças sindicais, mais comprometidas com as questões dos canavieiros.

No processo de reconquista dos sindicatos, enquanto a maioria das entidades da zona canavieira transformava-se em palco de disputas entre as diretorias “pelegas” e novas lideranças, no sindicato do Cabo, os grupos políticos tolerantes ao governo militar mantinham-se nas diretorias.

A débil renovação política ocorrida neste sindicato, não foi capaz de gerar, no interior da entidade, práticas democráticas de organização e estrutura da entidade, em especial ações relativas à liberdade sindical, à autonomia dos trabalhadores e à valorização das mulheres canavieiras.

A substituição de algumas lideranças políticas por outros grupos de trabalhadores não gerou alterações estruturais no posicionamento político da entidade.

[...] esse sindicato foi sempre um sindicato difícil e problemático. Na época da ditadura militar, os sindicatos sofreram intervenção. E como ficaram muitos anos né, da ditadura militar, se consolidou dentro de muitos sindicatos grupos que foram muitos difíceis de ser desalojados desses sindicatos através de eleição. Aqui no Cabo, o sindicato foi um dos mais difíceis de ser retomado. Aqui, a participação das mulheres teve, mas a participação foi menor. Em Barreiros, a participação foi muito maior. O sindicato de Rio Formoso foi muito maior. Do sertão e do agreste, a participação das mulheres era muito maior do que aqui.¹³⁵

Contudo, os interesses defendidos pelas diretorias sindicais não eram unânimes havendo dissidências entre os próprios dirigentes, como ocorreu no processo eleitoral de 1984. Em virtude da aproximação política da entidade com políticos não comprometidos com os

participação da Igreja Católica. 1960-1964. 2009. Monografia (Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

¹³⁴ O sindicato de Pontes dos Carvalhos foi criado em 1º de janeiro de 1964 e reconhecido em 3 de março de 1964. Na data da fundação contava com 867 trabalhadores canavieiros. In: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Ficha individual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes dos Carvalhos – área Ribeirão*: Ficha nº 20. Recife, 1964.

¹³⁵ Efigênia de Oliveira. Entrevista realizada em 30 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

trabalhadores canavieiros, inclusive em nível de Federação, os dirigentes, eleitos em 1981, romperam a unidade da diretoria e confrontaram-se nas eleições posteriores.

Antes a gente tomou o sindicato unido, vê só, com esse mermo grupo. Depois que ele ficou no sindicato, ele tentou se vender pra política. [...] Então por isso que deu esse choque no Cabo. Inclusive que ele já morreu, chamava-se Rufino de Jussaral, no Cabo. Então a gente não aceitava porque política é política, sindicato é sindicato, movimento é movimento. Então por conta disso a gente se chocaram e ficou a gente discutindo e brigando junto. Até que a gente fizemo, na nova eleição, e a luta foi tão forte em 84, que a gente tomamo o sindicato. A FETAPE ficou uma parte de um lado e outra parte de outro lado. O lado maior ficou do nosso lado. Então nos acompanhou, deu apoio.¹³⁶

Atribuiu-se o apoio político à diretoria sindical desposta em 1984, aos partidos de tendências conservadoras existentes no município do Cabo de Santo Agostinho, entre eles o Partido da Frente Liberal (PFL), pois nas eleições de 1986, a diretoria vitoriosa apoiou Miguel Arraes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e representante das forças políticas progressistas em Pernambuco.

A eleição de 1984 marcou um acontecimento inédito no sindicato do Cabo. Pela primeira vez, uma mulher integrava a chapa de oposição, na função de 1ª suplente. Santina Tertunila de Belo participou de maneira ativa nas disputas eleitorais, presenciando os momentos de tensão e as agressões verbais e físicas entre os associados.

Então a gente tomou conhecimento que o sindicato do Cabo ficou pelego e aí foi uma outra luta pra derrubar os pelego, muito difícil. [...] Existia dois grupos, pra tomar o sindicato foi dois grupos entendeu. Então um grupo era político, era mais político e a gente era movimento, chamado corrente. Então teve até bala dentro do sindicato, mas não atingiu ninguém, teve policial.¹³⁷

1.4.1 Caracterização dos trabalhadores canavieiros associados ao Sindicato do Cabo de Santo Agostinho

Ao realizar uma análise minuciosa na documentação do Sindicato do Cabo de Santo Agostinho foi possível compreender uma série de informações relativas às condições sociais e de trabalho das canavieiras.

Graças a essa documentação, pode-se realizar um levantamento do número de inscrições dos trabalhadores associados ao referido sindicato, fazer uma análise comparativa entre a quantidade de homens e mulheres sindicalizados, compreender como os

¹³⁶ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹³⁷ Idem.

condicionantes históricos favoreceram ou desencorajaram a sindicalização dos trabalhadores canavieiros como um todo ao órgão de classe. Ademais, também foi possível constatar o tempo de sindicalização das canavieiras e a idade que as trabalhadoras tinham quando se associaram ao sindicato.

As fichas de inscrição, como demonstra a Figura 1, apresentavam os elementos comuns à maioria dos documentos, como dados pessoais - nome, data e local de nascimento, filiação, estado civil, grau de instrução, local de residência, paternidade/maternidade – e relativos aos documentos civis – carteira profissional, título de eleitor; ação laboral, local do trabalho, função, período de admissão e de dispensa, tempo de serviço, participação sindical, data de filiação ao sindicato, comprovante do pagamento da contribuição sindical.

Figura 1 - Ficha de inscrição do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho

Mat. Sind. 632	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de <u>Cabo</u>	
<u>[Redacted]</u> Nome do Associado	<u>[Redacted]</u> Insc. n.º	N.º Instituto de Aposentadoria <u>Simular</u>
Insc. n.º	Admissão aprov. em <u>24/01/1977</u>	Residência <u>Carmo e São Francisco</u>
Nacionalidade <u>Brasiliana</u>	Natural de <u>Umarizal</u>	
Data Nasc. <u>17/08/1922</u>	Estado Civil <u>Viúva</u>	Esposa
Carteira Profissional n.º <u>07 956</u>	Série <u>343</u>	Sabe ler <u>Sim</u> Título <u>Mad</u>
Filiação: Pai <u>[Redacted]</u>	Mãe <u>[Redacted]</u>	Nacionalidade <u>Brasiliana</u>
Empresa onde exerce a profissão	Discriminação da Empresa	Função <u>Agricultora</u>
	Endereço	Data de Admissão <u>24/01/1977</u>
Empresa onde exerce a profissão	Discriminação da Empresa	Função
	Endereço	Data de Admissão
Filhos Menores		

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Em virtude da ausência de uma política de preservação documental existentes nos sindicatos das classes trabalhadoras rurais e urbanas, não há como afirmar, com exatidão, a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras associadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, desde a sua fundação em 1963.

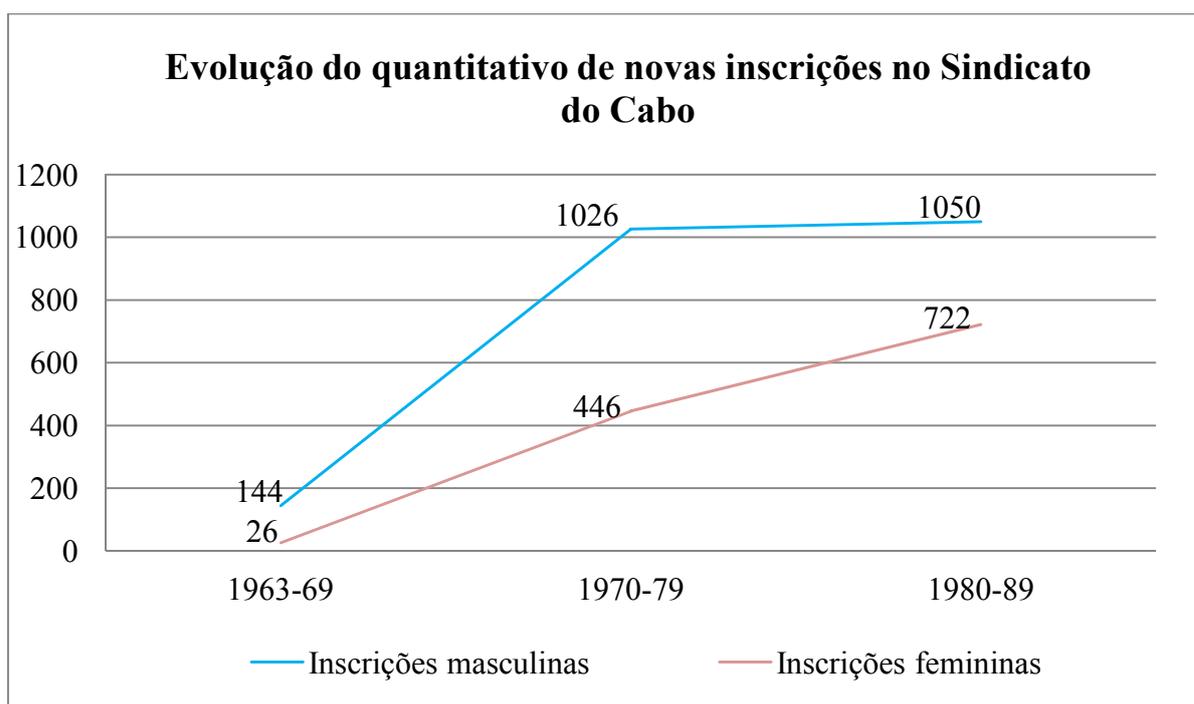
Contudo, verificou-se que as fichas cadastrais foram organizadas em ordem crescente. Logo, determinou-se que, para fins metodológicos, o quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras, por décadas seria dado pelo número de inscrição das fichas dos associados.

Dessa forma, estima-se que, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, havia, respectivamente, cerca de 1.779, 5.803 e 6.485 trabalhadores canavieiros filiados ao sindicato do Cabo.

A pesquisa documental realizada no arquivo do referido sindicato, possibilitou a catalogação de 3.527 fichas de trabalhadores rurais de ambos os sexos. Deste universo, 2.295 fichas correspondem aos trabalhadores e 1.252 às trabalhadoras.

Através da catalogação das fichas existentes e da orientação metodológica utilizada, concluiu-se que, nos anos 60, 70 e 80, ocorreram, respectivamente, 170, 1.472 e 1.772 novas associações ao Sindicato do Cabo de Santo Agostinho, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação no número de inscrições das trabalhadoras e trabalhadores rurais canavieiros no Sindicato do Cabo de Santo Agostinho (1963- 1989)



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

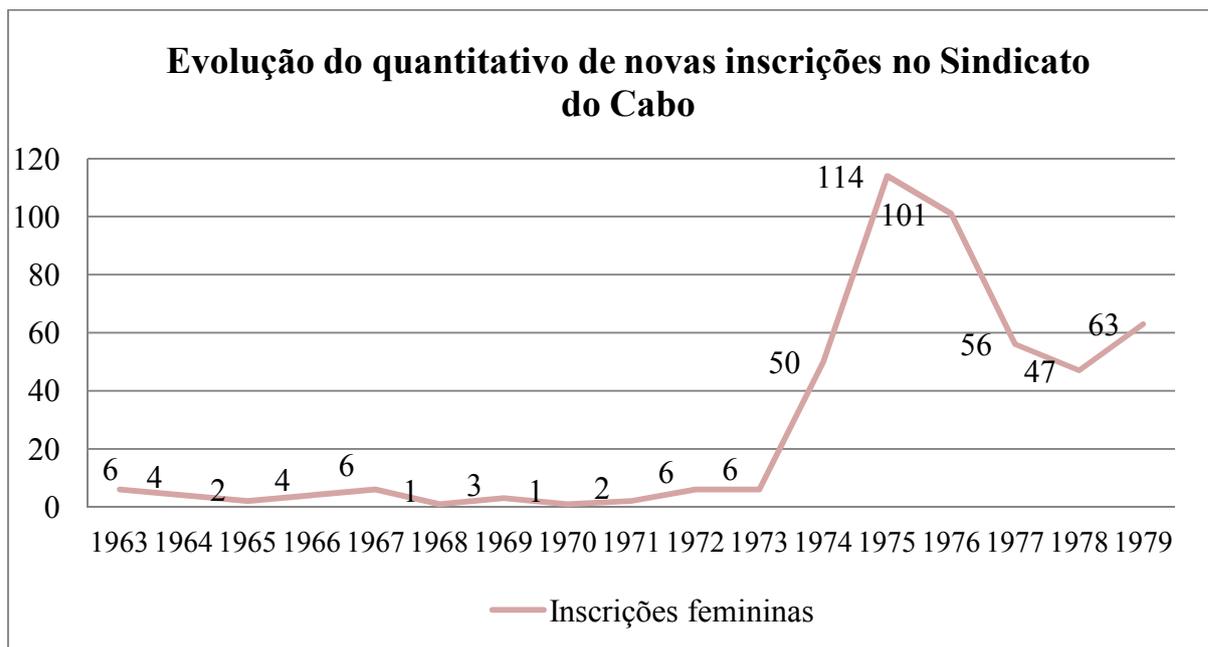
Entre anos de 1963 e 1969, foram catalogadas 170 fichas de trabalhadores rurais filiados ao sindicato do Cabo. Destas, 144 eram inscrições masculinas (84,70%) e 26 femininas (15,3%).

Na década de 1970, foram contabilizadas 1.472 novas inscrições. Ao total, 1.026 (70%) corresponderam às associações masculinas e 446 (30%) referiam-se às inscrições femininas.

Ao final da década de 1970, 472 trabalhadoras canavieiras estavam inscritas no sindicato do Cabo. O quantitativo de associadas, entre os anos de 1963 e 1979, apontou um crescimento percentual de 1.815,38%. As inscrições masculinas apresentaram crescimento de 612,5%

Embora houvesse um relativo crescimento do número de associações femininas ao sindicato do Cabo de Santo Agostinho, conforme demonstra o gráfico 3, o quantitativo de trabalhadoras canavieiras filiadas não representava o universo de mulheres que trabalhavam, de maneira permanente ou por empreitadas, nos engenhos e usinas do município. O clima de terror instaurado nos sindicatos após a repressão ao movimento sindical criou um ambiente de medo que provocou o afastamento dos trabalhadores canavieiros dos órgãos de classe.

Gráfico 2 - Número de inscrições femininas realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho (1963- 1979)



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Nota: Elaborado pela autora.

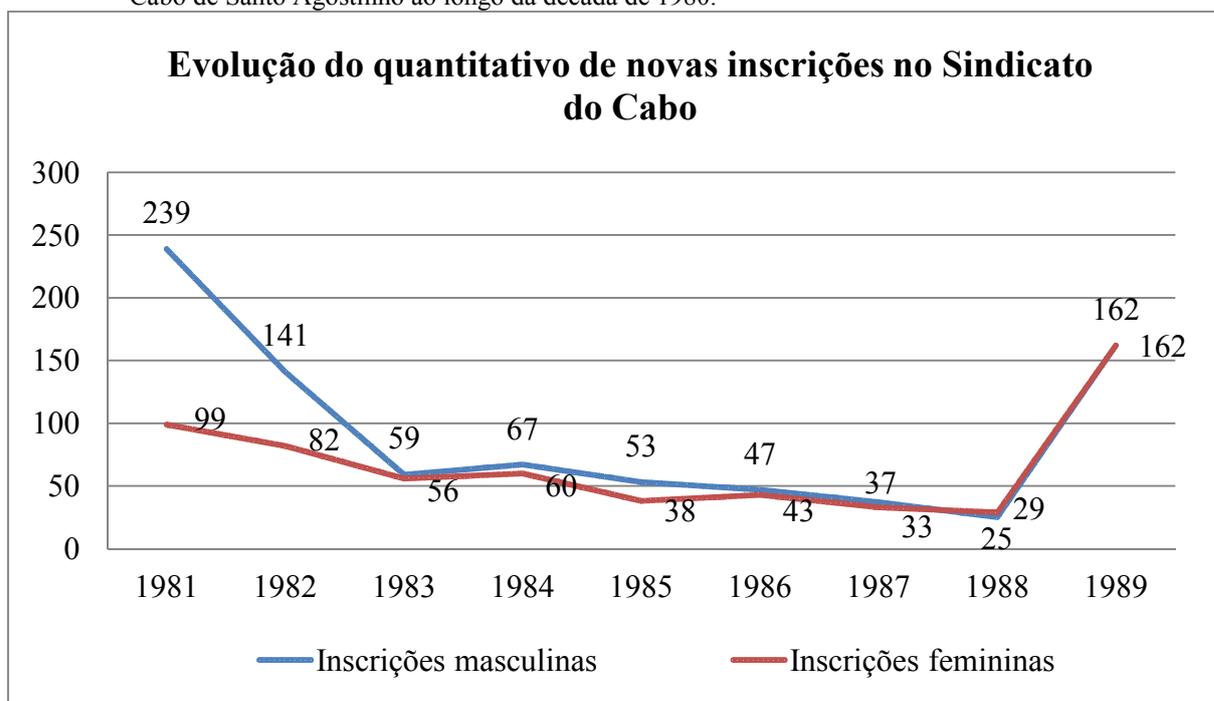
O FUNRURAL, regulamentado em 11 de janeiro de 1972, como aludido anteriormente, seria outro elemento explicativo para a não sindicalização dos trabalhadores canavieiros. Tornou-se um instrumento do governo militar para diluir as reivindicações dos

sindicatos através do fornecimento de serviços médicos e previdenciários para a classe trabalhadora rural.

Através do atrelamento ao FUNRURAL, os trabalhadores, ainda que não fossem sindicalizados, poderiam gozar dos benefícios sociais – acompanhamento médico, serviço social, aposentadoria por velhice, por invalidez, pensão e auxílio funeral - oferecidos nos espaços dos sindicatos.¹³⁸

Na década de 1980, a ampliação das liberdades democráticas e o retorno de um movimento sindicalista rural mais comprometido com as conquistas trabalhistas garantidas durante as campanhas salariais foram os agentes que estimularam as novas associações de trabalhadores de ambos os sexos, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de associações masculinas e femininas observadas no Sindicato de Trabalhadores Rurais. O Cabo de Santo Agostinho ao longo da década de 1980.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

A partir de 1982, o sindicalismo rural passou a incluir na pauta de reivindicações propostas relativas aos direitos das mulheres gestantes, entre eles o cumprimento da licença da mulher gestante e a estabilidade da trabalhadora, postura que contribuiu para estimular a

¹³⁸ FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. *Perspectivas*: revista de Ciências Sociais. [s.n.], 1976. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/viewFile/1490/1194v>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

sindicalização feminina, uma vez que, através dos advogados da entidade sindical, as canavieiras poderiam recorrer na Justiça do Trabalho o cumprimento destes direitos.

Embora o sindicalismo rural em Pernambuco afirmasse que a luta pelos direitos das trabalhadoras canavieiras, enquanto mães, se constituía como conquistas apenas das mulheres, compreende-se que, a reivindicação pela licença maternidade, pelos intervalos de 30 minutos, ao longo da jornada de trabalho, para amamentar os filhos recém-nascidos e pela estabilidade empregatícia das trabalhadoras canavieiras, até seis meses após o parto, beneficiava toda a classe dos trabalhadores canavieiros.

A própria denominação “*direitos das trabalhadoras*”, em substituição à “*conquistas da classe canavieira*”, demonstrou o quão lento e difícil foi o processo de entendimento das mulheres canavieiras como representantes legítimas da classe trabalhadora rural, etapa inatingível, até os dias atuais em determinadas entidades classistas.

Ao final da década de 1980 foram realizadas 1.772 novas inscrições. Destas, 1.050 eram associações masculinas e 722 corresponderam às inscrições femininas. Ao traçar uma comparação entre o número de associações de homens e mulheres realizadas nas décadas de 70 e 80, verificou-se um crescimento de 2,35% no número de associações masculinas contra um aumento de 61,8% das inscrições femininas.

A partir das análises realizadas, compreende-se que, o vertiginoso aumento no número de associações de trabalhadoras canavieiras ao sindicato do Cabo, entre 1988 e 1989, deveu-se à aprovação da aposentadoria da trabalhadora rural conquistada em 1988 com a nova Constituição Brasileira.

1.4.2 Tempo de associação e idade das trabalhadoras canavieiras quando se sindicalizaram

Ao longo do período, observou-se que a prática de associar-se aos sindicatos de trabalhadores rurais foi uma atividade constante e homogênea na maioria dos municípios da Zona da Mata de Pernambuco.¹³⁹

No entendimento dos trabalhadores e das trabalhadoras canavieiras, as melhorias materiais e o acesso a elementos básicos da cidadania eram conquistas da classe trabalhadora promovida pela atuação do sindicalismo rural. “[...] se não fosse os sindicatos, acho que até

¹³⁹ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco - 1985*. Dissertação de Mestrado - Institut Universitaire D'Études Du Développement, Genebra, 1990.

hoje a gente era escravo. Os sindicatos defende os direitos do trabalho, o direito, as férias, o direito a décimo terceiro e direito à saúde.”¹⁴⁰

Em relação às trabalhadoras canavieiras associadas ao sindicato do Cabo, observou-se um predomínio (82,71%), no número de associações das mulheres incluídas nas faixas etárias de 20 a 59 anos, idades correspondentes à vida útil das mulheres trabalhadoras assalariadas.

Excluindo-se as inscrições das trabalhadoras com menos de 20 anos e acima dos 70 anos, que apresentaram, respectivamente, 7,43% e 3,14% do quantitativo total das associadas ao sindicato do Cabo, os números evidenciaram um equilíbrio entre as trabalhadoras canavieiras das demais faixas etárias.

Uma comparação entre todas as associadas evidenciou uma relativa superioridade das mulheres que se sindicalizam entre 40 e 49 anos de idade, cuja experiência nas lavouras canavieiras girava em torno de 28 a 37 anos, uma vez que começaram a trabalhar precocemente, possivelmente aos 12 anos de idade.

Tabela 1 - Idade de sindicalização das trabalhadoras canavieiras no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho

Sindicalização Feminina	Total	Porcentagem
Número de Trabalhadoras	700	100%
15 anos ou menos	14	2,0%
15 a 19 anos	38	5,43%
20 a 29 anos	120	17,14%
30 a 39 anos	155	22,14%
40 a 49 anos	164	23,43%
50 a 59 anos	140	20,0%
60 a 69 anos	47	6,71%
70 a 79 anos	22	3,14%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Nota: Elaborado pela autora.

Ao considerar a presença de mulheres/meninas com menos de 15 anos de idade no quadro de associados do sindicato, as trajetórias de meninas e de meninos, obrigados a tornarem-se adultos precocemente, em virtude das condições de vida, tornam-se evidentes, assim como explicitado no dado anterior.

¹⁴⁰ Edite Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Maria Alves da Silva começou a trabalhar na produção canavieira aos doze anos de idade. Seu primeiro emprego foi no Engenho Tabatinga, no município do Cabo de Santo Agostinho. Ao lado do pai, realizava a maioria das tarefas do plantio e do corte de cana.

Devido ao trabalho realizado na palha da cana, Maria Alves da Silva, assim como a maioria das crianças no meio rural, não conseguia frequentar as escolas, sendo obrigadas a abandonar os estudos precocemente, como relatou a trabalhadora.

[...] meu pai me botou para trabalhar, com idade de 12 anos. Comecei logo semeando adubo nas cana e após, quando tinha o plantio, para plantar a cana, que é no tempo de inverno, a gente, eu trabalhava já semeando cana nos regos, os boi fazia né, o arado fazia, semeando cana. Quando não tinha o plantio de cana, aí tinha limpa de cana. Quando terminava, se as cana tivesse tudo limpa, tinha o corte de cana. E eu cortava cana. Nesse período que a gente cortava cana era cana amarrada. Amarrava os feixes todinho né. Era para fazer 100 feixo ou 150 pra ganhar aquele dinheiro né, aquela importância. E daí, se não tivesse, os empregados da usina me botava para cavar sulcro na diária. Cavando sulcro com a enxada para plantar a cana. Botava as mulé mais forte, que desse para fazer o trabalho né. Eu cavava sulcro, fazia terra-planagem nas levada que eles mandam os homem abrir. Aí botava aquela lama todinha do lado de fora e depois ele mandava as mulé todinha terraplanar aquela lama que ficava todinha. A gente fazia terraplanagem, eu terraplanava também e também já enchi carro de cana das máquina, quando as máquina carregava nos carros né. Eu enchia carro de cana, tudo isso para ganhar a diária. Tudo que eles mandavam eu fazer eu fazia. [...] Tudo que eles mandavam eu fazer no engenho, graças a Deus, só não fiz mesmo foi abrir as levada. Isso aí eu não fiz. A gente limpava as levada quando pegava o trabalho, limpava as levada. Mas para abrir mesmo, fazer elas em esquadro, eles não colocavam as mulheres. Mas para terraplanar eles botavam. Em criança eu já fazia tudo isso. [...] Naquele período, você ouve o povo dizer que os filhos para estudar não tinha vez de estudar não. O estudo era o trabalho. Aos 7 anos muitos já começavam a ajudar o pai e daí ele já ia treinando e depois já pegava o trabalho dele só, 7 anos.¹⁴¹

Com relação ao tempo de sindicalização das trabalhadoras ao sindicato do Cabo de Santo Agostinho, a pesquisa demonstrou, conforme a Tabela 2, dados semelhantes aos apresentados anteriormente.

As mais antigas associações femininas remetem-se ao ano de 1963. As canavieiras associadas nesse período possuíam de 21 a 30 anos de vida sindical. As trabalhadoras filiadas mais recentes, com menos de 6 anos de associação, contabilizavam 25,48% do número total de mulheres na entidade.

A maioria das trabalhadoras associadas ao sindicato do Cabo (34,84%) possuíam de 6 à 15 anos de vida sindical em 1989. Estas se inscreveram durante o período (1984-1989) de maior efervescência política dos movimentos de mulheres e da conquista dos direitos, considerados específicos, das trabalhadoras canavieiras, conforme a Tabela 2 abaixo.

¹⁴¹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

Tabela 2 – Tempo de sindicalização das trabalhadoras canavieiras no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho

Tempo de sindicalização	Total 1.194	Porcentagem 100%
0 a 5 anos	305	25,48%
6 a 10 anos	417	34,84%
11 a 15 anos	381	31,83%
16 a 20 anos	65	5,43%
21 a 25 anos	16	1,34%
26 a 30 anos	10	0,837%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Nota: Elaborado pela autora.

1.4.3 Localização das residências das trabalhadoras canavieiras associadas ao Sindicato do Cabo

Após a abolição da escravatura, a plurissecular permanência do latifúndio¹⁴² e o domínio econômico da agroindústria canavieira impediram que os escravos libertos tivessem acesso à terra. Transformados em trabalhadores livres, os antigos escravos permaneceram nas mesmas regiões onde trabalhavam anteriormente, deslocando-se de engenhos para engenhos em busca de salário e moradia, constituindo-se como os *moradores de engenho*. “O escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência do governo, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse”.¹⁴³

Com efeito, a “*morada*” estabelecia uma relação entre trabalhadores canavieiros e proprietários fundiários, na qual o trabalhador recebia como concessão uma casa dentro do engenho e uma área destinada à plantação de gêneros alimentícios e criação de animais. Em troca, os trabalhadores deveriam sujeitar-se às ordens dos proprietários rurais, fornecendo-lhe junto com sua família, mão-de-obra para o trabalho na cana.¹⁴⁴

Contudo, as condições de vida dos moradores de engenho eram precárias. As casas assemelhavam-se às senzalas. Construídas, na maioria das vezes, com taipa, entremeadas por

¹⁴² Termo criado pela professora e pesquisador Christine Rufino Dabat.

¹⁴³ ANDRADE, Manuel Correia de apud FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 25.

¹⁴⁴ SIGAUD, Lígia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

varas e amarrada por cipós, as casa eram formadas por um ou dois vãos, não tinham instalações sanitárias e o piso era terra batida.¹⁴⁵ “*Deus! Minha casa era uma casinha pobrezinha né. Casa de engenho, casa de taipa né. Tinha uns quartinho. Eu dormia numa rede. Inté eu noiva com esse daí [o marido estava ao lado] eu dormia numa rede na sala assim, numa rede. Inté eu noiva, com 15 anos*”.¹⁴⁶

Os engenhos e as usinas que, teoricamente, deveriam disponibilizar o sítio para os trabalhadores moradores, quando o faziam, ou dificultavam o acesso dos moradores por meio da jornada de trabalho semanal de 6 dias ou ofereciam terras em áreas distantes, em sua maioria pouco férteis.¹⁴⁷

As relações de trabalho no “*tempo da morada*” caracterizaram-se pela violência patronal e pela exploração do trabalhador canavieiro.

Antes da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, ocorrida em 1963, a legislação trabalhista não era aplicada ao campo. Logo, não havia regulamentação para a remuneração do trabalhador canavieiro, cujo salário atingia níveis inverossímeis.

O pagamento do salário dos trabalhadores canavieiros, geralmente realizava-se sob a forma de vale. A ausência da remuneração em dinheiro obrigava os trabalhadores a comprar, com o vale, no barracão do engenho, cujos preços eram superfaturados.

De todas essas burlas, a mais cínica, descarada e imoral, era o pagamento em vale para o barracão, que obrigava o trabalhador a comprar gêneros alimentícios de terceira qualidade e pagar como se fossem de primeira na casa de comércio do patrão (além de ser roubado no peso e no ‘pulo do lápis’).¹⁴⁸

A qualquer momento o morador poderia ser expulso do engenho. “Qualquer coisa que o trabalhador fizesse que não agradasse o patrão, mandava embora ligeiro. Jogava o gado dentro do sítio, dentro do roçado. E o cabra ia embora, senão ia apanhar ou morrer.”¹⁴⁹

A presença das famílias canavieiras nesses espaços, no entanto, seguiu a lógica dos interesses dos proprietários rurais. Ao assegurar, em condições de miserabilidade extrema, a morada dos trabalhadores nos locais de trabalho, a classe patronal mantinha mão-de-obra suficiente para dar continuidade à produção açucareira.

¹⁴⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 127-128.

¹⁴⁶ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁴⁷ ANDRADE, op. cit., p. 128-129.

¹⁴⁸ BEZERRA, Gregório apud DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 611.

¹⁴⁹ SANTOS, Amaro Pedro dos apud DABAT, op. cit., p. 654-655.

O regime de morada, que se generalizou no século XX, permitiu que os proprietários de terras exercessem um duplo domínio sobre os corpos daqueles que habitavam em seus limites. Primeiro, porque eram obrigados a prestar serviços fisicamente penosos em troca de moradia cedida e alimentos e, depois, porque moravam nos locais de trabalho.¹⁵⁰

Após a 2ª Guerra Mundial, a intensificação do processo de modernização da agroindústria canavieira, possibilitado pela injeção de capitais privados e através da benevolência do Estado, sob forma de facilitação de empréstimos, colaboração técnica e concessões de subsídios, desencadeou a valorização das terras da zona canavieira e, em decorrência, uma política de espoliação fundiária das massas trabalhadoras.¹⁵¹

A mecanização agrícola e a utilização de novas espécies de cana-de-açúcar criaram condições para que as usinas pudessem operar com a máxima capacidade. Contudo, para suprir a demanda por matéria-prima, o setor sucro-alcooleiro optou por realizar o incremento da produção através do crescimento horizontal da lavoura canavieira.¹⁵²

Logo, assistiu-se a expansão da monocultura açucareira nas terras antes ocupadas pelos moradores, por culturas diversas, inclusive a de subsistência, e pela pecuária. A demanda, cada vez maior, por terras para aumentar as lavouras canavieiras, intensificava a expulsão dos moradores das terras dos engenhos.

Os proprietários rurais utilizavam diversos mecanismos para promover a expulsão dos moradores. Proibiram o cultivo das culturas permanentes (a bananeira, por exemplo), suprimiram o direito de cultivar o sítio, aumentaram os dias de cambão e por fim, os expulsavam definitivamente as famílias canavieiras, explicitando, de uma vez por todas, a relação de exploração que tinham com seus trabalhadores.

A saída em massa das famílias canavieiras dos engenhos da Zona da Mata Sul, para as ‘pontas de rua’, bairros suburbanos, precariamente atendidos pelo poder público, foi um processo que determinou o fim da relação de “*morada*” entre os proprietários fundiários e aqueles trabalhadores expulsos.

A intensificação do processo de expulsão das famílias canavieiras dos engenhos localizados no município do Cabo de Santo Agostinho, provocou uma reorganização espacial

¹⁵⁰ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 14.

¹⁵¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986. p. 20-21.

¹⁵² SIGAUD, Lígia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 33.

da população rural nas áreas urbanas, com o estabelecimento dos trabalhadores em bairros periféricos da cidade, que pelo menos até 1979, não constituíam-se como local de residência dos canavieiros como a Vila COHAB e a Charnequinha

Entre as 467 canavieiras associadas à entidade entre os anos de 1963 e 1979, 106 mulheres residiam em áreas urbanas, assim distribuídas: Cabo, 33; Charneca: 31; Pontes dos Carvalhos: 8; Pontezinha: 2; Prazeres: 1; São Francisco: 33. As demais trabalhadoras estavam distribuídas espacialmente em 86 engenhos, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Localização da residência das trabalhadoras canavieiras associadas ao Sindicato do Cabo entre os anos de 1963 e 1979.

Algodoais	5	Gurjau	1	Novo	8	Santo Elias	1
Alto do Cruzeiros	4	Ilha	2	Olinda Velha	4	São Caetano	1
Arariba de Cima	3	Ipiranga	4	Pantorra	7	São Francisco*	33
Arariba do Meio	2	Itapoama	2	Pará	1	São João	4
Barbalho	2	Itapoama	2	Pausanto	9	São Pedro	4
Barra	1	Jaboatão	1	Pavão	7	São Sebastião	4
Barreiro	1	Jacobina	11	Pedra	5	Sebastopol	23
Boa Viagem	1	Jardim	1	Pentimbu	1	Serra	4
Boa Vista	10	Jasmim	5	Petribu	2	Serraria	10
Bom Jesus	1	Jurissaca	7	Pimentel	1	Setúbal	4
Bonito	1	Jussaral	4	Pirapama	3	Sibéria	2
Bontom	1	Massangana	10	Pontes dos Carvalhos*	8	Tabatinga	4
Brilhante	3	Massassuzinho	1	Pontezinha*	2	Tapugi de Baixo	5
Buranhém	6	Matapagipe	6	Porteira Preta	1	Tapugi de Cima	7
Cabo*	33	Matas	11	Prazeres*	1	Tiriri	6
Cabunema	1	Mato Grosso	4	Providência	3	Torinha	3
Cafundo	3	Maurital	2	Relógio	1	Universo	7
Cajabussú	3	Mercês	1	Roças Velhas	1	Utinga de Baixo	16
Candeias	2	Monte	6	Ronca	2	Utinga de Cima	11
Castelo	7	Mulinote	2	Rosário	4	Vila Real	4
Cedro	17	Mupan	2	Sacambú	2		
Charneca*	31	Murinete	2	Sant Rosa	1		
Estivas	1	Nazaré	2	Santa Amélia	2		
Garapu	7	Noruega	2	Santa Luiza	1		

*Bairros urbanos.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Nota: Elaborada pela autora.

Ao longo dos anos 1980, entre as 566 novas associadas ao sindicato, 285 trabalhadoras canavieiras residiam nas áreas urbanas do município do Cabo de Santo Agostinho. As demais,

281 mulheres, moravam nas áreas rurais, distribuídas em 78 engenhos, como demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Localização da Residência das Trabalhadoras Canavieiras Associadas ao Sindicato do Cabo na década de 1980.

Arariba de Baixo	6	Garapu	8	Pavão	2	São Sebastião	1
Arariba de Cima	4	Ilha	6	Pedra	6	Sebastopol	10
Barbalho	6	Ipiranga	1	Penedo	15	Sena	2
Bela Vista	11	Jacobina	2	Pimentel	2	Serraria	5
Bom Conselho	1	Jardim	1	Pirapama	1	Setúbal	1
Bom Jardim	1	Jasmim	1	Pizón	1	Sibéria	6
Bom Jesus	2	Jussaral	14	Pontes dos Carvalhos*	11	Sítio Aranha	1
Bonfim	2	Massa	2	Pontezinha*	2	Socambu	1
Brilhante	5	Massangana	9	Porteira Preta	1	Eng. Suape	6
Buranhém	6	Massassuzinho	12	Prazeres*	1	Tabatinga	1
Cabo*	69	Matapagipe	5	Providência	5	Tapugi de Cima	6
Caimbó	2	Matas	13	Retiro	1	Tapugi de Baixo	3
Cajabussu	2	Mato Grosso	2	Rico	1	Tiriri	3
Castelo	3	Mercês	10	Roca Velha	1	Tobé	4
Cedro	8	Monte	11	Santo Inácio	4	Trapiche	1
Charneca*	10 7	Mundo Novo	18	São Caetano	12	Universo	31
Charnequinha**	9	Novo	7	São Francisco*	64	Utinga de Baixo	8
Cohab**	22	Novo Cabo	3	São João	7	Utinga de Cima	8
Estivas	2	Pantorra	16	São Pedro	3		
Eng. Gaibu	1	Pau Santo	6	São Salvador	1		

*Bairros urbanos.

** Bairros urbanos ocupados pelas trabalhadoras canavieiras ao longo da década de 1980.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho – PE. Fichas do Sindicato.

Nota: Elaborada pela autora.

Em paralelo ao processo de expulsão dos moradores dos engenhos, cada vez mais trabalhadores associavam-se ao sindicato. Além dos motivos expostos anteriormente, o

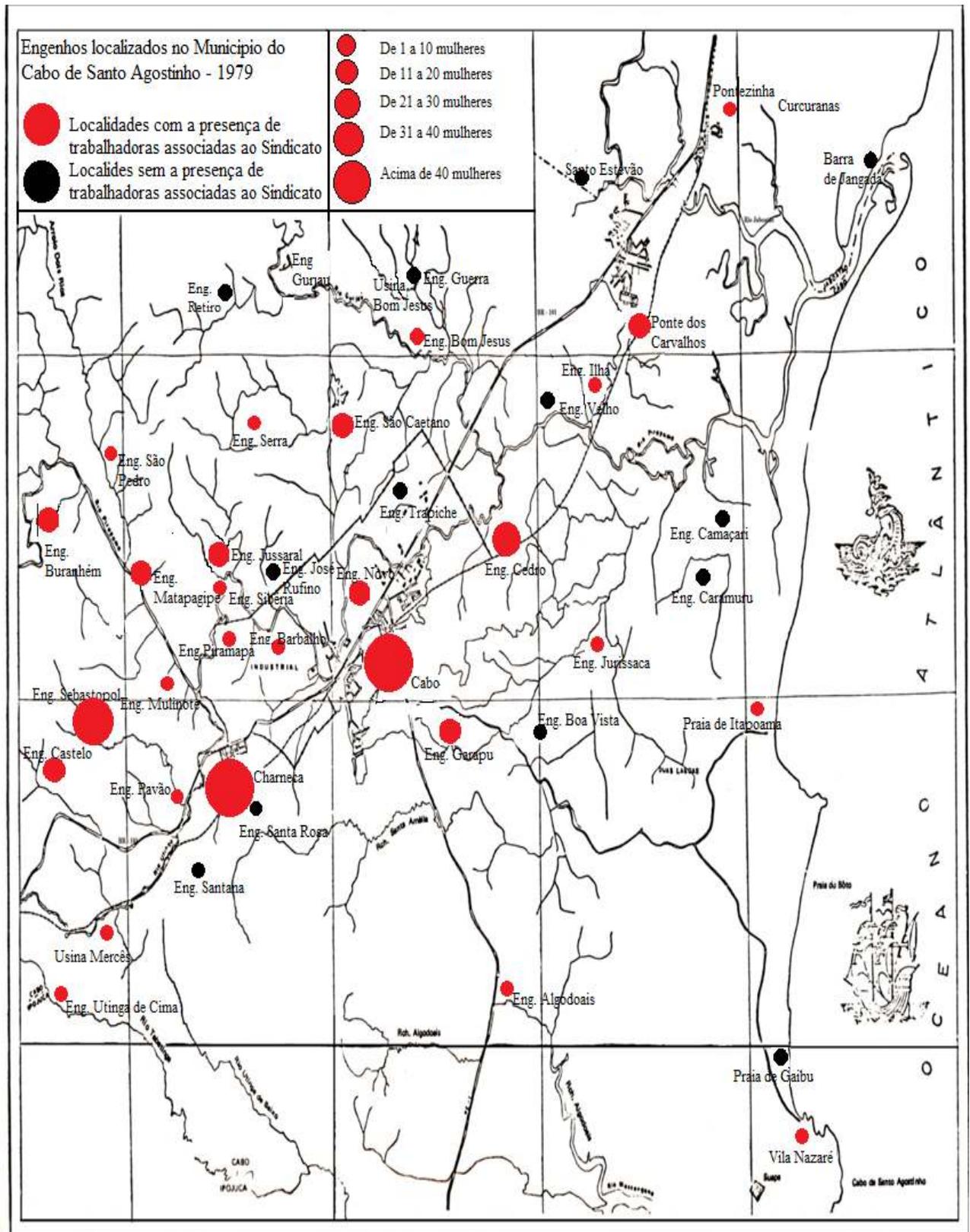
aumento no número de associações deve-se à proximidade física destes trabalhadores com a entidade.

Ao final da década de 1980, conforme o mapa 1, a maior parte da mão de obra canavieira residia nas áreas rurais. Dentre todas as localidades, o Cabo-Centro era o bairro com o maior quantitativo de trabalhadoras canavieiras associadas ao sindicato do Cabo.

As famílias canavieiras que continuaram a residir nos engenhos, após o ano de 1988, compunham a massa de trabalhadores permanentes empregada pela classe patronal, cuja mão-de-obra fazia-se necessário durante todo o ano, seja no período da safra, quando a oferta de trabalho aumentava em decorrência da produção açucareira, seja na entressafra, quando era necessário o preparo da lavoura da safra seguinte.

A partir das análises realizadas nas fichas cadastrais das mulheres canavieiras associadas ao sindicato do Cabo, as trabalhadoras estavam distribuídas espacialmente conforme apontou o Mapa 1.

Mapa 1 - Local de residência das canaveiras associadas ao sindicato do Cabo (1963-1988).



CAPÍTULO 2 – MULHERES VISÍVEIS: A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS RURAIS CANAVIEIRAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO AO LONGO DO DECÊNIO DE 1980

A história da classe trabalhadora na zona canavieira de Pernambuco há muito se consagrou como tema de estudo, análise e paixão de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. As relações de trabalho e as condições socioeconômicas do trabalhador canavieiro apresentaram-se como objetos de estudos desenvolvidos desde os campos da literatura até discussões científicas mais recentes sobre o desenvolvimento sustentável da região.

Contudo, a maioria dos trabalhos não evidenciou a compreensão do “trabalhador canavieiro” como um substantivo capaz de representar tanto o homem como a mulher, abordagem que sugere novos questionamentos sobre as relações de trabalho exercidas por homens e mulheres.

A história da classe trabalhadora canavieira torna-se incompleta sem a devida valorização das ações femininas e a inclusão/percepção das trabalhadoras canavieiras como legítimos sujeitos históricos. Posto que homens e mulheres atuam na sociedade em permanente interação, qualquer interpretação do passado sem a análise de ambos os sujeitos torna-se incompleta.

Porquanto, ao propor a reescrita da história da classe canavieira a partir do reconhecimento e da inclusão das ações praticadas pelas canavieiras no tempo pretérito, pretende-se valorizar, de maneira igualitária, a atuação/percepção dos sujeitos no processo dinâmico da realidade histórica.

2.4 Condições de vida e de trabalho na zona canavieira

Os trabalhadores canavieiros de Pernambuco sobreviviam, no período contemplado pela pesquisa, imersos a uma realidade de pauperização extrema. Frequentes no cotidiano das famílias canavieiras, a fome e o trabalho exaustivo deterioravam a vida de homens, mulheres e crianças.

Ao assumir o governo brasileiro em 1979, o General João Batista Figueiredo realizou uma série de viagens ao Nordeste para conhecer as condições socioeconômicas da região.

Durante uma visita a um engenho da zona canavieira de Pernambuco, o Presidente Figueiredo conversou com um casal de cortadores de cana e constatou as condições precárias em que viviam em decorrência do desrespeito às leis trabalhistas e previdenciárias.

Figueiredo: O senhor mora nessa casa e não paga aluguel. Tem seguro?
 José: Não tenho nada, nada.
 Figueiredo: Quer dizer que o senhor morrendo não deixa nada para a esposa e os filhos?
 José: Eu morrendo a usina despeja. Eu morrendo minha esposa é despejada com dois meses, porque a família não tem direito de morar na casa se o marido já morreu.
 Figueiredo: E o INPS?
 José: Eu não desconto o INPS não senhor.
 Figueiredo: Cadê o Jair? (Jair Soares, Ministro da Previdência Social)
 Andrezza: O problema da casa nós vamos resolver.
 Figueiredo: (dirigindo-se ao camponês) – Quer dizer que essa vontade que o senhor me expressou de ter uma casa própria vai ser concretizada. E a senhora trabalha onde?
 Maria Gomes: (esposa de José) - Eu trabalho no corte de cana. Saio quatro horas da manhã, com as crianças, que não estudam porque eu ponho elas para ajudar no trabalho. Só o pai não pode sustentar sete pessoas.
 Figueiredo: O seu marido disse que não tem INPS.
 Maria Gomes: Ele não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada.
 Figueiredo: (Indagando de Jair Soares, que acabara de chegar). Ela está dizendo que não tem INPS.
 Jair Soares: A legislação dá cobertura. Eu vou determinar que o Superintendente do INAMPS e do INPS tome providências.
 Figueiredo: Existem muitos na situação do senhor?
 José: Muitos, muitos. Quando corre um acidente aqui, passam quatro, cinco meses e não ganhamos nada. E sem direito. E a gente quando vai ao hospital, eles dizem que não temos direitos de fazer tratamento.¹⁵³

O diálogo entre o Presidente João Figueiredo e o casal de cortadores de cana evidenciou o não cumprimento de uma série de direitos trabalhistas pelas classes patronais, garantidos pela legislação trabalhista e inclusive pela Constituição de 1967, promulgada durante a Ditadura Militar.

Durante o encontro João Figueiredo constatou o desrespeito às leis trabalhistas e previdenciárias, entre eles: à previdência social mediante contribuição da União, do empregador, do empregado; ao seguro-desemprego após demissão sem motivo justo; à proteção ao trabalhador e à família nos casos de doença, velhice, invalidez e morte do trabalhador, com recebimento de um salário mínimo; à estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo garantia equivalente, salário-família aos dependentes do

¹⁵³ IANNI, Octávio. *A questão Nordeste* citado por BERNARDES, Denis A. de Menezes. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (Org.); ZAIDAN FILHO, Michel; SANTIAGO, Ricardo L. L. et al. *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. p. 44-45.

trabalhador; à jornada diária de trabalho não excedente à oito horas, com intervalo, para descanso.¹⁵⁴

Não obstante as reivindicações pelo cumprimento dos direitos trabalhistas pelas classes trabalhadoras canavieiras durante as campanhas salariais, as condições de vida e de trabalho das populações canavieiras da zona da Mata Sul de Pernambuco não sofreram mudanças significativas, uma vez que a simples existência dos direitos trabalhistas não garantia o cumprimento destes por parte das classes patronais.

Ilhados em meio à monocultura açucareira, residindo nos arredores dos engenhos ou em bairros periféricos das cidades, os cortadores de cana permaneceram desassistidos pelo Poder Público municipal, estadual e federal, exercendo trabalho sub-remunerado, assombrados pelo fantasma do desemprego.¹⁵⁵

2.4.1 Condições de vida

*“A comida era uma sardinha prá cinco pessoas.”*¹⁵⁶

Em 1957, os cortadores de cana da zona da Mata Sul de Pernambuco consumiam em média 1.299 calorias diárias, quantitativo calórico abaixo do recomendável para uma pessoa, manter-se viva sem fazer qualquer esforço físico, que variava de 1.440 a 1.512 calorias diárias.¹⁵⁷

Apenas 4,4% das crianças, da zona canavieira eram amamentadas após os seis meses de vida e as principais causas para o não aleitamento materno eram: o adoecimento das mães, geralmente devido ao estado nutricional deficitário que apresentavam antes, durante e após a gestação; o retorno das mulheres ao trabalho assalariado em decorrência da necessidade material; a inexistência de leis trabalhistas que assegurassem o direito das trabalhadoras amamentarem os filhos por um período de tempo mais prolongado.

¹⁵⁴ BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil 1967*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011. Biblioteca Digital da Câmara. Centro de Documentação e Informação – Legislação Informatizada.

¹⁵⁵ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. I, p. 12.

¹⁵⁶ Maria Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁵⁷ PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. p. 32.

Os direitos trabalhistas relativos à licença e à estabilidade das mulheres gestantes passaram a integrar a pauta de reivindicações da classe dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco somente a partir da campanha salarial de 1983. No mesmo ano, o Dissídio Coletivo, garantiu às trabalhadoras gestantes o gozo de 12 semanas de licença e 60 de estabilidade empregatícia após esse período.¹⁵⁸ No ano de 1985, a permanência obrigatória das trabalhadoras nas empresas, após os 120 dias de licença, ampliou-se para 3 meses.¹⁵⁹

Até então, as trabalhadoras parturientes, a despeito dos 4 meses de licença maternidade previstos pela legislação trabalhista, gozavam apenas um mês, sendo obrigadas a retornar ao trabalho nas lavouras canavieiras já que não possuíam estabilidade alguma, conforme afirmou Maria Alves da Silva. *“Aí eu trabalhava no engenho, tinha um menino e descansava. Passava um mês em casa que nesse tempo ainda não existia essa lei de 4 meses da gente passar em casa. Então arranjava uma pessoa pra ficar com meu menino novo e eu ia trabalhar.”*¹⁶⁰

Em 1979, o professor e pesquisador Néelson Chaves demonstrou que a estrutura física das mulheres e das crianças da Zona da Mata decorria da deficiência nutricional à qual vinham sendo submetidas há séculos.

As mulheres têm baixa estatura, cintura pélvica reduzida, hipoplasia mamária, imaturidade sexual, gerando assim filhos imaturos, predispostos à deficiência física e mental. As crianças da Zona da Mata também têm dificuldade de aprendizagem por deficiência mental irreversível, provocada pela fome das gestantes e continuada aos 18 meses posteriores ao nascimento.¹⁶¹

A desnutrição da população canavieira era endêmica. Segundo estudos realizados pelo Departamento de Nutrição da Universidade de Pernambuco, apenas 30,2% das crianças recebiam nutrição adequada, estando 69,8% da população infantil em estágios diversos de carência alimentar.¹⁶²

¹⁵⁸ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1983/1984. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 26 de setembro de 1983. Processo N° TRT-DC 36/83*. Recife: FETAPE/Sindicatos, 1983. p. 15.

¹⁵⁹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1985/1986. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 21 de setembro de 1985*. Recife: FETAPE/Sindicatos, 1985. p. 15.

¹⁶⁰ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição. *Nelson Chaves, o homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 168.

¹⁶² Informações obtidas por intermédio do depoimento do Presidente da FETAPE, José Rodrigues da Silva, na CPI que investigava a pobreza absoluta do Nordeste. Nesse depoimento, ele se reporta a dados do Relatório do Programa de

Filhos de pais desnutridos, centenas de crianças eram afetadas de maneira definitiva e irreversível em suas capacidades físico-motora e cognitiva, apresentando “um limitado alcance de atenção e um inadequado desenvolvimento muscular.”¹⁶³

O consumo limitado e até mesmo a ausência de alimentos era uma realidade para as populações canavieiras, conforme lembrou Maria Alves da Silva.

Em criança a minha mãe e meu pai trabalhando, a minha mãe pegava um ovo e cortava em quatro quarto e dava pra cada menino comer com farinha seca ou então farofa. Passemos fome. Em Massangana mermo, quando era criança, eu tinha um irmão enconstado a mim e a gente ia na casa da cumadre da minha mãe pegar um pouco de farinha. Aí saía eu e ele, pelo caminho só cana. E quando chegava na casa dela, pedia e ela dava [...]. O almoço normalmente era farofa. Farofa de farinha que a gente fazia para comer. A vida foi muito difícil pra mim. Que a fome era grande!¹⁶⁴

Durante a cobertura jornalística da greve de 1979, o sociólogo Robert Linhart pode constatar a presença endêmica da fome e da subnutrição crônica na Zona da Mata de Pernambuco.

Na beira da estrada homens de chapéu de palha, um instrumento na mão, caminham. Você pára. Pede que subam dois ou três, para aproximá-los. Você fala com eles. Respondem. Estão indo para o trabalho nos canaviais. Você pergunta pelas condições de vida deles. Dão respostas breves, com palavras entrecortadas. E você vai compreendendo, à medida que falam, que eles estão com fome, que as mulheres deles estão com fome, que os seus filhos estão com fome. E se você tiver no bolso o equivalente a duzentos francos franceses, que gastará durante o dia em gasolina, restaurante e outras pequenas despesas, ficará sabendo que esta é a soma de que vai dispor uma das famílias deles, que tem cinco, oito, dez pessoas para viver (viver?) durante um mês.¹⁶⁵

O abastecimento alimentar dos trabalhadores canavieiros realizava-se por meio das feiras populares, ocorridas geralmente nos sábados e/ou através da comercialização de produtos de qualidade inferior e a preços elevados, nos armazéns localizados nas sedes dos engenhos, denominados “barracões”.¹⁶⁶

A maioria dos administradores dos barracões era responsável pelo pagamento semanal dos cortadores de cana, expediente que favorecia o desconto automático, diretos na folha, das

Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira – PROCANOR/SUDENE. Brasília: Senado Federal, 25 out. 1983. p. 6. (Acervo da Fetape).

¹⁶³ PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. p. 32.

¹⁶⁴ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁶⁵ LINHART, Robert. *O açúcar e fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 11.

¹⁶⁶ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. II, p. 11.

dívidas contraídas pelos trabalhadores, que tornavam a endividar-se no mesmo dia ou ao longo da semana para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência.¹⁶⁷

O desconto das dívidas contraídas pelos trabalhadores canavieiros na folha de pagamento semanal constituía-se como uma prática abusiva, considerada ilegal desde a Convenção Coletiva de 1979.¹⁶⁸ Contudo, manteve-se frequente na maioria dos engenhos, embora combatida ao longo dos anos 80 pelos trabalhadores canavieiros e sindicatos de trabalhadores rurais.

O emprego assalariado de mais de um membro da família possibilitava o aumento da renda e a realização de compras de alimentos não apenas no barracão, mas nas feiras populares, circunstâncias que permitiam uma dieta alimentar um pouco mais diversificada.

No meu tempo de casada é como eu to dizendo, peguei essa época muito difícil. Situação era precária. Comprava 100 gramas de óleo, comprava um pedaço de sabão, ali [no barracão] fiado pra pagar quando saísse o dinheiro né, na semana, que era semanal o pagamento. E meu marido recebia e quando vinha de lá não trazia dinheiro não, ficava tudo no barracão, o que ele ganhava. Eu quando trabalhava, o meu saia alguma coisa né, porque eu trabalhava e não deixava. O dele ficava lá. Aí, com aquele ali que eu ganhava, aquele dinheiro, eu ia lá em Nossa Senhora do Ó, que era onde a gente fazia a feira. Aí eu comprava, às vezes comprava pro dia de domingo um pedacinho de carne né, galinha. Não existia essas galinha branca, a gente criava em casa, no terreiro pra comer. Um ovo era de casa, que a gente criava, criava peru, essas coisas pra gente comer. Ai quando comia um pedacinho de carne era dia de domingo, dia de domingo. Feijão, quase ninguém via feijão.¹⁶⁹

Os trabalhadores que viviam nas terras dos engenhos usufruíam os recursos oferecidos pelas matas e rios existentes aos arredores. A caça de animais, a coleta de frutos nas matas e a atividade de pesca nos rios e mangues eram alternativas para complementar a dieta com proteínas animais e vitaminas.

A coleta das frutas da estação era a principal forma das famílias canavieiras de obter vitaminas e, em períodos de penúria, a única fonte de alimentos. “*A comida era segunda, terça, quarta, quinta, na sexta não tinha mais nada entendeu. Aí ficava. A felicidade era as fruta, tempo de frutas, que as criancinhas se virava nas frutas, manga, jaca e se alimentavam.*”¹⁷⁰

¹⁶⁷ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. II, p. 10.

¹⁶⁸ “Ficam vedados quaisquer descontos em folha sobre o salário do trabalhador a menos que estejam previstos em Lei, Acordo Coletivo, ou Convenção Coletiva de Trabalho.” In: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva do ano de 1979*. Recife, 1979. p. 2. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

¹⁶⁹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁷⁰ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

[...] As fruta era o que salvava. Quando a gente passava lá tinha um pé de macaíba, com as macaibas muito boa. Parava eu e ele [o irmão]. A gente quebrava aquelas macaibas toda crua no dente, crua porque é uma baba medonha, e comia. Sentava na beira do caminho, enchia a barriga com a farinha e aquela macaíba, chupando crua no dente sem cortar, pra gente chegar em casa. Era isso aí porque o dinheiro que se ganhava não dava para sobreviver.¹⁷¹

A caça e a pesca, embora atividades reguladas e muitas vezes proibidas pela classe patronal¹⁷² foram práticas frequentes na zona canavieira. Os “*moradores de engenho*” tiravam proveito das matas para caçar preás, porco do mato, preguiça, tamanduá, tatus. Nos mangues e rios pescavam caranguejos, aratus, camarão, muçum, piaba, aruá.

Naquele tempo papai prá da conta de 8 pessoas [...] prá não morrer de fome, enquanto o meu pai pegava uma jaquinha pra vender na rua, a gente ficava pescando, quando a gente não pescava peixe, pescava aruá e quando chegava em casa, comia aquele aruá com farinha seca. Às vezes a gente não tinha nem farinha. Botava no espeto e comia com sal, sem farinha sem nada. Comia puro àquelas piabinha, aruá.¹⁷³

Ao longo do decênio de 1970 e 1980, o progressivo avanço dos canaviais nas florestas, somado à crescente poluição dos mangues, afluentes e rios pelos dejetos químicos despejados pelas usinas, eliminaram distintas espécies de animais, prejudicando a principal fonte de proteína dos canavieiros.¹⁷⁴

Ah! minha mãe pescava muito. Quando não tinha o que comer, tinha só macaxeira plantada, ela ia pescar no brejo, quando chegava do serviço. Ela pescava, assim, muçum, sarapo, piaba, camarão. Naquele tempo tinha peixe no rio, hoje não tem mais não, mataram tudo com veneno, com moléstia.¹⁷⁵

A modernização da produção canavieira não objetivou a melhoria dos recursos naturais e das condições de trabalho dos canavieiros. De maneira predatória, o uso indiscriminado de agrotóxico e produtos químicos, denominados pelos trabalhadores canavieiros de “veneno” constituiu-se como uma prática largamente utilizada pelos fornecedores de cana e usineiros para incrementar a produção agrícola e evitar a infestação de pragas nas lavouras canavieiras.

¹⁷¹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁷² DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p.497-499.

¹⁷³ Manoel da Silva Filho. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁷⁴ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. II. p. 12.

¹⁷⁵ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Por se tratar de uma atividade que exigia menos força física, se comparado ao corte de cana, a atividade de semear adubo ou outros produtos era um trabalho realizado predominantemente por mulheres e crianças, conforme demonstraram as 15 entrevistas realizadas com trabalhadores rurais, assessores sindicais e líderes de movimentos sociais.¹⁷⁶

Expostas ao “veneno”, crianças de todas as idades e mulheres em idade de reprodução ou até mesmo grávidas, manuseavam as substâncias tóxicas sem qualquer orientação de utilização dos produtos ou equipamentos mínimos de segurança. Quando as circunstâncias eram favoráveis, as trabalhadoras mais conscientes sobre os efeitos nocivos dos produtos para a saúde, usavam as próprias roupas para minimizar o contato direto com os produtos. “*Na cana, eu semiava cana, semiava adubo. Assemeava Cacá [calcário]. Não tinha um tal de cacál [calcário] né, prá espalhar na terra né. Eu tinha uma luva, luva de pano, usava casaco da manga comprida, chapéu, pano na cabeça, era assim. Mais que isso não tinha não*”.¹⁷⁷

O estudo realizado por Espedito Rufino, sobre as consequências da modernização agrícola nas condições de vida e trabalho dos canavieiros de Pernambuco, demonstrou um dado alarmante com relação ao manuseio de agrotóxicos e demais produtos químicos. De um universo de 223 trabalhadores, 56,60% dos entrevistados informaram que já tinham visto mulheres grávidas e crianças expostas às substâncias nocivas à saúde, apenas 2,2% dos entrevistados afirmaram usar botas, 1,78% declararam usar capas e somente 1,33% faziam uso de luva. Nenhum dos entrevistados afirmou utilizar máscaras de proteção.¹⁷⁸

Nesse contexto de insalubridade e periculosidade, era comum o adoecimento dos trabalhadores por envenenamento e intoxicações, cujos sintomas variavam desde manchas na pele, dificuldade em respirar, dor de cabeça, à morte do próprio trabalhador.¹⁷⁹

*Serviços de saúde

O atendimento médico-hospitalar realizado em postos de saúde e/ou hospitais constituía-se outra dificuldade encontrada pelos canavieiros. Nos casos considerados menos graves, o acesso aos serviços de saúde mais elementares realizava-se no ambulatório das

¹⁷⁶ A relação das 15 pessoas entrevistadas encontra-se nas referências ao final do trabalho.

¹⁷⁷ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁷⁸ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação de Mestrado – Institut Universitaire D’Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 270.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 270-273.

usinas e nos postos de saúde dos municípios, que, conforme a ilustração do Mapa 2, apresentavam-se de maneira escassa e insuficiente para suprir a demanda da população.

Quando os trabalhadores precisavam de atendimentos de urgência, seguido de internamento, aqueles realizavam verdadeiras “romarias” em busca de leitos, uma vez que, em determinados municípios da Zona da Mata não havia ofertas de leitos, conforme as informações coletadas em 1972, no Censo de Assistência Médico- Sanitária.¹⁸⁰

Além da inexistência de leitos de internamento em inúmeras localidades, inclusive em municípios como Ipojuca e Rio Formoso, cuja população rural era, respectivamente 22.531 e 20.115 habitantes¹⁸¹, o descaso das autoridades públicas com a distribuição da oferta de serviços de saúde na Região da Zona da Mata de Pernambuco era evidente.

Segundo os dados oficiais do censo demográfico realizado pelo IBGE, no ano de 1980, a população total da Zona da Mata de Pernambuco era de 3.428.000 habitantes, sendo 2.734.000 na área urbana e 694.000 na zona rural.¹⁸² Se levamos em consideração que em 18 cidades da região inexistiam serviços de urgência, emergência e internamento, conforme apresentado no Mapa 2, pode-se avaliar os transtornos sofridos pelas famílias canavieiras quando precisavam receber atendimento.

Quando os trabalhadores precisavam de atendimentos de urgência, seguido de internamento, aqueles realizavam verdadeiras “romarias” em busca de leitos, uma vez que, em determinados municípios da Zona da Mata não havia ofertas de leitos, conforme as informações coletadas em 1972, no Censo de Assistência Médico- Sanitária.¹⁸³

Além da inexistência de leitos de internamento em inúmeras localidades, inclusive em municípios como Ipojuca e Rio Formoso, cuja população rural era, respectivamente 22.531 e 20.115 habitantes¹⁸⁴, o descaso das autoridades públicas com a distribuição da oferta de serviços de saúde na Região da Zona da Mata de Pernambuco era evidente.

¹⁸⁰ Dados coletados no *Censo de Assistência Médico-Sanitária-Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social* citado por AZEVEDO, Carlos Alberto; LINS, Rachel Caldas; CHACON, Vamireh. *Situação sócio-econômica em áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972 e por FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p. 130.

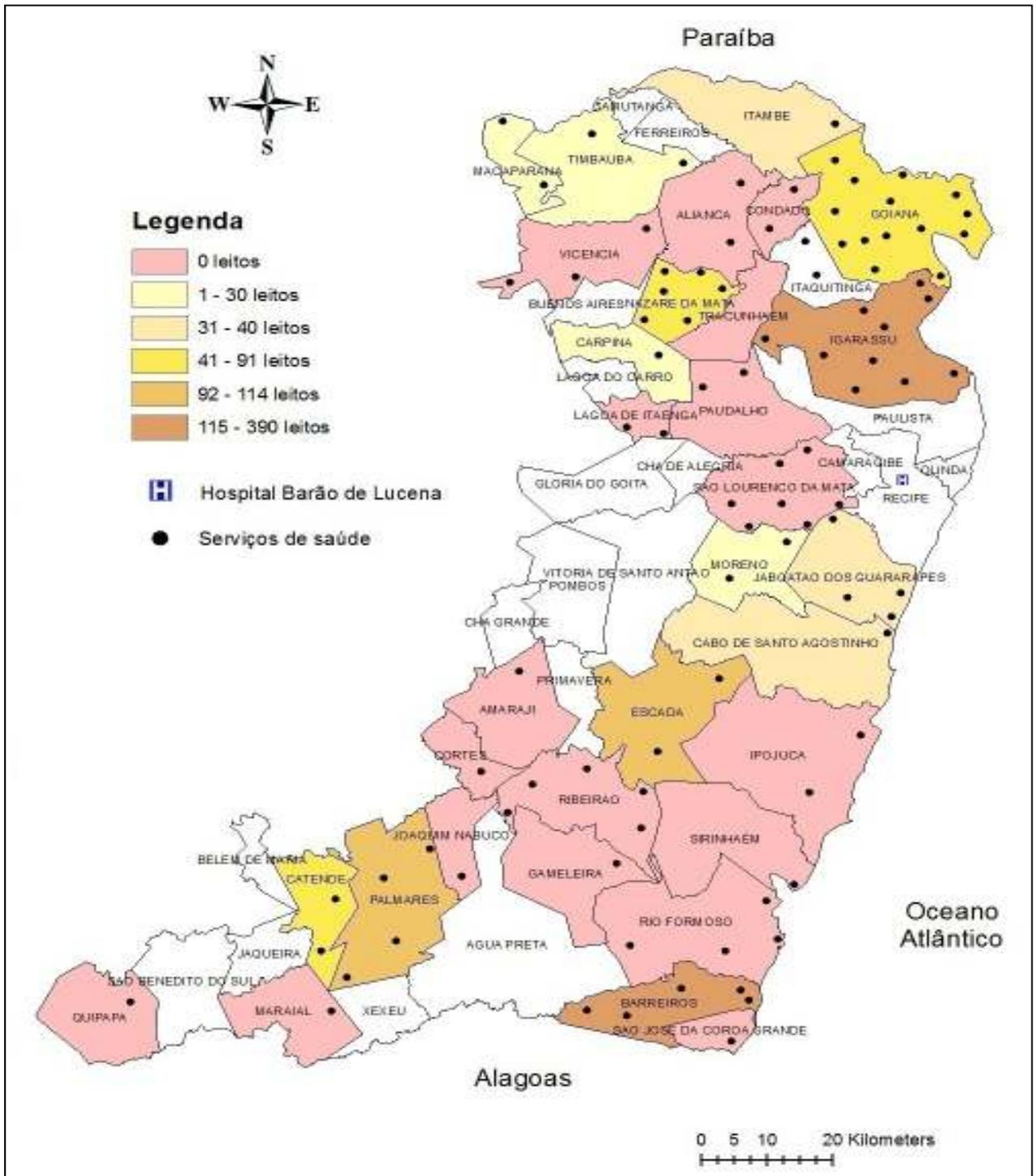
¹⁸¹ Dados obtidos no Censo Demográfico – Pernambuco, 1980 e Censo Agropecuário, Pernambuco, 1985 citados por ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) - Institut Universitaire D'Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 38.

¹⁸² *Ibidem*, p. 16.

¹⁸³ Dados coletados no *Censo de Assistência Médico-Sanitária-Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social*. op. cit, p. 130.

¹⁸⁴ Dados obtidos no Censo Demográfico – Pernambuco, 1980 e Censo Agropecuário, Pernambuco, 1985 citados por ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na*

Mapa 2 – Mapa da distribuição da oferta de Serviço de Saúde e do quantitativo de leitos na região da Zona da Mata de Pernambuco na década de 1970.



Fonte: Azevedo, Lins e Chacon (1972) e Ferreira Filho (2012, p. 130).

Nota: Dados coletados no Censo de Assistência Médico-Sanitária – Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social.

Segundo os dados oficiais do censo demográfico realizado pelo IBGE, no ano de 1980, a população total da Zona da Mata de Pernambuco era de 3.428.000 habitantes, sendo 2.734.000 na área urbana e 694.000 na zona rural.¹⁸⁵ Se levarmos em consideração que em 18 cidades da região inexistiam serviços de urgência, emergência e internamento, conforme apresentado no Mapa 2, pode-se avaliar os transtornos sofridos pelas famílias canavieiras quando precisavam receber atendimento.

Como o acesso aos postos de saúde e hospitais era dificultado pelas estradas de barro, intransitáveis nos períodos de chuva, o tratamento das doenças consideradas não graves realizava-se em casa, geralmente com remédios caseiros ou, com menos frequência, com remédios industrializados. *“Ia às vezes com muito sacrifício prá o médico, prá farmácia. Tinha um farmacêutico lá na usina que passava o remédio e a gente tomava, mas era muito difícil. Remédio era mais purgante, era tudo buchudo!”*¹⁸⁶

Era comum cuidar de inflamações, ossos quebrados e ferimentos com emplastos e compressas de ervas. Para resfriados, gripes, febres e diarreias as canavieiras faziam chás, lambedores com as plantas encontradas nos arredores dos engenhos. *“O remédio que eu dava era chá e lambedor prá tosse e esses remédios de verme.”*¹⁸⁷

A transmissão dos conhecimentos sobre ervas e plantas, de geração para geração, em especial com as mulheres, era uma forma de conservar a competência popular sobre o tratamento de diversas enfermidades com os recursos naturais, fundamental para a sobrevivência de diversas gerações de famílias canavieiras que viviam afastadas dos equipamentos formais de saúde.

O remédio da gente era caseiro. Era chá do mato, capim santo, cidreira, pitanga. Pra negócio de osso quebrado, eu quebrei a clavícula, lá no Engenho Massangana quando era menina e minha mãe me curou com arueira. Mãe fez um emplasto, amarrou e eu fiquei boa. Os remédio era mato, era mato mermo. Não tinha essa história, a gente não tinha dinheiro pra comprar, ninguém dava. Hoje se dá nos posto né, mas antes não. Aí o remédio tudo era, a gente chamava meisinha do mato, tudo era do mato. Mas era muito remédio, que hoje eu já não seio nem o mato. Meu marido levou uma vez um cacete da polícia porque se meteu numa briga. E o remédio que ele curou-se foi a raiz de vassoura de botão. É um mato que tem chamado barbatenon, que cura osso. Ele liga os osso. Ele tomou esse remédio e

¹⁸⁵ Dados obtidos no Censo Demográfico – Pernambuco, 1980 e Censo Agropecuário, Pernambuco, 1985 citados por ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) - Institut Universitaire D'Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 16.

¹⁸⁶ Maria Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada em 12 maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁸⁷ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

ficou bom. Os remédio era esse. Tem um tar de alecrim, tem muito remédio nos mato. Aquele arroz roxo, um bom remédio pra inflamação muito bom, o cajueiro roxo. Tudo isso era remédio, tudo isso era usado. Pra verme tinha aquele mastruz, chá de mastruz e dava certo. Até hoje o povo ainda toma, aquele povo mais antigo ainda hoje toma chá de mastruz pra verme, muito bom!¹⁸⁸

As trabalhadoras entrevistadas, ao lembrarem de maneira saudosa o tempo em que retiravam das matas os remédios para as enfermidades da família, demonstravam a continuidade das formas de curar na zona canavieira.

Afora as intoxicações e envenenamentos, as principais doenças que acometiam os trabalhadores cortadores de cana eram resfriados, gripes, diarreias e as verminoses. Destacam-se também a anemia, as micoses e as doenças de coluna e respiratórias. A maioria dessas enfermidades era causada ou agravada pela desnutrição, pelas precárias condições de trabalho e pela poluição advinda da produção sucroalcooleira das usinas.¹⁸⁹

As doenças provocadas por parasitas, em particular, a esquistossomose, atingia cerca de 80% da população canavieira. As habitações dos trabalhadores nas terras dos engenhos não dispunham de rede de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável, necessitando os cortadores de cana andar até rios e riachos mais próximos para abastecer-se de água para beber, cozinhar e realizar os serviços de limpeza da casa e das roupas.¹⁹⁰

É imprescindível apontar que, dada a inexistência de sistema de esgotos nos arredores dos engenhos, afluíam para as fontes de água potável que abasteciam os cortadores de cana não apenas os poluentes das usinas (vinhoto) como também os excrementos humanos.¹⁹¹

O consumo de água poluída, quer no ambiente doméstico, quer nos locais de trabalho, era determinante para a contaminação por esquistossomose e demais parasitas. Por mais que alguns trabalhadores se curassem com remédios industrializados ou caseiros, o acesso deficitário a sanitários nas casas e nos locais de trabalho, obrigava os trabalhadores a realizar suas necessidades nas matas e nos rios, deixando-os vulneráveis à contaminação.

[...] Fio de pobre se criou na lama, dentro daquelas lama. O povo hoje fala dessa história de dengue. Minha fia, eu tomei tanto da água de levada no serviço, cheio

¹⁸⁸ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁸⁹ Para um estudo aprofundado sobre as causas do adoecimento dos trabalhadores canavieiros na zona da Mata de Pernambuco ver o trabalho do historiador FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

¹⁹⁰ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. I, p.10.

¹⁹¹ VASCONCELOS, Jarbas. *Uma análise da economia canavieira de Pernambuco*. Discursos pronunciados pelo Deputado Estadual Jarbas Vasconcelos na Assembléia Legislativa do Estado. Recife: [s.n.], 1973. p. 71.

daqueles bichinho, que a gente chamava martelo, hoje eles chama lavra. Sabe o que eu fazia para beber água, eu morrendo de sede no serviço, eu fazia assim oi, eu abria a água pra eles sai e tomava a água assim com a mão, com aqueles bichinho. Vivia tomando banho de água de rio, tomando água mesmo de rio, de cheia e de tudo eu tomava.¹⁹²

O atendimento médico-hospitalar não era acessível para todos os trabalhadores canavieiros. Nos casos de extrema necessidade, apelava-se para a boa vontade dos funcionários da usina e dos engenhos para que o deslocamento dos pacientes aos hospitais das sedes municipais ou para as emergências hospitalares em Recife ocorresse a tempo.

Eu cai numa enfermidade que quase morro. É que eu comia muito aruá. [...] Eu tava com 9 anos na época que eu tive uma dor de cabeça, um inchaço. [...] Eu passei 3 dias na casa da minha avó. Aí eu fedia que nem carniça viva. [...] Quando o meu tio chegou da usina, que ele trabalhava na usina Bulhões, ele chegou e disse: Oxe Maria! O que é que tá acontecendo com esse menino? Amanhã bem cedo eu pego o carro da usina, falo com o chefe do carro, um jipe, e levo ele pro Recife. [...] Aí depois de 8 dias que eu fiquei por lá [no hospital], não deixava ficar ninguém, só quem ia saber de mim era minha mãe. Meu pai, meus tios, eles não podiam ficar perto de mim não. Por causa de minha doença eu fui prá sala de isolamento. Eu fui desmaiado, eu já tava quase nas últimas. Passei lá 2 meses sem chegar perto de nenhuma criança. Era proibido pelos médicos, por causa da minha doença. [...] A doutora me deu um remédio e disse que eu não ia poder comer nada. Quando foi com 24 horas que eu tinha tomado esse remédio, fui no banheiro defecar. Caguei uma verme que tive medo. Corri da bacia do banheiro e chamei a doutora. Ela disse que era o micróbio que eu tava botando pra fora. Aí um pouco mais, começou uma corriação. Aí eu vi aquele negócio saindo pelo nariz, aqueles pedacinho. Eu botei pela garganta e mostrava a doutora e a enfermeira. Aí foi quando eu comecei a andar, graças a Deus!¹⁹³

Não foram raros os canavieiros que tiveram dificuldades em conseguir atendimento médico e internamento aos doentes com diagnósticos graves. Devido à falta de meios de transporte para deslocar o paciente para os hospitais, à precariedade das estradas de barro, ou mesmo em virtude do desconhecimento da gravidade da doença pela família, era comum haver o falecimento dos doentes, pois o atendimento médico aos pacientes nem sempre chegava a tempo de evitar a morte dos doentes sem auxílio médico na zona canavieira de Pernambuco.

Independente das circunstâncias, a morte de uma pessoa da família é uma situação traumática, que traz consigo dor e sofrimento. Contudo, a perda definitiva de bebês e crianças pequenas eram as mortes que mais abalavam as famílias canavieiras, principalmente as mães.

¹⁹² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁹³ Manoel da Silva Filho. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

A mortandade de bebês e de crianças pequenas, em geral, era causada por infecções intestinais e infestações parasitárias, em virtude do consumo de alimentos contaminados e de água poluída.¹⁹⁴ A trabalhadora canavieira Marieta Gomes de Lima, mãe de 9 filhos, sofreu a dor de perder 2 filhos, uma criança ainda com 5 anos de vida.

Meus menino, um morreu eu tenho pra mim que um morreu de verme. Eu acho que foi assim, ataque de verme. (Emocionada) Ele era muito bonitinho o meu menino, não gosto nem de falar do meu bichinho. Meu marido matava porco e eu acho que o porco tava com uma atacação de verme. Aí a gente fazia aquela sarapaté né, aquele sarapaté bem gostosinho né. Aí ele gostava tanto meu menino. Ele tava com 5 ano, na semana que ele morreu ele ia fazer 5 ano. Aí ele comeu sarapaté, aí quando ele comeu sarapaté foi num domingo. Aí quando deu domingo de noite deu aquela desinteria nele. Se obrou-se todinho, vomitou e eu fiquei doída. E eu butei ele na minha cama, ele sujou a cama toda e meu marido deu bravo, porque eu butei ele em cima da cama. E eu fiquei a noite todinha com o menino. Aí no outro dia bem cedo minha mãe tava aqui no Cabo e eu tava operada, que eu quebrei o braço de uma queda que eu levei né, ali na altura do Gujaú. Aí eu tava com o braço quebrado, a cravícula e não podia carregar ele. Aí eu disse assim: “eu não posso nem socorrer ele”. Pra gente vir do engenho das Mata praqui a gente vinha de pé, porque naquele tempo não tinha carro. Aí chegou assim e eu disse: “vou deixar”. E fiz um chazinho uma coisa e outra. Aí ele ficou assim todo bambo, deitado, todo bambo. Eu tirei a água de coco e dei a ele, dei aquela laminha de coco assim pra ele, ele comeu. Aí quando ele terminou de comer a laminha da água do coco, aí ele disse assim: “eu quero de deitar”. Aí eu peguei ele assim, com um braço só e levei ele pra cama. Chegou na cama, ele foi morrendo. (Choro). Eu chorei tanto, gritei tanto, a vizinha, aí ele já tava morto. Aí peguemo ele e butamo ele lá num banquinho que tinha. A vizinha veio, deu banho nele, tudinho. Ajeitou ele e butou ele lá. Esse dito meu irmão, tava no Cabo. Eu mandei chamar ele e foi ele quem fez o despacho dele. Porque essas coisa se fazia no Cabo né. Meu marido tinha ido pro Recife, porque ele vendia prestação. Quando ele chegou em casa o menino já tava no caixão. Meu marido chegou cheio das pinga também, aí enterrou ele e pronto.¹⁹⁵

*Moradia “*Era casa de barro e coberta de palha de cana.*”¹⁹⁶

Em 1987, a Secretaria de Planejamento Social do Estado e a Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco realizaram um levantamento sobre as condições socioeconômicas de determinadas localidades da Mata Sul de Pernambuco, com o objetivo de traçar um plano de desenvolvimento para a região.

Com relação aos aspectos habitacionais, a maioria dos trabalhadores canavieiros morava em residências cedidas pelos empregadores, localizadas nos arruados e sítios afastados das sedes dos engenhos.¹⁹⁷

¹⁹⁴ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 225.

¹⁹⁵ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

¹⁹⁶ Edith Cecilia de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

As pesquisas revelaram que 65% das localidades analisadas não possuíam fornecimento de energia pública ou privada. Nas residências onde havia energia elétrica, os trabalhadores dispunham apenas de um ponto de energia, pelo qual pagavam Cz\$ 60,00 cruzeiros por mês ao proprietário fundiário.¹⁹⁸

As residências eram formadas por 2 ou 3 cômodos, onde famílias numerosas, compostas por até 12 pessoas, dividiam os espaços. A maioria das unidades domiciliares não possuíam instalações higiênico-sanitárias e áreas de cozinha, conforme o depoimento do presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, em 1983, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a pobreza absoluta do Nordeste.

A situação habitacional dos trabalhadores rurais da zona canavieira é bastante precária, não apenas pela qualidade das casas, paredes de taipa, cobertura de palha e piso de terra batida, como pelo insuficiente número de cômodos, pela falta de conservação e condições de insalubridade.¹⁹⁹

Os trabalhadores moradores habitavam casas de alvenaria e taipa, em precárias condições estruturais. A conservação das moradias dos trabalhadores canavieiros era obrigação dos proprietários fundiários, julgada e garantida, inclusive, pelo Dissídio Coletivo de 1980.²⁰⁰

A não ampliação e conservação da moradia dos trabalhadores canavieiros por parte da classe patronal vinculam-se à falta de interesse dos empregadores em construir novas residências para os cortadores de cana em suas propriedades, uma vez que a presença dos trabalhadores nas terras dos engenhos consistiria em indenizações futuras para os moradores, seja por benfeitorias realizadas pelos trabalhadores ou por demissões.²⁰¹

[...] Os donos raramente se preocupam em mantê-las em bom estado de conservação e muito menos de equipá-las com algum conforto. Pelo contrário, deixando as

¹⁹⁷ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. II, p. 14.

¹⁹⁸ PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. II, p. 11.

¹⁹⁹ Informações obtidas por intermédio do depoimento do Presidente da FETAPE, José Rodrigues da Silva, na CPI que investigava a pobreza absoluta do Nordeste. Nesse depoimento, ele se reporta a dados do Relatório do Programa de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira – PROCANOR/SUDENE. Brasília: Senado Federal, 25 out. 1983. p. 6. (Acervo da Fetape).

²⁰⁰ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 30 de setembro de 1980. Processo NP TRT-DC 36/80*. Recife: FETAPE/Sindicatos, 1980. p. 8.

²⁰¹ PERNAMBUCO, op. cit., p. 15.

habitações ruir, eles utilizam essa forma de pressão para expulsar os moradores das suas terras [...].²⁰²

Não obstante a resistência dos empregadores em cumprir o dispositivo legal, os trabalhadores canavieiros cobravam a restauração e o melhoramento das casas onde moravam com suas famílias, inclusive na Justiça do Trabalho, como demonstrou o processo trabalhista de número 421/85, impetrado na 1ª Junta de Conciliação e Justiça (JCJ) do Município do Cabo de Santo Agostinho, em 1985.

Neste processo, a trabalhadora afirmou residir com toda a família em uma casa cedida pelo proprietário do engenho, desde 21 de março de 1980. Contudo, em virtude do abandono por parte dos empregadores, a residência foi-se deteriorando, encontrando-se no momento da ação, em precárias condições estruturais, apresentando risco de desabamento.

Em vista disso, resolveu a trabalhadora, requer judicialmente a restauração e o melhoramento da casa onde residia com toda a família, que até então não havia recebido qualquer melhoramento ou benfeitoria, conforme a Figura 2, referente a petição inicial do processo 421/85.

Segundo o Dissídio Coletivo 33/80, na cláusula oitava, os empregadores tinham o dever de reformar 1/3 das casas dos moradores, inclusive de construir banheiro e piso de cimento, dando prioridade àquelas moradias que se encontram em pior estado de conservação. Essa cláusula foi mantida no Dissídio Coletivo 33/83, na 23ª cláusula.²⁰³

No decorrer do processo, o advogado da parte reclamada, afirmou que as acusações não procediam. A JCJ do Cabo de Santo Agostinho determinou a inspetoria de um Oficial de Justiça na residência, cujo laudo constatou:

- Construção de alvenaria, com caiação ausente, formada por 4 cômodos;
- A sala e o corredor possuíam piso de cimento. O quarto e a cozinha tinham piso de barro;
- Inexistência de sanitários no interior da construção;
- Estado precário das portas.

²⁰² ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D'Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 230.

²⁰³ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1983/1984. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 26 de setembro de 1983. Processo Nº TRT-DC 36/83*. Recife: FETAPE/Sindicatos, 1983. p.12.

Figura 2 - Petição inicial do processo de ação de cumprimento do dissídio coletivo 36/80

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso C.G.C. 11.628.351/0001-68	SEDE PRÓPRIA RUA PROFESSOR JOÃO SEZINO, 75 RIO FORMOSO - PERNAMBUCO
---	--

JUSTIÇA DO TRABALHO, Juiz Presidente da JCI do Cabo PE.

421/85
 01/47
 220
 12.04.85
 6ª Vara (1454)

Esp. do Protocolo

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO RIO FORMOSO, sediado na Rua Professor João Sezino-75, na cidade do Rio Formoso, deste Estado, vem apresentar **AÇÃO DE CUMPRIMENTO** contra o engenheiro [REDACTED], de propriedade da USINA [REDACTED], pelos fatos e fundamentos seguintes:

- que iniciou nos serviços da reclamada em 21.03.80 ficha 1651, trabalhadora rural do^o genho [REDACTED];
- Desde a data de admissão a reclamante reside juntamente com sua família em casa fornecida pela reclamada.
- A casa de moradia da reclamante durante esse período / não recebeu qualquer tipo de melhoria, estando atualmente em péssimas condições de habitabilidade, inclusive colocando em risco de vida toda a família.
- O DISSÍDIO COLETIVO 36/80 em sua CLÁUSULA OITAVA, estabelece que: Os empregadores se responsabilizarão pela restauração de 1/3 das habitações destinadas a moradia de seus empregados, observando as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro, piso de cimento, devendo ser dada prioridade as residências que se encontram em piores condições CLÁUSULA MANTIDA, no DC.33/84 CLÁUSULA 23ª.

ASSIM RECLAMA:

Restauração da habitação da reclamante, observando as condições de higiene e segurança inclusive banheiro, piso de cimento, de acordo com a CLÁUSULA 23ª do DC.33/84.

Assim sendo requer a notificação do reclamado para responder aos termos da presente sendo no final condenado. Protestando provar o alegado por todos os meios de provas em Direito, admitidas inclusive depoimento pessoal do reclamado, pena de confissão, revelia, pericial e de testemunhas. Requer ainda 15% de honorários em favor do Órgão de Classe, conforme estatui a Lei 5584.

N. Termos

P. Deferimento

Rio Formoso, 01 de abril de 1985

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso
 Presidente

Fonte: Proc. 421/85 - 1ª JCI do Cabo de Santo Agostinho.

Nota: Acervo do TRT 6ª Região.

O laudo realizado pelo Oficial de Justiça, “[...] *Apesar da precariedade da construção, o domicílio não apresentava riscos de desabamento*”, ao excluir as necessidades de reformas imediatas, desfavoreceu a reclamação da trabalhadora, que requereu a desistência do processo em seguida. Embora o processo tenha sido arquivado, a iniciativa de colocar “*questão*” na Justiça do Trabalho contra a classe patronal demonstrava um posicionamento de luta e resistência dos trabalhadores canavieiros, diante do não cumprimento dos acordos trabalhistas e dissídios coletivos.

Os trabalhadores canavieiros expulsos dos engenhos para as “*pontas de rua*” passaram a ocupar os bairros periféricos dos municípios, quer como proprietários de casas rústicas compradas com o dinheiro da indenização ou barracos, quer como inquilinos.²⁰⁴

Graças a deus eu fiz essa casa aqui com meu salário do campo. Eu fiz essa casa aqui. Trabalhando lá, fêria que eu recebia, décimo que eu recebia, eu empreguei tudinho nesse bolo de terra aqui. Ele comprou o terreno e eu construí a casa, mas tudo nas minhas costas. Eu saí de lá [Usina Bom Jesus] com 3 mil. Eles me deram 3 mil e pronto.²⁰⁵

A saída dos engenhos para as cidades não apenas alterou o ambiente e a forma de morar dos trabalhadores canavieiros. Despesas extras foram-lhes impostas como o aluguel, o gás, a conta de luz e de água e os gastos de transporte com deslocamento para o local de trabalho e para voltar para casa. Ademais, a brusca mudança do local de residência, além de alterar a paisagem, modificava também as formas de convivência, os costumes cotidianos e até mesmo, as relações familiares.

Contudo, a despeito dos efeitos causados pela expulsão dos engenhos e pela forma de viver nas cidades, as pesquisas de Espedito Rufino demonstraram que 62,33% dos trabalhadores entrevistados afirmaram preferir viver nas cidades. Entre os argumentos, 34,57% apontaram que na cidade o trabalho era melhor, mais leve, limpo e inteligente; 12,97% argumentaram que os trabalhadores da cidade tinham mais direitos e salários melhores; 9,26% apontaram a liberdade e o melhor tratamento no ambiente de trabalho; 8,03% responderam que a vida na cidade era melhor para tudo em do acesso aos serviços públicos; 8,02% dos entrevistados responderam que não havia condições para a vida no campo, provavelmente em virtude dos abusos de poder recorrentes e das condições

²⁰⁴ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 225.

²⁰⁵ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

socioeconômicas dos moradores de engenho; 5,55% demonstraram pesar ao afirmar que a vida na cidade seria melhor, apesar de morar nos engenhos; 17,92% informaram que a vida nas cidades era melhor, pois no meio urbano a vida era mais confortável, mais animado. Nas cidades havia cinemas e meios de condução que facilitavam o deslocamento das pessoas. Ademais as cidades eram próximas de escolas e hospitais; 2,47 dos trabalhadores argumentaram que nas cidades as casas eram de sua propriedade; 1,23% ou não souberam ou não responderam.²⁰⁶

A despeito da exploração patronal nas relações de trabalho e a pauperização das famílias moradoras de engenhos, algumas trabalhadoras entrevistadas demonstraram saudosismo ao lembrar a forma como vivia no engenho. Apesar de viver no bairro da Charnequinha há 14 anos, Marieta Gomes de Lima lembrou, com saudades, a vida nos engenhos.

Quando eu saí de lá [Bom Jesus] Aí derrubou tudo. Os meus pezinhos de jaca, minhas lavoura que tinha lá, acabou tudo. Ainda hoje eu passo por lá e só vejo cana. Dá uma pena! Eu tenho saudade do engenho, eu tenho saudade. Eu trabalhei no engenho e gostei do engenho. Eu mesmo queria voltar a morar lá. Eu mesmo queria. Melhor do que aqui na rua. Lá no engenho é tudo melhor. Lá o ar é melhor, mulé é tudo melhor. Você não vê suada, a gente não vê nada né. Na rua é “*morreu um ali, morreu outro aqui*”. É uma agonia!²⁰⁷

Convém esclarecer que, a preferência pelo meio rural e o saudosismo com relação à vida nos engenhos, refletia o sentimento de pertencimento a um espaço geográfico, lugar onde os trabalhadores canavieiros tinham vivido muitos anos, senão a maior parte de suas vidas.

A posse do sítio também era um argumento entre aqueles trabalhadores que preferiam residir nos engenhos, conforme demonstraram o depoimento de Marieta Gomes Lima e dos demais trabalhadores entrevistados por Espedito Rufino.

Entre os 223 canavieiros entrevistados, 37,67% dos trabalhadores preferiam morar no campo. Dentre esses, 35,11% informaram que já estavam habituados com a vida no campo; 27,66% argumentaram que a posse do sítio possibilitavam ter acesso a alimentos, sem precisar comprar; 17,02% diziam-se despreparados em termos educacionais e desprovidos de recursos para viver nas cidades; 10,64% apontaram a violência urbana em contraposição ao sossego no campo; 7,45% indicaram o desemprego e os baixos salários como motivos para continuar

²⁰⁶ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 331.

²⁰⁷ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

vivendo nos engenhos; 1,06% argumentaram que no campo recebiam por semana; 1,06% ou não responderam ou não responderam.²⁰⁸

2.4.2 Relações de trabalho na região canavieira

O abandono e/ou a ineficiência das autoridades públicas em garantir os direitos sociais básicos para as famílias canavieiras, em especial, condições mínimas de segurança, atendimento médico-hospitalar adequado, acesso à educação, condições dignas de habitação, acesso e permanência na terra e garantia de justa remuneração do trabalho, geraram os condicionamentos históricos para a sujeição dos trabalhadores canavieiros à exploração de classe impetrada pelos proprietários fundiários e usineiros.

Na zona canavieira de Pernambuco, as relações de trabalho assalariado foram organizadas segundo a lógica capitalista de exploração da mão-de-obra. O valor do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores canavieiros, com mais horas de trabalho ou com o auxílio de outros membros da unidade familiar constituía-se como mais valia apropriada pela classe patronal.

[...] O trabalho assalariado assume a aparência de trabalho inteiramente pago quando apenas parcialmente o é. A remuneração do trabalho em dinheiro, portanto sob a forma de salário, disfarça a apropriação, por parte do capitalista, do trabalho excedente do produtor imediato, como numa substituição de uma justificativa jurídica já superada da exploração de uma classe social por outra.²⁰⁹

Diante da expropriação dos bens de produção, a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas restringiu-se à negociação da sua força de trabalho. Os trabalhadores foram explorados, assistiram seu trabalho transformar-se em salário sub-remunerado e sua força de trabalho em mais valia para a classe patronal. Tornaram-se livres,

[...] para vender como um bem a sua capacidade de fazer e de criar, livre para vendê-la transformada em capital, livre para trabalhar com suas próprias imposições. Ele pode retirar sua mão-de-obra como se fosse um objeto e trabalhar como quiser – segundo as exigências do mercado. [...] o mais provável, porém, é que derrame mais

²⁰⁸ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D'Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 333.

²⁰⁹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes. 1976. p. 27-28.

de si mesmo no capital, até ficar incapacitado, doente ou velho com a sua força de trabalho declinando em valor para o capitalista.²¹⁰

Diariamente o empreendimento sucroalcooleiro absorvia o trabalho de 100 a 300 homens/por hectare, limitando-se produtivamente em termos de mecanização devido à topografia acidentada da região.²¹¹

A mão-de-obra empregada na atividade canavieira era composta por trabalhadores assalariados. Entre as relações de trabalho existentes, predominavam os trabalhadores moradores, embora a categoria estivesse frequentemente sendo desestimulada a residir nos engenhos pelas classes patronais, seguidos dos trabalhadores permanentes não moradores.

Ambas as categorias possuíam relações empregatícias permanentes e reconhecidas por lei. Eram denominados de trabalhadores “*fichados*”.²¹²

O emprego de trabalhadores canavieiros sem vínculos empregatícios, na condição de trabalhadores temporários era uma prática recorrente entre os empregadores para minimizar as despesas com os encargos trabalhistas. Esses trabalhadores eram conhecidos como “*clandestinos*” ou “*não fichados*” e deslocavam-se de uma localidade para outra, em busca de emprego (empreitada), quando não utilizados de maneira permanente nas lavouras canavieiras.²¹³

Convém esclarecer que o processo de expulsão dos moradores dos engenhos transformava o estatuto do cortador de cana que possuía sítio. Os canavieiros moradores tornavam-se não moradores, passando a viver exclusivamente da venda da força de trabalho. Nas “*pontas de ruas*”, os trabalhadores canavieiros, sem sítios, florestas ou rios para garantir a subsistência, tornavam-se vulneráveis às investidas dos empregadores para que se tornassem trabalhadores diaristas, rompendo em definitivo o vínculo empregatício.

Os trabalhos realizados pelos canavieiros eram discriminados pela Tabela de Tarefas, retomada durante a greve de 1979 e aprovada na Convenção Trabalhista do mesmo ano. A Tabela de Tarefas apresentava todas as tarefas a ser realizadas nas lavouras canavieiras, da roçagem do terreno ao enchimento do carro com a cana.

²¹⁰ ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983. p. 95.

²¹¹ PESSOA, Dirceu Murilo. *Espaço rural e pobreza no Nordeste do Brasil*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1990. p. 38.

²¹² Ibidem, p. 50.

²¹³ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco* 1985. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 126.

O valor de cada tarefa dependia de uma série de fatores: do tipo de terreno a ser realizado o trabalho (terreno acidentado, onde o boi não pode ir, ou terreno plano e inclinado, terreno de barro, terreno de areia); da especificação do mato a ser cortado (mato grosso e de gancho, mato de talho e capoeira, mato fino e mato de espano em aleluia e mentrasto); da utilização de força animal ou humana; do uso de foice ou estrovenga; do corte de cana para moagem ou para semente; do estado da cana (crua ou queimada, solta ou amarrada).²¹⁴

Em tese, a remuneração e os direitos trabalhistas dos trabalhadores canavieiros deveriam ser cumpridos de acordo com a Tabela de Tarefas. Contudo, na prática, a maioria das relações de trabalho nas lavouras canavieiras não respeitava qualquer dispositivo da legislação trabalhista.

As ferramentas de trabalho raramente eram cedidas pelos empregadores, a segurança dos trabalhadores durante o deslocamento até o ambiente de trabalho não era realizado de maneira segura, os trabalhadores não usufruíam de locais para descansar, de espaços para as necessidades físico-biológicas e tampouco de água potável para beber!

Os empregadores descontavam automaticamente as dívidas contraídas no barracão, os trabalhadores não recebiam férias, 13º salário, salário família, aviso prévio, auxílio doença, os dias trabalhados em feriados e dias santos.

As ações trabalhistas impetradas pelos cortadores de cana dos municípios do Cabo de Santo Agostinho, de Barreiros e Rio Formoso, ao longo da década de 1980, denunciaram o cotidiano desrespeito da legislação trabalhista. As ações mais recorrentes reclamaram aviso prévio, indenização, férias, 13º salário, horas extras, salário família, pagamento integral do salário, repouso semanal remunerado, pagamento dos dias de greve e anotação na carteira de trabalho.²¹⁵

2.5 A mulher e o trabalho

Ao longo da história, homens e mulheres conheceram os mais variados modos de produção²¹⁶, em linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal, burguês.

²¹⁴ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva de 1979*. Recife, 1979. p. 4-6.

²¹⁵ Processos Trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho. Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

²¹⁶ O modo de produção de uma dada sociedade é designado pelas relações entre estrutura e superestrutura, cujo conjunto constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção define-se pelo o

Compartilharam os avanços tecnológicos das ferramentas de trabalho, “*da roda ao trator, do tear às máquinas de tecer eletrônicas*”²¹⁷, as modificações nos meios de produção, do artesanato à manufatura e daí para a indústria, e as formas de resistências das classes trabalhadoras diante das transformações, o protesto dos artesãos frente à manufatura, as mobilizações dos trabalhadores rurais expulsos dos campos e as lutas operárias por melhores condições de vida e trabalho.

Nas economias pré-capitalistas a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nos mercados e nas oficinas, tecia, fiava e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como unidade de produção as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.²¹⁸

Contudo, ainda que as trabalhadoras estivessem presentes, em número significativo, em ambos os espaços produtivos, sobretudo no trabalho exercido no ambiente privado, a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres incidiu inclusive na historiografia dado o número escasso de reflexões abrangentes e aprofundadas sobre o emprego feminino nas sociedades laboriosas.

A mulher é a beleza, a graça, não pode nem deve-se gastar no trabalho! [...] Dizia-me, no fim de um lindo palavreado, um senhor da alta sociedade e de idéias avançadas, cuja esposa, encantadora e ociosa, se levantou, tranqüilamente, para acrescentar: [...] o meu marido esquece que, desde a sua infância até hoje, ainda, são mulheres – não a sua mãe nem a sua esposa, mas seres do sexo feminino – que lavaram a sua roupa suja, limpavam o que sujou, enceraram o chão que êle pisa, mulheres que se encarregaram de sua correspondência, que obtiveram os números de telefones que desejou, que registraram suas encomendas nos correios, venderam ou embrulharam a maior parte das compras que fêz, lhe prepararam e serviram as refeições.²¹⁹

À contrapelo das correntes historiográficas que tornaram as mulheres invisíveis como sujeitos históricos, apesar da participação feminina nos acontecimentos do passado, buscar-se-á integrar as mulheres canavieiras à história da classe trabalhadora canavieira da zona da Mata Sul de Pernambuco, através da compreensão e análise do trabalho feminino na produção

conjunto das relações de produção e reprodução da vida material, que condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida humana em determinada sociedade. In: MARX apud BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998. v. I e II. p. 741. Versão digital.

²¹⁷ SULLEROT, Évelyne. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1970. p. 11.

²¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes. 1976. p. 32.

²¹⁹ SULLEROT, op. cit., p. 9-10.

canvieira e da inserção das trabalhadoras canvieiras nos espaços políticos de lutas sociais e sindicais.

2.5.1 O Trabalho feminino na produção canvieira

*“*As Mulheres na palha da cana*”

Nos engenhos da zona canvieira, a sujeição dos trabalhadores à irrisória remuneração, tornou indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho, o emprego coletivo dos membros da unidade familiar no espaço doméstico, local do roçado e criação de animais de pequeno porte e na produção.²²⁰

Desde a infância, as mulheres exerciam atividades em ambos os espaços. Trabalhavam na cultura de subsistência, na manutenção e conservação da casa e nas lavouras canvieiras. Contudo, o trabalho exercido na produção canvieira nem sempre foi valorizado e reconhecido.

Inseridas numa condição de exploração de classe e submetidas às relações de gênero, ao exercer a atividade, preferencialmente, nas lavouras brancas, as mulheres casadas ou com filhos maiores, trabalhavam nos canaviais de maneira não assalariada, pois seu trabalho era compreendido como uma “*ajuda*” ao trabalhador direto, que possuía vínculo empregatício com o empregador.²²¹

Maria José do Nascimento trabalhou durante anos com o marido na “*palha da cana*” sem reconhecer-se como trabalhadora canvieira independente. Como “*dona de casa*” percebia o trabalho exercido na lavoura como uma forma de ajudar o esposo a garantir a remuneração semanal.

[...] Eu ajudava a ele. Eu trabalhava junto com ele. Eu não era fichada. Tinha sindicato, eu não sei se nesse tempo eu pagava, mas ele pagava. Eu era dependente. Eu acho que nesse tempo eu não pagava sindicato ainda não. O sindicato naquele tempo não ajudava. Eu pagava era assim, prá ter direito a uma consulta, um dentista mais só que a gente pagava, mas não ia.²²²

²²⁰ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 451.

²²¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 191.

²²² Maria José do Nascimento. Entrevista realizada no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho, em 16 de abril de 2011.

A expulsão dos “*moradores de engenhos*” e a modernização agrícola da produção sucroalcooleira²²³, ambos os processos responsáveis por criar uma oferta de emprego a níveis miseráveis de remuneração e um exército de reserva de trabalhadores, geraram as condições para a ampliação do emprego assalariado da mão-de-obra feminina.

Se antes o trabalho remunerado das mulheres ocorria com mais frequência entre as trabalhadoras solteiras e viúvas, o crescente assalariamento das mulheres na zona canavieira, com ou sem vínculos empregatícios, decorria da necessidade de aumentar a renda familiar devido à desvalorização salarial e ao agravamento das condições de vida.

As mulheres, submetidas à exploração extensiva das classes patronais desde a infância, passariam a exercer o trabalho na lavoura canavieira de maneira remunerada, numa relação de trabalho bem definida e não mais como uma “ajuda” ao homem.²²⁴

2.2.2. Condição estatutária e jornada de trabalho das mulheres canavieiras

*“A carteira fichada era melhor, porque a gente tem o direito né. Agora eu, como não tinha direito, saí sem direito, sem nada. Que quando eu já fui em cima da hora [quando ela teve a carteira assinada], aí já tava perto de eu sair do serviço.”*²²⁵

As transformações nas relações trabalhistas, intensificadas a partir da década de 1960, desencadearam o surgimento de novas formas de relação de trabalho. A condição de trabalhador morador, embora predominante na zona canavieira ao longo dos anos 80, coexistiu com outros vínculos empregatícios, entre eles o trabalhador fichado não morador, os trabalhadores safristas com contrato direto, os trabalhadores safristas com vínculo com empreiteiros e os trabalhadores clandestinos.²²⁶

²²³ As pesquisas do Instituto do Açúcar e do Alcool-Planalsucar e a implantação do Proálcool trouxeram uma série de inovações tecnológicas na zona canavieira. Os novos métodos de cultivo e a implantação de novas variedades da cana somaram-se ao uso generalizado de adubos e fertilizantes nas lavouras canavieiras e à utilização de tratores, caminhões e carregadeiras na colheita e no transporte da cana-de-açúcar, gerando o aumento da produtividade no setor sucroalcooleiro. In: ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 70-88.

²²⁴ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p. 89.

²²⁵ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²²⁶ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 130.

Com relação ao período anterior ao processo de modernização na produção sucroalcooleira, todos os trabalhadores canavieiros entrevistados afirmaram ser o trabalho na lavoura uma atividade desempenhada de maneira coletiva pelos membros da família, inclusive pelas mães, que realizavam o trabalho na palha da cana sem, contudo, estabelecer qualquer vínculo empregatício.

Ao se referirem às relações de trabalho estabelecidas por eles mesmos, os 12 trabalhadores canavieiros entrevistados (10 mulheres e 2 homens) afirmaram que iniciaram o trabalho na lavoura canavieira como trabalhadores clandestinos, sem carteira assinada e com o passar do tempo, estabeleceram vínculos mais estáveis com a assinatura da carteira de trabalho.

Eu nasci em 63 e em 70 eu fui trabalhar. Comecei a trabalhar, a ajudar. Naquele tempo era mais clandestino, nessa idade não dava pra assinar carteira, mas todo mundo trabalhava viu. Não tinha de ficar em casa não, todo mundo trabalhava. Aí eu trabalhei aquele tempo todinho e quando foi completei 15 anos, aí fiquei a minha carteira.²²⁷

Contudo, o sentido da mudança da condição estatutária nem sempre seguiu o mesmo caminho, de trabalhadores clandestinos para trabalhadores “*fichados*”. As alterações do estatuto dos trabalhadores eram reversíveis e dependiam não apenas das relações de trabalho estabelecidas entre empregadores e empregados, como também da interação entre os membros da unidade familiar.

A modificação do estatuto das trabalhadoras canavieiras não se constituía como casos isolados. As mulheres, inseridas na lavoura canavieira inicialmente como trabalhadoras clandestinas, estabeleciam relações de trabalho reconhecidas, legalmente, ao tornar-se “*fichadas*”.

Contudo, a presença física das mulheres no ambiente doméstico, no cultivo do roçado, na socialização dos filhos e no cuidado dos familiares idosos ou doentes, impossibilitou a manutenção da dupla jornada de trabalho de muitas mulheres. Em consequência disso, as trabalhadoras desfaziam as relações empregatícias legais, retornando à clandestinidade, uma vez que, seu trabalho, agora entendido como “ajuda” ao chefe da família, continuava a ser imprescindível para a sobrevivência de todos os membros da unidade familiar.

A gente tem umas horas que a gente se aperta né? Com marido mesmo a gente se aperta né! Mai ele trabalhava e eu ia ajudar a ele. Era assim. [...] Eu me fichei

²²⁷ Maria Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

quando era solteira, mas usina, quando eu era solteira. Eu trabalhei muitos anos na usina fichada. Aí depois eu me casei, vim prá qui [Engenho Ypiranga], aí vim morar com ele. Aí pronto, eu fiquei na luta com ele trabalhando.²²⁸

Nem sempre, contudo, havia modificações nas condições estatutárias dos trabalhadores canavieiros, fato que denotava não apenas a intensa exploração a qual os trabalhadores estavam submetidos, mas também a negligência dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos abusos cometidos pelas classes patronais, sobretudo quanto às relações de trabalho com os canavieiros.

Quatro trabalhadoras afirmaram jamais ter trabalhado com carteira assinada, sempre exercendo a atividade sem qualquer direito trabalhista. Além de inviabilizar o gozo dos direitos trabalhistas durante a idade produtiva, a condição de “clandestinas” impediu o reconhecimento e a valorização do trabalho realizado pelas mulheres canavieiras, inclusive com relação à previdência social.

[...] Nada minha filha, trabalhei tudo sem ficha. Olhe, Miguel Arraes [1963] foi quando dá o direito de ficha né, então ficharam, ficharam as carteiras, mas um período eu passei sem trabalhar. Pedi para não trabalhar mais porque era tanto menino pra tomar conta, que não tinha nem quem quisesse tomar conta. Aí eu pensei, eu vou deixar de trabalhar, meu marido tava trabalhando, eu vou deixar pra tomar conta dos menino. Aí pedi saída da Usina, então eles me deram saída. Aí depois eu vi o negócio acochando e eu digo não, o jeito é eu voltar pra trabaiair. Os menino foi ficando mais maior né, e eu disse eu vou trabaiair novamente. Daí foi quando eu comecei a trabalhar nesse Engenho Água Fria. Distante, sem ficha, clandestina eu trabalhei. Aí despois, quando eu saí de lá, que vim prá qui, que comecei a trabalhar aqui, nas cana também. Em 88 eu fui trabalhar nos engenhos também e lá plantava cana, doutor Airton, e eu fui trabalhar lá, sem ficha.²²⁹

Os depoimentos das trabalhadoras indicaram que muitas delas tinham trabalhado durante toda a vida sem qualquer vínculo formal, prejudicando-as inclusive quanto ao direito de aposentadoria. “*Nunca fui fichada não. Eu ia nos caminhão, em cima dos caminhão cortar cana. [...] Só parei de trabalhar com 60. Não pude me aposentar com 55 porque não era fichada. Nunca recebi férias, nem décimo, nem PIS.*”²³⁰

Na condição de trabalhadoras fichadas regularmente reconhecidas, as mulheres canavieiras poderiam usufruir uma série de direitos previstos na legislação trabalhista. Embora, sistematicamente desrespeitados pelas classes patronais, o reconhecimento dos

²²⁸ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²²⁹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

²³⁰ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

direitos e a existência das Juntas de Conciliação e Justiça, da Delegacia Regional do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho, garantiam e viabilizavam o acesso dos trabalhadores, por meio dos órgãos de classe, às condições de trabalho mais dignas, permitindo o acesso dos trabalhadores canavieiros à cidadania.

**“Trabalhava no correr do dia, de bem cedo trabalhava em casa, na cana e de tarde eu ficava me movimentando em casa. Acordava de 4 horas, às vezes 4 e meia e ia dormir às vezes de 8 horas ou de 10 horas, assim.”²³¹*

As relações de trabalho estabelecidas na zona canavieira de Pernambuco baseavam-se na exploração integral da jornada de trabalho da mão-de-obra empregada. Obrigadas a cumprir extenuantes jornadas de trabalho, as canavieiras esgotavam-se ao extremo²³², conforme comentou Alzira Tertunila de Belo.

[...] Eu saía de 4 hora. Às vezes quando eu trabalhava perto, eu não saía de 4 hora não, saía mais tarde, mas quando eu trabalhava nos engenhos saía de 4 hora, 4 e trinta. [...] Quando chegava não fazia mais nada por que a coragem não dava. Chegava mais morta do que viva, logo longe que eu ia a pé e voltava. Esse doidinho [o filho] levantava eu para comer botava meu cumê e mim dava, de tão enfadada que eu tava que não cuidava em comer logo. Era muito sofrimento, muito sofrimento.²³³

Na década de 1980, os acordos e dissídios trabalhistas instituíam uma jornada de trabalho semanal de 48 horas para os trabalhadores da lavoura canavieira, garantido o direito de estender o serviço além das oito horas diárias, através de horas extras normais (durante o dia) e noturnas resguardadas a correspondente remuneração salarial.²³⁴

Contudo, as classes patronais contrariavam a legislação trabalhista e os acordos celebrados. Proprietários fundiários, usineiros e empreiteiros desrespeitavam, entre outros direitos: a jornada de trabalho, prolongando-a ao extremo, sem respeitar os períodos de descanso e as pausas para as refeições; o pagamento das horas extras; o reconhecimento de “efetivo tempo de serviço” aos períodos dispensados na espera do transporte e deslocamento

²³¹ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²³² DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 596-601.

²³³ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²³⁴ A despeito das pressões dos trabalhadores e sindicatos que exigiam a redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas semanais, o Dissídio Coletivo, julgado em 1983, rejeitou a proposta, não modificando a carga horária semanal de trabalho na lavoura canavieira. In: ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. 230.

dos trabalhadores e na distribuição das tarefas e no pagamento semanal, ratificadas pelas 20ª e 29ª cláusulas da Convenção Coletiva de 1987.

Considera-se tempo de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial consignada; [...] o tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta, bem como o de espera do transporte, será considerado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordinárias as horas que excederam a jornada de 08 (oito) horas, acrescida de uma hora para repouso e refeição e calculado o seu valor pela média de produção do dia.²³⁵

Em decorrência da dupla opressão a que eram submetidas, pela exploração de classe enquanto trabalhadora e pelas relações de gênero enquanto mulher, as canavieiras eram forçadas a realizar o trabalho remunerado na lavoura e o trabalho não remunerado no ambiente doméstico. As mulheres acumulavam dupla (casa-produção) e até mesmo tripla jornada de trabalho (casa-roçado-produção).²³⁶

O dia de trabalho das mulheres canavieiras iniciava-se antes do amanhecer e não tinha horário para terminar. Geralmente, as primeiras atividades eram realizadas ainda de madrugada, no ambiente doméstico. Após providenciar a alimentação familiar, as trabalhadoras seguiam para as lavouras canavieiras. Ao retornar para casa, retomavam os encargos domésticos.

Acordava de 4 horas e a gente pegava no arado de 7: 00 às 16: 00hrs. Todo dia até o sábado, quando a gente largava de 11: 00horas. [...] Trabalhava muito porque meus meninos eram pequenos, não tinha quem ajudasse [...] Às vezes dava 5, 6 horas da noite e ainda tava no rio lavando os panos. Não tinha hora não. Ficava arrumando a casa às vezes de 10, 11 horas, nem energia tinha nesse tempo.²³⁷

O início da jornada de trabalho na lavoura variava conforme o regime de trabalho acordado entre empregadores e trabalhadoras. No regime de produção, o trabalhador deveria receber de acordo com sua produtividade. Em tese, quanto mais produzissem maior seria a remuneração, já que o canavieiro era remunerado pela quantidade de trabalho realizado, o que implicaria maiores esforços dos trabalhadores, sem, contudo, o atrelamento a horários rígidos de início e término de jornada de trabalho.²³⁸

²³⁵ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva do ano de 1987*. Recife, 1987. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

²³⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 208.

²³⁷ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²³⁸ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p.100.

No sistema de diária, as tarefas eram distribuídas, exigiam menos esforço e a remuneração era constante. Contudo, ao receber por cada dia de trabalho e não por produtividade, as trabalhadoras de diária eram mais pressionadas pelos prepostos das usinas, sendo obrigadas a iniciar o trabalho na lavoura canavieira as 7 horas da manhã.²³⁹

Eu me acordava de madrugada. Ah meu Deus! Eu quase nem dormia quando era de noite, já preocupada com o amanhã no outro dia. Era muito puxado. Eu nunca criei um dedo de carne, meu peso era 50, 51. Porque eu tinha que me levantar pela madrugada, como o povo fala né, que é pela manhã cedo. E eu tinha que fazer comida pros menino todinho, tinha que botar feijão no fogo, tudo isso pela manhã cedo. Quando eu saía já deixava o feijão pronto. Pra o serviço eu saía assim de 6 e pouca que era pra de 7 hora já tá no trabalho né. Se fosse a diária a gente de 7 hora já tinha que começar, se fosse conta não, a gente pegava no horário que a gente quisesse né, 8 hora 9 hora, se a gente não quisesse acordar cedo. Quando eu chegava do trabalho quando era pro conta, aí eu ia lavar as roupas de casa na cacimba, tinha rio não, na cacimba mesmo, tirando água e enchendo a bacia e lavando.²⁴⁰

O reduzido tempo de descanso e o deslocamento de ida e volta para o local de trabalho e para residência, somado aos esforços físicos realizados pelas trabalhadoras canavieiras esgotavam fisicamente as trabalhadoras canavieiras, impedindo-as de conciliar o trabalho na produção canavieira com os afazeres domésticos.

Nessas ocasiões, os parentes próximos e as pessoas próximas, sobretudo mulheres, desempenhavam um importante papel na manutenção da casa e na socialização dos filhos menores. Avós, tias, cunhadas, filhas e vizinhas assumiam a “obrigação natural” das trabalhadoras canavieiras.

As menininha que já tava grandinha tomava conta da casa. Eu saía e deixava tudinho. Elas fazia armoço pra mim no serviço. As minhas meninas começaram a fazer cumê pra mim era na idade de seis anos, na beira do fogo viu, fogão de lenha. Fazendo feijãozinho, com aquela carinha assada ou a sardinha assada na brasa e pirão pra gente comer no arado. Elas levava pro arado, pra gente comer no arado. Era assim, a vida da gente do campo sempre foi assim, não tinha pior ou melhor. Era assim mermo. As meninas lavavam roupa, as menina varria a casa né, quando eu chegava tava tudo arrumadinho.²⁴¹

O trabalho doméstico atribuído às filhas, geralmente crianças menores de 10 anos, inseria-se dentro de um contexto de exploração extensiva imposta aos trabalhadores ao longo da vida, sobretudo das mulheres.

²³⁹ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p. 101.

²⁴⁰ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴¹ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Se de um lado, as condições socioeconômicas exigiam o trabalho feminino desde a infância, do outro, ao comprometer-se com a execução das tarefas domésticas (casa-roçado), geralmente em detrimento dos estudos, as mulheres canavieiras assumiam papéis semelhantes aos desempenhados pelas mães e avós, reproduzindo a condição das mulheres na zona canavieira.

2.5.2 Tarefas e remuneração

“Eu pegava a minha conta mesmo. Tirava a cana assim, cortava, amarrava com o olho de cana. Era pouco que eu ganhava.”²⁴²

Em virtude das relações de gênero presentes na zona canavieira que atribuíam à mulher os trabalhos no mundo privado, não remunerados, e ao homem o trabalho assalariado no espaço público, as tarefas de semear cana e adubo, limpar e cortar cana, cambitar, abrir valeta, cavar sulco e carrear, eram atividades não permitidas às mulheres, salvo quando realizadas na presença de algum homem da família.²⁴³

Contudo, quando se tratava de trabalhadoras arrimo de famílias, em sua maioria, mulheres solteiras, viúvas, separadas, casadas, mas sem auxílio do marido, a necessidade de sobrevivência sobrepunha-se às restrições.

Meu marido era preguiçoso, tinha um bocado de fio dele, eu ajeitava os fio dele e ele não agradecia. [...] Às vezes deixava a casa sem nada, aí eu corria pra casa de mãe, mãe era tão boa, ela não gostava dele. Aí mãe arrumava uns comezinhos lá, botava dentro de uma sacola e mandava eu trazer. [...] Eu trabalhava em Igarapu, um engenho que tinha perto em Boa Vista, no engenho que morava. Eu cortava cana e tirava conta. Tirei muita conta também mulé, depois passei prá Algodoi. O que eu fazia era semear adubo, cortava cana, tirava conta e amarrava os feixim e botava assim, fazia cruz.²⁴⁴

Com o assalariamento das canavieiras, as atividades restritas às mulheres, praticadas apenas na presença de maridos e filhos ou nos casos onde a própria mulher era a única responsável pela manutenção da família, foram gradativamente incorporadas à jornada de trabalho feminino assalariado, conforme o quadro abaixo.

²⁴² Conceição Paulina da Silva. Entrevista realizada em 12 maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 190-191.

²⁴⁴ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Quadro 2 - Tarefas realizadas pelas trabalhadoras canavieiras

Roçagem: Corte dos arbustos que crescem nas áreas destinadas a plantação. É mais comum ser realizada manualmente, com auxílio da estrovinga, em virtude das condições topográficas da zona canavieira de Pernambuco.

Encoivaração: Juntada do mato cortado em um lugar, para ser incinerado, quando se prepara o campo para a cultura.

Aplicação de calcário: Aplicação de calcário nos terrenos acidentados para planificá-lo. Em geral essa atividade era realizada por mulheres e crianças;

Sulcagem de enxada: *Cavagem* dos caminhos onde a cana seria plantada. A atividade, em geral, era realizada de maneira manual, através da utilização da enxada

Limpa de sulco: Retirar os detritos que impediam a plantação da cana;

Plantio de Estouro: É o plantio que se faz lançando-se a semente ao solo;

Coberta de sulco: Cobrir, com terra, os sulcos preenchidos com as sementes de cana

Dosador: Colocar o adubo ou produtos agrotóxicos, denominados pelos trabalhadores canavieiros de “veneno”, em cima dos sulcos plantados.

Semeio de adubo e cana em sulco: Colocar nos sulcos o adubo e a cana-semente.

Cavagem da adubação de socas: Atividade de cavar os sulcos para administrar o adubo na cana-semente.

Corte de cana para semente: Cortar a parte da cana para realizar o replantio da lavoura.

Estrovingação de socas: Atividade de arrancamento das soqueiras, realizada manualmente, com auxílio da estrovinga ou da enxada.

Limpa em cana de soca: Retirar a palha da cana para deixá-la apropriada para o replantio.

Corte de cana: Cortar a cana. Até o início do processo de mecanização da produção canavieira, a cana era cortada e amarrada em feixes, contudo com a utilização de apanhadeiras e tratores os trabalhadores passaram a cortar a cana solta.

Enchimento de carro: Colocar os feixes de cana dentro dos caminhões. A atividade está em desuso nas regiões onde existem máquinas que realizavam esse trabalho.

Descarregamento de caminhão: Descarregar dos caminhões os feixes de cana.

Fonte: Depoimentos orais das trabalhadoras canavieiras do município do Cabo de Santo Agostinho.

Nota: Entrevistas realizadas pela autora, no período de 20 de março a 17 de junho de 2011.

A mão-de-obra feminina empregava-se, sobretudo nas atividades de plantio e semeio da cana. Contudo, como aludido anteriormente, o trabalho das mulheres não se restringia a essas etapas da produção. As mulheres realizavam os mais variados trabalhos, alguns exigindo menos esforços que outros, mas todos pesados, conforme a tabela 6.

A despeito das inovações tecnológicas empregadas na produção, predominavam nas lavouras canavieiras o trabalho manual – limpar o terreno, plantar a cana, semear o adubo e cortar a cana – e a utilização da enxada, da foice e da estrovenga.²⁴⁵

Independente do estatuto em que se inseriam - moradora fichada, fichada não moradora, safrista e clandestina – as trabalhadoras desempenhavam as atividades ao longo do ano, nos períodos de safra e na entressafra.

Desde os 12 eu trabalhava. Comecei logo semeando adubo nas cana e após, quando tinha o plantio, para plantar a cana, que é no tempo de inverno, eu trabalhava já semeando cana nos regos, os boi fazia né, o arado fazia, semeando cana. Quando não tinha o prantio de cana, aí tinha limpa de cana. Quando terminava, se as cana tivesse tudo limpa, tinha o corte de cana. E eu cortava cana. [...] E dali, se não tivesse mais nada, os empregados da usina me botava para cavar sulcro na diária. Cavando sulcro com a enxada para plantar a cana. Botava as mulé mais forte, que desse para fazer o trabalho né. Eu cavava sulcro, fazia terra-planagem nas levada que eles mandam os homem abrir. Aí botava aquela lama todinha do lado de fora e depois ele mandava as mulé todinha terraplanar aquela lama que ficava todinha. A gente fazia terraplanagem, eu terraplanava também. Também já enchi carro de cana das máquina, quando as máquina carregava nos carros né. Eu enchia carro de cana, tudo isso para ganhar a diária. Tudo que eles mandavam eu fazer, eu fazia. Fazia assero nas cana para tocar fogo nas cana, para depois de queimada cortar.²⁴⁶

Durante a safra, período onde se exigia um maior número de cortadores de cana, o salário dos trabalhadores era realizado por conta. A remuneração dos trabalhadores dependia do tamanho das áreas das tarefas e da quantidade de dias trabalhados. Na entressafra as atividades eram remuneradas por diária, ou seja, pelo dia trabalhado. Contudo, “[...] os dois sistemas tinham correspondências na medida em que a diária era, muitas vezes, traduzida em certos números de contas”.²⁴⁷

Embora houvesse determinações contrárias, a impunidade assegurada ao patronato canavieiro permitia-lhe desrespeitar as normas trabalhistas e explorar ainda mais os trabalhadores canavieiros. “*Eu trabalhava sim, sem medir a conta. Não media e eu trabalhava*

²⁴⁵ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 585.

²⁴⁶ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴⁷ DABAT, op. cit., p. 608.

*o dia todo. É tão ruim a gente trabalhar. Ai eles só mediam no fim de semana, era tão ruim. Mulé eu perdi tanto tempo ali.*²⁴⁸

Como forma de evitar fraudes, como o pulo da vara ou a medição da área após a execução do trabalho, mecanismos largamente utilizados pelas classes patronais, as normas trabalhistas detalhavam o tamanho das contas e o peso mínimo por cada feixe de cana, além de estabelecer a medição prévia das áreas das tarefas e a pesagem dos feixes de cana imediatamente após o corte, por instrumentos assegurados pelo INPM, em geral balanças e compassos de metal de 2,20m de comprimento.

[...] A medida de conta, estende-se por braças de 2,20m. Por conta estende-se a área de 10 por 10 braças, isto é, 100 (cem) braças quadradas (cem cubos). Por tarefa diária, entende-se a área de terra correspondente às medidas discriminadas no Título II da presente tabela. [...]. A pesagem deve ser feita na palha da cana e no mesmo dia, não podendo cada feixe de cana pesar mais de 12 quilos.²⁴⁹

O pagamento dos trabalhadores realizava-se no fim da semana, geralmente no sábado à tarde e nos barracões dos engenhos Não bastasse o valor irrisório dos salários recebidos pelos trabalhadores canavieiros, em muitos momentos abaixo dos valores designados pelos acordos trabalhistas, os empregadores contrariavam ainda mais as normas trabalhistas quando descontavam as dívidas contraídas nos barracões e quando pagavam os trabalhadores, sobretudo os que ainda residiam nos engenhos, em vale, obrigando-os a gastá-los nos armazéns dos engenhos.

Elas [as mães que moravam nos engenhos] fazia as compra dia de sábado. Uma minoria vinha pra feira e a maioria ia no barracão entendeu. O barraqueiro comia metade, porque não era besta entendeu. Era tudo caríssimo e tinha gente que tentava sair e não saia entendeu. Quando tinha décimo, era quando eles se respiraram mais e compravam uma roupinha, um sapatinho pras criança entendeu, tudo fraquinho mas eles compravam. Ai era espera de novo o outro décimo do outro ano para poder comprar outras coisas novamente. A gente chegava nas casas, (...) então os menino corria tudo pra dentro aqueles menino que tava comendo sardinha tá entendendo, com vergonha porque tava comendo sardinha.²⁵⁰

Não obstante exercessem as mesmas tarefas, as trabalhadoras canavieiras recebiam salários inferiores à remuneração paga aos homens. A equiparação dos salários entre homens

²⁴⁸ Alzira Tertunila de Barros. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁴⁹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva do ano de 1987*. Recife, 1987. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

²⁵⁰ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

e mulheres foi conquistada após a greve de 1979, quando trabalhadores e trabalhadoras passariam a receber salários iguais por trabalhos iguais.²⁵¹

Nos primeiros tempo que a gente se encontrava com as mulheres, as mulheres ganhava menos que os homens. Trabalhavam a tarefa igual, mas por ser mulher, ganhava menos. Mas o sindicato fez uma luta e chegou a igualar o salário igual ao do homem. Só que quando o home tirava uma conta, a mulher tirava uma conta em dois dias né, porque a mulher era mais fraca, não era feito o homem, com menos força né. Mas na realidade somos iguais né. Então a gente começou a tirar isso da cabeça das mulher e a ela exigir as suas conta igual ao seu trabalho e a sua força. – Não, mas não pode. A conta tem que ser igual. A gente não pode pagar um dinheiro diferenciado do outro. As mulheres não tinham condição de tirar essas contas, terminava os homens ajudando suas mulheres a tirar as contas sabe. Mas chegou um ponto da gente reunir as mulheres e as mulheres pegar um serviço menor. Mais maneiro que é semear adubo entendeu. Os homens cavavam a regada da cana e as mulheres butava o adubo por cima. Então melhorou a situação através do sindicato. Falando com os patrões entendeu, a gente entrando num entendimento. Mas pra chegar a esse ponto, foi depois da convenção da greve né. Primeiro teve a convenção pra depois ter a greve geral no campo. Aí eles confirmaram, os patrões conformaram que as mulheres ficavam semeando adubo ou cobrindo adubo, cobrindo a cana e os homens no corte da cana e tirando a conta que era mais difícil.²⁵²

Na campanha salarial de 1981, os trabalhadores canavieiros conseguiram a equiparação salarial dos trabalhadores das duas regiões canavieiras de Pernambuco para Cr\$ 12.852,72 cruzeiros.²⁵³

Até o ano anterior, a diferença salarial entre as a primeira região, formada pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Jaboatão e São Lourenço, e a segunda região composta pelas demais cidades na zona da Mata, era justificada pelas instâncias judiciárias devido à existência de dois salários mínimos distintos em Pernambuco. Com a unificação salarial, o argumento não pode mais justificar-se e os trabalhadores canavieiros conquistaram mais esse direito.²⁵⁴

Ao longo do decênio de 1980, as campanhas salariais da classe trabalhadora urbana ou rural, não foram suficientes para garantir o aumento da renda dos trabalhadores. Na zona canavieira, o aumento salarial conquistado ano após ano era consumido pela inflação que elevava o custo de vida, principalmente com a elevação dos preços dos gêneros alimentícios.

²⁵¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.208.

²⁵² Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁵³ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho.. Processo NP TRT-DC 37-38/ 81*. Recife: FETAPE/Sindicatos, 1981. p. 5.

²⁵⁴ RURÍCOLAS ameaçam para se não receberem aumento. *Jornal do Commercio*, Recife. 7 out. 1981. p. 3.

Os trabalhadores canavieiros conseguiam reajustes ao nível das taxas de inflação, pois o aumento salarial mostrava-se apenas nominalmente devido o diminuto poder de compra. O processo inflacionário característico da economia brasileira dos anos 80 promovia a desvalorização dos salários, que aumentavam nominalmente, sem, contudo, aumentar o poder de compra dos trabalhadores.

Em 1986, durante a campanha salarial dos trabalhadores canavieiros, a Fetape denunciou a desvalorização do salário conquistado na campanha do ano anterior. Segundo a Federação, em setembro de 1985, o salário aprovado em abril de 1985, de Cr\$352.875,00 cruzeiros não era suficiente para comprar metade dos produtos adquiridos no mês do aumento. Dizia ainda que, o salário conquistado na campanha de 1985, de Cr\$655.424, cruzeiros, serviu basicamente para cobrir o aumento de 71,98% do custo de vida, correspondendo ao aumento real de 8%, de 48.550,00 cruzeiros.²⁵⁵

2.5.3 Violência patronal na lavoura canavieira

[...] Conheço bem o lugar e o dono do lugar de que o senhor está falando. É o coronel Australiano, da Usina Estrela. O homem é mesmo uma fera. Sua fama de perverso se estende por todo o sul do Estado. Imaginem que até hoje ele tem pendurado na parede da sala de pagamentos dois grandes chifres de boi, com as pontas de metal. O homem diz que é para dar clistel de urtiga e pimenta em cabra safado, e é mesmo. Conheci dois caboclos que trabalhavam para ele, mas que um dia se meteram a valente e foram reclamar do homem um aumento de salário. Saíram da Usina Estrela com o cu em brasa, com o clistel de pimenta e sebo quente que receberam no rabo.²⁵⁶

Os trabalhos do escritor Josué de Castro, caracterizados pelo comprometimento social e engajamento político do autor frente à miserabilidade das populações nordestinas, denunciaram, dentre as mazelas às quais os trabalhadores canavieiros estavam submetidos, as variadas formas da violência patronal exercidas na zona canavieira de Pernambuco.

Semelhante aos desfechos das obras literárias, a reivindicação dos direitos trabalhistas eram rechaçadas pelas classes patronais e seus prepostos com extrema violência, como ocorreu na Usina Estreliana, no dia 7 de janeiro de 1963, quando cinco trabalhadores foram

²⁵⁵ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Campanha Salarial de 1986*: roteiro para discussão. Recife, 1986.

²⁵⁶ CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 99-100.

assassinados e outros 3 ficaram feridos ao reivindicar o pagamento do décimo terceiro salário do ano anterior.²⁵⁷

Outro caso demonstrou a extrema violência das classes patronais frente aos movimentos de trabalhadores foi o assassinato de Margarida Maria Alves em 1983. Indubitavelmente, os canavieiros, quer na ficção, quer na realidade, confrontaram-se ao longo da sua vida, com as diversas faces da violência patronal.

Estas relacionavam-se às brutais condições de trabalho e aos miseráveis salários recebidos aos quais os trabalhadores estavam atrelados, sobretudo a extensão das jornadas de trabalho, à distribuição de tarefas superiores às legalmente estabelecidas, ao não pagamento dos salários correspondentes aos trabalhos realizados, à negação dos direitos trabalhistas e ao assédio sexual cometido contra as trabalhadoras canavieiras.²⁵⁸

2.2.3.1 A violência nas relações de trabalho

A violência patronal no âmbito econômico dava-se, em geral, pela duplicação e triplicação das tarefas diárias previstas nas Convenções e Dissídios Coletivos. Esses mecanismos impossibilitavam a conclusão dos trabalhos ao fim de cada dia, levando o trabalhador acumular trabalho para o outro dia.

Ao final da semana, o cabo ou apontador dos engenhos atribuíam ao trabalho do canavieiro o valor de 3 ou 4 diárias, mesmo tendo o mesmo trabalhador os 6 dias da semana.

Além da perda salarial, os trabalhadores perdiam a remuneração relativa ao descanso semanal remunerado, ao décimo terceiro e às férias.²⁵⁹

Constituíam-se em outras formas de violentar economicamente os trabalhadores a expulsão dos canavieiros que residiam nos engenhos sem o pagamento das indenizações, benfeitorias, décimo terceiro salário, aviso prévio e férias e a substituição dos trabalhadores permanentes fichados, sem ônus trabalhista, pelos trabalhadores clandestinos.

Quando acionavam a Justiça do Trabalho, os trabalhadores eram oprimidos e “marcados” pelas classes patronais. Se não estivessem desempregados, eram demitidos pelos empregadores, sendo inclusive ameaçados de morte.

²⁵⁷ USINA Estreliana: cinco mortos e três feridos, num violento conflito. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 jan.1963. p. 15.

²⁵⁸ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 668-669.

²⁵⁹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Objetivos da violência (O lucrativo negócio da violência)*. Recife, 1984. p. 1-15.

A violência patronal manifestava-se contra a organização e mobilização do movimento sindical. Os empregadores proibiam a realização de reuniões com os delegados sindicais no interior dos engenhos, não permitiam que os trabalhadores moradores participassem das assembleias sindicais e impediam ao máximo a entrada e fiscalização dos dirigentes sindicais na propriedade.²⁶⁰

Algumas trabalhadoras entrevistadas consideraram-se como exceções a regra, pois afirmaram nunca ter sofrido qualquer forma de violência por parte dos empregadores, desenvolvendo, inclusive, relações de trabalho amistosas com eles e seus prepostos.

D. Maria, a senhora vai trabalhar em tal canto viu, se der pra senhora terminar a senhora termina, se não der, fica pra o outro dia. E eu era bem mandada. Podia o mato tá dessa altura, se desse pra eu fazer eu fazia tudo, se não desse ficava pro outro dia. Nunca conta minha foi cortada, nem minha nem dele [o marido], porque a gente sabia fazer o serviço e eles nunca foram ruim pra mim, os empregados.²⁶¹

Estas mulheres acreditaram ter estabelecido, ao longo da sua trajetória de vida, relações de trabalho harmoniosas e orgulhavam-se por nunca ter deixado de realizar qualquer tarefa na lavoura canavieira, por mais extenuantes que fossem. A julgar dessa maneira, entende-se que estas trabalhadoras assumiam uma posição de passividade frente à opressão das classes patronais, pois ao aceitar a imposição de qualquer tipo e tamanho de tarefa, naturalizavam a exploração dos trabalhadores.

Eu gostava, gostava muito de trabalhar no campo. Todo mundo gostava de. Todo mundo lá no campo, era de cabo, administrador, apontador, todo mundo gostava de mim, porque onde botava pra fazer o serviço eu fazia. Onde butasse para fazer eu fazia e meu serviço era bem feito. Toda a vida eu enfrentei e não voltava do serviço por causa de serviço ruim não. Eu nunca voltei do serviço. Trabalhei 14 ano e eu nunca voltei do serviço porque o serviço tava ruim. Tinha vez que a gente saia de casa de 5 horas pra tirar o resto e pegar outra, mas eu tirava. Tinha as mulhere no campo que tinha ciúme de mim, por que a gente, porque você sabe que no meio de 5 ou 6 mulhere, tem uma que faz o serviço certo e uma que faz merda. Porque tinha mulher lá que fazia perua, semeava o adubo numa tocheira sim e na outra não e eu não era disso. Aí ele só butava a gente naquele serviço certo, que era pra quando o homem chegar olhar. Aí tinha gente que xingava a gente por causa disso né. A turma lá que trabalhava com a gente, as mulhere diziam: “*Só bota fulano de tal ali oh*”. Ele dizia assim: “*Eu boto ela porque sabe fazer o serviço, boto fulana de tal por que ela sabe fazer, vocês vão fazer merda aí não dá pra mim.*”²⁶²

²⁶⁰ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Objetivos da violência (O lucrativo negócio da violência)*. Recife, 1984. p. 2.

²⁶¹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁶² Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Ao compreender o contexto das relações de trabalho dessa maneira, as mulheres criavam juízo de valor sobre os demais canavieiros que confrontavam-se com os empregadores em virtude da distribuição do trabalho e do tamanho das contas, reproduzindo os argumentos utilizados pelas classes patronais que julgavam os canavieiros de Pernambuco como preguiçosos e improdutivos.

Os relatos dos trabalhadores, contudo, possibilitaram encontrar pontos dissonantes em um mesmo depoimento, capazes de analisar as variadas formas da violência patronal na vida e nas relações de trabalho que passaram despercebidas pelas próprias trabalhadoras canavieiras. Ao afirmar nunca ter sofrido qualquer forma de violência por parte das classes patronais e fiscais, apontadores e cabos, as canavieiras na verdade não compreendiam a imposição de trabalho e o assédio sexual como faces da violência patronal atribuindo-lhe apenas as agressões físicas.

Quando recusavam realizar determinadas tarefas, as trabalhadoras canavieiras sofriam represálias das patronais através da negação de outras atividades e com o desconto dos dias parados. Em casos raros, que dependiam, sobretudo, da oferta de mão-de-obra e da demanda de trabalhadores, algumas trabalhadoras conseguiram resistir à imposição dos patrões.

Na usina eu limpava a cana, eu redubava, eu semeava cana no arado, eu semeava calcário. Eu fazia tudo. Agora tirando de cortar cana. Eu nunca cortei cana. Uma vez chegou uma ordem lá, prá toda mulher cortar cana. Eu não cortei, porque eu não aguentava cortar cana que eu não sabia amarrar. Aí eu fiquei 3 dias e não cortei cana. Muitas mulheres lá cortaram, mas eu não cortei e disse pro cabo: “eu não vou não porque eu nem sei cortar cana, nem sei amarrar”. Se eu soubesse amarrar eu amarrava, mas cortar eu sabia, mas pra amarrar eu não sabia amarrar. Quando viram mermo que eu não ia mais, me chamaram pra fazer o serviço.²⁶³

2.2.3.2 *A violência física*

A violência patronal também exercia-se por meio da agressão física, mediante espancamentos e assassinatos dos trabalhadores canavieiros. Geralmente quando os trabalhadores reivindicavam o apontamento dos dias trabalhados e pagamento integral dos salários e os demais direitos trabalhistas não cumpridos pelos empregadores ou quando os canavieiros decidiam associar-se aos sindicatos e participar de mobilizações grevistas, as classes patronais, através de seus prepostos, reagiam com truculência e a agressividade, conforme os relatos a seguir.

²⁶³ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Em 02 de março de 1983, o trabalhador rural Ananias de Oliveira da Silva, foi assassinado com um tiro nas costas, disparado pelo administrador do Engenho Abaeté, da mesma Usina, conhecido apenas pelo nome de Maurício. O motivo do crime foi o mais torpe possível: a vítima insistiu em receber o seu salário integral, ameaçado de corte pelo fiscal da Usina Central de Barreiros. [...] Em 16 de dezembro de 1983, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serinhaém, denunciou à FETAPE o assassinato do trabalhador rural Antônio Juventino dos Santos pelo cabo do referido engenho Sr. Nivaldo Antônio da Silva. O fato se deu quando a vítima procurou o mencionado para saber se havia apontado o dia de serviço, vez que a tarefa foi acima do estabelecido no Dissídio Coletivo, tornando-se, portanto, impossível de ser cumprida. O cabo do Engenho respondeu que nem apontou e nem iria apontar e diante do protesto do trabalhador, sacou o revólver e quase à queima roupa disparou, matando imediatamente o trabalhador.²⁶⁴

As práticas de violência física exercidas pelas classes patronais intensificavam-se, sobretudo, durante as paralizações grevistas, nas campanhas salariais. Confrontando-se com a decisão dos trabalhadores em cruzar os braços e aderir às greves, os patrões ameaçavam demiti-los caso eles não retornassem ao trabalho, amedrontando-os com a presença de vigias e capangas armados com armas de fogo.

Os agentes da violência patronal, capangas, cabos, vigias, apontadores e administradores ameaçavam e agrediam os canavieiros que se recusavam a trabalhar, confrontavam-se com os piquetes dos grevistas e tentavam impedir a entrada de representantes sindicais nos engenho. Não raro, os prepostos atentavam contra a vida de trabalhadores ao atirar nos carros dos sindicalistas.

No Engenho Nova Vida, em Vicência, o feitor e o administrador, armados de revólveres, ameaçaram o tesoureiro do Sindicato, Severino José [...] Na Usina Bom Jesus, no Cabo, capangas armados com espingardas de grosso calibre e até metralhadoras obrigaram os grevistas a trabalhar. A presença ostensiva da Polícia no local está intimidando os canavieiros. Em vitória de Santo Antônio, o proprietário do Engenho Arandu de Baixo, Marcos Beltrão, segundo informações, obrigou os trabalhadores a furarem a greve. No Engenho Bento Velho, José Adélio mandou os cortadores de cana trabalhar na beira da estrada.²⁶⁵

A impunidade dos agressores estimulava a continuidade da violência por toda a zona da Mata de Pernambuco. O Estado, como agente promotor dos direitos sociais e regulador das relações de trabalho, mostrava-se omissivo, ao não criminalizar e punir os agentes da violência sindical.

²⁶⁴ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Objetivos da violência (O lucrativo negócio da violência)*. Recife, 1984. p. 16-18.

²⁶⁵ AMEAÇAS e muitas pressões. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 out. 1987. Local. p. 9.

Em determinados casos, a Polícia Militar, apresentava-se como cúmplice da violência patronal. Aliada às classes patronais, os policiais amedrontavam os trabalhadores e dissolviam os piquetes dos grevistas. Ao confrontar-se com os trabalhadores, alegavam o uso da força para preservar a ordem pública e defender o direito dos trabalhadores em greve e o direito dos que desejavam trabalhar. Contudo, os depoimentos dos trabalhadores nos jornais na época e nas entrevistas realizadas mostram o contrário.

A gente tava no engenho Cedro e lá a gente foi barrado né, pelo dono da usina e proibiu a gente entrar. Dizendo que o engenho era área privada, que a gente não tinha o poder de chegar lá. Então a gente respondia o seguinte: “Privada era a propriedade, mas os trabalhador não são”. Aí ele disse: “Mas tem jornal pra ler!” Aí Zé Carlo né, que era o assessor do sindicato, ele respondia: “Trabalhador não tem dinheiro pra comprar jornal”. Aí ele dizia: “Mas não tem as rádio pra divulgar?”. “Mas, trabalhador não tem rádio, trabalhador rural não tem rádio”. Aí ele disse: “Mas você tá errado, tá aqui na minha propriedade, não pode ficar. E eu sei que você não é nada do sindicato”. Ele disse: sou, sou assessor do sindicato e comprovo. Aí de repente chegou cinco carro da polícia, cinco pra duas pessoa vê. A polícia chegou, falou com a gente dizendo que a gente tava tudo errado. Então a gente demo a mesma resposta que a gente demo antes ao dono da usina e eles tombém não acreditaram que a gente fazia parte do sindicato rural daqui do Cabo e vieram atrás da gente, cinco carro de polícia. E quando a gente via trabalhador com enxada nas costa e foice, cortando cana, a gente parava e dizia: companheiros, vocês só voltam pro trabalho quando a gente mandar. E eles dizia: não fale com ninguém. Então os 3 carro de polícia desviaram pra outro lugar e os dois caminharam com a gente pro sindicato. Até chegar o ponto que eles tomaram conhecimento que eu fazia parte, eu era delegada e o menino que foi comigo, o rapaz era assessor do sindicato. Então eles foram lá, pediram, o secretário tava presente, pediram a folha que a gente era membro do sindicato né e eles foram embora e a gente ficou. No outro dia eu continuei novamente a fazer a greve. Mas não fui mais para esse engenho não.²⁶⁶

Não obstante a violência física apresentar-se com mais frequência para a opinião pública durante as campanhas salariais, sugerindo um clima de relativa harmonia entre trabalhadores e empregadores, nos outros períodos, as agressões físicas e psicológicas ocorriam corriqueiramente no interior dos engenhos fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores canavieiros.

2.2.3.3 *Assédio moral*

*Ah minha santa! Era a defesa dos cabos. As mulheres lutava para não acontecer.*²⁶⁷

As trabalhadoras canavieiras eram vítimas das diversas formas de violência exercidas pelas classes patronais e seus prepostos. Além da opressão das relações de trabalho, da

²⁶⁶ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁶⁷ Idem.

negação dos direitos trabalhistas, as mulheres sofriam, sobretudo, por conta do assédio dos administrados, fiscais e cabos.

As potenciais ocorrências de assédio sexual por parte dos prepostos dos engenhos contra as trabalhadoras canavieiras eram os principais motivos apontados pelas famílias canavieiras para que o trabalho feminino nas lavouras fosse evitado.²⁶⁸

Valendo-se da posição ocupada na hierarquia das relações de trabalho na produção canavieira, os cabos e apontadores frequentemente dispensavam tratamento indecoroso para as trabalhadoras canavieiras, independente de seu estado civil. *“Tinha homem que não deixava as mulheres trabalhar também por conta disso, porque tinha muito cabo safado. Elas conheciam os patrões, mas não tinha coragem de dizer a ele.”*²⁶⁹

As discussões sobre o assédio sexual exercido pelas classes patronais, filhos ou empregados dos engenhos, conforme salientou Christine Dabat²⁷⁰, constituía-se como um assunto tabu. Devido ao constrangimento em assumir ter vivenciado essa situação, somente após estabelecer certa relação de intimidade com as entrevistadas é que foi possível obter informações sobre como se processava essa face da violência patronal.

O envolvimento de Santina Tertunila de Belo no movimento de mulheres trabalhadoras canavieiras possibilitou-lhe conhecer e compartilhar as experiências das mulheres frente ao assédio sexual.

Em Carpina [durante o primeiro encontro de mulheres trabalhadoras canavieiras de Pernambuco em 1986] uma mulher de Rio Formoso contou uma história dizendo que o cabo pra pegar as mulheres, ele fazia o seguinte: aquelas mulheres que se entregavam pra ele, ele botava as continhas bem pequenas e as mulheres tirava, entendeu. E aquelas que era do duro, da dureza que dizia: *“eu não vou me entregar pra essa cabra, oxê! Eu quero os meu direito, ele tem que pesar direito, medir igual à da outra mulher.”* Mas o cabo para ela botava as conta bem grande. Como a regra era se deixar resto, no outro dia não mede outra conta, então ela disse: *“eu vou deixar porque não aguento a fome e vou voltar amanhã, eu termino e pego, quero ver se eu não pego”*. Aí no outro dia ela tirou o resto da conta e ele teve que tirar outra tarefa pra ela.²⁷¹

O assédio sexual às trabalhadoras era uma prática corrente dentro dos engenhos. Fossem casadas, solteiras ou viúvas, as canavieiras encontravam-se a mercê de patrões,

²⁶⁸ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p.456-459.

²⁶⁹ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁷⁰ DABAT, op. cit., p. 457.

²⁷¹ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

empregados graduados e dos próprios trabalhadores. Geralmente as mulheres casadas eram tratadas com mais respeito, “[...] *Uma gracinha sempre teve, mulher que não tem marido todo mundo solta uma gracinha, mas com mulher casada sempre teve respeito.*”²⁷², contudo tal vínculo não lhe conferia imunidade a comentários indecorosos ou propostas indecentes, conforme os depoimentos das entrevistadas.

Algumas trabalhadoras, contudo, associavam o assédio apenas ao estupro sexual. Não o compreendiam como um comportamento indecoroso ou um gesto obsceno. Por tratar-se de um tema delicado e íntimo, muitas trabalhadoras hesitaram em responder positivamente se havia casos conhecidos de assédio sexual feminino ou se elas próprias tinham sido vítimas dessa violência.

Ao desconsiderar as diversas faces do assédio sexual, negaram ter vivido qualquer violência sexual por parte do patronato ou dos empregados dos engenhos. Não obstante afirmaram ter recebido “*cantadas*” e “*convites para sair*”.

Não, não. Graças a Deus isso aí nunca aconteceu comigo não e eu não conheço ninguém que passou não. Esse negócio assim de vez em quando acontece né, mas é difícil a pessoa dizer né. Mas eu recebi cantada, depois que eu comecei a trabalhar fichada eu recebi cantada. Foi do administrador ou do contador. Era administrador ou contador aquele traste? Acho que era contador. [...] Ele cantou eu, mas só foi uma vez que ele cantou. Ele falou pra eu sair com ele. Aí eu disse: “*não, você tá doido?*” Aí eu não disse a ele não, por causa de, pra não criar mais problema. [...] Mas o que voga é que eu não aceitei. Se tivesse aceitado, mas eu não aceitei. A gente pode levar a fama que tiver, mas a gente não fazendo, não deve.²⁷³

Maria José do Nascimento afirmou nunca ter recebido qualquer tratamento indecoroso enquanto trabalhava nos canaviais atribuindo o fato à personalidade dos maridos. “[...] *Tinha muitas moças que eles soltava, mas pra mim não. Não tinha cabo enxerido, não tinha administrador enxerido, graças a Deus. Não sei se era por causa do marido, que era um homem muito, mas graças a Deus todo mundo me respeitava.*”²⁷⁴

Não obstante, Edith Cecília de Oliveira relatou que determinadas mulheres eram culpadas pelos assédios sexuais ocorridos nos canaviais devido às relações que estabeleciam com os empregados. “*Às vezes, a gente escutava essas conversas, mas quando elas dão lugar também né. Eu trabalhei com muitos homens e ninguém nunca veio com essas conversas pra mim. Tem mulher de dá moral, mas tem mulherzinha que elas mesmo é quem puxa.*”²⁷⁵

²⁷² José Aniceto do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁷³ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁷⁴ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁷⁵ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Os argumentos da trabalhadora sugerem reflexões sobre a reprodução das relações de gênero entre as próprias mulheres, pois a despeito de haver pessoas com diferentes compreensões de moralidade, por mais que as trabalhadoras canavieiras estabelecessem relações de intimidade com os fiscais e cabos, isso não justificaria a violência sexual ou o tratamento desrespeitoso.

Em outras situações, as trabalhadoras eram obrigadas a aceitar o assédio sexual dos empregados graduados em virtude do contexto e da condição em que se encontrava. Segundo Santana Tertunila de Belo, durante uma reunião de mulheres canavieiras, uma trabalhadora do município de Barreiros, confidenciou ter aceitado vender seu corpo em troca de trabalho, pois segundo a mesma, seu marido havia gastado o salário da semana com bebidas alcóolicas, sobretudo cachaça, sem ter comprado qualquer alimento.

Aproveitando-se da situação, o cabo negou-lhe trabalho, concedendo-lhe a tarefa apenas se ela aceitasse sua proposta. Sem ter condições financeiras para fazer a feira da semana e alimentar a si e aos filhos, não restou alternativa para a trabalhadora senão aceitar.

A canção abaixo, além de referir-se ao depoimento da trabalhadora assediada, demonstra a postura política socialista, de Santana Tertunila de Belo, fundadora e integrante do movimento de mulheres do Sindicato do Cabo de Santo Agostinho.

Coitada da trabalhadora, oh, oh, oh,
 Vive triste na vida, oh, oh, oh.
 Trabalha a semana inteira,
 E quando vai fazer a feira,
 Ainda lhe falta comida, oh, oh, oh.
 Tem mulher que vende o seu corpo, oh, oh, oh,
 Em troca de alimentação, oh, oh, oh.
 Se a mulher for casada, morre injustiçada,
 sem explicar a razão, oh, oh, oh.
 Isso sempre acontece, oh, oh, oh,
 Nos países capitalistas, oh, oh, oh.
 Para mudar esse quadro,
 Tem que transformar a sociedade,
 Para o socialismo, oh, oh, oh.
 Essa história é verdadeira, oh, oh, oh,
 Mas existe solução.
 A luta é muito extensa,
 E se você tem competência,
 Lute por libertação, oh, oh, oh.²⁷⁶

²⁷⁶ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

As trabalhadoras canavieiras que se encontravam nessa situação eram duplamente exploradas, pelos empregados que a obrigavam ter relações sexuais e pelas classes patronais, que lhes pagavam miseravelmente pelo trabalho realizado.

2.3 O trabalho realizado no ambiente doméstico pelas mulheres canavieiras

Na zona canavieira de Pernambuco, o trabalho feminino organizava-se segundo a lógica capitalista.²⁷⁷ As tarefas concernentes ao roçado e à manutenção da casa eram responsabilidades femininas, independente se sobre seus ombros também recaíssem o trabalho na produção canavieira seja este assalariado ou considerado como uma “ajuda” ao trabalhador direto, como analisado anteriormente. “Mesmo participando diretamente da produção, a mulher continua sendo responsável pela execução dos afazeres domésticos, o que lhe acarreta uma sobrecarga de trabalho.”²⁷⁸

Ao inserir-se na produção como trabalhadoras assalariadas, o trabalho no interior do lar assume uma posição secundária em relação às atividades na lavoura canavieira. Contudo, dado o caráter de imprescindibilidade dos afazeres domésticos para a sobrevivência familiar, as mulheres passam a realizá-los no espaço de tempo que seria destinado ao descanso, geralmente antes de ir para o serviço na lavoura e quando retornavam “[...] *Trabalhava no correr do dia, de bem cedo em casa e depois na cana. De tarde eu ficava me movimentando em casa.*”²⁷⁹

2.3.1 O trabalho com a preparação da alimentação

A preparação das refeições das famílias canavieiras era considerada uma das principais atribuições femininas no ambiente doméstico. Sem dispor de aparelhos domésticos capazes de otimizar o tempo de cozimento e de conservação dos alimentos, todos os dias as canavieiras ou suas filhas menores eram obrigadas a fazer uma “refeição quente”, geralmente o almoço,

²⁷⁷ ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983. p. 105-107.

²⁷⁸ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p. 115.

²⁷⁹ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

que consistia numa mistura de farinha com algum peixe salgado e, ocasionalmente com feijão, acompanhado de água para beber.²⁸⁰

A atividade de “preparar o almoço” poderia vir acompanhada de uma série de outras, já que antes de iniciar, era necessário verificar a existência de água e lenha suficientes para o cozimento das refeições. Caso não houvesse, as mulheres deveriam providenciá-los. Contudo, elas buscavam, na medida do possível, realizar previamente estas atividades, ao fim do dia anterior.

Todas as mulheres que eu conheço, todas elas passou por isso. Minha cunhada, minhas amigas que eu tinha, tudo passou. A gente ia prá mata de tarde, depois do almoço. Juntava 4 ou 5 amiga, vizinha, e ia prá mata, tirar aqueles feixes de lenha. Minha fia, tinha lá uns paus dessa grossura assim. Fazia aquele feixe de lenha, botava na cabeça, 4 ou 5 feixo de ladeira abaixo dentro de uma mata. Pegava aqueles feixo prá dentro de uma mata prá cozinhar.²⁸¹

Como analisado anteriormente, as residências dos moradores dos engenhos não possuíam fornecimento de água potável. Os trabalhadores, sobretudo as mulheres, precisavam trazer água das cacimbas e dos riachos para preparar a alimentação diária da família, dar água aos animais, realizar a limpeza da casa, lavar os pratos e atender às demais necessidades diárias.

Tinha água não, tudo era água de cacimba. A gente ia buscar com uma lata, com um pote de barro. Ia buscar na cacimba e trazia pra beber. Não tinha nada dessa história de água não, tinha que se mover com a lata na cabeça e podia ser a distância que fosse. Eu e o povo que era daquele tempo meu né. As mulheres, mas tinha homem que ajudava também, tinha homem.²⁸²

A depender das condições socioeconômicas das famílias canavieiras – posse do sítio, proximidade com uma casa de farinha, número de membros da família assalariados - as refeições realizavam-se em maior ou em menor quantidade.

Segundo Espedito Rufino, dado os esforços das mães e dos pais em garantir níveis mínimos de alimentação aos seus dependentes, a maioria das famílias canavieiras alimentava-se três vezes ao dia (76,71% dos entrevistados), havendo, contudo, casos que a alimentação só

²⁸⁰ MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985. p.118-119.

²⁸¹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁸² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

ocorria em dois momentos (20,48% dos trabalhadores analisados na pesquisa) e, de maneira mais grave, uma única vez ao longo do dia (2,01% dos trabalhadores entrevistados).²⁸³

Durante as entrevistas notaram-se distintos posicionamentos das canavieiras frente a situação de fome. Algumas declararam de imediato que, por inúmeras vezes, tinham ido trabalhar ou dormir sem alimentar-se. Outras orgulhavam-se de nunca ter passado fome em virtude da competência e dos esforços dos pais, como relatou Marieta Alves do Nascimento.

Na companhia do meu pai e da minha mãe eu nunca passei fome. Pode dizer que às vezes a gente cozinhava um ovo, papai tirava um pedaço, ele comia uma banda e partia uma banda pra eu e pra minha irmã que a gente ia trabalhar. As comida era assim, uma sardinhazinha, que era o que vinha mais de frente, uma sardinhazinha pra gente comer com farofa. A gente fazia aquele prato de farofa, molhava assim e comia com sal. Meu pai de 8 em 8 dia, papai fazia 7 quilo de farinha, pra gente comer. A gente comia farofa bem cedo, farofa de meio dia farofa e feijão. Às vezes quando tinha feijão a gente comia de meio dia, quando não, era farofa mermo. Era farofa duas vezes ao dia e feijão de meio dia mermo. Minha mãe fazia a farofinha da gente, a gente comia. Isso era com um peixinho assado, seco ou assado que seja, era a farofinha da gente. Sabia que tinha nas 3 refeições do dia. [...] E café e água né. Não tinha esse negócio de suco né, suco existe agora. Antigamente não existia. Café só era bem cedo e de noite né.²⁸⁴

A despeito do número de refeições diárias realizadas, tornou-se evidente o baixo valor nutricional da dieta dos canavieiros entrevistados. Geralmente a alimentação diária era constituída por farinha de mandioca, fubá, sardinha, bacalhau, café e água. Ao citar outros alimentos, tais como feijão, charque, macarrão, bolachas e pão, os trabalhadores evidenciaram a irregularidade dos produtos na dieta diária, consumidos apenas quando as condições financeiras assim o oportunizavam.

Minha filha, eu de manhã saía até sem tomar café. Que não dava tempo e de manhã, às vezes é tão ruim de comê. Eu pegava, fazia quarenta com uma carne, que tivesse, botava dentro de uma vasilha e levava pro serviço, que quando desse 9 hora, eu já tinha trabalhado bastante e dava fome e eu ia comer. E quando chegava, se tivesse um feijão a gente comia, que era difíci comprar feijão, não era todo dia ter feijão pra gente comer não, era mais farofa ou quarenta ou cuscuz de fubá também, era assim. E não era essas fubá boa que a gente compra hoje né, era aquelas fubá que a gente comprava por quilo, amargosa, era tão amarga no fim que a gente chega sentia o amargo travando. A situação era difíci demais, tudo que a gente queria era as fruta que a gente se virava, [...] Sabe qual era a comida que o pobre comia a não ser o peixe que pegava no rio? Era bacalhau. Comia tanto bacalhau, comia escaldado, comia assado no óleo, no óleo não que óleo era pouco, era mais na brasa.²⁸⁵

²⁸³ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D'Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 239-240.

²⁸⁴ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁸⁵ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

Estavam praticamente ausentes da alimentação dos trabalhadores as proteínas animais, sobretudo carne branca e vermelha, ovos e leite. As vitaminas, provenientes das frutas, faziam-se presente apenas em determinados períodos do ano, quando os trabalhadores as coletavam. A dieta dos trabalhadores canavieiros baseava-se no consumo de alimentos que saciavam a fome, “com efeito enchedor”²⁸⁶, sem contudo garantir níveis mínimos de nutrição.

2.3.2 O trabalho no sítio

**Estratégias para dinamizar a dieta alimentar*

Como analisado anteriormente, a remuneração irrisória dos trabalhadores canavieiros levava-os a alimentar-se de maneira insatisfatória e inadequada. Nessas circunstâncias, a posse do sítio poder-se-ia constituir-se como uma importante fonte de alimentos para os trabalhadores canavieiros.²⁸⁷ “[...] *A gente não via arroz não e feijão, a gente tinha que mergulhar de baixo prá achar o caroço. Mamãe criava uns pintinhos no terreiro e quando as coisas apertava mesmo, matava uns pintos e o ovo fazia cabeça de galo.*”²⁸⁸

Essas atividades eram compreendidas como atribuições das trabalhadoras canavieiras, em especial daquelas mulheres que exerciam as atividades na lavoura canavieira de maneira não assalariada, mesmo que de forma constante.

Ao inserirem-se nessas condições, as mulheres acumulavam o trabalho na manutenção da casa, do cuidado com os filhos e das atividades no roçado, sendo necessário utilizar variados mecanismos para poder realizar as tarefas a elas destinadas.

Ajeitava a casa quando era de manhã. [...] Vivia tudo assim né, a pessoa trabalhava direto, não arrumava a casa, faz aquela sapeca e pronto. Mas mesmo assim eu fazia tudo, cuidava de almoço, cuidava de menino, lavava a roupa era assim. Meu esposo trabalhava muito também [...] Rapaz, eu deixava os meninos em casa. Trabalhava pertinho de casa né, cavando cova de roça, roçando mato, prantando macaxeira. Aí eu deixava eles em casa deitadinhos numa rede, uma tipóia. Aí era perto, balançava, dava de mamar, dava chupeta e voltava de novo, aí embora. Aí nisso eu fiquei e depois a mais velha [a filha mais velha, geralmente uma criança maior] foi ficando mais sabida, a sentar com outros e eu sai prá trabalhar na cana. [...] Criava galinha,

²⁸⁶ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Developpment, Genebra, 1990. p. 239.

²⁸⁷ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 490.

²⁸⁸ Maria Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada, em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

criava peru, criava pato, um bocado de coisa. A gente também criou umas vaquinhas, aí tinha uma vaca muito boa de leite. Aí tirava um caldeiro grande, cheio de leite aí cozinhava e dava a eles com cuscuz. Eu saía de casa prá amarrar as cabras, com uma légua de casa, chegava quase 7 horas da noite, só se via a capoeira.²⁸⁹

Outro mecanismo utilizado pelas mulheres canavieiras, em especial aquelas que trabalhavam de maneira assalariada na produção e que não podiam levar os filhos à palha da cana, constituía-se em atribuir às filhas maiores, parentes e vizinhas o trabalho exercido no ambiente doméstico e o cuidado com os filhos menores. “[...] *Quando eu ia trabalhar [...] uma sobrinha minha, eu criei ela, ela era maiorzinha e ficava com meus meninos.*”²⁹⁰

Contudo, longe de constituir-se como uma prática generalizada, dada a proibição dos proprietários fundiários na concessão de sítios para os trabalhadores moradores, as áreas destinadas para as culturas de subsistência tornavam-se cada vez menores, apesar dos esforços do movimento sindical de Pernambuco, ao longo dos anos 80.²⁹¹

O censo agropecuário de 1985 (relativo ao ano de 1984) informa que, para o município do Cabo de Santo Agostinho, do total de áreas cultivadas, 94,98% eram destinadas para a produção da cana-de-açúcar, restando apenas 5,02% de área plantada para a produção de coco, milho, feijão, mandioca, batata doce e banana. Segundo os censos agropecuários de 1975, 1980 e 1985, a cultura da mandioca e banana apresentaram decréscimo passando de 1,95%, 0,91% e 0,89% a 1,65%, 0,80% e 0,33%.²⁹²

As famílias trabalhadoras que gozavam do direito ao sítio, poderiam, circunstancialmente, além de diversificar a alimentação com a produção de alimentos, obter renda para complementar os salários recebidos na produção através da comercialização de seus produtos nas feiras locais.

Ele vendia direto, minha filha, banana que plantava no sítio, vendia na feira e aí completava a feira entendeu. Ele se virava tá entendendo. Ele tinha um cavalo, uma besta. A besta paria e ele vendia o animalzinho todo ano. Eu também não ficava parada, criava porco, galinha. Aí a gente foi se virando desse jeito. Assim, minha mãe também ajudava, que ela era muito trabalhadora, criava muito porco, galinha, cabra. Inclusive ela me deu uma cabra. Pronto, leite a minha sorte foi a cabra, que criou meu filho tudinho, porque se fosse pra eu comprar leite, ah meu deus!²⁹³

²⁸⁹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁹⁰ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁹¹ A reivindicação do cumprimento da Lei do Sítio está presente em todas as propostas elaboradas pelo movimento sindical rural de Pernambuco, a partir de 1979, apresentadas durante as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros do Estado. No próximo capítulo, far-se-á uma análise sobre as reivindicações dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco ao longo do decênio de 80.

²⁹² Os dados referem-se ao Censo Agropecuário de 1985. Foram coletados durante a realização de uma pesquisa de Mestrado em Geografia, por meio de um convênio FETAPE-SUDENE-UFPE.

²⁹³ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

A caça e a pesca eram atividades de muita importância para suprir as carências de nutrientes de origem animal na dieta dos trabalhadores. Nem sempre ocorrendo de maneira frequente, em virtude do esgotamento físico provocado pela jornada de trabalho na produção canavieira e, no caso das trabalhadoras, das jornadas de trabalho, “[...] *pescava às vezes a gente chegava do serviço cansada e não dava nem prá pescar [...]*”²⁹⁴, e das proibições a essas práticas impostas pelas classes patronais, a caça e a pesca, geralmente realizava-se com outros membros da família, constituindo-se como as principais fonte de proteína animal dos trabalhadores canavieiros.²⁹⁵

[...] De noite ainda pescar de tarrafa eu e ele [o marido]. Tarrafa é um negócio bem grande, jogava a tarrafa assim no rio Pirapama. E a gente ia pescar de noite com um candeeiro, pela beira do rio e ele pescava por dentro d’água com a tarrafa, pegava o peixe e ele jogando pra eu pegar o peixe e botando dentro da mochila. [...] A gente também caçava. Pegava tatu. A gente tava em casa quando a gente se deitava, quando dava fê o cachorro cavava o tatu. A gente se levantava, pegava a enxada, a foice e o candeeiro ia eu e ele. Chegava lá ele metia a enxada prá cima, cavando no buraco do tatu, prá tirar o tatu de dentro da terra e eu na frente com o candeeiro prá alumiar com o candeeiro. Era 01:00 hora da madrugada, 2: 00 horas, mas enquanto a gente não tirava o tatu não vinha simhora.²⁹⁶

Compreendida não apenas como uma fonte de alimentos, a atividade de pescar e caçar, nos rios, nos mangues e nas matas, como analisou Christine Dabat, apresentava-se como uma diversão para os trabalhadores canavieiros, inseridos em um ambiente monótono com poucas opções de lazer.²⁹⁷ “[...] *Eu pesquei muito nessa vida e gostava. Quem morava no campo tinha que pescar prá não morrer de fome. Enquanto o meu pai pegava uma jaquinha pra vender na rua a gente estava pescando dentro da levada prá comer com farinha seca [...]*”²⁹⁸

²⁹⁴ Maria Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁹⁵ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 497-499.

²⁹⁶ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

²⁹⁷ DABAT, op. cit., p. 494.

²⁹⁸ Manoel da Silva Filho. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

2.3.3 Trampolinagens no ambiente doméstico: higienização da casa, manutenção do vestuário, produção de utensílios e dos remédios caseiros.

As famílias canavieiras sobreviviam em precárias condições socioeconômicas. Nessas circunstâncias, realizar determinadas atividades, consideradas comuns ao ambiente doméstico, diante de uma situação de carência de serviços e elementos básicos para a manutenção da vida e higiene corpórea, como fornecimento de água, acesso à saúde, alimentação, roupas, remédios, materiais e utensílios de limpeza, consistiam em verdadeiras trampolinagens das trabalhadoras do açúcar.

**Higienização da casa*

A inexistência do sistema de esgoto e de fornecimento de água, encanada e tratada, nas residências dos trabalhadores canavieiros constituía-se como uma regra com raras exceções. As trabalhadoras afirmaram que, enquanto moravam nos casebres cedidos pelas classes patronais não possuíam saneamento, como exposto anteriormente.

Para realizar qualquer atividade de higienização corpórea, dos utensílios domésticos, do local onde habitavam ou mesmo para cozinhar, era necessário abastecer-se nas cacimbas, nos reservatórios ou nos riachos. Geralmente a trabalhadora canavieira ou realizava essa atividade ou a distribuía entre as filhas menores.

[...] Também não tinha água. Carregava na cabeça, uma jarra que pegava 7 lata d'água. Prá carregar água era muita agonia viu, uma não queria carregar, outra não queria. Aí eu dividia, uma botava água, outra lavava os pratos, quando tava já grandinha, outra lavava a casa e deixava a água comigo.²⁹⁹

Embora de maneira discreta e variável, cada vez mais os homens passaram a assumir determinadas tarefas no ambiente doméstico, entre elas o abastecimento e armazenamento de água e lenha.

Tinha água não, tudo era água de cacimba. A gente ia buscar com uma lata, com um pote de barro. Ia buscar na cacimba e trazia pra beber. Se tivesse algum riacho, lavava roupa no riacho, se não tivesse era também na água da cacimba. Não tinha nada dessa história de água não, tinha que se mover com a lata na cabeça e podia ser a distância que fosse. [...] Eu e as mulheres, mais as mulhere né, mas tinha homem que ajudava também, tinha homem que ajudava a mulê. Trabalhava os doi né.³⁰⁰

²⁹⁹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁰⁰ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

Essas atividades ao ser realizadas pelos maridos ou filhos, como forma de “ajudar” as esposas, filhas irmãs em seu trabalho “natural”, apontavam para a solidariedade dos homens para com as mulheres, relações semelhante às observadas quando eram as mulheres que “ajudavam” os maridos ou filhos nas lavouras, trabalho considerado masculino.

Com efeito, não havia entre os trabalhadores do açúcar um entendimento das relações de gênero como formas de sociabilidade histórica, porquanto construídas socialmente na interação de homens e mulheres e baseadas nas percebidas pelos dois sexos.³⁰¹

Contudo, a despeito dos canavieiros compreenderem de maneira naturalizada a distribuição dos papéis socialmente desempenhados por homens e mulheres, o trabalho realizado por homens e mulheres, mesmo considerado como “ajuda” a um ou a outro, “[...] *tinha hora que eu tava muito cansada já, aí meu marido ia busca uma viagem d’água, duas prá me ajudar [...]*”³⁰², apontava não só para uma solidariedade de classe, como também para uma tênue, mas presente, superação da opressão de gênero que afetava ambos os sexos, sobretudo as mulheres.

**Confecção e manutenção do vestuário*

Ao visitar alguns dos espaços de sociabilidades dos trabalhadores canavieiros, o sindicato dos trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho e os engenhos situados nos limites do mesmo município, a presença de um “corpo estranho” foi percebido pela maioria dos trabalhadores, em virtude, dentre outros elementos, das roupas. Os trajes utilizados, por mais simples que fossem, denunciavam o não pertencimento àquela localidade e a identificação social distinta da pesquisadora.³⁰³

Contudo, de maneira semelhante, os depoimentos dos trabalhadores canavieiros sobre a vestimenta nos anos 80, evidenciaram a carência. “*As roupa bem pouquinha também. [...] Eu já tive um tempo que fiz também roupa de saco era vestido mesmo, era casaco prá trabalhar, casaco de saco, pano de saco. Era, era tudo assim mesmo.*”³⁰⁴

³⁰¹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife, 1991. Mimeo. p. 13.

³⁰² Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁰³ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 558.

³⁰⁴ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

As trabalhadoras canavieiras afirmaram que alguns tecidos utilizados para fazer as roupas provinham dos sacos de farinha e açúcar comprados nas feiras populares e nos barracões. Dada a condição dos tecidos, utilizados para guardar alimentos, fazia-se necessário lavar e alvejar os tecidos antes de confeccionar as roupas.

Eu fazia sim, casaco de manga comprida prá gente não trabalhar com os braços de fora. Tinha aqueles sacos. Que de primeiro não vendia e não dava camisas prá gente trabalhar [...] Aí eu ia comprava um saco, lavava botava no “omo” e na água sanitária. Aí ele ficava alvinho. Cortava e fazia um casaco da manga comprida.³⁰⁵

A costura e a realização de remendos nas roupas dos membros da família eram ações exercidas pelas mulheres de maneira generalizada. “*Minha mãe comprava e fazia roupa pra gente. Eu fazia assim, remendo nas roupas deles [filhos], nos calçãozinho.*”³⁰⁶ Ensinadas de geração para geração, a confecção de roupas e a manutenção do vestuário eram formas de assegurar algumas “mudas” de roupas aos trabalhadores canavieiros.

Eu aprendi a costurar. Minha mãe nunca me deu nenhum retalho para eu fazer nenhuma roupa de boneca, que ela não queria que a gente pegasse nos retalho dela. Mas depois que eu tomei conta de menino, as coisa muito difícil, aí eu comecei a pegar um papel, a pegar um pedacinho de pano, a cortar uma blusinha de boneca, uma roupinha de boneca e dali eu comecei e aprendi a fazer camisa pros menino, calção, calça cumprida não. Calçãozinho, camisa, calcinha pra mim.³⁰⁷

As trabalhadoras evidenciaram a diversificação dos tecidos - linho, chita e mourim, utilizados para a confecção das roupas em detrimento do uso generalizado de sacos até o início dos anos 80. A aprendizagem fazia-se de acordo com a necessidade das famílias, e a depender das condições econômicas, as trabalhadoras confeccionavam uma variedade de roupas, algumas associadas ao cuidado do corpo feminino, como calcinhas, cintas e saias.

Aprendi a fazer camisa pros menino, calção, calça cumprida não. Calçãozinho, camisa, calcinha pra mim. Eu fazia calcinha de mourim, butava cóis nela, bem largo, tipo cinta, aberto de lado, que era para quando eu descansar, eu vesti aquelas calcinha e apertar a barriga. [...] Porque as mulher mais velha ensinava que a gente fizesse essas calça pra quando a gente descansar usar elas pra não ficar barriguda [...] Eu tive 10 filho, eu nunca fiquei com uma barriga porque a gente prendia, que as mais velha dizia prenda, prenda a barriga e a gente já prendia.³⁰⁸

³⁰⁵ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁰⁶ Cosma Vieira da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁰⁷ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁰⁸ Idem.

Além de se constituir como vestimentas tipicamente femininas e por isso ser usada pelas canavieiras, conjecturou-se que as saias poderiam assumir uma outra função dentro das condições de trabalho na zona canavieira. Diante da inexistência instalações sanitárias próximas aos locais de trabalho, dentro dos canaviais, nos momentos que as canavieiras precisavam realizar suas necessidades fisiológicas, as saias permitiam às mulheres agachar-se para satisfazer as vontades, sem, contudo despir-se no meio dos canaviais.

Contudo, se a perícia e o trabalho das mulheres foram estratégias utilizadas pelas classes trabalhadoras para garantir formas de vestir-se menos humilhantes, não havia muito a ser feito com relação aos calçados. “[...] *Sapato era havaiana. Fui fazer um batizado pra minha filha com a chinela havaiana. Comprei um corte de pano, aí de noite costurei uma blusa na carreira pra passear no outro dia tanto eu como ele.*”³⁰⁹

A maioria dos trabalhadores não possuíam sapatos e os principais calçados utilizados eram sandálias e alpargatas. Contudo, geralmente andava-se com os pés descalços, prática que sujeitava os trabalhadores a verminoses, frieiras, picadas de cobras, insetos e ferimentos, como analisado anteriormente.

O vestuário dos trabalhadores canavieiros apresentava-se em estado e quantidade insuficiente para os membros da família. Habitualmente, segundo as trabalhadoras entrevistadas, a falta de recursos para adquirir novas vestimentas, através da confecção caseira ou de maneira casual, a partir da compra de roupas, exigia o uso coletivo de determinadas peças do vestuário – calça, camisas, saias, vestidos – e um informal sistema de rodízio das roupas.

Era comum na zona canavieira encontrar crianças e adolescentes vestidos com roupas gastas e rasgadas, condição testemunhada por Pe. Crespo quando, no exercício do sacerdócio, foi rezar a extrema unção na casa de um trabalhador morador que acabara de falecer, cujas filhas não puderam assistir as orações em virtude da nudez do corpo provocada pelo estado das roupas que usavam.³¹⁰

³⁰⁹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁰ Pe. Enes Paulo Crespo. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandes, no Projeto *A história oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste* apud DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 562-563.

Dada a impossibilidade de renovação do vestuário e ao uso frequente das mesmas vestimentas, as mulheres canavieiras trabalhavam de maneira exaustiva na manutenção do estado e limpeza das roupas.

Saía pro rio de 8 horas e quando chegava em casa era 1:00 hora da tarde, lavando no lajedo, com uma bacia de pano tudo duro de carvão, ruim de lavar, só vendo mesmo é. Deixava tudo branquinho, mas haja mão e haja coluna. Eu ficava, eu ficava no rio ali envergada, esfregando os pano né.³¹¹

Lavar roupa era uma tarefa realizada todos os dias pelas trabalhadoras, com ou sem ajuda de outros membros da família, junto às demais atividades realizadas no ambiente doméstico pelas trabalhadoras canavieiras.

Lavava roupa no rio. Era rio e tinha sabão. Eu lavava a roupa de 6 homens, 3 irmão e 3 primos, que vinha trabalhara aqui. Eu lavava roupa quase todos os dias. Cavava dois leirão pra plantar batata pra poder ir escola e estudar entendeu. Aí quando eu voltava eu ia fazer outras coisas dentro de casa também. Remendo das roupa dos menino trabalhar e ia fazer bordado, eu gostava de bordar naquela época e no outro dia eu fazia o mesmo processo. Lavava roupa, aquela roupa bem pesada de cana queimada, eita! Eu peguei uns negócio nas unha de tanto esfregar as roupa. Naquele tempo não tinha água sanitária, só sabão, aquele sabão duro entendeu e a minha vida foi essa.³¹²

Como demonstrado através do depoimento acima, o trabalho de lavar consistia em carregar bacias de roupas até a fonte de água mais próxima – rio, riacho e cacimba - nem sempre perto da residência das trabalhadoras, mantendo-se encurvada ou agachada por um longo período de tempo, até a retirada dos resíduos provenientes do corte de cana, geralmente palha, terra e carvão.

Para essa atividade, raras eram as mulheres que dispunham de produtos – escovas, baldes, sabão em barra, sabão em pó, água sanitária e cloro - capazes de agilizar o processo de limpeza das roupas como um sabão de melhor qualidade e ou até mesmo alvejantes. Geralmente o sabão utilizado era da pior qualidade e em quantidade insuficiente para a quantidade de roupa existente.

Quando eu chegava do trabalho [...] aí eu ia lavar as roupas de casa na cacimba, tinha rio não, na cacimba mesmo, tirando água e enchendo a bacia e lavando. Tinha sabão porque comprava na venda, mas não era muito não minha filha. Meu marido

³¹¹ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹² Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

fazia umas comprinhas na venda, no barracão do engenho e comprava um pedaço de sabão, um pedaço de sabão.³¹³

Não obstante, as trabalhadoras afirmaram haver situações em que não existia qualquer produto de limpeza, nem mesmo sabão, o que exigia das trabalhadoras realizar verdadeiras façanhas para conseguir executar a “lavagem das roupas”. *“Eu fazia tudo, comida, varria casa, lavava roupa. Não tinha rio perto e a gente lavava com um mato chamado melão. Às vezes tinha sabão e às vezes que não tinha lavava só com melão e ficava tudo duro.”*³¹⁴

Através dos depoimentos das trabalhadoras evidenciou-se feitos extraordinários realizados pelas mulheres canavieiras na manutenção do vestuário dos membros familiares. Apresentando-se como *“malabaristas da palha da cana”*, a genialidade das mulheres revelava-se na confecção de roupas a partir de tecidos inapropriados ou de baixa qualidade, na manutenção das roupas através de remendos e consertos, na limpeza das vestimentas na exaustiva tarefa de lavar roupas, sem água encanada, com produtos insuficientes e de inferior qualidade.

* *“Invenções domésticas”*

*“Os móveis era banco, ainda tem o banco dela lá [da casa que morava anteriormente], chaleira. Quando tinha chaleira era com muito sacrifício que a gente comprava chaleira.”*³¹⁵

Durante as entrevistas sobre as condições de vida e trabalho das canavieiras, tornou-se visível o encabulamento das trabalhadoras ao lembrar as carências materiais vivenciadas enquanto crianças e na fase adulta.

Antigas moradoras de engenhos, as entrevistadas demonstravam vergonha e, em alguns momentos indignação, ao rememorar a inexistência de alguns móveis básicos e a precariedade da mobília da casa. *“Móveis? Oh meu Deus! Tinha nada minha fia, só tinha assim 3 cadeirinhas e uma mesinha. Só era isso mesmo. Os meninos não dormia em berço,*

³¹³ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁴ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁵ Maria do Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

nem nada. Era em rede, uma tipoiazinha lá no canto da parede. Comprava saco rimendava um saco no outro e fazia a redinha.”³¹⁶

Mais uma vez, a criatividade e inteligência das mulheres constituíam-se em ferramentas de superação das carências materiais elementares. Através da transformação dos recursos de que dispunham, as trabalhadoras canavieiras construía camas, colchões e redes para os membros da família. *“Ia na mata tirava varinhas e botava 4 fitinhas e botava aquelas vara em cima e dormia. O colchão, de primeiro era esteira, depois era pé de bananeira, folha de bananeira. Tirava as folhas, o pendão das folhas e fazia.*”³¹⁷

Dentre as “invenções” criadas, a que mais chamou atenção foi a vassoura de mato. Utilizada para varrer a casa de chão batido e o terreiro, as vassouras eram feitas a partir de determinadas plantas que nasciam nos arredores dos engenhos.

As vassoura era toda cortada no mato. Aqueles mato que a gente já sabe que dá pra vassoura, aí cortava aquela vassoura. Tem uns que passava muito tempo. Tem um tar de rabo de raposa, que a gente fazia vassoura. Essa vassoura passava muito mais de mês, muito mais de mês. E tinha outra que 8 dia ela já tava murcha, prestava para varrer o terreiro. Eu mermo, cortava...Fazia, toda ela. Cortava. Até hoje eu faço. Quando eu vejo o mato que dá pra vassoura, eu olho e digo “oh ein ein, o mato que dá pra vassoura, que eu fazia tanta vassoura.” Eu fazia as vassoura e varria.³¹⁸

O reconhecimento do tipo ideal de planta para a confecção das vassouras de melhor qualidade é um exemplo de como o conhecimento sobre a utilização dos recursos disponíveis nas matas ao redor dos engenhos - palhas, folhas, varas, ervas – poderia ser aperfeiçoado e ensinado, através da oralidade, de geração para geração.

O uso dos recursos provenientes das matas, ou como dizem os trabalhadores, “do mato”, no tratamento das doenças que acometiam os trabalhadores canavieiros constituía-se como uma antiga prática generalizada entre os moradores de engenhos “[...] *A gente cuidava mais com chá, aroeira, alho, quando a gente tinha dor de cabeça, esquentava aquele mato prá botar na cabeça, capim santo.*”³¹⁹

Arelada à tradição popular, mas também e em grande medida, oriunda da precariedade das condições de vida das famílias canavieiras, sem acesso à serviços médicos adequados e desprovidas de dinheiro para a aquisição de remédios industrializados, o

³¹⁶ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁷ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁸ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³¹⁹ Maria do Socorro Paulino da Silva. Entrevista realizada, em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

tratamento dos enfermos, acometidos por doenças consideradas menos graves, realizava-se no ambiente doméstico.³²⁰

Pra doença assim, sarampo, catapora e bexiga, se curava nas palhas das palhas das banana mesmo. Soprava cachaça com alho no olho do doente, dava chá de milho e sacudia milho embaixo da cama. Enchia o pacotão de varão com palha da banana e botava os pequenos de lado.³²¹

Quando havia possibilidades de acesso a equipamentos de saúde, os trabalhadores procuravam atendimento médico nos ambulatórios das usinas e nos postos de saúde dos municípios para tratar as doenças consideradas mais graves. Os esforços dos trabalhadores para conseguir medicamentos modernos, contudo, não excluía a utilização dos remédios caseiros. “*Se curava em casa. Às vezes não ia prá o hospital não, com remédio de casa mesmo. Tomava remédio assim, uns comprimidos, que comprava na rua. [...] Fazia, chá, lambedor pra a gente tomar.*”³²²

Graças aos depoimentos das mulheres canavieiras observou-se que, quando as condições assim o permitiam, o tratamento de diversas enfermidades menos graves – verminoses, dores de cabeça, resfriados, febres, diarreias - realizava-se no ambiente doméstico, através da associação dos remédios caseiros com os medicamentos modernos.

O remédio que eu dava era chá prá tosse, lambedor e esses remédios de verme. O remédio de verme era um vidrinho assim feito um oleozinho. Pra febre eu dava essa nevagina, esse remédio assim cibalina e em hospital eu nunca internei nenhum. [...] Quando tava com verme, ficava com a barriga inchada, ficava com aquela barrigona. Aí não queria comer, botava prá vomitar. [...] Aí dava o remédio de verme oxe! Botava era muita verme. E a tosse, eu via ele tossir, com febre, dor de cabeça e diarreia aí tinha uma vitaminazinha, era terramicina. Dava muito a eles também. O remédio era esse, nunca internei nenhum não.³²³

³²⁰ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 519.

³²¹ Edith Cecilia de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³²² Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³²³ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

2.3.4 Intimidade das trabalhadoras canavieiras: “*Per si para si*”

O cotidiano, as relações de trabalho e a condição estatutária das trabalhadoras do açúcar constituíram-se como faces da história da classe trabalhadora canavieira de Pernambuco pouco visitada pela historiografia oficial relativa ao tema³²⁴.

A falta de interesse dos historiadores em inserir as trabalhadoras nas suas análises históricas levava-os a desconsiderar as evidências da presença feminina em outros espaços de sociabilidades, que não os do interior doméstico, como a produção canavieira, os órgãos de classe e a luta política.

Devido à exclusão das canavieiras dos espaços de poder e do seu atrelamento ao ambiente doméstico, geralmente os pesquisadores não percebiam as trabalhadoras canavieiras de maneira visível, negando-se a responder os porquês da ausência feminina nos espaços sindicais mesmo que estas estivessem na condição de dependentes dos maridos e exercendo trabalho na lavoura canavieira.

Contudo, o cotidiano e os acontecimentos da vida privada das trabalhadoras canavieiras evidenciaram-se através dos seus relatos de vida, sendo corroborados através do cruzamento dos depoimentos com as demais fontes - registros sindicais, processos trabalhistas, reportagens de jornais, percebendo-se a visibilidade histórica das mulheres no período estudado.

Muitas vezes assuntos delicados de ser socializados com outras pessoas, principalmente com aquelas cujas relações são recentes e superficiais, a maioria das trabalhadoras mostraram-se acanhadas ao falar sobre os fatos da vida pessoal. Contudo, graças à relação de confiança estabelecida durante a entrevista, bem como a desinibição de algumas mulheres, foi possível adentrar no mundo das trabalhadoras, compreendendo determinados aspectos da vida das trabalhadoras desconhecidos até então.

* *Menstruação*

Na zona canavieira de Pernambuco, os assuntos relativos à sexualidade e ao corpo feminino, considerados tabus, geralmente eram discutidos entre mães e filhas, dadas as

³²⁴ A tese de doutoramento da professora Christine Dabat é uma exceção à prática historiográfica oficial. Escrita a contrapelo, a professora contrapôs aos discursos das classes patronais a fala dos trabalhadores canavieiros, evidenciando as relações de trabalho, as precárias condições de vida e os aspectos cotidianos da vida dos trabalhadores canavieiros durante a *relação da morada*. Para mais ver, DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

determinações de gênero presentes na região, que imputavam às mulheres a formação das filhas.

Contudo, ao mesmo tempo em que atribuíam às trabalhadoras a responsabilidade sobre a instrução das filhas, as relações de gênero reprimiam a sexualidade feminina. Em decorrência disso e devido ao pouco esclarecimento que detinham, constituíam-se como exceções as mulheres que conversavam com suas filhas sobre esses assuntos. *“A minha mãe não me disse nadinha não, mas minha tia disse a mim assim: Oh minha fia, quando você se casar mia fia, você entre com o pé esquerdo. E quando você terminar, você pegue uma vasilha e se banhe. Uma vasilha d’água e se banhe”*.³²⁵

Com efeito, o constrangimento das mães remetia-se às relações de gênero estabelecidas na zona canavieira. Compreendendo o corpo feminino como tema proibido, as mulheres interiorizavam e reproduziam a opressão de gênero.

A menarca, experiência que simboliza para as mulheres a passagem da infância para a fase adulta, era pouco debatido entre mães e filhas devido ao acanhamento e à vergonha que esses assuntos provocavam nessas mulheres.

A observação do comportamento da mãe e das irmãs mais velhas durante o ciclo menstrual era a forma como as meninas aprendiam a reconhecer os sinais da menstruação no seu próprio corpo, conforme afirmou Cosma Vieira. *“[...] Aconteceu assim mesmo. Minha mãe me ensinou não. Ela dizia que tinha vergonha da gente. Eu sabia que minhas irmãs menstruava, pois elas ficavam dizendo. Ai eu pegava. [...]”*³²⁶

Embora o desconhecimento feminino sobre o desenvolvimento do corpo e a sexualidade fosse uma prática disseminada na zona canavieira, geralmente após a menarca, as mães ensinavam às filhas como tratar os desconfortos provenientes do período menstrual. *“[...] Ela não disse nada não. Ela só disse pra fazer resguarde da boca. Prá não comer caranguejo, camarão, manga, água gelada, aí eu não comia de jeito nenhum. Era prá não vir muito, prá vim pouquinho.”*³²⁷

Algumas meninas, contudo, ao interiorizar como negativo os assuntos relacionados ao corpo feminino, evitavam dialogar sobre sua intimidade, reproduzindo a opressão que as reprimia. *“Quando eu menstruei, eu passei o mês todinho sem dizer a minha mãe porque eu*

³²⁵ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³²⁶ Cosma Vieira da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³²⁷ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

tava com vergonha. Ai quando foi no outro mês, ela disse: minha fia porque você não me disse era pra ter me dito, porque você não podia ter comido tal coisa. Eu ia lhe ensinar.”³²⁸

*Casamento: *“Naquele tempo o povo fugia né.”*³²⁹

Na zona canavieira de Pernambuco as sociabilidades dos trabalhadores canavieiros baseavam-se nas relações patriarcalistas. Firmadas na centralidade do homem, geralmente o chefe da família, mulheres, filhos e dependentes deviam-lhe obediência e respeito.³³⁰

Com efeito, a autoridade e o desejo dos pais/maridos eram respeitados pelos demais membros da unidade familiar, embora houvesse casos em que a desobediência dos filhos e das filhas suplantava a vontade do chefe da família. Uma das formas de ir contra a vontade dos pais ocorria quando as trabalhadoras canavieiras resolviam “casar-se” com os namorados contrariando a autoridade dos pais.

Prática generalizada na zona canavieira, a união conjugal dos casais a esses moldes, era motivada, segundo os trabalhadores entrevistados, pela intransigência dos pais das moças em não permitir a união do casal sem a realização do casamento tradicional. “[...] *Acontecia, antigamente as moças fugia demais. A situação que não podia casar né, porque os pais não podia fazer o casamento, aí casavam tudo nova também*” *Eu fugi, todo mundo fugia. Antigamente era difícil casar.*³³¹

Os trabalhadores afirmaram que ao “fugir”, o casal assumia perante a comunidade e aos familiares as responsabilidades da vida conjugal. Ao “fugir” as mulheres relacionavam-se sexualmente com os maridos, sacramentando definitivamente a união do casal, posto que, segundo as relações de gênero, após o ato sexual, a moça tornava-se a mulher do marido e sob ele recaía todos os direitos e reponsabilidades da vida conjugal. *“Fugi de casa com meu marido e fui morar na casa de minha sogra. [...] Era o jeito eu era menina moça né, ou aceitava ou os pais matava o cara, antigamente era a lei do cão.”*³³²

Fugir na verdade significava iniciar uma vida matrimonial sem, contudo, realizar o casamento formal. Geralmente o novo casal, conforme o depoimento anterior, em virtude dos

³²⁸ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³²⁹ Cosma Vieira da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Boa Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 190.

³³¹ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³² Idem.

parcos recursos que dispunham, iniciavam a vida em comum na casa da família dos maridos, geralmente localizadas no mesmo engenho em que residiam os pais das moças.

Eu trabalhava na cana e ele na apanhadeira, aí fugimos, tinha que fugir. Muita gente fugia assim. [...] Aí ele disse: “De 7 horas da noite venho te buscar”. Eu disse: “tá muito cedo”. Ele disse: “tá nada.” Quando foi no caminho ele me chamou e de lá eu fui mora na casa dele, no mesmo engenho que a gente morava. Meu pai não ia deixar a gente morar junto, aí depois ele não disse mais nada. A minha mãe ficou muito braba lá pra mim.³³³

**Gravidez e parto: [...] Eu me casei com 15 anos e tive 14 filhos. Meus filhos foi tudo normal, com parteira que era a minha sogra.*³³⁴

Na zona canavieira de Pernambuco era comum haver famílias numerosas. As pesquisas de Espedito Rufino apontaram que, para a segunda metade do decênio de 1980, a composição da família dos trabalhadores canavieiros nos municípios de Rio Formoso, Ipojuca, Jaboatão, Igarassu e Carpina variava de 5,49 a 7,35 pessoas por unidade familiar. Ainda segundo o pesquisador, a média de filhos por família de 4,81%.³³⁵

Este número é um importante indicativo para se analisar a quantidade de gestações por mulher, bem como a forma como as crianças nasciam.

Conforme analisado no item anterior, os trabalhadores canavieiros iniciavam a vida conjugal entre os 15 e 20 anos de idade. Ainda que em determinados casos os casamentos fossem dissolvidos, como relatou Edith Cecília de Oliveira, “o segundo esposo foi pior do que o primeiro esposo. Era brabo, daqueles homens queria dá em mulher, muito safado. Bebia e depois. Aí eu só morei 6 meses com ele [...]”³³⁶, o comum era as uniões conjugais durar por toda a vida.

Dessa forma, mesmo que algumas mulheres apresentassem uma interrupção da vida reprodutiva em virtude da exploração das relações de trabalho e das precárias condições de vida ou da realização da cirurgia de laqueadura, a maioria das trabalhadoras entrevistadas afirmou ter tido de 8 a 12 gestações. “[...] Eu tive 12 filhos. Os 2 últimos já na maternidade e

³³³ Conceição Paulina da Silva. Entrevista realizada em 12 de maio de 2011, na Usina Bom Jesus, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁴ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁵ ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco 1985*. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D’Études Du Développement, Genebra, 1990. p. 57-59.

³³⁶ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

*os primeiros, foi tudo em casa com a minha sogra, de parto normal. [...] Passei 2 anos livre, depois apareceu a primeira e continuou todo ano era um, todo ano, todo ano.*³³⁷

Os métodos contraceptivos mais conhecidos pelas mulheres eram a “*tabelinha*” e os “*comprimidos*”, embora não utilizassem por muito tempo. Segundo Maria Alves da Silva o método da “*tabelinha*” não foi eficaz e logo em seguida ela deixou de utilizá-lo, passando a ter um filho a cada ano. “*Eu fiz um tempo assim, uma tabela, mas não deu certo aí eu deixei pra lá. Aí eu trabalhava no engenho, tinha um menino e descansava. Mas foi a minha continha, tendo um filho, mas trabalhando. E todo ano um filho e continuando trabalhar.*”³³⁸

As trabalhadoras não faziam uso prolongado dos remédios anticoncepcionais por motivos econômicos, pois os medicamentos não eram distribuídos nos postos de saúde e em virtude da falta de esclarecimento por parte dos serviços de saúde a respeito dos benefícios e malefícios das pílulas contraceptivas no corpo feminino. “*Eu tomei somente uma ou duas vezes. Porque disseram que esses comprimidos juntavam no útero e formava uma massa preta e terminava a mulher morrendo. Eu com medo parei [...].*”³³⁹

Apesar de não fazer uso prolongado de métodos contraceptivos, as mulheres entrevistadas afirmaram que não desejavam ter muitos filhos. Contudo, atreladas às convenções sociais que lhes impunham, mesmo contra sua vontade, realizar atos sexuais com os maridos, frequentemente as mulheres engravidavam.

Não era eu queria ter esses menino, mas submissa ao marido né. Não era dele não, a gente sabe que não é dele, era o sistema. A mulher tem que aceitar o marido do jeito que ele quer. Passado de pai pra filho. Era a sociedade que era assim. As mães achava a mesma coisa e as moça tinha que ser assim, tinha que aceitar o noivo desse jeito.³⁴⁰

Na zona canavieira de Pernambuco, conforme analisado ao longo do capítulo, não havia fornecimento de serviços de saúde em quantidade e qualidade adequadas aos trabalhadores canavieiros.

Essa realidade mostrava-se mais cruel com relação às mulheres grávidas, que além de passar toda a gestação sem qualquer repouso, não recebiam acompanhamento médico e

³³⁷ Maria José do Nascimento. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁸ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁹ Santina Tertunila de Belo Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴⁰ Idem.

tampouco assistência por parte dos empregadores ou dos poderes públicos, valendo-se da solidariedade dos demais trabalhadores para dar à luz aos seus filhos.³⁴¹

Geralmente, os partos realizavam-se em casa, com a assistência das parteiras. Mulheres bastante respeitadas, por motivos óbvios, entre os trabalhadores canavieiros, elas ao chegar na residências das trabalhadoras, examinavam-nas para ver o estado da mãe e do filho. A qualquer sinal de complicação, encaminhavam-nas imediatamente aos hospitais.

É assim né, quando a gente começava a sentir as dores, aí quando apertava, o marido saía de casa, ia até a usina, buscar a parteira. A parteira na usina tinha uma carruagemzinha, que a gente chama de charrete e ela vinha com um rapazinho. Quando chegava lá, que ela era uma pessoa muito assim entendida, aí ela fazia um exame e via se tava próximo a criança nascer ou não. Porque se tivesse algum atrapalho, já pegava o carro para levar para a maternidade. Mas graças a Deus que eu tive meu filho todinho, só 2 na maternidade porque essa parteira não pegava mais criança porque ela já tava velha demais.³⁴²

Quando as parteiras diagnosticavam problemas que poderiam por em risco a vida das mulheres e dos filhos durante o trabalho de parto, geralmente em decorrência das carências nutricionais de ambos, ou em virtude da posição da criança e da falta de dilatação do colo do útero das mães, a solidariedade dos vizinhos era fundamental para realizar o deslocamento das mulheres até às maternidades. Contudo nem sempre o atendimento médico nos hospitais especializados era suficiente para garantir a vida das crianças.

Eu quando tava buchuda que eu descansei do derradeiro eu quase que morria em casa. A parteira tava aqui, aí ela disse ao meu marido: “olhe se você não tirar sua mulher com urgência, você vai perder sua mulher”. Aí ele foi daqui pra liberdade de pés atrás de carro prá ir buscar. Aí ele levou e eu fiquei na mista [maternidade do Cabo] aí quando foi depois, eu comecei a perder o bebê, aí o doutor fez exame, aí me operou e a menina era colada e a menina morreu.³⁴³

As mulheres entrevistadas afirmaram que, quando o estado de saúde assim o permitia, preferiam ter os filhos em casa, pois o ambiente doméstico proporcionava-lhes tranquilidade, principalmente por causa da experiência das parteiras. “*Era melhor o parto em casa. Era mais*

³⁴¹ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 512.

³⁴² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴³ Maria do Carmo Conceição da Paz. Entrevista realizada, em 17 de abril de 2011, no Engenho Ypiranga, no município do Cabo de Santo Agostinho.

*apoio, mais carinho, mais conhecimento. As parteira incentivava bastante pra a gente ter aquele coragem de ter o filho. Só paria nos hospital quando não tinha jeito.*³⁴⁴

Nas circunstâncias em que os bebês estavam posicionados de maneira inadequada para o início do trabalho de parto normal, as trabalhadoras preferiam ir para hospitais a ter os filhos em casa, pois poderiam dispor de recursos como cirurgias cesarianas e atendimento de urgência para os recém-nascidos.

O depoimento de Edith Cecília de Oliveira evidencia a peculiaridade de cada trabalho de do parto. Da mesma forma que havia mulheres que davam à luz com menos dores, outras, menos afortunadas, sofriam demasiadamente, independente do local e da forma do parto.

O primeiro parto foi cesário. Passei 3 dias na maternidade sofrendo, porque antigamente era tudo atravessado. Ele era atravessado, era muito difícil normal. Meu menino sofreu tanto pra nascer que nasceu desmaiado, roxo, quase que ele morria. A menina nasceu com o pé prá fora, mas foi no hospital, foi melhor né? O terceiro foi normal, foi com parteira. E foi melhor que no hospital. Mas não foi fácil. Ele nasceu em pé quase que morri e eu não fui pro hospital porque era muito longe e eu tava só em casa. Quem fez o parto foi a parteira que morava lá, enquanto foi buscar o carro o menino nasceu.³⁴⁵

**Vida conjugal: “Não existia bom nem ruim, era assim mesmo.”*³⁴⁶

Os trabalhadores canavieiros, agentes, mas também produtos do meio social, relacionavam-se entre si segundo as relações de gênero e a exploração de classe, condicionantes presentes na zona canavieira desde os tempos coloniais.

Ainda que houvesse a possibilidade das trabalhadoras assumir outros papéis sociais, distintos dos comportamentos impostos pelas convenções sociais, não obstante a estigmatização social daquelas que assim o fazia, o mais comum na zona canavieira era a reprodução das formas de viver baseadas na submissão das mulheres à autoridade dos homens.³⁴⁷

Ao iniciar a vida conjugal, homens e mulheres reproduziam os comportamentos apreendidos ao longo da vida. As trabalhadoras, antes atreladas ao pai, assumiam uma posição de submissão frente ao marido, que se tornava o chefe da família, possuindo a autoridade dentro da casa. *“As mulheres naquela época tinha os marido com medo, como um pai, sabe.*

³⁴⁴ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴⁵ Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴⁶ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 190.

*O pai dava aquelas recomendação forte e reprimia mermo. E quando as mulheres casava tinha que aceitar o marido igual ao pai. E era um medo que tinha do marido viu!*³⁴⁸

Ao ser questionadas sobre a relação conjugal, muitas trabalhadoras afirmaram, com a sutileza e objetividade que lhes são próprias, que os maridos eram homens trabalhadores e prestativos, embora agressivos e violentos, conforme afirmou Maria Alves da Silva.

Ele era bom de mais pra mim. Pra me dar as coisa. Se dava 2 goiaba pra ele na rua ele comia uma e a outra botava dentro do bolso pra trazer pra mim. Eu ia receber meu dinheiro e às vezes não ia, eu dizia recebe o meu lá e ele recebia, botava no bolso, e dizia tá aqui teu dinheiro, contava e tava do mermo jeito. Ele recebia o dele e me dava. Se ele comprasse alguma coisa lá ele dizia, olhe tomei uma bicada, comprei um maço de cigarro. Se tivesse doente dentro de casa, ele andava a noite todinha com a pessoa no braço pra levar pro hospital. Ele tinha essa bondade, agora se ele dissesse que era pau, não dissesse que era pedra não, porque o negócio era coco de roda, agora era tanto pra mim quanto pros filho. Era tudo de um jeito só. Meu marido era um homem ruim. [...] Eu sofri demais com ele. [...] Ele fazia eu fazer as coisas a pulso. Eu não sei quantas noite eu não dormi, assentada, do lado da cama e ele na cama, com uma faca guardada embaixo do travesseiro dizendo que ia me matar. Eu resisti porque meu pai é grande e hoje eu tô aqui e ele tá embaixo da terra. Sou viúva desde 1996.³⁴⁹

A despeito da violência física e psicológica que sofriam, as trabalhadoras atribuíam a brutalidade dos maridos ao meio em que viviam, compreendendo-os como frutos das relações de sociabilidades existentes na zona canavieira. “[...] *Homem duro, homem que se criou na dureza e também eles convivia com a mulher na dureza. [...] Todo mundo tem suas falha e suas qualidade.*”³⁵⁰

Assim como os homens, as mulheres canavieiras estabeleciam relações e assumiam posicionamentos perante a comunidade segundo as convenções sociais existentes. Com efeito, a aceitação do comportamento agressivo dos maridos e a continuidade do casamento eram aspectos impostos às trabalhadoras pela sociedade e pela dependência econômica.

Tais comportamentos foram confirmados durante o depoimento de Maria Alves da Silva “[...] *eu achava muito feio, separar do marido e viver sozinha, com 5, 6 filho pra dá de cume. Aí eu acharia que eu não dava de cumê aos meu filho [...]*³⁵¹ e Santana Tertunila do Nascimento (...) *mulher separada, aí meu deus! Era puta, mermo que ela não arrumasse*

³⁴⁸ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁴⁹ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

*outro homem, era rapariga. Muitas viviam por causa dos filhos. Porque se deixassem eles como iam ficar? Aí sofria junto por causa dos filhos [...]*³⁵²

O desrespeito e a infidelidade dos maridos eram outros problemas enfrentados pelas mulheres canavieiras na vida conjugal. Ainda que compreendessem as infidelidades como “coisas de homem” em virtude das imposições patriarcalistas de gênero que atribuíam ao homem à liberdade sexual e às mulheres a castidade antes do casamento e a fidelidade após a união conjugal, as trabalhadoras afirmaram ressentir-se com a infidelidade dos maridos, que além de desrespeitá-las moralmente, sujeitavam-lhes às doenças sexualmente transmissíveis, conforme afirmou Marieta Gomes da Silva.

[...] Isso aí é mais velho né, que o meu aí já saiu bem com umas 30. Na minha frente não que ele não tava doido né. [...] Uma vez eu me agarrei com uma mulher na frente da porta. Ela botou uma doença em mim miserávi. Botou nele e ele botou em mim. Quase que uma menina minha morria, quase que ela cegava. Foi gonorreia (sussurro) [...]. Aí eu passei 3 meses com essa doença na barriga e não sei como não morri. Passou 3 meses porque eu tinha descansado né e aí não podia me dá remédio por causa da criança. Aí depois eu vim aqui pro Cabo e eu tomei uma injeção. Aí passaram remédio pra menina também, um matinho que tem uma folhinha que cheira, aí botava de molho o manjerição e lavava. Aí eu tomei injeção, tomei tanta bezetacil e quem aplicava era o administrador de lá [do engenho]. (...) Depois eu fui tomar uma injeção no Recife e graças a deus fiquei boa até hoje.³⁵³

³⁵² Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁵³ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

CAPÍTULO 3 – AS TRAJETÓRIAS DE LUTA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS TRABALHADORAS CANAVIEIRAS NOS ANOS 80

Caracterizados, em nível econômico, pela estagnação do modelo de desenvolvimento tecnicista, dependente do capital externo e pela política de arrocho salarial, ambos intensificados no Brasil após o golpe de 1964, os anos 80 também foram marcados pelo processo de redemocratização da política brasileira, que possibilitou a manifestações das classes trabalhadoras, através de congressos, mobilizações grevistas.³⁵⁴

No bojo da retomadas das lutas políticas pelos movimentos sociais, a mobilização dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco garantiram a conquista de inúmeros direitos trabalhistas, alguns inclusive garantidos pela Constituição Brasileira de 1967, como o pagamento do salário família aos dependentes do trabalhador e a proibição de diferença salarial por motivos de sexo, cor e estado civil.³⁵⁵

Através de manifestações públicas, campanhas salariais e mobilizações grevistas, os trabalhadores exigiam melhorias das condições de trabalho, aumento salarial e ampliação das liberdades políticas da classe trabalhadora, sobretudo à nível de organização sindical.³⁵⁶

Contudo, o conflito entre as classes patronais e os trabalhadores canavieiros não se esgotavam, ao fim das campanhas salariais. Apesar de ser convencionados e garantidos pelos Dissídios Coletivos, os direitos trabalhistas eram sistematicamente desrespeitados pelos empregadores.³⁵⁷

Diante dessas circunstâncias, muitos trabalhadores, auxiliados pelas entidades sindicais, não se submetiam à exploração dos usineiros e proprietários de engenhos, e recorriam à Justiça do Trabalho para exigir o cumprimento dos direitos trabalhistas.

Algumas assessoras sindicais e trabalhadoras canavieiras, além de inserir-se no enfrentamento às classes patronais, também desenvolveram outras frentes de atuação, ainda que com inúmeras dificuldades de representação social, inclusive no interior do movimento

³⁵⁴ NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves da década de 80*. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 124.

³⁵⁵ Incisos II e III do artigo 158 da Constituição Brasileira de 1967.

³⁵⁶ Em geral as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco eram precedidas pela realização de congressos nos quais os dirigentes sindicais e da FETAPE discutiam as estratégias de luta trabalhistas, bem como os valores dos reajustes salariais e as demais reivindicações do movimento. In: ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 205-206.

³⁵⁷ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Relatório Anual das Atividades – 1984*. Recife, 1984.

sindical. Na segunda metade dos anos 80 foram criados grupos de trabalhadoras canavieiras para debater os problemas considerados específicos das mulheres canavieiras.³⁵⁸

A conjuntura político-econômica brasileira, atrelada às formas de representação assumidas pelos movimentos sociais, em especial os movimentos de mulheres e os movimentos feministas desenvolvidos ao longo dos anos 80, oportunizou um entendimento diferente do papel da mulher e da trabalhadora na sociedade. Esta compreensão motivou os grupos de mulheres a discutir a dupla opressão feminina: do capital, por ser trabalhadora; das relações patriarcalistas de gênero, na condição de mulher.

[...] Com a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho em geral; com os avanços dos métodos contraceptivos, que possibilitou um maior controle sobre o número de filhos e um outro olhar sobre a sexualidade; com as lutas levadas na Europa o final dos anos sessenta, que questionavam não só a sociedade estabelecida, mas valores e comportamento da própria esquerda; com a atenção voltada não só a exploração de classe, mas a outras formas de opressão, estavam dadas as condições para uma outra visão sobre o que se costumava denominar como ‘questão da mulher’.³⁵⁹

Em Pernambuco foram criadas associações de bairro³⁶⁰, centro de mulheres³⁶¹, movimentos de mulheres trabalhadoras rurais³⁶² e demais instituições sociais cujos principais objetivos eram a promoção da organização das mulheres enquanto sujeitos de direitos e a conscientização das trabalhadoras como membros legítimos da classe trabalhadora, porquanto dignas de representatividade sindical.

Após a breve explanação dos campos de atuação política e de representação sindical e social das trabalhadoras canavieiras, legítimas representantes da classe trabalhadora, o

³⁵⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 208.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 200.

³⁶⁰ Ao chegar ao município do Cabo de Santo Agostinho em 1979, Efigênia de Oliveira fundou uma associação de moradores no bairro de Pontes dos Carvalhos. Envolvida no movimento sindical dos trabalhadores metalúrgicos do Estado de Minas Gerais, Efigênia Oliveira reuniu-se a outras mulheres para reivindicar das autoridades competentes a regularização do fornecimento de água no bairro e dos demais serviços básicos. Informações obtidas na entrevista realizada com Efigênia Oliveira no dia 16 de março de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

³⁶¹ No dia 25 de março de 1984 foi criado no município do Cabo de Santo Agostinho o Centro das Mulheres do Cabo, cujo principal objetivo era a organização das mulheres do município para defender seus direitos, bem como das famílias. Ao longo do capítulo foram analisadas com mais profundidade as ações realizadas por esta instituição. In: CENTRO DAS MULHERES DO CABO, Cabo de Santo Agostinho. *Ata de fundação do Centro das Mulheres do Cabo*. Livro n. 1., 25 mar. 1984. f. 1.

³⁶² Em dezembro de 1982, no distrito de Caiçarinha da Penha, no município de Serra Talhada, foram realizadas as primeiras reuniões com as trabalhadoras rurais que dariam origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. A trajetória do movimento, bem como as implicações para a organização de mulheres das demais regiões do Estado foram discutidas nos tópicos a seguir. In: UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004.. p. 21.

presente capítulo teve como objetivos principais evidenciar quais os papéis desempenhados pelas mulheres canavieiras nos distintos espaços de lutas trabalhistas e de sociabilidade.

As análises sobre as variadas formas de participação/atuação das trabalhadoras canavieiras na formulação das reivindicações trabalhistas, no embate à classe patronal, via campanhas salariais, mobilizações grevistas e pelo enfrentamento aos empregadores na Justiça do Trabalho, possibilitou a inserção das mulheres canavieiras nas discussões sobre as formas de luta e resistência da classe trabalhadora canavieira em Pernambuco.

Ademais, buscou-se compreender a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo das assalariadas nas lavouras canavieiras, bem como as formas de enfrentamento desenvolvidas por algumas assessoras sindicais e trabalhadoras rurais frente à resistência da maioria dos dirigentes sindicais em promover as discussões sobre formas de valorizar as trabalhadoras rurais e incentivar a associação feminina nas entidades de classe.

3.1 A organização das campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros ao longo do decênio de 1980

O fortalecimento da oposição política de setores da sociedade civil e dos movimentos sociais, sobretudo dos trabalhadores urbanos e rurais, frente à crise econômica e contrária às ações arbitrárias dos militares tornou-se mais intenso no final dos anos 70 e início do decênio de 1980.³⁶³

A insatisfação de amplos setores da sociedade com a instabilidade da política econômica brasileira, refletida nas regras de reajustes salariais e na forma ineficaz de controlar a inflação, que desencadearam a diminuição do poder de compra da população e o decorrente aumento do custo de vida, somava-se às insatisfações populares frente às limitações das liberdades democráticas, vivenciadas ao longo do regime militar.³⁶⁴

Com efeito, ao final dos anos 70 e início do decênio de 1980, o Estado brasileiro retornou, gradativamente, ao regime de político vivenciado no país durante os 20 anos que antecederam o golpe civil-militar, denominado por Socorro Abreu como período da “*democracia limitada*” posto que,

³⁶³ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 122.

³⁶⁴ NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves da década de 80*. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 124.

[...], existiam eleições, pluralidade partidária, liberdade de imprensa, foi ele, porém, marcado pelo autoritarismo, constantes ameaças de golpes e algumas restrições significativas ao pleno exercício da cidadania: os analfabetos não podiam votar, o PCB foi mantido na ilegalidade, a repressão era praticamente constante, quando não no plano federal, por parte de muitos estados.³⁶⁵

A transição do Estado de Exceção ao Estado de Direito possuía, grosso modo, dois modelos distintos. O primeiro apontava para uma ruptura rápida e definitiva com o governo ditatorial, uma transição por colapso, como ocorrida na Argentina e na Bolívia. O segundo indicava uma transição lenta, segura e gradual, pactuada entre os a forças governistas e a oposição política. Esta ocorreu no Brasil e no Chile.³⁶⁶

A campanha das *Diretas Já*, iniciada em 1983, com ampla participação popular, incorporou em suas fileiras inúmeros movimentos sociais, dentre eles o Movimento de Mulheres pelas Diretas Já.³⁶⁷

Os movimentos sociais aguardavam a votação e a promulgação da Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República a ser escolhido na eleição do ano seguinte. Contudo, o que se processou, segundo Carlos Fico, foi um acordo conciliatório, entre os militares e um colegiado de políticos de vários partidos para que a emenda Dante de Oliveira fosse substituída pela campanha pró-eleição de Tancredo Neves pelo voto indireto.

É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto [Figueiredo] e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colégio de cardeais. Com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco outros, que se unem para evitar retrocessos ou rupturas.³⁶⁸

A redemocratização processada no Brasil na 1ª metade do decênio de 1980 possibilitou aos trabalhadores e trabalhadoras canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco intensificar as mobilizações trabalhistas. A classe trabalhadora canavieira reivindicava, sobretudo, reajustes salariais, a aprovação da Tabela de Tarefas, instrumento utilizado no

³⁶⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.17-18.

³⁶⁶ FICO, Carlos. A crise da ditadura militar e o processo de abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 273.

³⁶⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 71

³⁶⁸ FICO, op. cit., p. 275.

cotidiano e que evitava o “roubo” dos patrões, o direito ao sítio, assim como outras demandas trabalhistas, presentes na legislação, contudo desrespeitadas pelos empregadores.³⁶⁹

As mobilizações dos canavieiros em Pernambuco caracterizavam-se pela presença da estrutura sindical na organização do movimento, pelo estrito seguimento dos parâmetros constitucionais e pelo constante apoio recebido por outros segmentos da sociedade e por religiosos e leigos vinculados à Igreja Católica.³⁷⁰

A atuação predominante do sindicalismo rural em Pernambuco nas discussões sobre as demandas dos trabalhadores canavieiros em detrimento de outras frentes de atuação como os problemas dos pequenos proprietários, dos trabalhadores temporários e da questão da Reforma Agrária apesar de constitui-se como uma constante na estrutura sindical no Estado, devia-se à intensa exploração das classes patronais à qual estavam submetidos os trabalhadores assalariados na produção canavieira.

No caso particular dos canavieiros de Pernambuco [...] cabe destacar que se lidava com uma categoria profissional onde as formas de exploração a que era submetida obedecia a padrões ostensivamente desrespeitosos, não só à legislação vigente, como às próprias condições de sobrevivência, mesmo que em padrões mínimos de sobrevivência, desta força de trabalho. [...] No dizer de uma liderança sindical da área “o que se verificava era que as necessidades imediatas eram tantas que não sobrava tempo para pôr em prática ações relativas a outras questões.”³⁷¹

Atrelados à FETAPE e à CONTAG, o sindicalismo rural em Pernambuco contribuiu tanto para o fortalecimento quanto para o direcionamento político do movimento dos canavieiros em Pernambuco. A partir da articulação das lutas políticas com a Confederação e a Federação, os dirigentes mais comprometidos com as demandas dos trabalhadores canavieiros encontravam maiores possibilidades de enfrentar, dentro dos parâmetros legais, as classes patronais.³⁷²

Nos meses que antecediam o período de maior atividade da zona canavieira - a safra - as campanhas salariais, as entidades classistas e os dirigentes sindicais reuniam-se para debater a organização das mobilizações dos trabalhadores canavieiros, como ocorreu na fase de preparação da greve de 1979, quando houve a realização de dois encontros para discutir a pauta de reivindicações e as formas de pressionar às classes patronais.

³⁶⁹ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 125.

³⁷⁰ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 203-254.

³⁷¹ *Ibidem*, p.199.

³⁷² MEDEIROS, op. cit., p. 126-127.

A idéia dos trabalhadores é não abrir mão da uniformização das suas reivindicações. Para isso a CONTAG [...] realizou dois grandes encontros. O primeiro na Zona da Mata Sul em Ribeirão e o segundo na Zona da Mata Norte, em Carpina. [...] Não levamos antes aos campos as nossas reivindicações porque a greve, durante o período de quase paralisação da zona canavieira - entressafra - não teria significação do momento quando podemos realmente solicitar nossos direitos.³⁷³

As mobilizações dos trabalhadores canavieiros recebiam apoio de distintos setores da sociedade civil, sobretudo de representantes de entidades religiosas identificadas com as alas progressistas da Igreja Católica, empenhadas na defesa dos trabalhadores rurais, como Associação de Cristãos no Meio Rural (ACR), entidade criada em 1965 e a Comissão Pastoral da Terra, CPT, fundada em 1975.³⁷⁴

Padres e bispos mais comprometidos com a luta política dos canavieiros estimulavam a participação dos trabalhadores nas mobilizações grevistas durante as celebrações religiosas realizadas nas paróquias situadas nas áreas de produção açucareira, dentro dos limites da Arquidiocese de Olinda e Recife, Nazaré da Mata e Palmares.³⁷⁵

As mobilizações dos trabalhadores rurais extrapolavam os limites das reivindicações salariais. O apoio da Igreja Católica, das entidades sindicais urbanas e rurais e dos partidos políticos, inicialmente o MDB e a partir de 1982 o PMDB e o PT, sobretudo, demonstrava o caráter político que as campanhas salariais haviam alcançado.³⁷⁶

Embora o ambiente fosse de redemocratização política e de liberdades democráticas, todas as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros foram permeadas por práticas arbitrárias e ações violentas promovidas pelas classes patronais e por seus prepostos.³⁷⁷

Nos períodos que antecederiam à mobilização salarial dos trabalhadores canavieiros, os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, publicavam nos periódicos de maior circulação, declarações sobre “a crise do setor sucro-alcooleiro” como meio de pressionar os políticos locais e o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA).

Se o Governo não tomar uma providência dando tratamento correto ao setor da cana nós teremos, dentro do Estado, uma crise muito séria com repercussões econômicas

³⁷³ José Francisco da Silva, presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura sobre a Greve de 1979 na reportagem: SALÁRIO de camponeses gera crise no Estado. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 out. 1979. Salário, p. 5.

³⁷⁴ ARAÚJO, Maria Lia Corrêa. A transcrição no plano político-ideológico. In: PESSOA, Dirceu (Org.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1980. p. 71-72.

³⁷⁵ IGREJA dá apoio aos rurícolas. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 set. 1980. Trabalho, p. 8.

³⁷⁶ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 230.

³⁷⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.152.

e sociais, porque a cana já vem, ao longo dos anos com o preço comprimido e há 7 meses não tem majoração. [...] A uma altura dessas nós não temos outra solução a não ser dizer que é problema do Governo, pois de nossa parte, os produtores estão fazendo o que podem.³⁷⁸

As campanhas salariais eram realizadas nos meses de setembro. Geralmente os trabalhadores canavieiros elaboravam as propostas durante as assembleias sindicais. Posteriormente as reivindicações eram discutidas por toda a categoria nos congressos de delegados sindicais da Zona da Mata.

Antes da deflagração dos movimentos grevistas, os sindicatos realizavam assembleias para votar a favor ou contra a adesão à greve. Os sindicatos eram autônomos perante a Federação para posicionar-se em relação aos movimentos grevistas e a assembleia dos trabalhadores associados ao sindicato era soberana.

As conquistas da greve de 1979 reforçaram a ideia da união dos canavieiros frente à classe patronal. Sindicatos de trabalhadores rurais e Federação orientavam os trabalhadores a unir-se com os demais, como forma de pressionar os empregadores a cumprir as cláusulas aprovadas nas Convenções e nos Dissídios Coletivos. *“Você sozinho é muito fraco perante seu patrão. Você deve procurar se unir com os outros companheiros.”*³⁷⁹

As campanhas salariais, a depender dos avanços e impasses nas negociações, finalizavam-se ou em Convenções, acordos entre trabalhadores e classes patronais, ou em Dissídios Coletivos, quando o Tribunal Regional do Trabalho julgava o mérito da questão.

Dentre os mecanismos utilizados pelas classes trabalhadoras urbanas e rurais, as mobilizações grevistas constituíam-se nas formas mais eficazes de pressionar os empregadores. As greves dos trabalhadores brasileiros ocorridas entre os anos de 1979 e 1988 estavam vinculadas às conjunturas econômicas e à retomada dos espaços democráticos de negociação.³⁸⁰

As campanhas salariais da Zona da Mata formularam-se não apenas a partir das perspectivas dos trabalhadores, sindicatos e Federação, como também pelas possibilidades oferecidas pelo contexto histórico de cada ano. Entre os anos de 1980 e 1988, as campanhas

³⁷⁸ GILSON adverte sobre a crise da cana de açúcar. *Jornal do Commercio*, Recife, 8 abr. 1980. Economia, p. 12.

³⁷⁹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1980*. Recife, 1980.

³⁸⁰ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves da década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 124.

salariais culminaram na realização de sete Dissídios Coletivos e duas Convenções Coletivas, conforme o quadro 3.

Quadro 3- Levantamento das campanhas salariais dos canavieiros de Pernambuco

Ano	Greve	Conclusão
1980	2 dias de greve	Dissídio Coletivo
1981	Não houve greve	Dissídio Coletivo
1982	2 dias de greve	Dissídio Coletivo
1983	2 dias de greve	Dissídio Coletivo
1984	2 dias de greve	Dissídio Coletivo
1985	Não houve greve	Convenção
1986	13 dias de greve	Dissídio Coletivo
1987	2 dias de greve	Convenção
1988	2 dias de greve	Dissídio Coletivo

Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

3.1.2 As campanhas salariais dos canavieiros entre os anos de 1980 e 1984

*“Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que o fogo se levanta.”*³⁸¹

A campanha salarial de 1980 foi precedida pelas frequentes manobras políticas dos fornecedores de cana e usineiros perante o governo federal para aumentar os valores do açúcar.

Nesse ano, os fornecedores de cana dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte ameaçavam abandonar a produção sucroalcooleira caso o governo não reajustasse os preços do açúcar. Segundo o presidente da associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Antônio Celso Cavalcanti, os altos preços de insumos agrícolas, sobretudo fertilizantes e maquinários, elevavam os custos da

³⁸¹ Depoimento de uma trabalhadora canvieira durante a greve geral de 1980 na reportagem: PARALISAÇÃO no campo já envolve 250 mil. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 12, 29 set. 1980.

produção e diminuía a quantidade de cana de açúcar produzida, tornando a produção sucroalcooleira antilucrativa, aos preços da época.³⁸²

Para os trabalhadores canavieiros e dirigentes das entidades classistas, as ameaças dos fornecedores de cana eram mecanismos, utilizados todos os anos, para pressionar as autoridades competentes para elevar os preços do açúcar, posto que a despeito das reclamações sobre as dificuldades para continuar a produção sucroalcooleira, as classes patronais descumpriam sistematicamente a lei do sítio e aumentavam as áreas de plantio das lavouras canavieiras.

Na campanha salarial de 1980, os trabalhadores canavieiros reivindicaram o cumprimento dos direitos garantidos na Convenção Coletiva de 1979, mas descumpridos pelas classes patronais, como o pagamento do 13º salário.³⁸³

O movimento dos trabalhadores reivindicava salário de Cr\$ 6.889,91 cruzeiros mensais, pagamento semanal em envelope fechado, com comprovante, alteração no texto da Lei do Sítio, substituindo a expressão “até dois hectares” para “pelo menos dois hectares” e a inclusão do direito dos trabalhadores rurais em criar animais.³⁸⁴

Os trabalhadores canavieiros exigiam, entre outros direitos, o pagamento de diárias ao trabalhador acidentado, a obrigatoriedade da assinatura na carteira de trabalho do trabalhador safrista³⁸⁵, a extensão e regulamentação, pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT, das medidas de segurança no campo, a regulamentação dos dias de serviço para que os trabalhadores pudessem ir às feiras aos sábados, a estabilidade dos delegados sindicais.³⁸⁶

No dia 24 de setembro, em meio às negociações, os trabalhadores e as trabalhadoras canavieiras filiados aos sindicatos de São Lourenço da Mata e Paudalho deflagraram a greve no campo, mobilizando cerca de 18 mil canavieiros.³⁸⁷

Caracterizados pela organização e comprometimento político dos trabalhadores canavieiros associados, os sindicatos de São Lourenço da Mata e de Paudalho, dirigidos

³⁸² LOCKAUT na lavoura açucareira. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 mar. 1980. Economia, p. 12.

³⁸³ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 207.

³⁸⁴ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Reivindicações dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Estado de Pernambuco: Campanha Salarial de 1980*. Recife, 1980.

³⁸⁵ No município do Cabo de Santo Agostinho existiam cerca de 7.758 trabalhadores canavieiros no ano de 1980. Destes 4.054 era temporários ou safristas e 3.704 trabalhavam permanentemente nos engenhos. In: Pesquisa sobre os assalariados temporários da região canavieira de Pernambuco coordenada por Espedito Rufino de Araújo com a participação da pesquisadora Christine Rufino Dabat. Convênio FETAPE/SUDENE n.º 036/86 com a participação da UFPE (Mestrado em Geografia), 1985-88; e RELATÓRIO para a FETAPE e o STR do Cabo. Recife, 1990. Mimeo.

³⁸⁶ ANDRADE, op. cit., p. 209-210.

³⁸⁷ ENTRAM em greve 18 mil rurícolas. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 14, 25 set. 1980.

respectivamente por Agápito Francisco dos Santos e Severino Domingos de Lima (Beija Flor), estavam na dianteira das mobilizações grevistas. “*Não temos tempo marcado para terminar a greve. Ela é indeterminada e vai durar até que o patrão conceda o que queremos. Fome a gente vive passando há muito tempo, e um mês ou dois a mais não faz diferença.*”³⁸⁸

Geralmente as assembleias sindicais dos municípios citados obtinham *quórum* e aprovavam as greves nas primeiras convocações enquanto que os demais sindicatos necessitavam realizar duas assembleias. Ao ser deflagrados os movimentos grevistas, os trabalhadores e assessores sindicais realizavam a divulgação pelos engenhos através de distribuição de panfletos, de carros de som e de conversas entre os trabalhadores e os demais companheiros. “[...] *Homens e mulheres, unidos na luta, postavam-se em grandes comandos de greves, pelos diversos engenhos, passando a informação àqueles que ainda não sabiam do movimento.*”³⁸⁹

Os movimentos grevistas das classes trabalhadores, geralmente desmerecidas pelos meios de comunicação a serviços das classes patronais, que influenciam a opinião pública contra os trabalhadores, ressaltavam somente os malefícios que as greves acarretam para o funcionamento da sociedade.

[...] nenhuma greve é completa sem o artigo choroso sobre as mulheres sofredoras e ressentidas, que precisam economizar, fazer fila, andar de um lado para o outro, procurando, carregando e sofrendo. Os grevistas são censurados por prejudicarem as mulheres e os filhos. Aparentemente, ninguém se importava com mulher e filhos antes de os maridos entrarem em greve. A classe dominante é sentimental segundo as suas conveniências.³⁹⁰

Com relação à greve dos trabalhadores canavieiros de 1980, deflagrada inicialmente pelos sindicatos de São Lourenço da Mata e de Paudalho, o *Jornal do Commercio* criticou o posicionamento dos sindicatos, julgando as ações como precipitadas e inoportunas, uma vez que as reivindicações dos trabalhadores canavieiros se encontravam em negociações.

Mais cedo do que se esperava e antes mesmo de patrões e empregados, reunidos, através de suas lideranças chegassem ao meio do caminho da discussão dos 26 itens reivindicatórios [...] 18 mil rurícolas integrantes dos sindicatos de São Lourenço da Mata e Paudalho declararam-se em greve. embora sem causar surpresas a muita gente, porque o próprio delegado regional do Trabalho, ao dar início, dias atrás a entendimentos para efeito de mediação, já estava informado de que apareceriam “coxos” para partir mais cedo, não deixou de causar espécie a forma como deram

³⁸⁸ CAMPONÊS nem admite a interrupção da greve. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 11, 26 set. 1980.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983. p. 98.

partida ao movimento paredista, para o qual só se encontrou explicação no fato de terem já aprovada em Assembléia a paralisação. [...] há de se indagar que benefícios poderão advir para os trabalhadores uma greve por etapas, por região ou por entidades sindicais de modo isolado, do mesmo modo que aos empregadores se pergunte se a protelação seria um instrumento válido.³⁹¹

No dia 27 de setembro, depois de fracassadas tentativas de acordos entre trabalhadores e classes patronais, os empregadores optaram pela instauração do Dissídio na Justiça do Trabalho.³⁹²

Conscientes de que a mobilização constituía-se na maneira mais eficaz de pressionar as classes patronais, os trabalhadores canavieiros dos demais municípios da zona canavieira, aderiram ao movimento grevista iniciado sindicatos de São Lourenço da Mata e Paudalho.

Em depoimento comovente ao *Jornal do Commercio*, uma trabalhadora canavieira informou que, após 38 anos de serviço nos canaviais, não tinha muito que esperar da vida, além da fome de todo dia, que se agravava com a velhice e a doença. Contudo, esperava que a greve trouxesse ganhos salariais e outros benefícios.³⁹³

A greve geral dos canavieiros contou com a participação de 240 mil trabalhadores. Cerca de 80% das atividades foram paralisadas nos engenhos. Os trabalhadores canavieiros, céticos às promessas de políticos e empregadores, como demonstrou a fala do canavieiro José Alves de Souza Irmão, o mesmo trabalhador que, em 1979, recebeu a visita do presidente João Figueiredo no Engenho São José, em São Lourenço da Mata³⁹⁴, acreditavam que somente a greve poderia trazer ganhos para a classe trabalhadora canavieira.

Estou vivendo de modo igual ou pior do que naquele tempo [...] Nada do que ele [o Presidente] prometeu a todos daqui, foi cumprido [...] Continuo comendo beira de jabra (carne de charque de má qualidade) com farinha. E agora, [...] só acredito na greve que estamos fazendo. Se ela não melhorar a nossa situação, sei que ninguém mais vai conseguir isso.³⁹⁵

Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho julgaram procedente a maioria das reivindicações dos canavieiros. Dentre as conquistas, se destacaram o início do processo de igualdade salarial entre as regiões da Zona da Mata, antes dividida em duas regiões.

³⁹¹ GREVE no Campo. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 set. 1980. Editorial, p. 2.

³⁹² JUSTIÇA julgará agora o dissídio. *Jornal do Commercio*, Recife, 28 set. 1980. Editorial, p. 1.

³⁹³ PARALISAÇÃO no campo já envolve 250 mil. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 12, 28 set. 1980.

³⁹⁴ O diálogo entre o Presidente João Figueiredo e o casal de trabalhadores canavieiros foi reproduzido no capítulo 2.

³⁹⁵ PARALISAÇÃO... op. cit., p. 12.

A 1ª era constituída pelos municípios do Cabo, Igarassu, Moreno, Jaboatão e São Lourenço e a 2ª era formada pelos outros municípios. Até o ano de 1980, os trabalhadores de cada região recebiam salários diferentes, fato que ocasionava transtornos para canavieiros e sindicatos. Após o Dissídio Coletivo, a diferença salarial entre as duas regiões não poderia ser maior do que 1/3, sendo está diferença extinta nos dois anos seguintes.³⁹⁶

Os trabalhadores não conquistaram o aumento percentual de 92%. Os salários da 1ª e 2ª região foram reajustados com base no INPC³⁹⁷ de 43,89%, aumentando respectivamente para Cr\$ 5.636,05 e Cr\$ 5.315,05 cruzeiros. O reajuste de 12% na produtividade foi indeferido pelos juízes e a produtividade foi mantida em 4%.³⁹⁸

O imbróglio sobre a produtividade dos trabalhadores canavieiros foi constante nas demais campanhas salariais. Se para usineiros e proprietários fundiários a baixa produtividade da produção sucroalcooleira era devido aos trabalhadores, para a FETAPE as condições topográficas da Zona da Mata e a debilidade física dos trabalhadores eram os fatores responsáveis pelos níveis de produção inferiores da produção canavieira em relação aos empreendimentos outros estados.³⁹⁹

Na campanha salarial de 1981, os trabalhadores canavieiros conseguiram manter as conquistas consagradas no Dissídio Coletivo de 1980 e ampliar os direitos trabalhistas.

O novo dissídio concede aumento de 50% sobre o salário anterior dos trabalhadores rurais da primeira sub-região (Grande Recife), que era de Cr\$ 8.556,09 e passará a Cr\$12.852,72 e, de 60% para os da segunda sub-região que era de Cr\$8.068,67 e passou também para Cr\$12.852,72. O dissídio manteve ainda todas as conquistas do ano passado, como o direito ao sítio, tabela de tarefas, ferramentas gratuitas, envelopes de pagamentos, delegado sindical, restauração das moradias, extensão do período e validade do pagamento, de seis meses para um ano. As principais conquistas esse ano foram quanto ao salário [...], auxílio doença para o trabalhador e o recolhimento da mensalidade sindical do associado em folha de pagamento.⁴⁰⁰

Além do aumento de 50% nos salários, representantes sindicais e trabalhadores comemoraram a unificação salarial de todos os trabalhadores canavieiros de Pernambuco.

³⁹⁶ ACORDO encerra a greve dos 240 mil canavieiros. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 1º out. 1980.

³⁹⁷ O Índice Nacional dos Preços para o Consumidor (INPC) é um indicador econômico utilizado para calcular a variação percentual da inflação sob os preços dos bens de consumo utilizados pela população.

³⁹⁸ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1980*. Recife, 1980. p. 3.

³⁹⁹ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 207-208.

⁴⁰⁰ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1981*. Recife, 1981.

Segundo o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, a reivindicação de unificação salarial era justa uma vez que,

[...] o preço da cana é igual para todos os patrões, as necessidades dos trabalhadores são as mesmas em todos os municípios, as tarefas do trabalhador e o custo de vida também são idênticos em qualquer parte, e porque o próprio salário mínimo de toda classe trabalhadora do Estado foi unificado este ano.⁴⁰¹

A campanha salarial de 1981 demonstrou a força política e a organização do sindicalismo rural na zona canavieira. No sindicato de São Lourenço da Mata, considerado um dos sindicatos mais atuantes da Zona da Mata, a conquista das 23 reivindicações foi comemorada ao som do “frevo da greve” com trabalhadoras e trabalhadores canavieiros, assessores sindicais e dirigentes da Federação e da Confederação.⁴⁰²

Das 26 cláusulas propostas pelos canavieiros, três foram julgadas improcedentes. Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho não aprovaram o aumento de 12% no percentual de produtividade (permaneceu 4%), o salário unificado de Cr\$ 13.900,440 cruzeiros e a responsabilidade dos empregadores em caso de acidente de percurso e de trabalho.⁴⁰³

Na campanha salarial de 1982 os trabalhadores reivindicaram aumento salarial, modificações nas regras de corte e moagem de cana, o pagamento do transporte dos trabalhadores que não residiam na propriedade e a garantia das conquistas alcançadas nas campanhas anteriores.⁴⁰⁴

Os trabalhadores do campo exigiam salário de CR\$ 29.601,00 cruzeiros, salário-família para os trabalhadores e trabalhadoras que tivessem filhos menores de 14 anos, disciplinamento dos preços pagos pela cana solta e estabilidade das gestantes, extensiva a seis meses após o parto.⁴⁰⁵

Sobre esta última reivindicação é fundamental salientar que pela primeira vez, o sindicalismo rural em Pernambuco incluía, na pauta de reivindicações, direitos considerados exclusivos às mulheres, a despeito de ser fundamentais para todas as famílias canavieiras. Atribui-se a essa nova tomada ao posicionamento de determinadas sindicalista frente às questões consideradas específicas às mulheres trabalhadoras.

⁴⁰¹ 200 MIL canavieiros ameaçam fazer greve. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 8, 1º out. 1981.

⁴⁰² 50 MIL fazem a festa da vitória. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 8, 1º out. 1981.

⁴⁰³ TRT acata 23 cláusulas do Dissídio. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 8, 3 out. 1981.

⁴⁰⁴ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 227.

⁴⁰⁵ SINDICATO rural começa luta para melhor salário. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 8, 18 set. 1982.

Desde a segunda metade do decênio de 1970, o movimento feminista e os movimentos de mulheres trabalhadoras foram chamando a atenção para a reflexão de temas sobre os distintos tipos de violência sofrida pelas mulheres trabalhadoras, tendo suas principais faces a violência sexual, física, e a opressão de gênero tanto no cotidiano quanto nas relações de trabalho.⁴⁰⁶

Alguns setores do movimento sindicalista posicionaram-se contra as discussões defendidas pelos movimentos feministas e pelos movimentos de mulheres trabalhadoras sobre a discriminação sofrida pelas mulheres nas relações de trabalho e no cotidiano e sobre a luta pelos direitos específicos das trabalhadoras, por acreditar esses questionamentos poderiam desunir os trabalhadores e enfraquecer o luta dos canavieiros.

Contudo, devido aos esforços de assessoras sindicais comprometidas em incentivar a participação das trabalhadoras nas entidades sindicais, gradativamente o sindicalismo rural de Pernambuco, através da Federação e dos sindicatos foi conscientizando-se da importância de valorizar, reconhecer e defender as demandas, mais uma vez, consideradas específicas das mulheres trabalhadoras, como ocorreu, segundo Socorro Abreu, no 1º Congresso da Mulher Pernambucana, realizado no Recife em 1981.

[...] a Federação chama a atenção para a necessidade que de ela [a mulher], além de atuar nas lutas comuns com os homens, devia participar do seu sindicato para conseguir atingir seus objetivos específicos, entendendo que estes eram os direitos garantidos na lei: a mulher não deve trabalhar em locais insalubres, nem no horário noturno, só podendo trabalhar 48 horas semanais, com direito a descanso antes e depois do parto, além do direito à creche, nas empresas com mais de 30 mulheres com mais de 16 anos, bem como a dois períodos de descanso para a amamentação do filho. Também fazia-se menção à luta pelo direito a salário igual para trabalho igual.⁴⁰⁷

As classes patronais consideraram inegociável a maioria das propostas dos trabalhadores, inclusive algumas cláusulas garantidas pelas leis trabalhistas e pela Constituição, como o pagamento do salário-família, posicionamento que demonstrava a arbitrariedade de usineiros e proprietários de engenhos frente aos direitos dos trabalhadores canavieiros.⁴⁰⁸

A greve dos trabalhadores foi deflagrada em 25 de setembro de 1982 e mobilizou 250 mil trabalhadores. Ao final do dissídio, os canavieiros conquistaram o piso salarial de

⁴⁰⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 200-201.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 203.

⁴⁰⁸ EM GREVE hoje 250 mil trabalhadores da cana. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 25 set. 1982.

28.802,15, o pagamento salário-família, o auxílio à doença, o tabelamento da cana solta, a manutenção do percentual de 4% de produtividade⁴⁰⁹ e a estabilidade da gestante, que depois de 12 semanas de licença tinham direito 60 dias de estabilidade empregatícia.⁴¹⁰

Não foram conquistados, no entanto, a estabilidade do delegado sindical, o pagamento de transporte para os trabalhadores residentes fora da propriedade e a redução na jornada de trabalho que permaneceu com 48 horas semanais.⁴¹¹

Na campanha salarial de 1983, os canavieiros apresentaram 42 reivindicações, exigindo aumento salarial de 62,4% (100% do INPC) e abono de 8,9% de compensação da inflação, o fim da expulsão e a garantia do sítio para a mulher, filhos e filhas solteiras com menos de 20 anos, no caso de dispensa injusta do chefe de família, salário família, estabilidade da trabalhadora gestante.⁴¹²

Reivindicavam pagamento em dobro aos domingos trabalhados, prioridade na contratação dos trabalhadores residentes no município, dispensa, sem desconto salarial, para comparecimento nas audiências da Justiça do Trabalho, 60 dias de aviso prévio para demissão sem justa causa, pagamento em dobro em caso de atraso de salários.⁴¹³

De maneira estratégica e com o objetivo de diminuir a pressão dos canavieiros, um dia antes das negociações na delegacia do Trabalho, a classe patronal anunciou a proposta de contratação de 50 mil trabalhadores oriundos das áreas atingidas pela seca.⁴¹⁴

Os usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar alegavam que, caso os trabalhadores sertanejos fossem transportados pelo Governo de Pernambuco⁴¹⁵, os cofres públicos teriam uma economia de Cr\$ 4 bilhões e 500 milhões, em virtude do não alistamento desses trabalhadores nas frentes de emergência existentes no Sertão do Estado.

Desde 1979, o período de estiagem castigava as populações da região do semiárido nordestino. Após 4 anos consecutivos de precipitações em quantidade reduzida e mal distribuídas, as áreas de plantação das lavouras de subsistência encontravam-se desoladas.

⁴⁰⁹ TRT atende ao pleito dos rurícolas. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 3, 28 set. 1982.

⁴¹⁰ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1982*. Recife, 1982. p. 15.

⁴¹¹ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 230.

⁴¹² RURÍCOLAS dão prazo de 5 dias para patrões. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 set. 1983. Geral, p. 3.

⁴¹³ CANAVIEIROS ameaçam fazer greve. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 10, 20 set. 1983.

⁴¹⁴ USINA quer contratar flagelados. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 21 set. 1983.

⁴¹⁵ Entre o período de 13 de março de 1983 a 14 de maio de 1986, o Estado de Pernambuco esteve sob governo de Roberto Magalhães, do PDS.

Nessas circunstâncias, os trabalhadores rurais sertanejos tinham duas alternativas, ou se alistavam nas frentes de emergência abertas pelos governos para receber CR\$ 15.300,00 mensais (1.768.000 famílias encontravam-se nessa situação em 1983), ou migravam para outras regiões em busca de trabalho. Geralmente os chefes de família deslocavam-se sozinhos⁴¹⁶ ou, em raros os casos, com o restante da família, para as capitais dos Estados ou para regiões mais distantes como as grandes capitais do Sudeste.⁴¹⁷

Segundo a FETAPE, a proposta da classe patronal de realizar o emprego de 50 mil trabalhadores sertanejos era um meio de minimizar as pressões exercidas pelos trabalhadores canavieiros na véspera da campanha salarial, pois não havia oferta de trabalho suficiente para absorver tamanho número de trabalhadores. “*O que está por trás dessa aparente solução para o problema da seca é a perspectiva sombria de alijar do mercado de trabalho, a partir de outubro, 50 mil lavradores disponíveis na Zona canavieira.*”⁴¹⁸

O impasse gerado na primeira reunião entre as classes, devido a condição imposta pelos empregadores de somente iniciar as negociações com a renúncia, por parte dos trabalhadores, da Tabela de Tarefa, contribuiu para deflagração da greve geral dos canavieiros.⁴¹⁹

A paralisação dos trabalhadores em 1983 transcorreu em clima de violência, protagonizada por polícias particulares e capangas dos usineiros e fornecedores de cana. Os trabalhadores denunciaram, na FETAPE e na Delegacia Regional do Trabalho, diversos casos de espancamentos e assassinatos.⁴²⁰

O Dissídio Coletivo, julgado no dia 26 de setembro, assegurou para os trabalhadores canavieiros uma conquista significativa: o aumento de 100% no INPC, assegurando-lhes um aumento salarial de 62,4%, estabelecendo um piso de Cr\$65.406,16 cruzeiros.

Entre as 42 cláusulas propostas pelos canavieiros, 15 foram conciliadas e 27 julgadas, sendo 22 deferidas e 5 indeferidas. Estas diziam respeito à,

⁴¹⁶ Quando os homens, chefes das famílias, migravam para outras localidades em busca de trabalho, as mulheres, esposas, eram as únicas responsáveis pela sobrevivência da família. As mulheres que se encontravam sem os maridos devido o deslocamento dos homens, eram conhecidas como “viúvas da seca”. A luta política para o emprego das mulheres sertanejas nas frentes de emergência será tratado nas análises a seguir.

⁴¹⁷ NEM ESPERANÇA resta, a seca venceu. *Jornal do Commercio*, Recife, 13 set. 1983. Caderno C, p. 1.

⁴¹⁸ FLAGELADOS podem ser transferidos. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 set. 1983. Geral, p. 11.

⁴¹⁹ 240 MIL trabalhadores entram em greve no campo. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 24 set. 1983.

⁴²⁰ Durante a greve dos canavieiros de 1983, dois trabalhadores foram vítimas fatais da violência e dos crimes praticados pela classe patronal. Os trabalhadores rurais Amaro Vicente e Martins Luiz dos Prazeres foram assassinados entre os dias 24 a 26 de setembro de 1983. In: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Dossiê de violências dos últimos 11 anos (1983-1994)*. Recife, 1994.

[...] a concessão de 8% de abono salarial sobre o INPC; o aviso prévio de sessenta dias para o trabalhador com mais de um ano de serviço e de trinta dias para aqueles com menos de um ano; a diminuição da jornada de trabalho para 4 horas diárias nas atividades insalubres; abono, em dinheiro, nas férias, correspondendo a 50% do valor destas; a prioridade para a contratação dos trabalhadores residentes no município.⁴²¹

As reivindicações conquistadas, relativas ao salário foram o salário-família, no percentual de 5% do salário mínimo, para pais e mães de filhos menores de 14 anos, fornecimento de transporte gratuito e seguro para os serviços fora da propriedade onde residiam os trabalhadores, direito a sítio, salário doença com o pagamento dos 15 primeiros dias como se estivesse trabalhando, salário maior nos serviços perigosos (valeteiro⁴²² e trabalho com veneno, herbicidas, adubo, salitre, calcário), 13º mês, garantia do trabalhador acidentado (permanência dos canavieiros nos serviços até 6 meses após o acidente), obrigatoriedade do fornecimento de água limpa, fria e de forma gratuita nos locais de trabalho⁴²³, garantia do emprego da trabalhadora gestante, permanência de no mínimo 60 dias da canaveira após as 12 semanas de licença.⁴²⁴

Como forma de divulgar as conquistas trabalhistas e os direitos dos trabalhadores canavieiros de maneira mais eficaz e para um maior número possível de trabalhadores a FETAPE e os sindicatos publicaram cartilhas para ser distribuídas nos engenhos e demais espaços de sociabilidades dos trabalhadores canavieiros. “*Os 10 mandamentos do trabalhador da cana*”⁴²⁵, informava os direitos e as normas de trabalho aprovadas em Convenções e nos Dissídios Coletivos da classe trabalhadora canaveira.

Em 1983, a presença das trabalhadoras assalariadas na produção era visível. Constituindo-se como parcela considerável da mão-de-obra das lavouras canavieiras, a participação das mulheres nas mobilizações grevistas e nas atividades sindicais não mais passava despercebida.

⁴²¹ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 235.

⁴²² Valeteiro era o trabalhador que realizava as atividades no meio dos canais, entre um e outro sulco de cana.

⁴²³ Compreendido como um direito básico de todo ser humano, o acesso à água constituiu-se como uma conquista da classe trabalhadora canaveira na campanha salarial de 1983. Os canavieiros geralmente trabalhavam durante todo o dia nas áreas das lavouras, na palha da cana e, a água que levavam consigo não era suficiente para toda a jornada de trabalho, restando-lhes os rios e riachos poluídos, em virtude dos refugos humanos e das substâncias tóxicas provenientes das usinas, como fontes de água para beber. Com a obrigatoriedade do fornecimento de água limpa e fria pelas classes patronais, criou-se uma nova tarefa, realizada sobretudo pelas trabalhadoras, de aguaceira.

⁴²⁴ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canaveira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1983*. Recife, 1983.

⁴²⁵ A cartilha encontra-se reproduzida no Anexo D.

Segundo as pesquisas realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, sem contar o número de trabalhadoras não associadas ao sindicato e a quantidade de fichas cadastrais destruídas devido à precariedade da conservação, até o ano de 1963, 709 trabalhadoras canavieiras estavam associadas à entidade classista.⁴²⁶

Maria Alves da Silva, em entrevista citada no capítulo anterior, testemunhou a atuação das mulheres nas greves, ocorridas no município do Cabo de Santo Agostinho, entre os anos de 1985 a 1988.⁴²⁷

Muitas mulheres participavam. Aqui era uma festa. Isso aqui era de noite a dia aberto. Povo jogando de noite, farravam e no outro dia, de madrugada, nós saía no caminhão pros engenho, pra greve também. E aí, eu participava de reuniões. Participava de muita, participei de muita. Participava de reuniões no sindicato, movimento grevista eu estava dentro. Eu ia pros engenho nos caminhão, sabe. Toda vida eu gostei da luta, eu não vou dizer. Eu, quando dissesse assim: vai parar hoje pra fazer uma greve, eu já tava na cabeça da greve. Eu era assim. Lá em Salgado eu era assim também. E aqui, seu João quando tinha umas reuniões no sindicato, ele mandava me chamar.⁴²⁸

Os questionamentos sobre o desemprego dos trabalhadores permanentes e a utilização, cada vez mais frequente de trabalhadores temporários na produção sucroalcooleira constituíram-se como os principais desafios do movimento de trabalhadores rurais canavieiros a partir de 1984.

A possível fragmentação e o posterior enfraquecimento do movimento sindical, devido a saída dos trabalhadores fichados dos espaços sindicais, somada à débil participação dos trabalhadores não fichados nas entidades de classe, em função do próprio comportamento dos dirigentes sindicais quanto às questões específicas dos trabalhadores temporários, passaram a ser discutidas pelas entidades de classe.

Apesar de constituir cerca de 30% dos trabalhadores efetivamente empregados em 1980 e de ter contribuído para as conquistas da classe trabalhadora canavieira desde a greve 1979, os trabalhadores temporários não foram privilegiados, contribuindo para o afastamento dessa categoria do movimento.⁴²⁹

⁴²⁶ Fichas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho-PE.

⁴²⁷ Nesse período o Sindicato do Cabo era presidido por João Vicente da Silva Filho. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Ficha individual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo – área Ribeirão. Ficha n° 7*. Recife, 1985-1988.

⁴²⁸ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴²⁹ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 218.

Nos documentos e relatórios que antecederam o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em dezembro de 1984, a FETAPE posicionava-se frente a essa realidade, declarando que,

[...] o desafio que se coloca para o movimento sindical dos trabalhadores rurais é encontrar formas de trabalho sindical com os trabalhadores que não são moradores permanentes dos engenhos; assim, a preocupação fundamental é fazer com que os clandestinos se sintam parte integrante dos sindicatos [...] os trabalhadores temporários (clandestinos) são trabalhadores rurais como os fichados, têm os mesmos direitos e seu órgão de representação é o Sindicato de Trabalhadores Rurais.⁴³⁰

Na campanha salarial de 1984, a deflagração da greve no primeiro dia das negociações, com a participação de aproximadamente 240 mil trabalhadores canavieiros fortaleceu a mobilização e pressionou a classe patronal. Entre as principais reivindicações, os trabalhadores exigiam salário de CR\$ 204.085,00 cruzeiros, estabilidade no emprego por um ano e a manutenção dos direitos conquistados nas campanhas anteriores, constituindo ao todo uma lista com 45 reivindicações.⁴³¹

Fato significativo na campanha salarial realizada pelos canavieiros nesse ano foi a realização de uma passeata pelas principais ruas de Recife com a presença de aproximadamente 4.000 trabalhadores canavieiros, além dos representantes sindicais e políticos, como o líder estadual do PMDB, Sérgio Guerra e da Deputada Federal Cristina Tavares, eleita em 1982.⁴³²

⁴³⁰ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 237-238.

⁴³¹ CANAVIEIROS em campanha por salários. *Jornal do Comercio*, Recife, p. 1, 7 set. 1984.

⁴³² Nas eleições realizadas em 1982 para votação dos novos governadores e deputados federais, o PMDB obteve votação expressiva no Estado de Pernambuco, embora perdendo para o PDS, partido das elites latifundiárias pernambucanas, nas regiões do Agreste e Sertão, caracterizadas por constituir-se como os grotões de dependência socioeconômica das oligarquias latifundiárias. O resumo da votação para governador, na qual o candidato Roberto Magalhães foi vitorioso, sendo derrotado Marcos Freire, candidato do PMDB, evidenciou o crescimento eleitoral do PMDB e dos demais partidos políticos presentes no pleito de 1982. Relatório Geral do TRE. In: SARINHO, Byron. *Eleições em Pernambuco: mitos e realidade* apud FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda (Org.). *Nordeste: eleições*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985. p. 67-95.

Munic/Região	PDS	PMDB	PTB	PT
Recife	128.971	270.192	1.609	1.819
R. Metropolitana	110.020	223.191	4.725	774
Mata	119.454	149.386	1.180	204
Agreste	331.728	121.629	337	344
Sertão	222.925	49.716	14	868
Total	913.098	814.114	7.865	4.009

Mantendo o mesmo posicionamento político dos anos anteriores, as classes empregadoras recusaram-se a negociar as propostas dos trabalhadores canavieiros e o TRT instaurou o dissídio coletivo a ser julgado pelos juízes da instituição.⁴³³

Após 9 dias de paralisação os trabalhadores conseguiram garantir os direitos conquistados nas campanhas anteriores, salário de CR\$ 190.024,00 cruzeiros, embora abaixo do reivindicado pela categoria. Outro ponto negativo para os trabalhadores foi o indeferimento da proibição do porte de armas pelos prepostos dentro dos engenhos, durante a jornada de trabalho, prática veemente combatida pelo movimento sindical por constituir-se na principal forma de agredir físico e psicologicamente os trabalhadores canavieiros.⁴³⁴

A mobilização trabalhista realizada pelos canavieiros de Pernambuco de 1979 a 1984 representou a escalada política e a organização dos trabalhadores. Inseridos dentro de um espaço de exploração da força de trabalho, de descumprimento dos direitos trabalhistas garantidos por leis, convenções e dissídios e de demonstração permanente de práticas de violência física, psicológica e sexual por parte da classe patronal e de seus prepostos, canavieiros e canavieiras buscaram, através das mobilizações grevistas conquistar melhores condições de vida e de trabalho.

Entre os anos de 1979 e 1984 os trabalhadores canavieiros conquistaram direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e políticos, entre eles, descanso semanal remunerado, férias remuneradas, indenização na rescisão de contrato de trabalho por tempo, direito à sítio, garantia da conservação das casas por parte dos empregadores, obrigatoriedade das propriedades, com mais de cinquenta famílias, de possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos dos trabalhadores, com tantas classes quantas sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar, salário família, por cada filho menor de 14 anos aos trabalhadores e trabalhadoras, fornecimento gratuito pelos empregadores de água limpa e fria aos trabalhadores nos locais de trabalho; fornecimento obrigatório de transporte gratuito em condições de segurança; proibição de distribuição de serviços de aplicação de agrotóxicos, pesticidas e herbicidas aos menores, mulheres gestantes e trabalhadores com mais de 50 anos, pagamento do salário pelo empregador durante os primeiros quinze dias do afastamento do trabalhador rural por motivo de doença, obrigatoriedade dos empregadores em assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social, garantia do emprego para a mulher gestante. Após 120 dias de licença, as mulheres não

⁴³³ ENTRAM em greve os canavieiros. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 20 set. 1984.

⁴³⁴ TRABALHADORES dispostos a negociação. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 set. 1984. Local, p. 9.

poderiam ser demitidas antes de cumprido 90 dias de trabalho, recebimento dos salários nos termos da tabela de tarefas aos empregados que executavam serviços por produção ou tarefa, pagamento semanal do salário, sempre que possível no horário do serviço, fora da área dos barracões, vedado quaisquer descontos por dívida contraídas com aqueles estabelecimentos, em envelopes e/ou comprovantes timbrados, discriminando as parcelas e as quantias pagas a cada trabalhador rural, com indicação expressa da frequência, nome do empregador, do empregado.⁴³⁵

Contudo, a existência de direitos e normas trabalhistas não garantiu o efetivo cumprimento das conquistas da classe canavieira e geralmente, após os períodos de mobilizações grevistas, os trabalhadores defrontavam-se com a realidade de desrespeito aos acordos convencionados e com o descumprimento dos direitos assegurados pelos dissídios coletivos por parte das classes patronais.

Nessas circunstâncias, mesmo que em menor número em relação ao universo de canavieiros associados aos sindicatos, trabalhadores apoiados pelos advogados das referidas entidades, recorriam à Justiça do Trabalho e impetravam ações contra as classes patronais para que os direitos trabalhistas fossem efetivamente respeitados e cumpridos.

A seguir, serão apresentadas as análises realizadas com os processos impetrados pelos trabalhadores na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho, ressaltando-se, sobretudo, os elementos concernentes às ações trabalhistas acionadas mulheres canavieiras.

3.1.2.1 A luta dos canavieiros pelo cumprimento dos direitos na Justiça do Trabalho

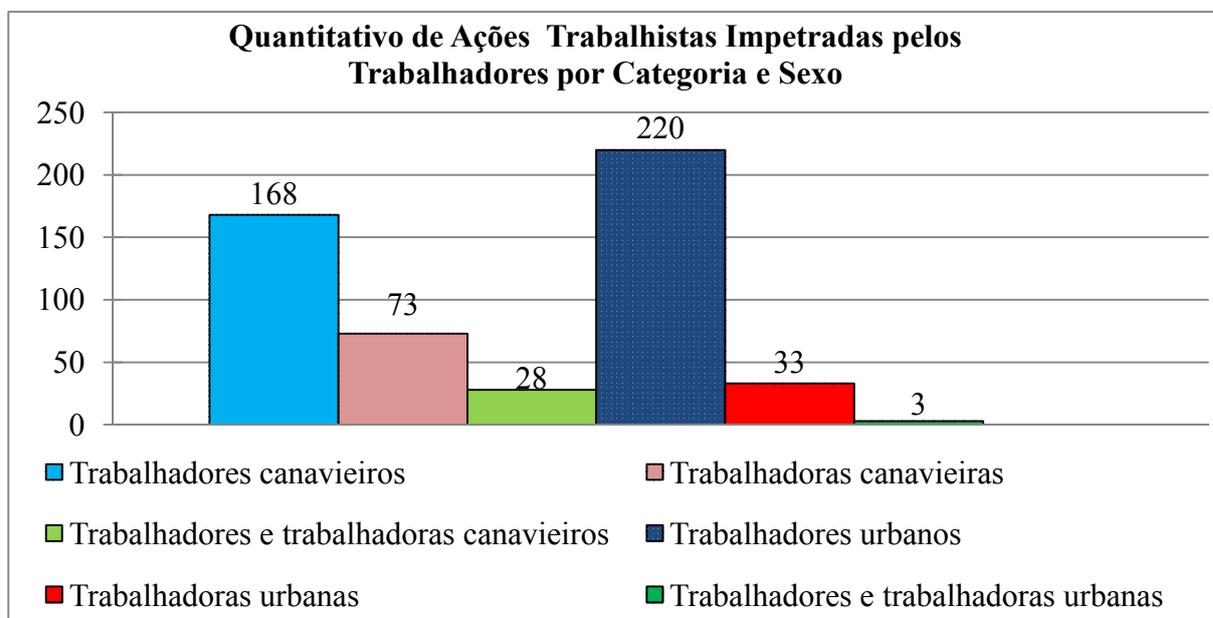
Durante a pesquisa realizada no Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 6ª Região, foram analisados 525 processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho – JCJ/Cabo. Entre esses, 256 processos, número correspondente a 48,76%, sendo 220 processos acionados por homens, 33 por mulheres e 3 por homens e mulheres, eram referentes aos trabalhadores urbanos.

Entre as ações trabalhistas impetradas por trabalhadores rurais, 269 processos ao todo, correspondendo a 51,24% do total da amostra, 62,45% (168) era ações impetradas por

⁴³⁵ Os direitos trabalhistas conquistados pela classe canavieira encontram-se descritos nas Convenções Coletivas de 1979, e nos Dissídios Coletivos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho entre os anos de 1980 a 1984.

homens e 27,14% (73) por mulheres e 10,41 (28) por homens e mulheres em litisconsórcio, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Discriminação das ações impetradas pelos trabalhadores na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise realizada com 525 Processos.



Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Processos Trabalhistas da 1ª JCJ/Cabo

Nota: Gráfico elaborado pela autora.

A partir do reconhecimento e da valorização das mulheres canavieiras como partícipes da classe trabalhadora, a presente pesquisa buscou dar visibilidade histórica às trabalhadoras, através da problematização dos 525 processos trabalhistas, referentes aos primeiros 4 meses dos anos de 1980 e 1985.

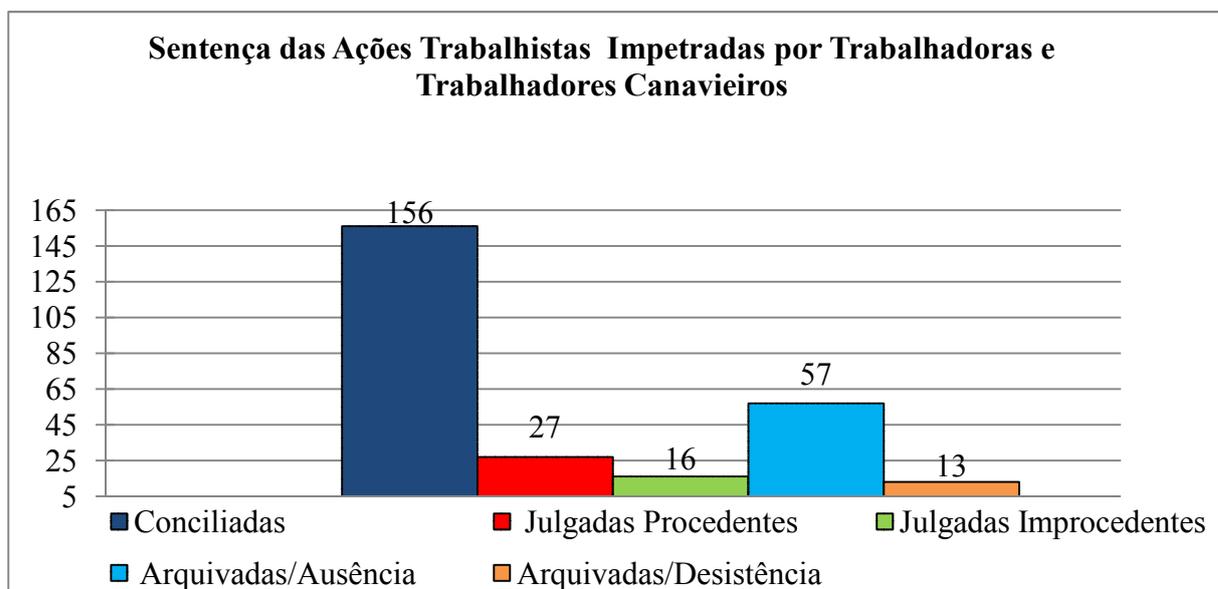
As reclamações trabalhistas impetradas pelas mulheres canavieiras nos dois anos citados baseavam-se respectivamente nos instrumentos legais conquistados nas campanhas salariais da classe trabalhadora canavieira dos anos anteriores, sendo assim, os processos do ano de 1980 reclamavam os direitos garantidos pela Convenção Coletiva de 1979 e as ações trabalhistas impetradas em 1985, reclamavam os direitos garantidos até o Dissídio Coletivo de 1984.

No município do Cabo de Santo Agostinho essa posição evidenciou-se através da análise de 269 processos trabalhistas impetrados pelos trabalhadores canavieiros na 1ª Junta de Conciliação e Justiça, nos primeiros quatro meses dos anos de 1985, cujas principais reclamações relacionavam-se ao pagamento de aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS,

diferença salarial por tarefas remuneradas abaixo do valor previsto pela tabela de tarefas, salário maternidade, salário de produção, salários cortados nos dias de greve, anotação na carteira de trabalho, indenização, cumprimento de convenção, restauração da casa, descanso semanal remunerado, retidos, salário família, seguro desemprego, assinatura na carteira profissional e indenizações.⁴³⁶

Em virtude da morosidade da Justiça do Trabalho, muitos trabalhadores cujas necessidades apresentavam-se imediatas, realizavam acordos com os empregadores, quase sempre com perdas significativas para os trabalhadores, conforme o levantamento realizado com os processos impetrados pelos trabalhadores canavieiros apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Ações trabalhistas impetradas por trabalhadores e trabalhadoras rurais canavieiros na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise realizada com 269 Processos.



Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Processos Trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho.

Nota: Gráfico elaborado pela autora.

A atitude dos empregadores e os mecanismos utilizados por eles para mascarar o descumprimento das leis eram desafios a ser superados pelo movimento dos trabalhadores canavieiros.

Os direitos, os patrões não respeitaram. O carro coberto né, as ferramentas. Tinha muitas mulheres que se machucavam com as ferramentas misturado com o povo. O

⁴³⁶A Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho foi criada pela lei 5.650 de 11 de dezembro de 1970 e instalada em 19 de agosto de 1971. Os processos impetrados na citada Junta durante os anos 80 encontram-se arquivados no Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 6ª Região, localizado no município de Vitória de Santo Antão.

patrão, pra enganar o décimo que ele não pagava, as férias que ele não pagava, ele sabia que era pra ele fazer, cumprir o dever. Então ele dava uma chitinha entendeu todo natal. Aí as mãe dividia, fazia cada um suas roupa.⁴³⁷

Em outras circunstâncias, os trabalhadores não acionavam a justiça trabalhista contra os empregadores, optando por realizar acordos formais. Sem auxílio de advogados ou representantes sindicais que pudessem orientá-los, muitos trabalhadores não tinham conhecimento sobre a legislação trabalhista. Encerravam as relações de trabalho sem o cumprimento da maioria dos direitos, por vezes obtendo remuneração abaixo do previsto em lei.

Quando eu saí de lá, eu peguei logo minha ficha e fui resolver minhas contas lá. Me pagaram minhas contas pela metade porque eu fiz acordo né, mas com isso eu tô aqui, graças a deus. Quando faz acordo a gente não ganha tudo né, mas teve gente que saiu de lá e ganhou até readubação de cana que foi trabalhar em carrabuçu, nesses cantos. Elas butaram e receberam. Mas eu não precisei disso, graças a deus, eu saí com o que eles me deram. Eu saí de lá com 3 mil.⁴³⁸

Contudo, a despeito da morosidade do Poder Judiciário, muitos trabalhadores garantiram a efetivação dos direitos em inúmeros processos trabalhistas impetrados na Justiça do Trabalho. Auxiliados pelos órgãos de classe, os trabalhadores conseguiram ter suas ações julgadas e obtiveram cumprimento dos direitos trabalhistas.

Meu marido botou doutor Rinaldo na justiça. Ele era um rendeiro que tinha. Era o dono do engenho morto nesse tempo que meu marido trabalhou desde do tempo que não tinha esse negócio de ser fichado. Trabalhava assim, por conta do bode! Aí foi quando chegou o tempo dele se aposentar e ele não tinha tempo de serviço. Aí, ele teve de botar na justiça pra botar o processo. E consegui em 1986. (...) O sindicato ajudou a gente. Naquele tempo eu era aquelas matuta do brejo. Eu não sabia de nada e fui pro sindicato. Doutor Rinaldo botou 3 anos na ficha dele. Aí quando chegou no Ministério do Trabalho, não era 3, era 5. Aí ele ganhou e eu comprei essa casa aqui com o dinheiro do meu marido.⁴³⁹

As ações trabalhistas impetradas pelas trabalhadoras canavieiras residentes nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, de Barreiros e Rio Formoso, denunciaram o cotidiano desrespeito da legislação trabalhista pelas classes patronais canavieiras.

⁴³⁷ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

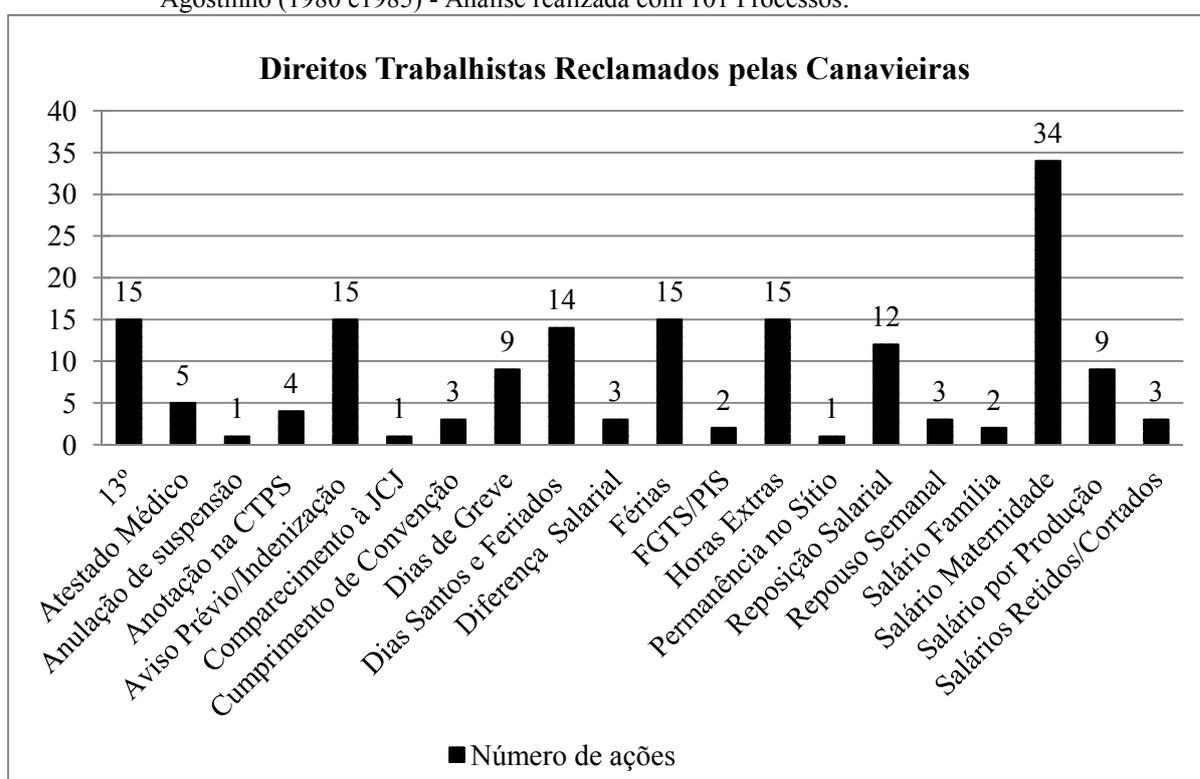
⁴³⁸ Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴³⁹ Edith Cecilia de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Trabalhadores de ambos os sexos e de diferentes idades reclamavam direitos trabalhistas semelhantes, como pagamento do 13º salário e horas extras, férias, indenização e anotação na carteira de trabalho.

Contudo, com relação às ações impetradas pelas canavieiras, as análises evidenciaram o predomínio dos processos exigiam o pagamento do salário maternidade, direito resguardado apenas às mulheres, contudo significativo e importante para a manutenção econômica das famílias canavieiras.

Gráfico 6 – Relação dos direitos reclamados pelas trabalhadoras canavieiras na 1ª JCJ o Cabo de Santo Agostinho (1980 e1985) - Análise realizada com 101 Processos.



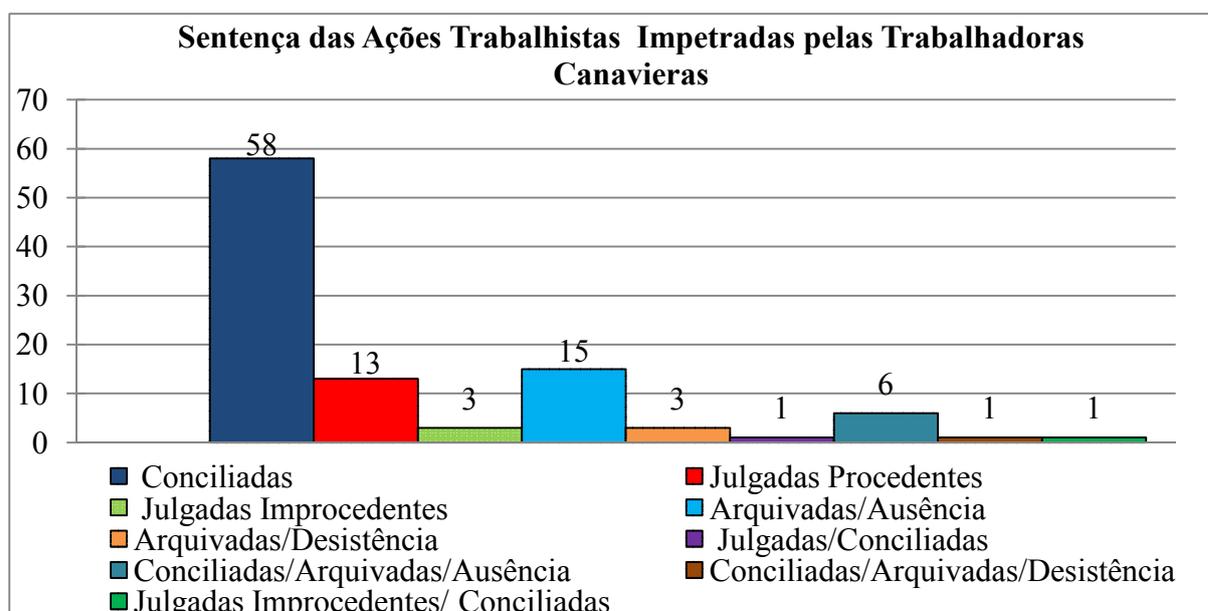
Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Nota: Gráfico elaborado pela autora.

Com relação às análises realizadas em 101 processos, referente às ações impetradas pelas trabalhadoras, 58 ações foram conciliadas, 15 foram arquivadas por desistência da parte reclamante, 13 processos foram julgadas procedentes para as trabalhadoras, 6 foram conciliadas e posteriormente arquivadas em virtude da ausência da parte reclamante, 3 ações foram julgadas improcedentes, o mesmo número para as ações arquivadas por desistência tácita das trabalhadoras, conforme o gráfico 8.

Aproximadamente 1% das ações foram julgadas e posteriormente conciliadas, o mesmo número para as ações julgadas improcedentes e depois conciliadas e para os processos conciliados e arquivados por desistência, conforme o gráfico abaixo.⁴⁴⁰

Gráfico 7 – Ações trabalhistas impetradas pelas trabalhadoras na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise realizada com 101 Processos.



Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Processos Trabalhistas da 1ª JCJ/ Cabo.

Nota: Gráfico elaborado pela autora.

Contudo, o dado mais pertinente da amostra foi a verificação dos ganhos percentuais significativos das trabalhadoras nas ações conciliadas, fato que contraria a norma recorrente dos processos trabalhistas impetrados nos anos anteriores, conforme o gráfico abaixo.

Em virtude da impossibilidade de analisar os processos trabalhistas por meio de séries maiores, é imprudente afirmar quais elementos poderiam explicar o aumento percentual das ações conciliadas entre as trabalhadoras e as classes patronais.

No entanto, poder-se-ia afirmar que, a maioria das ações que apresentaram essas características foi impetrada por trabalhadoras associadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Barreiros e de Rio Formoso e foram julgadas pelos mesmos juízes.

Através desses indícios, alguns questionamentos, que serão discutidos em trabalhos futuros, emergiram nas discussões e análises da documentação, tais como: o aumento do percentual de ganho das trabalhadoras, verificado entre os anos de 1980 e 1985, representou

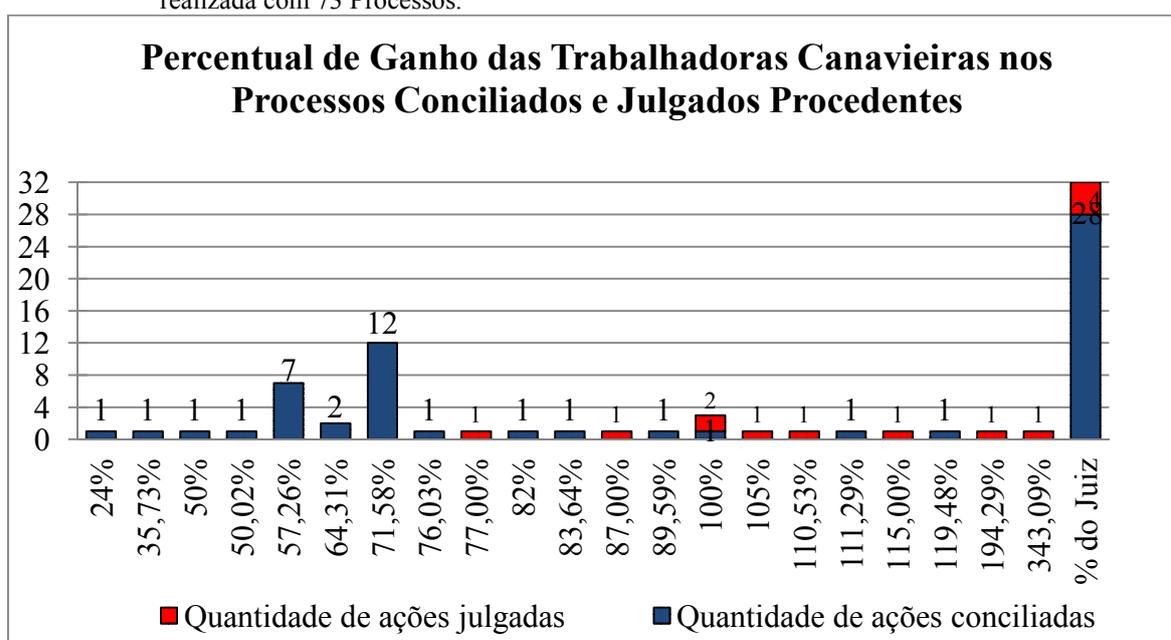
⁴⁴⁰ Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho.

de fato uma alteração do posicionamento político da Justiça do Trabalho com relação aos anos anteriores? Os ganhos conquistados pelas canavieiras foram possíveis graças apenas à luta empreendida pelos sindicatos ou contou também com o posicionamento pessoal dos juízes responsáveis pelo julgamento das ações? As trabalhadoras de outros municípios e de outros sindicatos também conquistaram ganhos percentuais semelhantes? A realização de conciliações, mesmo com ganhos percentuais significativos para as trabalhadoras, representou uma conquista para a classe canvieira ou evidenciou o continuísmo do descumprimento da legislação trabalhista pelas classes patronais e o conseqüente não pagamento da plenitude dos direitos trabalhistas dos canavieiros?

Das 58 ações conciliadas 4 processos tiveram 50% dos valores reclamados, 22 processos apresentaram ganhos percentuais de 64,31% a 76,03%, 3 ações obtiveram entre 82% a 89,6%, 1 obteve 100% dos valores solicitados e 2 processos apresentaram ganhos entre 111,3% e 119,4%.

Os demais processos, 28 ao todo, obtiveram o percentual de ganhos solicitados de acordo com o entendimento do juiz responsável, posto que o valor requerido na petição inicial ficou a cargo do juiz competente, sendo impossível de realizar o percentual de ganho das trabalhadoras através da comparação entre os valores solicitados e os valores recebidos.

Gráfico 8 – Percentual de ganho das canavieiras nos processos conciliados e julgados pela 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 - Análise realizada com 73 Processos.



Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Processos Trabalhistas da 1ª JCJ/Cabo

Nota: Gráfico elaborado pela autora.

3.1.3 As conquistas das trabalhadoras canavieiras na Nova República (1985-1988)

Entre os anos de 1985 e 1988, os trabalhadores canavieiros teceram os embates políticos dentro da conjuntura da Nova República. Nesse período, o movimento sindical rural, assim como os demais setores da sociedade buscou ampliar os espaços de atuação política.

Contudo, também foi nesse período que, segundo Sandra Correia, o sindicalismo rural e os trabalhadores canavieiros veem-se obrigados a enfrentar o não cumprimento das classes patronais dos direitos garantidos pelos dissídios coletivos e pelas convenções, dificuldades analisadas anteriormente.⁴⁴¹

No ano de 1985, a posse do primeiro presidente civil, após 21 anos de sucessivos governos militares, provocou alterações conjunturais no quadro político brasileiro. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA⁴⁴² e a extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores do campo, ambas as medidas anunciadas pelo presidente José Sarney, demonstraram, segundo Sandra Correia, as tentativas do Governo Federal em atender as demandas da classe trabalhadora rural.⁴⁴³

Em 1985 os trabalhadores canavieiros não precisaram realizar mobilizações grevistas para pressionar as classes patronais durante a campanha salarial. Na Convenção de 1985 os trabalhadores canavieiros conquistaram salário de Cr\$ 655.424,00 cruzeiros e conseguiram manter os direitos garantidos nos dissídios anteriores.

O Governo Federal, de maneira estratégica, reajustou os preços da cana-de-açúcar e do álcool anteriormente, permitindo aos trabalhadores canavieiros auferir um aumento de 100% do INPC sobre os salários, 8% de produtividade e a partir desse ano, o salário da categoria seria sempre 8% maior do que o salário mínimo.⁴⁴⁴

Em 1986, a disputa eleitoral do Governo de Pernambuco, polarizada entre as forças progressistas democráticas, reunidas em torno do PMDB e os representantes das oligarquias

⁴⁴¹ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 204-205.

⁴⁴² O Plano Nacional de Reforma Agrária, criado em meio ao processo de ampla participação dos setores da sociedade que apoiaram a transição política brasileira, constituía-se como uma tentativa do Governo Federal para diminuir as tensões ocorridas no campo e promover a justiça social. Contudo, devido à influência política dos políticos ruralistas, o PNRA desde a sua aprovação em 18 de outubro de 1985, apresentou um desempenho medíocre com relação à efetivação da reforma agrária frustrando os trabalhadores rurais e demais segmentos da sociedade comprometidas com as causas do homem do campo. Ver GALINDO, Osmil; LESSA, Sônia. *O Plano Nacional de Reforma Agrária*. In: PESSOA, Dirceu (Org.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1980. p. 83-95.

⁴⁴³ ANDRADE, op. cit., p.254.

⁴⁴⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.153.

sucro-alcooleira, representada pelo PFL, também contribuiu para fortalecer as mobilizações salariais dos canavieiros.⁴⁴⁵

Enquanto Miguel Arraes, candidato do PMBD, ex-governador de Pernambuco, deposto durante o golpe de 1964, era amplamente apoiado pelos trabalhadores rurais da zona da Mata Sul⁴⁴⁶, o usineiro José Múcio Monteiro candidato do PFL, autêntico filho da classe latifundiária do Estado, recebia total apoio das elites dominantes de Pernambuco.

Para os trabalhadores canavieiros, Arraes, para eles “*pai Arraia*” apresentava-se como o candidato das massas trabalhadoras canavieiras. Desde o Acordo do Campo, em 1963, os trabalhadores jamais esqueceram a conquista dos direitos trabalhistas através do efetivo cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural em Pernambuco.

O prestígio político de Miguel Arraes no meio rural não tinha precedentes na história de Pernambuco. Maria Alves, em outro momento de sua entrevista, comentou as razões pelas quais havia votado em Arraes nas eleições para governador em 1986.

Votei, nunca deixei de votar, nunca. Só não votei mais quando ele não foi mais nada. Mas enquanto ele foi candidato, eu votava nele, minha mãe, porque a gente dormia sabe como, no tempo da minha mãe, numa cama de vara, catatau de vara e esses catatau de vara era forrado sabe como, de saco, saco que as carne vinha, que hoje vem em plástico, mas no meu tempo vinha em saco. Ai eles vendiam ou davam a gente lá na venda ou lá na rua comprava, pra forrar pra dormir em cima deles. No meu tempo de adulto já tinha cama de mola. Eu comecei a comprar minhas coisas quando Arraes entrou. Antes não, era cama de vara mermo, mas Arraes, quando ele entrou aí foi quando o povo tiveram o direito a comprar uma cama patente, que hoje nem tem má, cama patente, que ela era forrada com mola. Tiveram direito a comprar uma cristaleira, que hoje o povo nem fai mais. E comecemos a comprar mesa, cadeira, foi esse tempo de Arraes.⁴⁴⁷

Santina Tertunila, em entrevista citada anteriormente, ao lembrar a campanha eleitoral de 1986, declarou que durante toda a sua vida votou em Miguel Arraes, pois ele, segundo a mesma, “*foi o melhor governo e eu ainda concordo entendeu. E a gente tombém ficou pedindo voto pra Arraes porque ele dizia vinha pra poeira, vinha pros pobre.*”⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 264.

⁴⁴⁶ ARRAES promete emprego na Mata para trabalhadores canavieiros. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 2, 12 set. 1986.

⁴⁴⁷ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁴⁸ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Ao final do processo eleitoral, Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco com 1.587.726 mil votos, contra 1.008.800 votos do candidato José Múcio em todo o Estado.⁴⁴⁹

No Cabo de Santo Agostinho, Arraes obteve 36.069 votos e José Múcio 10.430 votos. Nessas eleições, o PMDB também conseguiu eleger dois senadores, Pedro Mansueto de Lavor, com 1.280.388 votos e Antônio Arruda de Farias, com 1.204.869 votos, despachando nomes consagrados da política conservadora estadual como Roberto Magalhaes, ex-governador de Pernambuco e Margarida Cantareli, (PFL) e Cid Feijo Sampaio, ex-governador (PL).⁴⁵⁰

Na campanha de 1986, ao contrário do que tinha ocorrido em 1985, os trabalhadores deflagraram uma greve de 13 dias, o maior período de paralisação verificado ao longo do decênio de 1980, paralisando aproximadamente 80% de todos os trabalhadores canavieiros na Zona da Mata. Os trabalhadores reivindicavam salário de Cz\$ 1.200,00 cruzados e a aprovação da Tabela de Tarefas proposta pela categoria.⁴⁵¹

Os trabalhadores canavieiros apresentaram 54 cláusulas a ser negociadas entre a categoria e os patrões. Após cinco dias de reuniões, foram conciliadas 19 reivindicações, tendo ocorrido um impasse com as propostas relacionadas à Tabela de Tarefas e o percentual de aumento. Devido ao impasse, se instaurou o dissídio coletivo entre os trabalhadores e as classes patronais.⁴⁵²

Ao final do dissídio os trabalhadores conseguiram a aprovação do aumento salarial no rendimento básico, com base no reajuste integral do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, de Cz\$ 1.032,07, abaixo do pleiteado, porém retroativo a 08 de outubro, data base da categoria, a regulamentação da Tabela de Tarefas por braças e cubos com 5 carreiras, o acréscimo de 6% de produtividade e a proibição do uso de armas pelos prepostos dos usineiros e fornecedores de cana, reivindicação que havia sido julgada improcedente no ano de 1985.⁴⁵³

No ano de 1987, o contexto da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e das perspectivas positivas em relação ao Governo Arraes, possibilitou ao sindicalismo rural de Pernambuco promover discussões entre as entidades classistas à nível de estruturação do

⁴⁴⁹ ELEIÇÕES 1986. Resultados. Disponível em: <www.tre-pe.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2012 às 22h.

⁴⁵⁰ ELEIÇÕES 1986. Resultados. Disponível em: <www.tre-pe.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2012 às 22h10.

⁴⁵¹ GREVE no campo paralisa cerca de 80% dos canavieiros no Estado. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 30. set.1986.

⁴⁵² TRT instaura dissídio dos rurícolas. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 9, 30. set.1986.

⁴⁵³ RURÍCOLAS voltam ao campo segunda-feira. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 9, 11.out.1986.

movimento sindical, uma vez que a desarticulação sindical dos trabalhadores rurais em diferentes categorias, fichados, não fichados, associados e não associados às entidades classistas, dificultava e fragilizava a participação ativa dos trabalhadores do campo no direcionamento das lutas e na representatividade canavieiros como um todo.⁴⁵⁴

Contudo, a campanha salarial dos canavieiros de 1987 não se processou de maneira distinta das demais mobilizações salariais ocorridas nos anos anteriores, havendo registros de violência física contra os trabalhadores canavieiros em vários municípios da Zona Canavieira.

Durante os 8 dias de paralisação, as classes patronais apresentaram a habitual resistência em negociar as cláusulas com os trabalhadores canavieiros Usineiros e fornecedores de cana agrediram e ameaçaram de morte os trabalhadores, que também foram surpreendidos pela forte repressão governamental ao movimento, mesmo com a garantia de neutralidade da Polícia Militar.⁴⁵⁵

Através da organização regional dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os canavieiros buscaram pressionar de maneira mais eficaz as classes patronais promovendo uma grande paralisação, com a participação aproximada de 1 milhão de trabalhadores. Nesse movimento, os cortadores de cana de Pernambuco iniciaram a campanha salarial, cuja pauta de negociação reivindicava, entre outras demandas, salário de Cz\$ 6.300,00 e reajuste salarial de 20% sempre que o Piso Nacional de Salário ultrapassasse o salário dos canavieiros.

Exigiam o estabelecimento de medidas contra a violência nos locais de trabalho, geralmente realizada pelos prepostos da usina ou por policiais a mando dos usineiros e proprietários fundiários. Ademais reivindicavam a garantia dos direitos conquistados nas campanhas salariais anteriores.⁴⁵⁶

Durante a greve, um grupo de trabalhadoras rurais de diversos municípios, inclusive da zona canavieira, como Rio Formoso, reuniu-se com o Governador Miguel Arraes para denunciar as precárias condições de vida e trabalho, a falta de terra para a agricultura familiar, os baixos salários recebidos pelas mulheres assalariadas, a discriminação contra as mulheres

⁴⁵⁴ ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 276

⁴⁵⁵ FETAPE denuncia violência no campo contra canavieiros. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 23.set.1987.

⁴⁵⁶ UM MILHÃO de canavieiros ameaçam entrar em greve já nessa 2ª feira. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 19. set.1987.

nas frentes de emergência e os inúmeros casos de violência física e ameaças de morte cometidas por usineiros e proprietários fundiários nos primeiros dias de greve.⁴⁵⁷

O posicionamento das trabalhadoras rurais frente aos problemas enfrentados pela classe trabalhadora de Pernambuco demonstrou a participação efetiva das mulheres no sindicalismo rural, atitude defendida por assessoras sindicais mais comprometidas com a valorização das mulheres nas entidades de classe desde o início dos anos 80.

Depois de 8 dias de greve e de mais de 40 horas de negociação entre trabalhadores canavieiros e empregadores do setor sucroalcooleiro, o Governador Miguel Arraes de Alencar, principal mediador do Acordo do Campo realizado em 1963, conseguiu aprovar no seu segundo mandato o 2º Acordo do Campo. No periódico distribuído pela Federação e sindicatos rurais, a memória das conquistas do 1º Acordo do Campo projetava-se sobre o desfecho da campanha salarial de 1987.⁴⁵⁸

Os trabalhadores canavieiros conseguiram a aprovação de 48 das 54 cláusulas propostas durante a campanha salarial, entre elas a estabilidade do delegado sindical, antiga reivindicação da categoria. Os trabalhadores passaram a receber Cz\$ 4.100,00 cruzados retroativo à data base e, a partir de novembro, Cz\$ 4.200,00 cruzados, garantido o reajuste de 10%, caso o Piso Nacional Salarial ultrapassasse o salário dos trabalhadores canavieiros.⁴⁵⁹

Contudo, a despeito do ambiente de vitória que pairava entre os canavieiros, foram excluídas as cláusulas relativas à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, ao pagamento do salário família e a indenização ao trabalhador por morte ou invalidez.

No ano de 1988, a campanha salarial dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco realizou-se, pela terceira vez, de maneira unificada com os demais trabalhadores canavieiros do Nordeste, como meio de pressionar de maneira eficaz as classes patronais, conforme a figura 06, presente na folha a seguir.⁴⁶⁰

Reunidos em torno da defesa dos direitos trabalhistas conquistados pelos demais trabalhadores assalariados da zona canavieira dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os canavieiros de Pernambuco reivindicavam, entre outros direitos, salário de Cz\$45.000,00, garantindo-se o reajuste de 25% sobre o Piso Nacional do Salário, manutenção dos direitos conquistados nas campanhas salariais anteriores, proibição de trabalho em domingos, feriados e dias santos, assinatura da Carteira de Trabalho e

⁴⁵⁷ GOVERNADOR recebe mulheres grevistas. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 9, 23.set.1987.

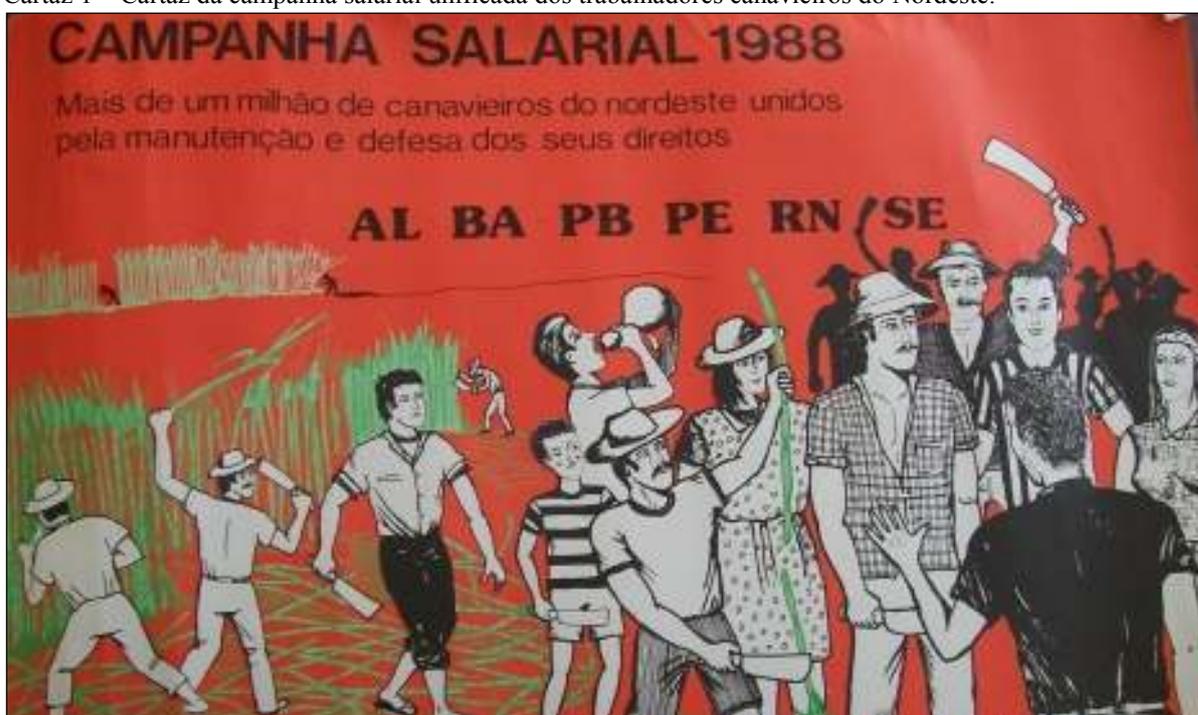
⁴⁵⁸ ARRAES: um ato que exalta Pernambuco. *Primeira Página*, Recife, p. 2, 28 set. 1987. Edição especial.

⁴⁵⁹ ARRAES sela acordo salarial no campo. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 8, 28. set.1987.

⁴⁶⁰ CANAVIEIROS definem campanha salarial. *Jornal do Commercio*, Recife, 7. set.1988. Local. p. 8.

Previdência Social dos trabalhadores permanentes e de contratos trabalhistas entre os trabalhadores safristas, garantia de transporte aos trabalhadores canavieiros no caso de acidente, doença ou parto, anotação da frequência dos trabalhadores durante os dias parados em virtude de mobilizações grevistas, garantia de pausas ao longo da jornada de trabalho para as mães amamentar os filhos menores de 1 ano, salário família, direito a sítio (estas duas excluídas da Convenção de 1987), construções de abrigos para os trabalhadores em dias de chuva e para realizar as refeições, garantindo-se condições adequadas de higiene e a existência de equipamentos sanitários.⁴⁶¹

Cartaz 1 – Cartaz da campanha salarial unificada dos trabalhadores canavieiros do Nordeste.



Fonte: Acervo pessoal dos pesquisadores Christine Dabat e Espedito Rufino.

No dia 6 de outubro de 1988, representantes dos trabalhadores canavieiros e das classes patronais iniciaram as negociações. Contudo, repetindo o mesmo posicionamento das negociações anteriores, os empregadores não aceitaram as propostas relativas ao aumento salarial, o que provocou a deflagração da mobilização grevista e a instauração do dissídio coletivo.⁴⁶²

⁴⁶¹ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados da zona canavieira de Pernambuco: Campanha Salarial 1988*. Recife, 1988.

⁴⁶² CANAVIEIROS firmes e polícia de prontidão. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 11. out. 1988.

Durante a greve, a violência dos usineiros e fornecedores de cana realizou-se de maneira semelhante como nos outros anos. A polícia militar, sob ordens do governador Miguel Arraes, deveria atuar nos engenhos para garantir o direito de greve dos trabalhadores canavieiros, contudo os policiais envolveram-se em vários conflitos contra os trabalhadores, confiscando-lhes o material de trabalho e agredindo os trabalhadores nos piquetes. Além disso, usineiros e proprietários de engenhos ameaçaram inúmeros trabalhadores que se recusavam a trabalhar e os representantes dos sindicatos, que realizavam mobilizações dentro dos engenhos.⁴⁶³

Nos últimos dias da paralização, o movimento apresentava sinais evidentes de desgaste, principalmente na base do movimento, pois cada vez mais, os trabalhadores retornavam às atividades.

Com efeito, mesmo constituindo-se como um direito garantido pela legislação trabalhista, bastante reclamado, inclusive, nas ações trabalhistas impetradas por canavieiros e canavieiras, os trabalhadores grevistas não recebiam salários durante os dias de paralização, valendo-se da colaboração dos sindicatos e dos comerciantes locais para abastecer-se de gêneros alimentícios.

É imprescindível lembrar que, os canavieiros recebiam salários semanais, decorrente das atividades realizadas ao longo da semana. Dessa forma, quando não se trabalhava, durante os dias de paralização, por exemplo, não havia pagamentos e, por conseguinte, os trabalhadores não dispunham de recursos para comprar gêneros alimentícios necessários para a manutenção familiar, para realizar a feira da semana. Ademais, as pressões exercidas pelos empregadores sobre os canavieiros, atrelada ao descompromisso político de determinados grupos de, eram fatores que enfraquecem qualquer mobilização grevista tanto dos trabalhadores rurais quanto urbanos.

Ao final da mobilização, trabalhadores e empregadores conciliaram um salário de Cz\$35.000,00 cruzados, conquistaram a garantia do pagamento dos dias de greve, a estabilidade da trabalhadora por 210 dias, ou seja 120 dias mais os 90 aprovados pela Constituição de 1988, o intervalo de 30 minutos por turno para a amamentação dos filhos de até 6 meses e conseguiram garantir todas as conquistas aprovadas na Convenção de 1987.⁴⁶⁴

⁴⁶³ GREVE no campo: há grande tensão. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 1, 12. out. 1988.

⁴⁶⁴ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Boletim da Campanha Salarial de 1988*. Recife, 1988.

Uma das principais conquistas para a classe trabalhadora, em especial para as mulheres canavieiras foi o direito à estabilidade por 6 meses após o parto e os intervalos para amamentar os filhos menores de 6 meses. Esses dois direitos contribuíam para melhorar as condições de vida das famílias canavieiras, sobretudo as crianças recém-nascidas, que passariam a gozar, caso o direito fosse respeitado pelas classes patronais, de uma fonte de nutrientes fundamentais para o seu desenvolvimento.

A despeito de ser fundamental a amamentação dos filhos até pelo menos os seis primeiros meses de vida, os filhos recém-nascidos não gozavam desse direito elementar à vida humana, em virtude da exploração dos empregadores sobre as famílias canavieiras, que obrigavam as mães retornar ao trabalho, assalariado ou não, antes dos filhos abrir os olhos.

Geralmente as trabalhadoras retornavam ao trabalho após um mês de afastamento e, muito raramente continuavam a amamentar os filhos, conforme declarou Maria Alves da Silva *“Passava um mês em casa que nesse tempo ainda não existia essa lei de 4 meses a gente passar em casa. Então um mês que eu passava em casa dava de mamar. Depois arranjava uma pessoa pra ficar com meu menino novo e eu ia trabalhar.”*⁴⁶⁵

As campanhas salariais realizadas de 1979 a 1988 foram importantes para trazer a cena política os trabalhadores dentro da conjuntura nacional de redemocratização. Organizados pelo sindicalismo rural em Pernambuco, os canavieiros direcionaram suas lutas, sobretudo, para as questões salariais, fundamentais para a categoria que sobrevivia numa realidade de carência material constante, e para as conquista e garantia de direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e políticos.

Os trabalhadores de Pernambuco, ao longo do decênio de 1980, forjaram-se como uma classe portadora de interesses coletivos, mesmo que as aspirações femininas fossem compreendidas como direitos específicos das mulheres.

As trabalhadoras e os trabalhadores afirmaram-se enquanto sujeitos sociais atuantes na realidade histórica, marcada por vitórias e derrotas. Através de manifestações públicas, passeatas, deflagração de movimentos grevistas, impetração de processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, a classe canavieira buscou, a partir dos condicionantes históricos aos quais estavam atrelados, caminhos para a superação das desigualdades sociais.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁶⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 211.

Inseridos dentro do contexto de exploração classista, pretendeu-se realizar a análise dos direitos ansiados pelos canavieiros e os efetivamente conquistados por eles, demonstrando os conflitos políticos e sociais travados no interior das classes sociais.

Além da necessidade de melhor organizar-se para poder enfrentar usineiros e proprietários fundiários, trabalhadoras e trabalhadores canavieiros conviviam cotidianamente com o desrespeito aos direitos trabalhistas e sociais e com a manifestação concreta de violência no campo, seja por meio da exclusão e da negação do status de cidadão, seja de maneira objetiva com expulsões dos campos, agressões verbais, físicas, sexuais, e assassinatos.

Foi nesse ambiente que os canavieiros de Pernambuco, auxiliados pelas entidades classistas, promoveram o embate contra as classes patronais, resistindo às ações arbitrárias dos empregadores e solidarizando-se com os demais trabalhadores da categoria, reconhecendo-se e conscientizando-se enquanto classe social.

Em relação às canavieiras, o processo de conscientização política enquanto membro da classe trabalhadora ocorreu em paralelo às discussões sobre as relações de opressão de gênero, que oprimiam as mulheres nos distintos espaços de sociabilidades vivenciados pelas trabalhadoras canavieiras, seja no cotidiano familiar, frente às classes patronais ou no interior do próprio movimento sindical.

Os embates travados pelas trabalhadoras canavieiras, ao longo do decênio de 1980 para superar as discriminações de gênero, valorizando-as enquanto mulheres e trabalhadoras foram analisados a seguir.

3.2. A participação das mulheres no movimento sindical

Em Pernambuco, o sindicalismo rural, assim como qualquer outro movimento social era formado por distintos grupos que discordavam sobre o direcionamento político do movimento. Constituíam-se como um movimento de trabalhadores que lutava contra os efeitos do capitalismo, não se opondo a ele de maneira revolucionária. Como projeto da classe trabalhadora rural, promovia uma série de ações capazes de construir a consciência sindical e política dos trabalhadores.⁴⁶⁷

⁴⁶⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 216.

O sindicalismo rural até o início dos anos 1980, não possuía uma política de acolhimento político e valorização das trabalhadoras rurais. A participação das mulheres no movimento sindical não era estimulada pelos sindicatos de trabalhadores rurais, tampouco pela FETAPE. O ideal era que trabalhadoras canavieiras centrassem suas atividades nas igrejas e na base do movimento sindical.

Em virtude das relações de gênero vivenciadas na zona canvieira, às mulheres eram destinados o trabalho realizado no ambiente doméstico, a limpeza e conservação da casa, a preparação das refeições e a manutenção da roça familiar, da qual as famílias tiravam seu sustento, ora consumindo os alimentos ora comercializando parte da produção doméstica, evitando-se a todo custo o assalariamento das trabalhadoras canavieiras, salvo na companhia dos maridos e filhos, devido os possíveis comportamentos desrespeitosos cometidos pelos empregadores e prepostos dos engenhos.

As mulheres acordam às 4 horas, no mais tardar. [...] O marido vai para a roça e ela fica em casa cuidando do almoço, das crianças, dos animais pequenos. Abastece a casa de água e muitas vezes, às 10 horas, bota o almoço pronto na cabeça e caminha 6, 8 quilômetros, para entregá-lo ao marido e filho que estão trabalhando na roça. Isso só para evitar que eles diminuam o tempo de trabalho no campo. Quando chega na roça, continua trabalhando. Se tiverem plantando, ela planta, se tiverem colhendo, ela colhe enquanto os filhos e o marido estão comendo.⁴⁶⁸

Contudo, o crescente assalariamento das trabalhadoras canavieiras na produção, verificado ao longo do decênio de 1980, e as pressões exercidas pelos movimentos de trabalhadoras rurais no Estado, além de toda uma movimentação de mulheres na luta por direitos, levaram a uma mudança de posicionamento do movimento sindical, que passou a acolher as trabalhadoras em seus quadros, dificultando, contudo, o acesso das mulheres aos cargos de dirigentes sindicais.

Isso é particularmente exato no que respeita às mulheres, porque raras são as suas representantes na cúpula sindicais; além disso, elas muitas vezes não se acham organizadas para a militância de base. Toda a orientação sindical, ademais, é masculina. A garantia única das mulheres no sentido de que os seus interesses serão levados em conta é organizarem-se como operárias e como mulheres.⁴⁶⁹

Até então, as trabalhadoras canavieiras filiadas aos sindicatos de trabalhadores rurais eram, na sua maioria, viúvas, separadas ou solteiras, que trabalhavam em regime permanente

⁴⁶⁸ ALMEIDA, Vanete. *Ser mulher num mundo de homens*: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius. Serra Talhada: SACTEC/DED, 1995, p. 69-70.

⁴⁶⁹ ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983. p. 160-161.

nas usinas. Essas mulheres, no entanto, eram discriminadas dentro dos sindicatos, local culturalmente reservado aos homens, pois muitas vezes não sabiam ler e escrever, como analisado anteriormente.⁴⁷⁰

A partir de 1984, em decorrência das pressões exercidas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco para inserir entre as ações políticas do sindicalismo rural a valorização das trabalhadoras rurais e a efetiva sindicalização das mesmas, os sindicatos e a FETAPE passaram a promover a associação sindical das trabalhadoras rurais.⁴⁷¹

As trabalhadoras canavieiras da zona da Mata de Pernambuco, outrora preteridas em determinados âmbitos de atuação e representação política, inclusive no movimento sindical, passaram a desenvolver, a partir de 1986, discussões trabalhistas atreladas a uma série de questionamentos sobre os papéis da atuação das mulheres na sociedade, conscientizando-se da dupla exploração que sofriam; além da exploração pelo capital nas relações de trabalho, eram oprimidas, inclusive pelo movimento sindicalista, frente a sua representatividade na instituição classista.⁴⁷²

3.2.1 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras rurais em Pernambuco

A predominância do sindicalismo rural em privilegiar as questões trabalhistas, sem considerar os demais anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, motivou discussões profundas sobre a organização e as formas de atuação dos sindicatos.

Uma contradição marcante do movimento sindical foi a não valorização da mulher trabalhadora. Apesar da presença das canavieiras nas lavouras açucareiras quer na condição de dependentes dos maridos quer como trabalhadoras assalariadas, a plena inclusão das mulheres canavieiras nas atividades políticas desenvolvidas nos espaços dos sindicatos, até meados da década de 1980, não se constituía como prática corrente do movimento.⁴⁷³

Ao focar as ações da instituição no direcionamento das dificuldades encontradas nas relações de trabalho vivenciadas na zona canavieira, sobretudo nas questões relacionadas à

⁴⁷⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.191.

⁴⁷¹ 4º Congresso e a Trabalhadora Rural. Questões específicas em relação à trabalhadora rural extraídas do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado entre 25 a 30 de abril de 1984 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

⁴⁷² ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983. p. 159.

⁴⁷³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 208.

remuneração e ao conflito entre classes patronais e trabalhadores, as especificidades concernentes ao trabalho feminino e as opressões de gênero vivenciadas pelas mulheres canavieiras não eram questões discutidas nos sindicatos, que não percebiam ou não desejavam atender a outras demandas da classe trabalhadora, entre elas as especificidades femininas.⁴⁷⁴

Considerando-as incômodas e até certo ponto secundárias, as demandas das trabalhadoras, inerentes às mulheres, mas também para toda a classe trabalhadora, uma vez que a extensão do período de tempo da licença maternidade, a extensão da estabilidade da mulher gestante, as pausas ao longo do horário de trabalho para amamentar os filhos menores de 6 meses, entre outras reivindicações consideradas específicas às mulheres canavieiras, contribuíam para garantir níveis dignos de reprodução da mão-de-obra trabalhadora, o movimento sindical não buscou discutir e encaminhar essas reivindicações pois acreditavam na possível divisão e enfraquecimento da luta sindical com o desvio do foco de atuação para as problemáticas consideradas femininas.

A FETAPE e os sindicatos eram considerados espaços de atuação política “naturalmente” masculinos, avessos à natureza feminina e um considerável número de mulheres não se sindicalizava, mesmo atuando como trabalhadoras rurais.⁴⁷⁵

As feministas brasileiras que se associaram às esquerdas remanescentes dos “anos de chumbo” passaram a articular as discussões sobre a exploração da classe trabalhadora à questão da opressão de gênero imposta às mulheres.⁴⁷⁶

O movimento feminista em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é problema que pode ficar fora de qualquer luta específica.⁴⁷⁷

As feministas defendiam as liberdades democráticas e a não hierarquização das discussões sobre a exploração de classe e a opressão de gênero. Contudo, “[...] Alguns setores

⁴⁷⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 101-123.

⁴⁷⁵ UMA HISTÓRIA de mulheres. *Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco*. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004.. p. 25.

⁴⁷⁶ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 225.

⁴⁷⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 45.

das esquerdas posicionaram-se contra esse tipo de discussão, que segundo eles, poderia dividir o movimento e enfraquecer a luta de classes.”⁴⁷⁸ Encaravam-nas como defensoras de interesses burgueses, alheias às “*verdadeiras*” necessidades das mulheres trabalhadoras.

Nesse contexto foram criados em Pernambuco os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Estes contribuíram para o fortalecimento da mobilização rural feminina para a conscientização política e criticidade das mulheres, enquanto representante autêntica das classes trabalhadoras e para as discussões sobre as discriminações de gênero vivenciadas pelas trabalhadoras, enquanto mulher.

O trabalho de mobilização ocorreu graças à disposição e ao empenho das assessoras sindicais e das próprias trabalhadoras rurais. O programa de rádio “*A voz do trabalhador rural*”, também contribuiu para reunir as trabalhadoras através da divulgação das reuniões e dos assuntos a ser discutidos durante as reuniões.

O número reduzido e, em certos momentos, a ausência das mulheres nas atividades sindicais, nos encontros de trabalhadores rurais e nas assembléias salariais passou a ser questionado, de maneira mais efetiva, através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-Sertão Central), criado em 1982, pelas assessoras sindicais Vanete Almeida e Hauridete Lima dos Santos.

A primeira reunião ocorreu no município de Caiçarina da Penha, em dezembro de 1982. Nesse encontro, cerca de 8 a 10 mulheres discutiram sobre a região do semiárido, o fenômeno da seca, o sertão central. Também foram problematizadas questões relativas à vida das trabalhadoras, as experiências no ambiente doméstico, o casamento, as relações familiares e as condições de trabalho.⁴⁷⁹

Nos anos seguintes, ainda no período de organização do movimento, o grupo passou a agregar trabalhadoras rurais de outras comunidades, fato que contribuiu para o reconhecimento público do movimento e o crescimento político do mesmo. Pouco a pouco, novas temáticas passaram a ser discutidas, entre elas a estruturação do sindicalismo rural e a constituição do movimento de trabalhadoras como ações inerentes à formação política das mulheres.

⁴⁷⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.201.

⁴⁷⁹ Temas das reuniões de coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – PE. In: UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 139-140.

As coordenadoras do movimento propunham a socialização das experiências de vida das trabalhadoras e as discussões sobre a saúde e as formas de obter o acesso desse serviço, direitos trabalhistas, organização sindical e a valorização das mulheres nos espaços de trabalho e representação política. As relações de gênero impostas às mulheres não eram discutidas de maneira objetiva, ainda que fosse presente em distintos âmbitos da vida da trabalhadora rural, pois além desse assunto não ser difundido no meio rural, havia o receio de que essa discussão fragilizasse o movimento.⁴⁸⁰

Em virtude do prolongamento do período de estiagem, iniciado em 1979, as dificuldades das famílias trabalhadoras rurais avolumavam-se e intensificavam-se, sobretudo devido a políticas públicas ineficazes para combater os problemas de abastecimento alimentar, o fornecimento de água e a empregabilidade da população atingida pela seca.

Diante desse contexto, conforme demonstrado anteriormente, a busca por emprego e formas de promover a manutenção familiar nas áreas rurais estimulava a migração dos “chefes de famílias” para áreas urbanas do município ou para outros Estados.

Não obstante, as mulheres tornavam-se as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos, sendo obrigadas a mobilizar-se politicamente para ser incluídas nas frentes de serviço abertas pelo Estado, posto que, dada a condição da mulher na zona rural, o emprego feminino assalariado não era uma prática frequentemente realizada.

Em 1983, em virtude necessidade material das “viúvas da seca”, o MMTR – Sertão Central iniciou uma campanha para que os sindicatos de trabalhadores rurais pressionasse as autoridades públicas a empregar as mulheres. Graças à organização e a obstinação das mulheres e das assessoras sindicais compromissadas com a valorização do trabalho feminino, houve a superação dessa condição e a inserção das trabalhadoras rurais nas frentes de emergência.⁴⁸¹

Com efeito, por meio do alistamento das mulheres realizado pelos sindicatos, as trabalhadoras conseguiram ter o direito de empregar-se nas frentes de emergência. Para que o trabalho feminino fosse reconhecido e valorizado, as mulheres decidiram exercer as trabalhar separadamente dos homens, formando grupos de trezentas, quatrocentas e até de quinhentas trabalhadoras, conforme demonstra a foto 2.⁴⁸²

⁴⁸⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p.204.

⁴⁸¹ UMA HISTÓRIA de mulheres. *Uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco*. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 24.

⁴⁸² ABREU E LIMA, op. cit., p. 206.

Foto 2 – Frente de emergência durante a seca de 1983



Fonte: Acervo da FETAPE

Diante dessa vitória, o MMTR – Sertão Central iniciou a organização do o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Este evento realizou-se no ano de 1984, entre os dias 15 e 16 de dezembro, com o apoio do sindicato de trabalhadores rurais do Sertão Central e da Fetape.

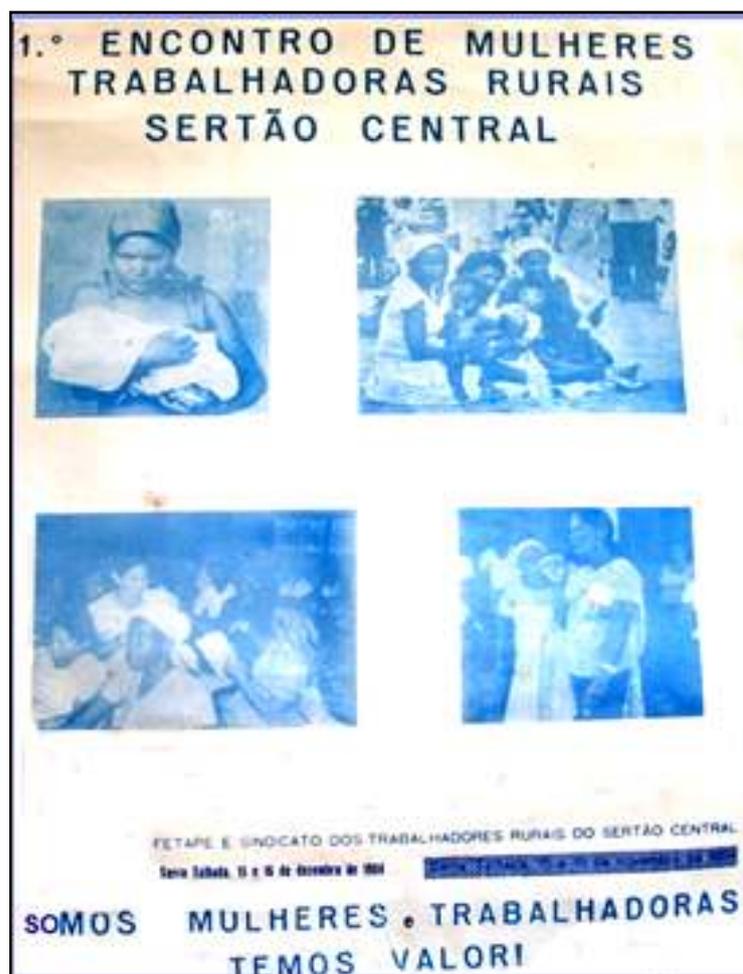
A partir do lema “Somos mulheres e trabalhadoras, temos valor!”, 33 trabalhadoras rurais, de sete municípios, realizaram o levantamento e a problematização das experiências vividas por elas enquanto mulheres e trabalhadoras.

[...] Nós participamos do planejamento do 1º Encontro de Mulheres do Pólo. Fizemos o 1º Encontro, tinha me parece, dezenove mulheres e a gente começou dizendo o que fazia em casa ou na roça, aí depois falava da exploração sofrida do marido, em casa, o que a gente plantava, foi assim que começamos.⁴⁸³

⁴⁸³ UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 31.

Encaminhar a organização do movimento em outros municípios do Sertão e das demais regiões de Pernambuco se constituiu como um dos objetivos do 1º Encontro do MMTR – Sertão Central, cujo cartaz encontra-se reproduzido na Cartaz 2.

Cartaz 2 – Cartaz do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sertão Central. 1984.



Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

Ademais, as discussões realizadas durante o evento propuseram o levantamento e a análise das dificuldades vividas pelas mulheres no ambiente doméstico e nas relações de trabalho como forma reconhecer a situação da trabalhadora, como mulher e trabalhadora, considerando os problemas específicos de cada participante e as questões coletivas concernentes a todas elas.⁴⁸⁴

⁴⁸⁴ UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 51.

Em 1985, durante a eleição indireta do primeiro presidente civil do Brasil, após 21 anos de Regime Militar⁴⁸⁵, os movimentos de trabalhadores intensificaram suas lutas, promovendo congressos em prol dos direitos antes negados pelos militares: autonomia sindical, liberdade de expressão, modificações no sistema de previdência social, aumento salarial real.

Nesse contexto, a CONTAG realizou o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. No encontro, a presidente do sindicato de Itapetim, Maria Ferreira Lima de Souza, conhecida como D. Lia, apresentou a proposta de aumentar a participação das mulheres no movimento sindical. Propôs incentivar os encontros específicos de mulheres e a formação de lideranças femininas para assumir as atividades tanto na base quanto na direção dos movimentos de trabalhadores rurais.

Essa ação, promovida pelo Polo sindical do Sertão-Central, significou o avanço da problematização das questões específicas das mulheres e a força do MMTR – Sertão Central, pois sem contar com a colaboração da FETAPE, o movimento conseguiu reproduzir e distribuir milhares de cópias das propostas.⁴⁸⁶

As propostas foram aprovadas por unanimidade pela assembleia, representando vitórias consideráveis para as trabalhadoras rurais. As reivindicações propunham,

[...] que a mulher rural integrada no regime de economia familiar fosse reconhecida como trabalhadora rural, eliminado-se a discriminação de considerá-la como doméstica ou dependente; e que os sindicatos deviam encaminhar e coordenar programação específica dirigida para as mulheres, entre outras. Conclamou, ainda, o movimento a denunciar o projeto governamental de planejamento familiar, entendido como controle da natalidade bem como a garantir a participação da mulher trabalhadora rural em todas as fases da Assembléia Constituinte Nacional.⁴⁸⁷

A imagem reproduzida pelo cartaz do 4º Congresso da CONTAG e pelos demais documentos produzidos ao longo do evento, conforme demonstra a figura 3, remete-se para a escultura “*O Trabalhador e a Mulher Kolkosiana*”, construída em 1937 por uma das mais célebres escultoras da antiga União Soviética, a artista russa Vera Ignatyevna Mukhina, proeminente nome da arte realista socialista.

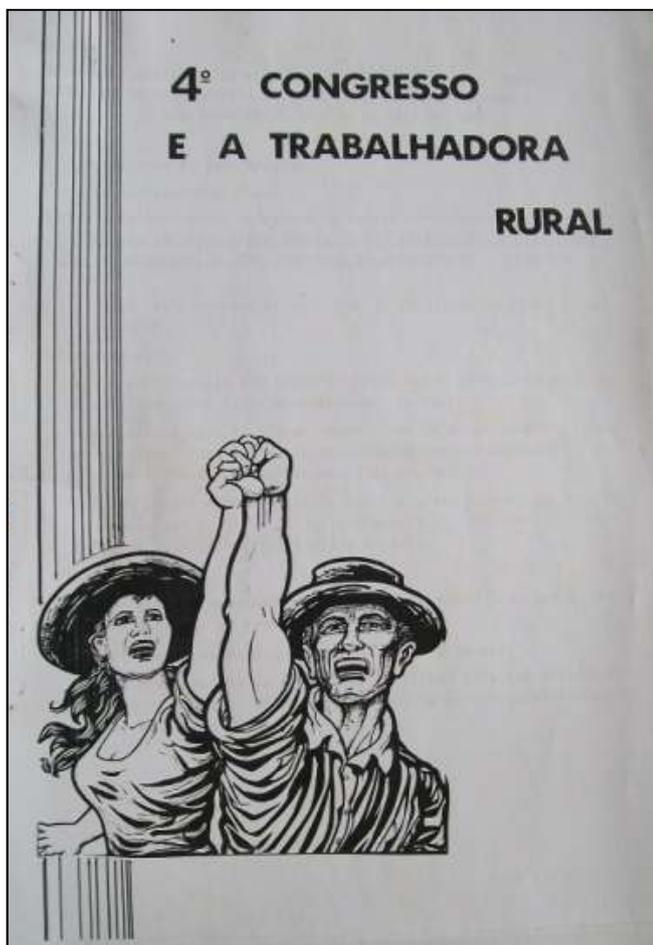
⁴⁸⁵ Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, através das eleições indiretas, consagrara Tancredo Neves como presidente do Brasil. Entretanto, diante da sua morte inesperada, José Sarney tornou-se o primeiro civil a governar o país.

⁴⁸⁶ UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 26-27.

⁴⁸⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 206.

Na imagem de um homem aparecia segurando seu martelo enquanto a mulher com a mulher empunha a foice, ambos celebrando o ideal socialista.⁴⁸⁸

Figura 3 – Resoluções do 4º Congresso da CONTAG para as trabalhadoras rurais 1985.



Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

De imediato, a aparência física de ambos os personagens desperta o interesse para a figura. A representação dos corpos da trabalhadora e do trabalhador rural, semelhantes quanto a estrutura muscular dos personagens, transmite uma idéia de força para quem olha a imagem.

⁴⁸⁸ Com 24 metros de altura, 75 ton-monumento, a mais célebre obra de arte de Vera Mukhina, o trabalhador monumento gigante e Mulher Kolkhoz, foi feita de chapa de aço inoxidável sobre uma armação de madeira, as placas ligadas por um método inovador de soldadura por pontos. Uma mão de cada figura tem, respectivamente, um martelo e uma foice, os dois instrumentos se juntam para formar o martelo e foice símbolo da União Soviética. Disponível em: <<http://malomil.blogspot.com.br/2012/01/era-o-seu-nome.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012, às 15 horas.

O modo de apresentar a imagem feminina, descaracterizada dos trajes habituais, sem o lenço na cabeça, com os cabelos soltos, trajando roupas não usuais e com um chapéu tipicamente masculino, parece ser outro recurso utilizado para assemelhar trabalhadores e trabalhadoras.

Apresentar a trabalhadora e o trabalhador rural, de mãos dadas, unidos em uma mesma luta e vestidos com trajes semelhantes, demonstrou o interesse da CONTAG em afirmar a proeminência da questão de classe no movimento trabalhista rural e a ausência discriminação entre homens e mulheres.

A CONTAG buscava contrapor-se ao posicionamento político dos movimentos feministas e de mulheres, que durante a década de 1980, intensificaram a problematização de questões especificamente relacionadas às mulheres (exploração de gênero, violência doméstica, sexualidade).

As feministas eram vistas como defensoras de interesses da pequena burguesia, pois seus anseios, segundo os dirigentes classistas, eram distintos das necessidades das mulheres das camadas trabalhadoras e poderiam dividir o movimento trabalhista e enfraquecer a luta de classes.

Em 1986 foram realizadas, em nível nacional, eleições para prefeitos, deputados estaduais e federais. A legislatura da Câmara dos Deputados, e os senadores reunir-se-iam, em Assembléia Nacional Constituinte, para elaborar a nova Carta Magna brasileira.

A Assembleia Nacional Constituinte contou com a colaboração de inúmeras emendas populares provenientes dos movimentos de mulheres, feministas e dos mais variados setores da sociedade. Atuaram as sindicalistas, as políticas, as acadêmicas, líderes no movimento dos sem-terra e dos movimentos de bairros.⁴⁸⁹

A partir do projeto denominado “Nós e a Constituinte”, a Rede Mulher de São Paulo, o Serviço de Informação da Mulher de Mato Grosso do Sul e o SOS Corpo de Pernambuco, elaboraram uma emenda sobre direitos da mulher. Algumas das reivindicações foram aceitas pelas deputadas constituintes e encontram-se presentes na Constituição de 1988, como a denominação de trabalhadores e trabalhadoras para direitos relativos à classe trabalhadora, a igualdade na sociedade conjugal, a garantia de atendimento médico às mulheres vítimas de violência sexual, o direito à posse da propriedade rural, antes apenas permitida ao homem e a aposentadoria das trabalhadoras rurais.

⁴⁸⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 74-77.

A conquista dos direitos constitucionais significou para os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, um avanço significativo na luta a favor da igualdade classista e de gênero.

3.2.3 A organização dos movimentos de trabalhadoras rurais canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais não seguiram, no entanto, a mesma dinâmica em todos os lugares. Foram sendo criados a partir das necessidades e dentro das peculiaridades de cada região. Dado o nível de exploração das mulheres canavieiras, os primeiros grupos de trabalhadoras rurais floresceram somente a partir de 1985, nos municípios de [...] Moreno, Amaraji, Escada, Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Barreiros, Rio Formoso, Palmares, Água Preta, Vicência, Igarassu, Nazaré, São Lourenço e Paudalho.⁴⁹⁰

Em 1986, na perspectiva de fortalecer o movimento de mulheres trabalhadoras rurais da região, realizou-se entre o 1º Encontro Regional das Canavieiras. Entre os dias 22 e 23 de março, reuniram-se no município de Carpina, 45 mulheres representantes de 21 sindicatos.

No 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais Canavieiras, apoiado pelos sindicatos da Zona da Mata e pela FETAPE, foram discutidos assuntos referentes ao papel da mulher na família, sua condição de trabalhadora rural assalariada e a importância da sindicalização feminina. A partir dos questionamentos “Quem sou eu?” e “Quem somos nós?”, as trabalhadoras reconstruíam e socializavam suas trajetórias de vida e de trabalho, identificando junto às demais mulheres, a existência de dificuldades, práticas e experiências cotidianas semelhantes.

Nascidas e criadas na palha da cana, as trabalhadoras apontaram a dupla jornada de trabalho (casa/lavoura), o preço da diária para as mulheres, o não pagamento de salário e o descumprimentos dos demais direitos trabalhistas para com as mulheres gestantes e a ausência de creches para as crianças, como os principais problemas vividos na zona canavieira.

Na opinião das trabalhadoras, os períodos destinados as palestras, conversação coletiva e troca de experiências trouxeram um enriquecimento significativo para as mesmas. *“Pela minha parte, agradeço a todas que me informaram bastante, coisas que até aqui eu não*

⁴⁹⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 208.

conhecia. E fico agradecendo muito pela bondade de todas, que me informaram muitas coisas sobre a parte do trabalho, sobre a parte do corpo da gente [...].”⁴⁹¹

Figura 4 – Relatório do 1ª Encontro das Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco. 1986.



Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

A imagem do relatório do encontro, onde a trabalhadora rural dividiu espaço com a plantação da cana-de-açúcar, representava a realidade do período, onde de maneira progressiva, a lavoura canavieira absorvia todo o espaço possível.

Na primeira imagem, a extensão da área de plantação da cana era limitada pelo batente da casa da trabalhadora. A representação do segundo plano, no sentido mais simbólico, a

⁴⁹¹ RELATÓRIO do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco 1986. Recife: Sindicato dos Trabalhadores Rurais; FETAPE, 1986.

imagem sugere uma visão do quintal da trabalhadora a partir do olhar do observador dentro da residência.

Ao fim do encontro, foram criados grupos de trabalho para a organização do 2º Encontro Regional das Canavieiras, que se concretizou em 1987, com a participação de mais de cem mulheres.⁴⁹²

Entre os dias 11, 12 e 13 de dezembro de 1987, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais consagrou-se com a realização do 1º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco.

O encontro realizado na cidade de Olinda, contou com a participação de duzentas e vinte mulheres, número significativo para o movimento.

Figura 5 – Relatório do 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais Pernambuco 1987.



Fonte: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE).

⁴⁹² ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005. p. 208.

Apesar das diferentes existentes nas relações de trabalho desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais nas regiões do Estado – na Zona da Mata predominava o trabalho assalariado e no Agreste e Sertão a agricultura familiar - a partir do diálogo e da percepção dos aspectos comuns a todas elas, quais sejam a falta de terra para os agricultores, os baixos salários, a exploração capitalista, a necessidade da sindicalização feminina, a violência contra as mulheres, produziu-se um documento com os problemas comuns a maioria das trabalhadoras rurais, na condição de mulher duplamente discriminada, pelas relações de gênero e pela exploração das classes patronais oligárquicas.⁴⁹³

Durante o encontro, as relações de trabalho, de exploração social, de discriminação de gênero e de organização sindical, de cada região, foram apresentadas. As trabalhadoras tomaram conhecimento das semelhanças e diferenças dos municípios e propuseram fortalecer a rede de apoio entre os movimentos de mulheres em Pernambuco.⁴⁹⁴

As principais propostas discutidas pelas trabalhadoras e discriminadas no relatório de conclusão do encontro, eram relativas ao acesso à terra por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, à igualdade salarial, entre homens e mulheres, durante a realização das mesmas tarefas, à intensificação da sindicalização feminina e à luta por uma previdência social mais justa.

O 1º Encontro Estadual marcou outra conquista importante para os movimentos de mulheres trabalhadoras. Pela primeira vez, a FETAPE reconhecia a existência e a força dos movimentos femininos de trabalhadoras rurais.

Através da ação político-educativa dos movimentos de trabalhadoras rurais, as mulheres passaram a acreditar em sua capacidade política e criadora, começaram a valorizar suas práticas cotidianas, reconhecendo como importantes as trocas de experiências com as demais companheiras.

O Movimento serve para a gente se desenvolver e entender muitas coisas. Para a gente ter esperança de que com esse trabalho melhora a situação do salário e de muita coisa. Aprendi a me desenvolver mais, participar junto, aprendi a falar, aprendi a amar mais as companheiras, a me comunicar, a saber que somos iguais e muitas, muitas coisas. Me sinto feliz, porque antes disso eu era lesa, para mim eu estava passando pela vida e não vivia, porque não andava, não conhecia ninguém,

⁴⁹³ Apontamentos presentes no Relatório do 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Pernambuco 1987. Recife: FETAPE, 1987. p. 49-51.

⁴⁹⁴ UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 32

não tinha amiga, minha amiga era o cabo da enxada e hoje, eu tenho amigas e me sinto muito feliz. Para mim o mundo existia mas nada havia, não tinha futuro.⁴⁹⁵

O movimento das trabalhadoras rurais contribuiu na formação de lideranças femininas no movimento dos trabalhadores rurais e para a inserção das mulheres nos espaços de poder das entidades sindicais, através da ocupação cargos políticos dentro dos sindicatos, sobretudo no Sertão e no Agreste.

**O Movimento de trabalhadoras canavieiras no Sindicato do Cabo*

No município do Cabo de Santo Agostinho, a aproximação/valorização das trabalhadoras rurais canavieiras pelo sindicato dos trabalhadores rurais, ao longo do decênio de 1980, sobretudo nos últimos anos do período, processou-se de maneira semelhante aos demais sindicatos da Zona da Mata.

O posicionamento de algumas dirigentes sindicais em promover a aproximação física e política das mulheres trabalhadoras com as entidades classistas, como analisado anteriormente, contribuiu para o aumento da sindicalização das trabalhadoras canavieiras ao longo dos anos de 1980.

No Cabo de Santo Agostinho, tanto as mulheres associadas quanto as que não eram filiadas ao sindicato do Cabo compunham a base do movimento, nos engenhos e nas usinas. Contudo, a presença das trabalhadoras canavieiras nos espaços sindicais não ocorria de maneira regular, salvo nos períodos de greve.

Ainda que, em raros momentos, houvesse a presença feminina na diretoria da entidade, como ocorreu entre os 1984 e 1988, com a presença de Santana Tertunila de Belo, não havia comprometimento dos demais dirigentes sindicais em promover a conscientização política e a aproximação das mulheres aos espaços sindicais.

Santina Tertunila de Belo iniciou o movimento de mulheres canavieiras no sindicato do Cabo. Contudo, a organização do trabalho com as mulheres foi possível graças aos seguintes fatores: ao apoio material do presidente João Vicente, através do fornecimento de meios de condução para facilitar o deslocamento das equipes até os engenhos e do espaço físico dentro da entidade para a realização das reuniões; à orientação de determinadas

⁴⁹⁵ Depoimento de Inês Paulino, trabalhadora rural de Cacimbinha, Serra Talhada. In: UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004. p. 67.

assessoras, como Geogina Delmondes dos Reis e Silva, Lúcia Maria de Lira e Silva, Vanete Almeida e Hauridete Lima dos Santos que contribuíram para fomentar os assuntos a ser discutidos com as trabalhadoras canavieiras; à colaboração decisiva de um grupo de freiras norte-americanas comprometidas com a conscientização política das trabalhadoras urbanas e rurais; à receptividade das mulheres canavieiras diante das discussões promovidas pelos grupos de mulheres.

Então a gente criou uma reunião só de mulher, através da FETAPE, de Geogina que era mulher de Zé Rodrigues e de líder também, que ela era lá de Serra Talhada, Vanete. E a gente se reunia também pra pensar né. [...] No meu caso, o presidente, através de mim, com incentivo meu, ele me apoiava numa maneira que eu ficava admirada. Meu menino que era secretário, claro que ele me apoiava né, tinha carro. Tinha duas freiras dos Estados Unidos aqui na Charneca. Elas também fazia parte de um trabalho das mulheres aqui no Cabo, na zona urbana e tinha outra, que era Ana, que fazia trabalho com a gente nos engenhos. Ela tinha uma caminhoneta, doada pela Igreja Católica e a gente fazia esse trabalho nos engenhos distante e também nos mais perto.⁴⁹⁶

As reuniões eram organizadas pelas lideranças sindicais femininas, sobretudo por Santana Tertunila de Belo. Os encontros, ocorridos no sindicato e nos engenhos, constituíam-se na etapa decisiva para o sucesso dos trabalhos, pois além de exigir uma dinâmica apropriada à realidade das mulheres canavieiras, fazia-se necessário uma postura humanizada por parte das organizadoras do movimento, em virtude dos relatos de vida das trabalhadoras.

Então a gente conversava com as mulheres nos engenhos e elas diziam: a gente não vai porque o marido não deixa, porque ele diz que a gente tem o que fazer, tem roupa pra lavar, que a mulher não precisava ir pro sindicato não, só os homens. Então a gente, junto com duas freira que tinha aqui na Charneca e Porcina, uma saudosa pessoa, começou a visitar os engenhos, na caminhoneta do padre. Então através dessa caminhoneta, a gente ia nos engenhos, fazia reuniões na casa dela, na casa de farinha, nas escolas. Então foi nesse momento, nessa atividade, que a gente buscou as mulheres pro sindicato. A gente ia buscar elas de jipe.⁴⁹⁷ O carro era muito pequeno e os engenhos era tudo longe, mas as mulheres vinha.

Durante as reuniões promovidas pelos grupos de mulheres do sindicato do Cabo, as canavieiras relatavam as dificuldades enfrentadas tanto nas relações de trabalho assalariado quanto na condição de mulheres.

⁴⁹⁶ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁹⁷ Idem.

Os problema era as contas alta, era os cabo que pra poder botar uma conta menos, as mulher tinha que se vender pra ele e o trabalho pesado né minha filha. Elas se acordava de 4 da madrugada, fazia café, cuidava do marido, por que o marido tá acostumado em não fazer nada em casa porque a mulher é que faz tudo. (...) Tinha mulher que dizia tanta coisa que você não aguentava não, você chorava. Era assim, os homens quando casavam com as mulheres, se a mulher não fosse virgem, os homens levavam pra casa do pai ou matava, mas não era todos não. Tinha mulher que às vezes tava menstruada e eles não queriam nem saber, embora que tivesse até outra fora tá, entendendo, tinha que se submeter “*É minha mulher!*” Era complicado, complicado, complicado.⁴⁹⁸

Aos poucos, mulheres canavieiras foram tomando consciência da tripla opressão que lhes atingia: enquanto trabalhadoras assalariadas, eram exploradas pelas classes patronais nas relações de trabalho; na condição de mulheres, eram oprimidas pela sociedade, em virtude das relações de gênero existentes na zona canvieira; enquanto não trabalhadoras canavieiras, não eram reconhecidas como legítimas representantes da classe canvieira pelas entidades de classes.

As reuniões promoviam, através da pauta de reuniões dinâmicas a participação e a conscientização política das trabalhadoras canavieiras, que passaram a assumir uma postura crítica enquanto sujeitos de direitos sociais e políticos, até mesmo no próprio sindicato do Cabo, inoperante em determinados processos judiciais.

Foi fácil a gente conscientizar elas, porque quando a gente ia pra casa das mulheres, a gente já conhecia as mulheres entendeu, porque a gente já sabia dos problemas dela, era só incentivar elas. A gente dizia que elas não podia faltar as reuniões no sindicato, que se tivesse qualquer problema nas usina, o sindicato era responsável, que a gente escolheu ele (o diretor) pra isso. Que quando o sindicato não tá levando a sério, tem que mudar. Tudo isso a gente fazia com as mulheres. Elas entendiam e participavam. Até coisas que o sindicato fazia e elas não gostava elas diziam. “Eu botei isso na justiça e o sindicato não foi nem lá”. “Eu botei isso na justiça e não tive resposta.”⁴⁹⁹

Através da ação do Centro de Mulheres do Cabo, as trabalhadoras canavieiras do município participaram de palestras, reuniões, comemorações do dia 8 de março, passeatas nas principais ruas da cidade.

A instituição desenvolviam, entre outros projetos, trabalhos relativos à valorização das mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, à conscientização das mulheres dos direitos sociais e trabalhistas, à assistência médica especializada para as especificidades femininas como

⁴⁹⁸ Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁴⁹⁹ Idem.

exames ginecológicos, mamografias, acompanhamento pré-natal, à orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis.⁵⁰⁰

Sobre o comportamento dos maridos com relação à participação das mulheres nas reuniões e demais eventos propostos pelo Centro da Mulher do Cabo, Efigênia Oliveira relembrou um fato ocorrido durante uma palestra com a médica especialista na saúde da mulher, Naide Teodósio, no antigo cinema de Pontes dos Carvalhos.

Foi curioso porque não foram poucas mulheres não. Os homens que foram, ficaram escondidos atrás da cortina, escutando o que a gente tava falando. Na cabeça deles, a gente ia falar dos homens. E eles viram, escutaram a palestra e viu que não saiu nada ao respeito dos homens, nem que era bom, nem que era ruim. Era apenas as questões da condições de vida das mulheres, dos direitos que eles tinham, do cuidado que precisava ter com a saúde. [...] Todos os anos a gente fazia essa comemoração, o dia das mulheres. Foi sempre crescendo, sempre crescendo. A gente já começou a fazer caminhada da saúde, a denunciar a situação de escola e isso foi aglomerando cada vez mais as mulheres.⁵⁰¹

O Centro das Mulheres do Cabo era um importante local de encontro das trabalhadoras, sobretudo das que residiam nos bairros urbanos do município, uma vez que a proximidade facilitava o acesso e a frequência nas reuniões e demais eventos realizados pela instituição.

Ao lembrar o trabalho desenvolvido pelo Centro, Maria Alves da Silva valorizou as ações realizadas durante a direção de Efigênia Oliveira, fundadora da instituição, ressentindo-se contudo diante dos trabalhos desenvolvidos na atualidade.

Era muita mulher lá viu. Eu participei de muita reuniões lá. Elas falavam sobre base de trabalho, sobre as mulhere participar para exigir seus direito, sobre os filhos que tinha, que ainda não tinha essa lei de passar 4 mese. Tudo isso elas falava. Às veze tinha campanha e a gente vinha. Sempre elas ia lá diretamente, quase toda semana, fazer campanha na casa dos povo. [...] A gente ia pra palestra sobre saúde e se não tinha palestra, a gente ia conversar. Era tanta coisa que a gente fazia que eu nem me lembro. Eu gostava, eu gostava era muito de D. Efigênia. Ela trazia tudo. Aquele salão dela enchia e era uma boa forma da gente trabalhar, mas hoje a gente não vê aqueles trabalho que Efigênia tinha. Os trabalho de concentração lá no centro para desenvolver a mente da gente que sabia menos, a saber, exigir aquilo que nós queríamos.⁵⁰²

⁵⁰⁰ Efigênia Oliveira. Entrevista realizada no dia 16 de março de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

O movimento de mulheres canavieiras organizado no sindicato do Cabo, embora tenha conseguido êxito na promoção da sindicalização feminina, através da perseverança de algumas assessoras sindicais e dos trabalhos realizados em conjunto com o Centro da Mulher, constituindo-se como uma ação sindical isolada, não tendo continuidade e tampouco apoio político das diretorias seguintes.

Nessas condições, o movimento de mulheres trabalhadoras no município não teve continuidade após o afastamento de Santana Tertunila de Belo. Atualmente não há, na instituição, ações concretas relativas à superação das dificuldades enfrentadas pelas canavieiras no município.

Em relação às dificuldades materiais e políticas enfrentadas pelo movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Cabo de Santo Agostinho, Santana Tertunila de Belo escreveu a canção “*Como tá o Sindicato*” para contar suas experiências e aspirações.

Tem sindicato mulheres, tem o trabalho.
Tem diretores que ainda estão dormindo.
A gente luta, a gente insiste, a gente implora.
Mas eles pensam que as mulheres tá dividindo.
Se um diretor quiser avançar na luta.
É como mulheres na direção.
É no trabalho, os problema vai atingindo.
E o mais forte se torna campeão.
E o mais forte se torna campeão.⁵⁰³

A despeito das dificuldades políticas, expostas ao longo do trabalho, em torno da valorização das trabalhadoras canavieiras, foram evidenciadas distintas ações realizadas pelas mulheres nos variados espaços de representação social. Através da análise das relações empreendidas pelas canavieiras no ambiente doméstico, na lavoura canavieira e nos espaços de luta trabalhista e de organização política, buscou-se dar visibilidade histórica às mulheres canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre os anos de 1980 e 1988.

⁵⁰³ Santana Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciar a visibilidade histórica das canavieiras da Zona da Mata Sul de Pernambuco, nas relações de trabalho e nos distintos espaços de representação política, entre os anos de 1980 e 1988, constituiu o fio condutor da pesquisa.

Ao ressaltar as práticas femininas, inseridas dentro de um contexto de superexploração classista e eivado por relações de gênero patriarcalistas, buscou-se compreender os comportamentos das canavieiras - ações, omissões - a partir das condições socioeconômicas vivenciadas por elas. Porquanto, a pesquisa se fundamentou no levantamento das atividades exercidas diariamente pelas canavieiras não se detendo apenas na busca dos “grandes feitos” realizadas pelas trabalhadoras.

Com efeito, o trabalho buscou evidenciar as estratégias de sobrevivência das canavieiras diante do processo de pauperização dos trabalhadores empregados nas lavouras canavieiras, intensificado a partir da modernização agrícola da produção; as relações de trabalho desenvolvidas pelas trabalhadoras - jornada, remuneração, atividades, condição estatutária; as trampolinagens realizadas pelas mulheres para superar a condição de carência material, através limpeza, manutenção, confecção de um gama incrível de utensílios domésticos; as conquistas trabalhistas através das campanhas salariais e o enfrentamento das classes patronais na Justiça do Trabalho; a formação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, as ações empreendidas pelo movimento a favor da valorização das mulheres e a conseqüente influência política das assessoras mais comprometidas com a conscientização política das trabalhadoras, na mobilização dos movimentos de mulheres canavieiras.

Através das análises desses elementos, comprovou-se a efetiva presença e participação das canavieiras na construção dos processos históricos, afastando-as da “tradicional” visão de que as mulheres agiam com passividade frente os confrontos sociais. Apesar de haver pessoas, de ambos os sexos, menos propensos ao embate político, o trabalho realizado permitiu o reconhecimento das trajetórias de vida das canavieiras, contribuindo para a visibilidade histórica das trabalhadoras.

As pesquisas evidenciaram, através das fontes secundárias e da documentação da Federação, a participação política das trabalhadoras canavieiras nas campanhas salariais ao longo dos anos 80. Inseridas em um contexto de superexploração, as mobilizações

organizadas pelo sindicalismo rural, apesar do movimento não valorizar ou estimular a sindicalização feminina, negando-lhes inclusive a participação nas discussões políticas, eram cruciais para toda a classe trabalhadora, conjunturas para conquistar reajustes salariais e garantir a ampliação dos direitos trabalhistas.

Pouco a pouco, ao longo dos anos 80, no bojo do processo da retomada dos espaços políticos pelos movimentos sociais, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres trabalhadoras passaram a incluir na pauta de discussões, questionamentos relativos à valorização do trabalho feminino, a valorização das mulheres nos espaços sindicais, a opressão de gênero e a exploração de classe que recaiam sob as trabalhadoras e a inclusão de direitos referentes às mulheres gestantes nas reivindicações trabalhistas apresentadas pelo sindicalismo rural.

Graças ao posicionamento político e a obstinação das assessoras sindicais, as campanhas salariais passaram a reivindicar a aprovação e o cumprimento de direitos fundamentais para as famílias canavieiras como a licença da mulher gestante, a estabilidade empregatícia após o parto, o salário família e o salário maternidade, pausas de 30 minutos para cada turno de trabalho para amamentar os filhos menores de 6 meses e a aposentadoria rural.

A organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e de mulheres canavieiras foi importante para impulsionar tanto a conscientização de classe das trabalhadoras quanto o reconhecimento da opressão de gênero vivenciada na zona canavieira, os principais objetivos dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

Através das reuniões e dos encontros de mulheres trabalhadoras, as canavieiras socializavam experiências de vida, se solidarizavam umas com as outras devido aos semelhantes problemas enfrentados no ambiente do trabalho e nas relações famílias. Os eventos possibilitavam às mulheres, sobretudo, comunicar-se, expressar-se, falar sobre a condição da mulher trabalhadora rural, através do compartilhamento de histórias de vida.

As mulheres canavieiras ao propor discussões relativas às condições adversas do cotidiano, os problemas enfrentados na relação conjugal e a opressão de gênero imposta à elas tanto no ambiente do trabalho quanto no interior das famílias, assumiam um posicionamento político diante discriminação vivenciada na Zona canavieiras.

Contudo, a exploração empreendida pelas classes patronais aos canavieiros envolvia-os por todos os âmbitos de interação social. Não bastassem as jornadas de trabalho

extenuantes, a remuneração irrisória, a violência patronal exercidas nos engenhos, usineiros e proprietários fundiários negavam-lhes o efetivo cumprimento dos direitos trabalhistas, ainda que previstos na legislação e garantidos pelos dissídios e convenções.

A pesquisa evidenciou, através dos processos trabalhistas, o recorrente desrespeito dos direitos trabalhistas pelas classes patronais. Diante do posicionamento irreduzível dos empregadores, canavieiros e canavieiras recorriam à Justiça do Trabalho para obter o cumprimento dos direitos trabalhistas.

As ações trabalhistas impetradas pelas canavieiras apontaram para a conscientização das mulheres diante da legitimidade dos direitos e para o posicionamento das trabalhadoras frente aos empregadores. Entre as principais reclamações encontravam-se: o 13º salário; aviso prévio e indenização; férias; dias santos e feriados, horas extras, reposição salarial, salário por produção, pagamento dos dias de greve; salário maternidade.

A conscientização política das canavieiras, como membro legítimo das classes trabalhadoras, iniciou-se devido os condicionamentos históricos de cada sujeito social, de diferentes formas e processou-se em tempos distintos. Através do enfrentamento das classes patronais nas campanhas salariais, com a impetração de processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, ao negar-se realizar atividades ou receber aquém do estabelecido pela legislação, por meio de ações no interior das entidades sindicais frente à intolerância de diretorias antidemocráticas, as trabalhadoras foram forjando-se, assim como os demais canavieiros, como classe social.

Ao direcionar olhar para as relações de trabalho, as condições de vida e as formas de representação política das trabalhadoras da “palha da cana”, o caráter desafiador da pesquisa, em virtude de se tratar de uma temática e recorte temporal distintos dos que vinham sendo trabalhados desde então, cedeu espaço para o anseio em compreender historicamente as trajetórias de vida e trabalho das canavieiras.

Elevar as mulheres canavieiras à condição de sujeitos históricos e demonstrar os papéis desempenhados pelas mulheres nos distintos âmbitos de interação social foram os objetivos da pesquisa, que evidenciou ao longo do texto, a importância fundamental das trabalhadoras canavieiras na socialização dos filhos, na manutenção e conservação da casa, das roupas, dos utensílios domésticos; o assalariamento feminino nas lavouras canavieiras, bem como os enfrentamentos realizados por elas frente à exploração das classes patronais, inclusive na Justiça do Trabalho, aspectos que demonstravam a conscientização das mulheres

enquanto classe social e a gradativa inserção das canavieiras nos espaços sindicais, fruto de posicionamentos políticos de determinadas assessoras sindicais que defendiam a valorização das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, inclusive nas direções do movimento e a organização de movimentos de mulheres trabalhadoras para que houvesse além das discussões sobre a dupla opressão que recaía sob as mulheres, a de classe e a de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005.
- ALMEIDA, Vanete. *Ser mulher num mundo de homens: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius*. Serra Talhada: SACTEC/DED, 1995.
- ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Lutas camponesas no Nordeste*. Recife: Ática, 1986.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. 1994. Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- ARAÚJO, Espedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo: consequência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco* 1985. Dissertação (Mestrado) – Institut Universitaire D'Études Du Developpment, Genebra, 1990.
- ARAÚJO, Espedito Rufino de; DABAT, Christine Rufino. “Se não fosse o sindicato...” A relação dos canavieiros de Pernambuco com os sindicatos de trabalhadores rurais. *Revista de Geografia*, Recife, v. 10, n. 2, p. 7-21, 1994.
- AZEVEDO, Carlos Alberto; LINS, Rachel Caldas; CHACON, Vamireh. *Situação sócio-econômica em áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.
- AZEVEDO, Fernando Antonio de Farias. *As ligas camponesas: campesinato e política (1955-1964)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980.
- BARROSO, Carmem. *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BERNARDES, Denis A. de Menezes. Octávio Ianni e a questão Nordeste. In: LIMA, Marcos Costa (Org.); ZAIDAN FILHO, Michel; SANTIAGO, Ricardo L. L.; BERNARDES, Denis A. de Menezes. *A sociologia crítica de Octávio Ianni: uma homenagem*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BEZERRA, Marcela Heráclio. *A sindicalização dos trabalhadores rurais de Pernambuco: a participação da Igreja Católica (1960-1964)*. 2009. Monografia (Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998. v. I e II. Versão digital.

BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil 1967*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011. Biblioteca Digital da Câmara. Centro de Documentação e Informação – Legislação Informatizada.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

CADERNOS AEL: anistia e direitos humanos. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 3, n. 24/25, 2008.

CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ireda A. *Mulheres e trabalho: as discriminações e as barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1978.

CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, Recife: Ed. Universitária da UFPE, n. 22, 2006.

CRESPO, Enes Paulo. *Comunicação e libertação: relato analítico da trajetória de um militante junto a camponeses em Pernambuco (1955-1990)*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2003.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

ESTATÍSTICAS históricas. Disponível em: <www.ibge.br/estatisticashistoricas.com.br>. Acesso em: dia mês abreviado e ano.

FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda (Org.). *Nordeste: eleições*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1985.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bota. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. 1976. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/viewFile/1490/1194v>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

_____. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FETAPE). *Convenção Coletiva de 1979*. Recife, 1979.

_____. *Campanha Salarial de 1986: Roteiro para discussão*. Recife, 1986.

_____. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo dissídio coletivo*. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1980. [S.l. : s. n.], 1980.

_____. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo dissídio coletivo*. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1981. [S.l. : s. n.], 1981.

_____. *Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo dissídio coletivo*. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1982. [S.l. : s. n.], 1982.

_____. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1983/1984*. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 26 de setembro de 1983. Processo N° TRT-DC 36/83. Recife, 1983.

_____. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1985/1986*. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 21 de setembro de 1985. Recife, 1985.

_____. *Dossiê de violências dos últimos 11 anos (1983-1994)*. Recife, 1994.

_____. *Ficha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo*. Registro do associado. Art.126, Alínea A, da Lei 4214 de 2 de março de 1963 e a Port. 71 de 2 de fevereiro de 1965. [S.l.: s. n.], 1965.

_____. *Os direitos e a lei dos grevistas*. Recife, 1979.

_____. *Objetivos da violência (O lucrativo negócio da violência)*. Recife, 1984.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FETAPE). *Reivindicações dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira do estado de Pernambuco*: Campanha Salarial de 1980. [S.l. : s. n.], 1980.

_____. *Reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados da zona canavieira de Pernambuco*: Campanha Salarial 1988. Recife, 1988.

_____. Relatório Anual das Atividades – 1984. Recife, 1984.

_____. *Trabalhadores desempregados na Zona canavieira*. Estimativa do ano de 1986.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos*: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Dissertação de Mestrado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1961.

GIBSON, Nilson. *Representando Pernambuco II*: discursos pronunciados e proposições apresentadas pelo deputado Nilson Gibson. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1980.

GOHN, Maria da Glória *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

UMA HISTÓRIA de mulheres: uma história da organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2. ed. Serra Talhada, PE: Pólo Sindical Sertão Central, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 1979-1988.

JULIÃO, Francisco. *Cambão*: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco (1958-1968)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1985.

LINHART, Robert. *O açúcar e fome*: pesquisas nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARQUES, Helena Maria Barros. *O discurso da mulher na palha da cana nas reivindicações sindicais*. 1988. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política: o processo de produção do capital. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Sônia Refina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MIELE, Neide. *A mulher na palha da cana*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MINTZ, Sidney Wilfred. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. [Recife], 1987. v. I e II.

PESSOA, Dirceu Murilo. *Espaço rural e pobreza no Nordeste do Brasil*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1990.

PINSKY, Carla Bassannezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru SP: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel et al. *O século XX: o tempo das crises*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes. 1976.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*. Recife, 1991. Mimeo.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SIGAUD, Lígia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Recife e Olinda*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 183. Disponível em: <www.dominiopublico.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E CULTURA HISTÓRICA, 2., 2009, João Pessoa. [*Anais...*]: 80 anos dos Annales: contribuições historiográficas. João Pessoa, PB: UFPB, Programa de Pós-Graduação em História, 2009. Mesa Redonda.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SULLEROT, Évelyne. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1970.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 29-62, 1994. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição. *Nelson Chaves, o homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

VASCONCELOS, Jarbas. *Uma análise da economia canavieira de Pernambuco*. Discursos pronunciados pelo Deputado Estadual Jarbas Vasconcelos na Assembléia Legislativa do Estado. Recife: [s.n.], 1973.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Educação, multiculturalismo & globalização*. Recife: Ed. do autor, 2006.

LISTA DE ENTREVISTADOS

- a. Alzira Tertunila de Barros (5 maio 2011) – Trabalhadora rural canavieira nas décadas de 70 e 80. Atualmente está aposentada.
- b. Conceição Paulina da Silva (12 maio 2011) – Trabalhadora rural canavieira desde 1977. Atualmente trabalha na Usina Bom Jesus.
- c. Cosma Vieira da Silva (12 maio 2011) – Trabalhadora rural canavieira durante a década de 1990. Há 3 anos trabalha na Usina Bom Jesus na mesma função.
- d. Edith Cecília de Oliveira (20 maio 2011) – Trabalhadora rural canavieira desde a década de 1970. Atualmente faz parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco- FETAPE e trabalha na Usina Bom Jesus na mesma função.
- e. Efigênia Oliveira (29 maio 2011) – Fundadora do Centro das Mulheres do Cabo e militante dos movimentos de mulheres desde a década de 1980.
- f. Geogina D. dos Reis Silva (10 jun. 2011) – Funcionária da FETAPE desde a década de 1980.
- g. José Aniceto da Nascimento (16 abr. 2011) – Trabalhador rural canavieiro de 1970 a 1990. Atualmente trabalha com a agricultura familiar e como fornecedor de cana de açúcar, no sítio de sua propriedade no Engenho Ypiranga.
- h. Lúcia Maria de Lira e Silva (13-17 jun. 2011) – Funcionária da FETAPE desde a década de 1980.
- i. Maria Alves da Silva (05.maio.2011) – Trabalhadora rural canavieira durante as décadas de 70 e 80. Atualmente é funcionária do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho
- j. Manoel Gomes da Silva Filho (5 maio 2011) - Trabalhador rural canavieiro no período de 1960 a 1990. Atualmente trabalha como autônomo no município do Cabo de Santo Agostinho.
- l. Maria do Carmo da Conceição da Paz (17 abr. 2011) - Trabalhadora rural canavieira desde a década de 60. Atualmente trabalha com agricultura familiar no sitio de sua propriedade no Engenho Ypiranga.
- m. Maria José do Nascimento (17 abr. 2011) – Trabalhadora da agricultura familiar desde a década de 60. Atualmente está aposentada e reside no sítio localizado no Engenho Ypiranga.

- n. Marieta Gomes de Lima (5 maio 2011) – Trabalhadora rural canavieira desde a década de 60. Atualmente está aposentada e reside no município do Cabo de Santo Agostinho.
- o. Maria Socorro Paulino da Silva (12 maio 2011) Trabalhadora rural canavieira desde 1980. Há 5 anos trabalha na Usina Bom Jesus na mesma função.
- p. Santina Tertunila de Belo (20 mar.-29 abr. 2011) – Líder de movimento de trabalhadoras rurais desde a década de 1980. Atualmente coordena outras associações de trabalhadores rurais e moradores.

ACERVOS CONSULTADOS

Acervo pessoal dos pesquisadores Christine Rufino Dabat e Espedito Rufino Araújo, PE

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano- APEJE (sede)

Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – (AGTRT/Vitória de Santo Antão).

Centro da Mulher do Cabo - Cabo de Santo Agostinho, PE

Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, PE

ANEXOS

ANEXO A – Discurso do Deputado Federal Nilson Gibson, na Câmara dos Deputados Federais.⁵⁰⁴

Retorno do Sr. Miguel Arraes ao país

O Sr. Nilson Gibson (ARENA – PE) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atual momento político brasileiro, fundamentalmente de abertura democrática, de conciliação e paz nacional, de anistia, e por conseguinte, de retorno de brasileiros que aqui não se encontravam por força de exílio no exterior, reflete com precisão as promessas do Presidente Figueiredo, que jurou fazer deste país uma democracia plena, e cujos princípios e ideais democráticos já se materializaram inequivocadamente em seus primeiros meses de governo.

Há os que afirmam que ainda não vivemos uma democracia plena, como que pretendendo diminuir a importância das decisões do General Figueiredo, que, em seu modo franco e sincero de encarar os problemas e dirigir-se à Nação, sempre enfatizou que a normalidade democrática seria alcançada aos poucos, mas firme, decidida, sem os inevitáveis riscos gerados pelas decisões precipitadas.

Há os que não entendem também que, mesmo vivendo momentos de enormes dificuldades econômicas, agravados por uma inflação interna impertinente e pela conhecida crise mundial de energia, o Presidente da República, em apenas seis meses de exercício, conseguiu identificar-se plenamente com o povo, não por uma questão de simpatia pessoal, mas sobretudo, porque vem cumprindo o que prometera ao povo brasileiro, a quinze de março passado.

São inegáveis os diferentes traços que marcam os nossos dias atuais, com a imprensa funcionando sem o espectro da censura, com a visível desativação dos órgãos de segurança, com a revogação dos atos de exceção e, por conseqüência, com a volta da espontaneidade e da liberdade plena de expressão, seja por estudantes, trabalhadores ou empresários.

E os resultados dessa abertura política, por questões óbvias e elementares, só serão plenamente atingidos a longo prazo, uma vez que ela envolve ainda uma série de alterações e aprimoramentos da natureza jurídica e de ordem política, num processo de amadurecimento de idéias e decisões. Não obstante já se vislumbram hoje horizontes bem mais amenos e agradáveis, no encaminhamento das questões nacionais, como decorrência da proposta de conciliação nacional do Presidente Figueiredo.

Quem pode negar, por exemplo, que nos últimos meses, as mais diferentes classes sociais passaram a discutir, analisar, criticar e opinar sobre os graves problemas nacionais, apresentando alternativas e idéias que tem encontrado, por parte do Governo, a receptividade peculiar aos que sabem receber críticas e aceitar sugestões?

Quem tem ignorado que o nosso problema energético – grande fantasma desta década – encaminhem-se para um equacionamento racional e objetivo, graças ao interesse demonstrado pelo Governo em ouvir setores representativos de nossa indústria e da própria economia como um todo? Não se procura afirmar, evidentemente, que nossos problemas sociais e econômicos estão sendo resolvidos a curto prazo, mesmo porque sua complexidade, perseverança e variedade de causas determinantes sugerem elevada correlação de inúmeras variáveis, muitas das quais ainda incontroláveis ou de natureza tipicamente externa. Desse modo, as reivindicações salariais, que têm provocado paralisações de inúmeras classes de trabalhadores em vários pontos do País, devem ser encaradas como o resultado prático da combinação dos problemas sociais com a abertura que se processa nesse País.

Seria ocioso observar, Sr. Presidente, que o exercício das liberdades democráticas possui identificáveis e razoáveis limites, ditados pelo bom senso e marcados pelo controle exercido pelos próprios grupos sociais. Assim como qualquer estreitamento é desinteressante para a sociedade, também a ela não convém demasiados alargamentos dos limites já convencionais, porque, se no primeiro caso diminuem-se as oportunidades e restringem-se os direitos individuais, a segunda hipótese é mais negativa e desastrosa, porque estimula o aparecimento regular dos abusos, da indisciplina e da desordem.

Esse pressuposto deve ser fundamental para o regime democrático, sob pena de transformar-se a democracia em anarquia total, em completo desrespeito às leis, à ordem, aos princípios da moral e das liberdades e direitos individuais.

⁵⁰⁴ GIBSON, Nilson. *Representando Pernambuco II: discursos pronunciados e proposições apresentadas pelo deputado Nilson Gibson*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1980. p. 69-84.

Portanto, quando o General Figueiredo jurou fazer desse País uma democracia, implicitamente – e até por questão de mera definição – limites ficaram estabelecidos, não por determinação de qualquer ato com força de lei, mas por aceitação e convenção da própria sociedade brasileira, que não se compatibiliza com os abusos, a desordem e a indisciplina,

Por isso não se pode entender ou imaginar que o retorno à plena democracia, bem como o retorno de cassados e banidos, por ato de confiança de Figueiredo para com o povo brasileiro, signifique a volta de uma situação indesejável que predominava antes de 1964, quando a violenta e acelerada tentativa de comunicar o País estabelecia um clima de desordem, indisciplina e anarquia comandada. Os tempos, hoje, são outros, não apenas porque a experiência vivida pelo povo brasileiros nesses últimos anos solidificou a crença de que a construção de uma Nação forte não se coaduna com espíritos anarquistas e desordeiros, mas também porque o grande percentual de jovens da atuação política brasileira nasceu e se desenvolve sob os princípios da ordem e disciplina reinantes no País após 1964.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Jorge Arbaje.

O Sr. Jorge Arbaje – Nobre colega, Deputado Nilson Gibson, inicialmente, desejo congratular-me com V. Exa. O discurso que faz e a tônica que desenvolve, eu diria que representam, sem dúvida nenhuma, as aspirações e os anseios da grande Nação brasileira. Historicamente, somos um País que nasceu sob o signo da Santa Cruz, nação eminentemente católica, nação que crê em Deus, nação que em nenhum momento da sua História abdicou do direito de viver em um país em ordem e trabalho, Foi exatamente inspirado nesse pressuposto que o ideário de 1964 trouxe nas suas raízes todos esses princípios relacionados com a vocação democrática do povo brasileiro. É certo, nobre Deputado Nilson Gibson, que durante década e meia, em função de uma transição histórica, o País teve que se subjugar ao sistema de governo autoritário. Entretanto, a própria predestinação do ideário preconizava nas suas origens o momento preciso e oportuno para que aflorasse, como aflorou, nos horizontes da Nação, o processo de abertura democrática. O Presidente que nos governa estendeu as mãos, e, eu diria, não num gesto de medo ou de fraqueza, mas num gesto de grandeza de um brasileiro humilde, que realmente sonhou e quer concretizar a todo custo a unidade da grande família brasileira. E, ontem – permita-me concluir com esta citação – foi um momento histórico para o Brasil a confirmação de que aquelas mãos se estendem não para blefar, mas para evidenciar um objetivo. Ontem, este baluarte da Oposição brasileira, baluarte no talento e no ideário inquestionáveis, procurou conversar com o Sr. Presidente da República. Foi aderir a S. Exa.? Não. Foi abdicar dos seus princípios oposicionistas? Não. Foi levar ao Presidente problemas de importância para a Nação e para o povo brasileiro e lá encontrou um Presidente de coração aberto ao diálogo com a Oposição. Por isso, só recebeu o Deputado Alceu Collares críticas injustas e descabidas, quando deveria ser exaltado pela sua iniciativa de ir procurar o Governo no lugar próprio para discutir os problemas nacionais e tentar encontrar soluções. O discurso de V. Exa., mostrando que não se há de confundir democracia com baderna, responsabilidade com irresponsabilidade, reflete, na sua essência, o pensamento da grande maioria do povo brasileiro.

O Sr. Nilson Gibson – Deputado Jorge Arbaje, é com muita honra que incorporo seu aparte no meu modesto pronunciamento. Peço ao ilustre Deputado Alceu Collares que espere que eu conclua o meu pensamento.

O Sr. Alceu Collares – Quem sabe se , na mesma interrupção do pensamento de V. Exa. Que o Deputado Jorge Arbaje fez, eu poderia encaixar apenas uma resposta à citação que me foi feita.

O Sr. Nilson Gibson – Acredito que não, porque não entrei ainda no cerne do meu pronunciamento.

O Sr. Alceu Collares – Esperarei cordialmente a oportunidade do aparte.

O Sr. Nilson Gibson – Prossigo, Sr. Presidente.

Daí, serem altamente condenáveis os abusos que têm caracterizado algumas das mais recentes manifestações grevistas no País, com depredações a estabelecimentos comerciais e bancários, com verdadeiros conflitos envolvendo grevistas e não grevistas, geralmente pessoas que se incorporam às manifestações para atender a esquemas previamente estabelecidos por profissionais da desordem e da subversão.

Ontem, em São Paulo, não obstante a moderação no procedimento das forças policiais, ou provavelmente por causa disso, supostos grevistas transformaram o centro nevrálgico da maior cidade brasileira num autêntico campo de batalha, ultrapassando os limites mais toleráveis e promovendo agressões e quebra-quebras, numa clara demonstração de absoluto desrespeito às instituições e às leis vigentes no país. A prova nos é trazida pelo próprio *Correio Braziliense* que destaca, numa fotografia, que, em São Paulo, elementos

estranhos ao movimento complicaram a situação, depredando uma casa bancária em plena cidade de São Paulo.

Pois este é o clima que se vem criando nos últimos dias no País, coincidentemente no mesmo momento em que se aceleram os preparativos para a recepção a Miguel Arraes, justamente o maior agitador e incitador de greves do período 60/64, hoje retornado ao Brasil depois de catorze anos de exílio no exterior.

Concedo o aparte ao Deputado Adhemar Santillo, líder do MDB.

O Sr. Alceu Collares – V. Exa. Me permite um aparte?

O Sr. Nilson Gibson – Deputado Alceu Collares, concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Alceu Collares – Muito Obrigado.

O Sr. Nilson Gibson – Gostaria que fosse breve, Deputado Alceu Collares, porque o objetivo do nosso discurso...

O Sr. Alceu Collares – É apenas um minuto. É um minuto de silêncio que presto a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) – Continua com a palavra o ilustre orador.

O Sr. Alceu Collares – V. Exa. Não pode, Sr. Presidente, interromper o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) – Não existe no Regimento Interno a figura de um minuto de silêncio. Continua com a palavra o nobre orador.

O Sr. Alceu Collares – Eu estava fazendo uma prece, pedindo a Deus para iluminar a mente de V. Exa., e agora peço a Deus que ilumine a mente do Presidente da Câmara dos Deputados.

O Sr. Nilson Gibson – Indagava a V. Exa. Quantos minutos o Partido de Oposição concedeu e qual foi o tempo que V. Exa., atendendo àquele gesto do ilustre Presidente João Figueiredo, usou ao ir ao Palácio do Planalto fazer sua reivindicação, mesmo pertencendo ao Partido de Oposição.

Prossigo Sr. Presidente

Aliás, os opositores de Pernambuco, terra política do cearense Miguel Arraes de Alencar, preparam-lhe uma recepção, para o dia de sua volta, como se um verdadeiro herói retornasse à sua pátria, tantos têm sido os preparativos, desde a distribuição de cartazes pelas cidades do Recife, Olinda e Santo Amaro, até a maciça convocação da população para participar de comício na noite de amanhã.

Sob um aspecto, Sr. Presidente, é até compreensível que a Oposição, em Pernambuco, deseje promover uma grande festa, um grande carnaval, pela chegada de Arraes, porque depois da queda do ex-Governador, permaneceu a oposição pernambucana absolutamente carente de lideranças estaduais, o que justificaria, sem dúvida, a euforia da volta de alguém, cujo lugar deixado há vários anos até hoje não foi ocupado por ninguém.

O Sr. Adhemar Santillo – Permita-me nobre Deputado Nilson Gibson. Lamentavelmente, todos os integrantes do MDB, pertencentes à bancada de Pernambuco, já deixaram Brasília. Segundo informações, V. Exa. falará desse tema na próxima segunda-feira.

O Sr. Nilson Gibson – Vou continuar a falar. A dosagem é dupla. Antes da chegada e depois da chegada.

O Sr. Adhemar Santillo - Contudo, nobre Deputado, V. Exa. com essa sua atitude, está sendo um digno representante do CCC nesta Casa.

O Sr. Nilson Gibson – O pensamento de V. Exa. não me atinge.

O Sr. Adhemar Santillo – V. Exa. está aqui à caça de comunistas. V. Exa. está prestando um serviço...

O Sr. Nilson Gibson – A V. Exa., porque lhe concedi aparte.

O Sr. Adhemar Santillo – V. Exa. está agredindo aqueles que têm serviços prestados a esta Pátria.

O Sr. Nilson Gibson – Qual o serviço que o Sr. Miguel Arraes prestou a Pernambuco? Agitando?

O Sr. Adhemar Santillo – Posso afirmar que V. Exa. não tem o mínimo dos serviços que prestou o Sr. Arraes a Pernambuco.

O Sr. Nilson Gibson – Tenho. Muito mais do que V. Exa. pensa. Sou advogado de trabalhadores há 19 anos...

O Sr. Adhemar Santillo – Se não há recepção a V. Exa. é porque V. Exa. está colocado no seu devido local. Se há recepção a Arraes é porque ele é um líder do povo; que realmente está a encarnar essa verdadeira aspiração popular. E não V. Exa., que é defensor dos grandes empresários de Pernambuco. V. Exa., exasperado, está querendo encarnar o anti-Arraes.. Mas quem é V. Exa., nobre Deputado? V. Exa. não tem apoio sequer da sua bancada. Da bancada de Pernambuco, 13 Deputados são contra V. Exa.

O Sr. Nilson Gibson – Sou o terceiro mais votado no meu Estado. Sou um home pobre, iniciei minha vida pública...

O Sr. Adhemar Santillo – V. Exa. é um “dedo-duro”. V. Exa. é um “dedo-duro”, Deputado.

O Sr. Nilson Gibson – Sou “dedo-duro” para apontar V. Exa. e outros...

O Sr. Adhemar Santillo – V. Exa. realmente está aqui para achincalhar aqueles que realmente trabalham por este País. V. Exa. não tem autoridade para criticar. V. Exa. é um “dedo-duro”.

O Sr. Nilson Gibson – Sou “dedo-duro” para apontar V. Exa. por aqueles atos indignos que vem praticando no Brasil.

Mas, dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o que não se pode compreender é que nas homenagens que estão sendo preparadas para Arraes, segundo deixam transparecer os organizadores da recepção, existe uma tendência obstinada para a desforra, particularmente de caráter político, com manifestações de rancor, mágoa ou revanchismo para os que o afastaram do Governo em 1964, como se fosse Miguel Arraes um injustiçado, um mártir pernambucano e brasileiro.

Concedo o aparte ao Senador Wilson Campos.

O Sr. Carlos Wilson – Senador? Muito obrigado. V. Exa. já me promoveu. Como pernambucano, sinto-me envergonhado nesta tarde, porque vejo um companheiro de bancada – companheiro só de bancada, já que V. Exa. está falando como o Deputado Nilson Gibson, não como representante de Pernambuco.

O Sr. Nilson Gibson – Falo em nome de minha Liderança.

O Sr. Carlos Wilson – V. Exa. envergonha Pernambuco. Pernambuco, por suas tradições, não pode ter um “dedo-duro” na sua bancada. E V. Exa. exerce, neste momento, um papel de “dedo-duro”. É isso o que V. Exa. é. V. Exa., que serviu no Governo de Arraes...

O Sr. Nilson Gibson – Eu honro e venero o nome do meu pai.

O Sr. Carlos Wilson – E quem está falando em pai, aqui?

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) – A Mesa solicita ao ilustre orador e aos aparteantes que usem linguagem parlamentar, colaborando, assim, para o bom andamento dos trabalhos da Casa.

O Sr. Carlos Wilson – Quem usa linguagem anti-regimental e antiparlamentar é o orador que está na tribuna e, por incrível que pareça, no horário da Liderança ARENA.

O Sr. Adhemar Santillo – Espere Arraes voltar para atacá-lo.

O Sr. Carlos Wilson – V. Exa., Deputado Nilson Gibson há pouco condenava o Deputado Alceu Collares como por ter tido o digno gesto de ir ao Palácio dialogar com o Presidente da República. O que S. Exa. fez foi conversar como um brasileiro acima de tudo, porque levava propostas concretas ao Presidente da República. Não é isso que V. Exa. está fazendo. E tudo isso porque estamos passando é graças aos “dedos-duros”, graças àqueles que não honram os mandatos parlamentares, que vêm para cá simplesmente para bajular. É isso que está sendo feito nesta tarde. Nesta hora repudio a liderança do meu partido, que cedeu seu horário da

Liderança para que um Deputado discursse em seu nome. Fale em nome próprio, mas não em nome de toda a bancada de Pernambuco.

O Sr. Nilson Gibson – Obrigado pelo aparte “Senador Wilson Campos”.

O Sr. Carlos Wilson – Senador Wilson Campos me honra muito; é meu pai.

O Sr. Nilson Gibson – Prossigo Sr. Presidente.

Mas o que fez Miguel Arraes para ser recebido como herói? Será porque se constituiu no principal detonador do caminho da Revolução de 31 de março de 1964.

Na verdade Sr. Presidente, se, por índole, o povo brasileiro é caracteristicamente marcado pela vocação de perdoar, mas também é inegável que sua memória é absolutamente clara e precisa, na recordação de fatos, na aceitação dos que defendem a ordem e disciplina e no repúdio aos que desrespeitam nossas mais profundas e caras instituições.

Tem a palavra o Deputado Jorge Uequet.

O Sr. Jorge Uequet – Deputado Nilson Gibson, V. Exa. está exercendo o seu papel; para cada ratoeira há um tipo de rato conveniente. V. Exa. exerce a função que se delimitou aqui, nesta Casa: representante da extrema-direita, “dedo-duro” incontestado, representante do que há de pior no País; exerce uma missão anti-nacional na tribuna. O que não posso aceitar é que a liderança da ARENA seja expressa por V. Exa. Discordo do Deputado Nelson Marchezan em muitos pontos, mas tenho por ele um respeito muito grande; Não o tenho na condição de nefasto “dedurador”, de um perseguidor. Não posso entender – e nisto eu perdôo a liderança da ARENA, pois tenho consciência de que não tem conhecimento do tipo de assunto que focaliza V. Exa. na tribuna – o discurso de V. Exa., que deve ter sido feito pelo comando de caça aos comunistas, pelo TFP, ou qualquer outra organização que deseje tumultuar este País, como V. Exa., que só se realiza na balburdia, na intranqüilidade, na perseguição pessoal, no ataque ao ex-Governador de Pernambuco. V. Exa. não faz um papel útil à Nação; presta-se a um papel degradante, que humilha o Parlamento. Esta Casa sente-se numa situação deplorável com a presença de V. Exa. na tribuna. Cria-se um ambiente constrangedor a todos nós, que muitas vezes aqui divergimos duramente, em termos de posições, mas com respeito, do qual V. Exa. não parece merecedor. Esta Casa tem divergido nas posições mais duras deste País, mas tem mantido a dignidade de um Parlamento. V. Exa. humilha o Parlamento.

O Sr. Nilson Gibson – V. Exa. está enganado. Fui o terceiro mais votado do meu Estado, com 44 mil votos.

O Sr. Jorge Uequet – Talvez, não tenha consciência da sua obrigação. V. Exa. não fez este papel nas eleições. No processo eleitoral, V. Exa. não teve a dignidade nem respeito à população, de adotar essas posições.

O Sr. Nilson Gibson – V. Exa. precisa ter clama. Está nervoso.

O Sr. Jorge Uequet – No período eleitoral, V. Exa., ex-seguidor do Governador Miguel Arraes, não colocou essas posições. Falta a V. Exa. dignidade para agredir o ex-Governador Miguel Arraes. O que falta a V. Exa., neste momento, é dignidade para a própria investidura no cargo, porque essa tribuna não é lugar para “molecagens” como a que V. Exa. está a fazer. A “deduração” de V. Exa., a falta de dignidade parlamentar repudia a todos nós, enxovalha o Parlamento e transforma V. Exa. numa das personalidades mais peçonhentas desta Casa. Muito obrigado “dedo-duro” Gibson, pelo aparte que me concedeu.

O Sr. Nilson Gibson – Eu vou responder ao ilustre Deputado não com minhas palavras...

O Sr. Carlos Wilson – V. Exa. nunca usou suas palavras. V. Exa. usa a dos outros.

O Sr. Nilson Gibson – ... m as com palavras do jornalista Antônio Callado, do *Jornal do Brasil*, que reproduziu o quadro de meu Estado, de setembro de 1963 a janeiro de 1964. Deputado Jorge Uequet. V. Exa. deu a grande oportunidade – e eu a estava aguardando – de trazer a esta Casa a radiografia do homem cuja a chegada agora está sendo festejada no meu Estado.

As reportagens enfeixadas no livro “Tempo de Arraes”, de autoria do jornalista Antônio Callado, publicadas entre os dias 7 de setembro de 1963 e 19 de janeiro de 1964, trazem para nós que os fatos da História

– muito embora para muitos não se renovem – pelo menos poderão gerar a mesma fervilhação, procurando alcançar os mesmo objetivos. O próprio Carlos Prestes e outros fundadores do PCB reconhecem que os comunistas tomaram uma posição claudicante, imatura nos idos de 1963 e 1964. Por exemplo, Cristiano Cordeiro, último remanescente do grupo de nove pessoas que fundaram, em 1922, o partido Comunista Brasileiro, reconheceu que o “partidão” utilizou métodos primitivos e desprovidos de consciência ideológica em todo aquele movimento de ligas camponesas. Muitas vezes, até armados, os camponeses foram instigados a cometer atos pouco políticos, impensados, mal avaliados.

O Sr. João Gilberto – Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. Nilson Gibson – Depois de ler todo o pronunciamento de Antônio Callado, concederei o aparte a V. Exa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltemos a analisar rapidamente o livro de Antônio Callado, que testemunhou *in loco* o Governo Miguel Arraes de Alencar.

Às folhas 112, diz o ilustre escritor o seguinte:

“Pernambuco, tomando nojo, resolveu virar laboratório histórico do Brasil. Está experimentando para valer.”

Era o método empírico utilizado pelo agitador Miguel Arraes.

O Sr. Carlos Wilson – Nesse tempo, V. Exa. era empregado dele, Deputado. V. Exa. carregava a mala de Miguel Arraes.

O Sr. Nilson Gibson – E continua:

“É de grande importância o que acontece em Pernambuco e, por isso, considero piloto a revolução que ali se processa. Ela dá uma idéia do que vai acontecer ao Brasil em geral.”

O Sr. João Gilberto – Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. Nilson Gibson – Deixe que eu conclua todo o assunto, que é grande. Nós o estamos trazendo para aqueles que ainda não o conseguiram ler.

Arraes explica, no seu prefácio, no lume da sua introdução:

“Fazer reparos à reportagem de Callado seria o mesmo que pretender retocar uma antiga fotografia, que deve guardar as sombras ou luzes que escondem ou ressaltam os detalhes.”

Então Miguel Arraes diz que o livro de Callado é a fotografia e a realidade do seu governo. E vamos, então, à página 55:

O Sr. Carlos Wilson – Aula de “deduração.”

O Sr. Nilson Gibson – Acalme-se “Senador Wilson Campos”.

O Sr. Carlos Wilson – Com muito prazer, um dia ainda o serei.

O Sr. Nilson Gibson – “As forças que, pela sua agitação educativa, foram as principais responsáveis...”

O Sr. Carlos Wilson – Agora, V. Exa. não passa de um “dedo-duro”.

O Sr. Nilson Gibson – “... pelo aparecimento dessa mentalidade altamente politizada, foram, em primeiro lugar, as Ligas Camponesas de Julião e os comunistas, seguidos pelas Igreja, que acabaram de fundas os atuais sindicatos rurais, já agora muitos controlados pelos comunistas.”

Aqui, faço parênteses para dizer que, em 1959, quando estorou a rebelião dos camponeses do Engenho Galiléia, lá existia uma certa Maria Celeste comandava naquela época – e à frente vamos mostrar quem é Maria Celeste -, mas não vi um padre ativo em lugar nenhum, junto a camponeses.

Era agosto de 1964, quando Callado escrevia esse livro...

O Sr. Carlos Wilson – E onde estava V. Exa., em 1964?

O Sr. Nilson Gibson - ...reconhecendo que o sindicato de Pernambuco, naquela época, já era dominado pelos comunistas.

O Sr. Carlos Wilson – E V. Exa. estava lá.

O Sr. Nilson Gibson – E quem fala é Antônio Callado.
Continua ele:

“Além dessas influências, existe ainda a do Partido Comunista do Brasil, anti-Prestes, e a de um curioso grupo de jovens trotskistas, que não me pareceu apoiado em nenhuma organização mais importante, mas que era intitulado Vanguarda Leninista.

E, mais ainda, diz ele que Fidel Castro deu ajuda com dinheiro ao movimento de Julião, ou talvez ainda ajude. E guerrilheiros treinados em Cuba terão andado por lá, em busca de uma Sierra Maestra suficientemente grande para o tamanho do Brasil.

O Sr. João Gilberto – V. Exa. permite-me?

O Sr. Nilson Gibson – Quando concluir todo o assunto de Callado, darei ao ilustre Deputado João Gilberto o aparte que me solicita.

“Tanto a Professora Celeste, agitadora das Ligas em Vitória de Santo Antão, como Antônio Guedes, de Igarassu, fizeram a seguinte pergunta: por que a senhora, D. Herrera, não fez uma revolução no Uruguai? Ela teria respondido com muito desalento que o Uruguai é demasiado pequeno e um tanto bem organizado demais. Mas, se um colosso como o Brasil fizesse uma revolução, aí, sim, disse ela, toda a América do Sul tomaria o seu rumo”.

Mais à frente, diz Antônio Callado:

“No entanto, vista e comprovada a influencia das forças da extrema esquerda, principalmente comunistas, na revolução-piloto de Pernambuco, é de se perguntar como e porque as forças conservadoras de Estado não protestam mais”.

Vou então, esclarecer. Durante a votação da anistia, trouxemos aqui uma carta de um terrorista que cumpriu pena na Penitenciária Agrícola de Itamaracá, onde ele afirma que aqueles comunistas tinham sempre recebido apoio daquela classe, mas...

O Sr. João Gilberto – Permite-me V. Exa.?

O Sr. PRESIDENTE (Homero Santos) – A mesa informa ao ilustre orador que S. Exa. dispõe de apenas cinco minutos.

O Sr. João Gilberto –V. Exa. vi ler todo o livro. Permita-me ler...

O Sr. Nilson Gibson – Não. Estou apenas respondendo ao aparte do Deputado Jorge Uequed.

Sr. João Gilberto – Eu tenho uma leitura mais agradável e que não está nas livrarias.

O Sr. Nilson Gibson – “O nome de Gregório Bezerra não aparece na lista dos diretores do Sindicato de Palmares. O que ele faz é aliciar camponeses. No meio de um grupo deles, apoiado nas foices, atentos a Gregório Bezerra.”

E mais à frente, é digno de nota, Srs. Deputados, o que diz o Padre Carício, da cidade de Quipapá.
Diz o seguinte:

“Arraes acha que todos são filhos de Deus; o comunista tem o direito a viver como outro cristão.”

Sr. João Gilberto – O livro está nas livrarias.

O Sr. Nilson Gibson – E mais à frente conclui...

O Sr. Nilson Gibson – Esse livro tem o telegrama de Petrônio para o Arraes?

O Sr. Nilson Gibson – Deputado, V. Exa. deve fazer o aparte não a mim, mas ao Ministro da Justiça. Mas eu reputo o Ministro da Justiça um dos grandes homens desta República. Então, eu não posso responder...

O Sr. Carlos Wilson – Porque está no poder, se não estivesse, V. Exa...

O Sr. Nilson Gibson – Concedo o aparte ao Deputado João Gilberto.

Sr. João Gilberto – Nobre Deputado Nilson Gibson, V. Exa., em 1977, escrevia para o povo de Pernambuco, para seus amigos, a seguinte correspondência que deve fazer parte do seu discurso: “Aprez-me levar ao conhecimento de V. Exa., renovando comunicação anterior, que desde o dia 28 de fevereiro do ano em curso, encontro-me residindo nesta cidade, no Rio de Janeiro, participando do curso da Escola Superior de Guerra.

O Sr. Nilson Gibson – Com muita honra.

Sr. João Gilberto – Continua V. Exa. “A ESG é considerada um laboratório de idéias, onde os mais altos problemas nacionais são discutidos. Seus estagiários, integrados na política governamental em andamento, trabalham em nível de assessores da Presidência d República, analisando a conjuntura nacional e propondo as ações estratégicas que se fazem necessárias. A escolha do meu nome pelo Exmo. Presidente da República, General Ernesto Geisel, selecionado ao lado de 94 cidadãos brasileiros das mais variadas regiões da Nação, já constitui um motivo de subida honra.” E V. Exa. termina a carta, dizendo assim: “Ao concluir essa tarefa, volto ao convívio dos amigos, enriquecido por novos conhecimentos, pronto para defende os interesses da terra em que vivemos, através do mandato para a Câmara Federal, que espero conquistar com o seu indeclinável e prestigioso apoio.” Não vou ler o resto da carta. V. Exa. fez campanha usando o nome da ESG. Agora, V. Exa. que fazer campanha usando o nome de Arraes, a honra de Arraes. V. Exa. não tem qualidades para disputar, com o seu trabalho e com suas posições políticas, uma eleição. Então, usa o nome da ESG para pressionar eleitores, usa o nome da Escola Superior de Guerra para pressionar os prefeitos, os vereadores e os cabos eleitorais, como também os companheiros de partido. E, agora, vem posar de anti-Arraes, com a mesma finalidade eleitoreira. (Palmas.)

O Sr. Nilson Gibson – Prossigo, Sr. Presidente.

Se ponderável parcela da população brasileira, por sua jovialidade, desconhece quem foi e o que fez Miguel Arraes, surpreendendo-se com essa volta cercada de apoteose e triunfalismo, à memória nacional sabidamente tem registrado o comportamento inusitado do ex-Governador de Pernambuco, quando ousou, como ninguém, apresentar-se publicamente na qualidade de inimigo jurado da Constituição e partidário ostensivo da subversão, comportamento este que sempre o identificou como um imoderado no uso das palavras e na ação política, como um obstinado e firmemente marxista, reconhecido pelos movimentos de esquerda radical no mundo inteiro, como sua mais importante e legítima liderança no Brasil.

Iniciando sua carreira política em Pernambuco, em 1947, quando foi Secretário da Fazenda do Governo eleito pelo PSD, Barbosa Lima Sobrinho, Arraes elegeu-se, em seguida, Deputado Estadual, mas com modestíssima votação, enquanto Cid Sampaio, candidato ao Governo do Estado pela oposição liderada pelo UDN em aliança com o PTB, e contando com o apoio das esquerdas, que indicaram Pelópidas Silveira para vice-Governador, venceu o pleito com expressiva votação, alcançando 56% do eleitorado que compareceu às urnas.

Trata-se, na realidade, de um acordo, que previa o posterior apoio das esquerdas e dos grupos conservador de Cid Sampaio ao seu então cunhado Miguel Arraes, na candidatura deste à Prefeitura do Recife em 1959.

Chegando efetivamente à Prefeitura da Capital pernambucana com o apoio das esquerdas e do grupo liderado por Cid Sampaio, Arraes preocupou-se logo em tornar-se independente de Cid, identificando-se, por esta atitude, claramente a sua formação e caráter, chegando ao rompimento formal e à radicalização nas eleições para governador em 1963, quando elegeu-se com apoio de setores que haviam sido derrotados em 1958.

A vantagem de 13 mil votos do Sr. Miguel Arraes sobre o Sr. João Cleofas, seu maior concorrente na luta pela governança estadual, deveu-se, segundo opinião de analistas políticos, à candidatura de Armando Monteiro Filho pelo PSP, cuja finalidade foi a de absorver votos conservadores que normalmente seriam concedidos a João Cleofas. Posteriormente, Arraes consegue eleger o socialista Pelópidas da Silveira para a Prefeitura do Recife, derrotando o Sr. Lael Sampaio, irmão do ex-Governador Cid Sampaio.

Arraes, entretanto, pauta seu governo pelo apoio irrestrito e único das esquerdas, incitando e estimulando a deflagração de greves nos campos, inclusive com incêndios em canaviais, e convulsionando completamente o Estado, o que provocou o seu distanciamento com as forças políticas liberais e trabalhistas, que antes o haviam apoiado. São inúmeros os episódios e fatos que identificam o comportamento de incendiário e agitador de Miguel Arraes, especialmente depois que as esquerdas lançaram a sua candidatura à Presidência da República.

A situação nacional se tornava cada vez mais grave, e a maioria do PTB e setores militares pressionavam João Goulart para que solicitasse ao Congresso nacional a decretação do Estado de Sítio, uma vez que precisava ser contida a radicalização política, especialmente em Pernambuco, como condição precípua para a implantação das reformas de base. Mas Jango recuou, diante da campanha “O Estado de Sítio é golpe”, iniciada e comandada por Arraes, em Pernambuco, fazendo aumentar a crise, a cada dia mais delicada.

Quando Jango nomeou o Sr. Nicanor Leite para Delegado do Instituto dos Industriários de Pernambuco, as esquerdas promoveram passeata em Recife e, mais do que isso, conduziram trabalhadores do campo, levados da Zona da Mata por líderes que desenvolviam a campanha incendiária de Arraes, para cercarem a sede regional da entidade, a fim de impedirem a posse do referido funcionário.

Por outro lado, os insistentes pronunciamentos do Governador de Pernambuco consubstanciavam não apenas insultos e ameaças ao Congresso Nacional e a seus membros, mas principalmente uma pregação altamente subversiva, enfatizando claramente o impulso e o desejo de desrespeitar e demolir a Constituição brasileira.

Esses fatos, Sr. Presidente, propositadamente lembrados neste momento, mostram quem foi Miguel Arraes até ser deposto pela Revolução de 1964, o mesmo home que agora é recebido com festas e homenagens pelo partido de oposição em Pernambuco.

E se o Brasil mudou substancialmente nos últimos quinze anos, e vem aperfeiçoando democráticos no Governo Figueiredo, o mesmo não ocorreu com o Sr. Miguel Arraes, que, tão logo tomou conhecimento da aprovação da Anistia, caracterizou suas entrevistas, concedidas ainda no exílio, com os mesmos pensamentos e até o mesmo linguajar de quinze anos atrás, o que demonstra que, além de não ter acumulado qualquer experiência de cunho democrático, ainda denota um completo desconhecimento da nova realidade política brasileira.

Aliás, Sr. Presidente, O Sr. Arraes, que sempre norteou sua carreira política pelo afastamento e o desprezo, após as vitórias, dos que o ajudaram a conquistá-las, mostra-se, em seu retorno, pelo menos coerente com as mesmas idéias e pensamentos políticos, que o tornaram conhecido como agitador e incendiário.

Será, então, esse passado de desserviços ao País, de incitamento à greves, de insultos a Poderes constituídos, de promoção da desordem e da indisciplina, o motivo que levou os emedebistas de Pernambuco a receber Arraes com festas e foguetes, no exato momento em que alguns grupos procuram agitar as águas calmas da democracia brasileira?

Ora, Sr. Presidente, para um partido que teve pretensões em alcançar condições majoritárias em Pernambuco, e que procura manter-se como organização partidária de oposição ao Governo, festeja ruidosamente a volta de Arraes, como o retorno do seu único líder, é não compreender o significado do momento democrático que vive o País, é não reconhecer os esforços de conciliação nacional exercidos pelo Presidente Figueiredo, sobretudo porque – repito – Miguel Arraes, nos seus quatorze anos de ausência do País, não assimilou qualquer mudança política em seu comportamento.

A imprensa pernambucana já noticiou a possibilidade de que mais de 400 mil trabalhadores rurais em Pernambuco poderão paralisar suas atividades a qualquer momento, segundo inclusive informações recebidas pela Delegacia Regional do Trabalho, num movimento para trazer ao Recife os rurícolas, a fim de que participem das manifestações políticas em homenagem a Arraes.

As informações a esse respeito têm sido contraditórias, com o propósito evidente de criar tensões e anormalidades nas atividades no campo, o que já significa que nem desembarca no País, Arraes, através de seus correligionários, reinicia os movimentos e processos anárquicos em Pernambuco.

Ao invés de organizar festas e incitar paralisações dos homens do campo, melhor fariam os correligionários de Arraes, que tanto deve às causas democráticas, se lhe sugerissem descer em Brasília para desculpar-se, perante o Parlamento, pelas agressões cometidas contra o Poder Legislativo, prestando, a seguir, juramento no Supremo Tribunal Federal, de não mais desobedecer às leis ou atentar contra a Constituição e o

regime democrático.

O processo democrático que ora se desenvolve no País não requer cobranças ao passado, mas também implica na sua construção e continuidade, que responsabilidades sejam divididas com igualdade e liberdade de escolha. Por isso, a volta dos cassados pelos Atos Institucionais da Revolução de 64 é apenas uma variante da abertura democrática, motivo por que é incompreensível que, enquanto o Governo, através do seu maior representante – o general Figueiredo -, propôs que os brasileiros há anos no exílio devessem voltar ao País, alguns desafinam e não querem admitir que a intenção é a luta pela conciliação nacional, na perspectiva de uma sociedade brasileira em busca de paz e harmonia, para construir o futuro da Nação.

Talvez, o desembarque de Arraes no Brasil não representou para ele próprio a deliberada intenção de tumultuar o processo político, mas as oposições em Pernambuco, por suas atitudes e declarações, já contam com elementos até mais extremados e radicais do que o ex-Governador, e procurarão transformá-lo um instrumento, ou pelo menos, um pretexto, para intensificar as suas atividades.

Com a volta de Arraes, haverá, certamente, uma tendência para redefinições, iniciando Pernambuco, rapidamente, um realinhamento das velhas forças políticas, face à nova realidade que se sucederá à extinção do bipartidarismo. E Arraes, segundo os seus mais chegados correligionários, por razões de ordem político-eleitoral, procurará desfazer a imagem, tão constantemente projetada, de que se constitui no novo chefe do PC, embora continue a admitir o recebimento do indispensável apoio que sempre o ajudou nas campanhas eleitorais.

Será esta, então, a verdadeira intenção dos opositores pernambucanos, ao receber Arraes como um legítimo herói, ou seja, transformá-lo na figura central do Partido Comunista?

Efetivamente, a questão da idade de Prestes não é vista com indiferença pelos adeptos do PC, porque, aos 82 anos, o “Cavaleiro da Esperança” estaria velho para recomençar a atuação do partido e para conduzir uma luta por sua reinvenção e reintegração na atual complexa realidade brasileira. Homem da idade de Prestes já estaria mais propenso a se livrar de encargos pesados e de alta responsabilidade de uma secretaria-geral.

Portanto, para o seu lugar, o candidato com maiores condições, por suas idéias e compromissos assumidos sempre nas campanhas eleitorais de que participou, é exatamente o Sr. Miguel Arraes, que poderá ser conduzido à secretaria-geral do PC, quando se verificar uma ampla renovação de todo o vértice do partido, já no próximo ano.

Esta é a única interpretação válida e consciente para o clima de festa e agitação que o MDB vem promovendo no Recife, nos últimos dias, conclamando o povo a paralisar suas atividades, para comparecer à concentração que marcará o reingresso de Arraes na política brasileira.

Mas é preciso que se diga, Sr. Presidente, que as autoridades brasileiras estão devidamente atentas para que não ocorram investidas demagógicas e brutais contra o regime democrático, hoje plenamente restabelecido no País, como muito bem salientou o Ministro do Exército, quando afirmou que ninguém conseguirá incendiar este País.

Não deve ser entendida como uma ameaça a declaração do Gen. Walter Pires, pois, ao contrário, representa a firmeza de propósitos do Governo, das Forças Armadas e do povo brasileiro, de não permitir radicalismos e retrocessos, no momento em que todos se devem unir para a solução dos nossos problemas sociais e econômicos, não havendo, portanto, lugar para atitudes irresponsáveis de pura contestação às regras do jogo democrático.

A firmeza do Governo Figueiredo na condução do processo de aprimoramento democrático certamente absorverá o reingresso do Sr. Miguel Arraes e de todos os outros que retornam às atividades políticas no País, bem como quaisquer tentativas que possam tumultuar e confundir o pensamento do povo brasileiro.

O Sr. Ronan Tito – Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. Nilson Gibson – Já estou no fim do discurso.

O Sr. Ronan Tito – Nossa Senhora!

O Sr. Nilson Gibson – Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Ronan Tito – V. Exa. está muito em João Batista Figueiredo, mas, a quem V. Exa. está servindo a neste momento? O Sr. Presidente da República mandou a esta Casa um projeto de Anistia, porque desejava que voltassem a essa Pátria os que dela se ausentaram por motivos que agora não vale a pena discutir. S. Exa. queria a contribuição de todos esses brasileiros, no Brasil, e V. Exa. neste momento, está prestando um desserviço até ao Sr. Presidente, porque, em vez de pacificar os ânimos, está contribuindo para a discórdia.

O Sr. Nilson Gibson – V. Exa. está equivocado.

O Sr. Ronan Tito – Neste momento de tumulto, V. Exa. presta um desserviço – repito – até à Presidência da República. V. Exa. está-se revelando de corpo inteiro, nessa tribuna.

O SR PRESIDENTE (Homero Santos) – A Mesa comunica ao ilustre orador que seu tempo está esgotado. V. Exa. deve terminar sua oração.

O Sr. Nilson Gibson – Vou concluir, Sr. Presidente.

Desse modo, espera a Nação que o Sr. Miguel Arraes e seus extremados correligionários da oposição pernambucana não procurem aprofundar o espírito de desforra e revanchismo que estão a alimentar no dia do seu regresso, mas que, ao contrário, desenvolvam atividades políticas que possam fortalecer cada vez mais as tradições e aspirações democráticas brasileiras, única forma de realmente assegurar, em toda a sua plenitude, a conciliação nacional, tão amplamente reclamada pelo partido da Oposição.

(Tumulto no Plenário)

ANEXO B – Cópia da Convenção Coletiva de 1979 a ser depositada na Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.⁵⁰⁵

Exmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco.

Os sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, Paudalho e outros, infra firmados, na qualidade de convenentes na Convenção Coletiva celebrada com o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco e com o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, assinada em 13 de outubro de 1979, vêm, na forma e para os fins do Artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) requerer o depósito de uma via da Convenção Coletiva em tela, para fins do registro e arquivo, a serem procedidos por essa Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Pedem deferimento.

Recife, 17 de outubro de 1979

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão⁵⁰⁶

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canhotinho

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaparana

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponte dos Carvalho

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gameleira

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Coroa Grande

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do “O”

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si fazem de um lado Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco; Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, e de outro lado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaparana, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponte dos Carvalho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gameleira, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da

⁵⁰⁵ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Convenção Coletiva de 1979*. Recife, 1979. Cópia destinada à Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

⁵⁰⁶ Devido a impossibilidade de identificar o nome, através da leitura da assinatura, de todos os presidentes dos sindicatos convenentes, optou-se pela apresentação apenas dos sindicatos.

Coroa Grande, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canhotinho, e ainda como interveniente, o órgão previdenciário competente.

DOS CONTRATANTES

Celebram a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho, de um lado Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar do Estado de Pernambuco, e de outro os Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaquitinga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gameleira, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Trabalhadores Rurais de Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaparana, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Coroa Grande, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canhotinho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponte dos Carvalhos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camutanga, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, neste ato representado por seus Diretores infra assinados, mediante expressa autorização por Deliberação das Assembléias Gerais das referidas entidades, realizadas respectivamente, em 1ª ou 2ª convocação, conforme cópias das respectivas Atas anexas, na conformidade de que dispõe o art. 612 da Consolidação das Leis de Trabalho, e ainda como intervemiente, o órgão previdenciário competente.

DO OBJETIVO

Este contrato tem por finalidade a estipulação de condições de trabalho mantidas entre empregadores e trabalhadores rurais, representados pelos sindicatos convenientes, na forma das cláusulas seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica concedida aos trabalhadores rurais que prestam serviços nas áreas situadas nas bases territoriais dos sindicatos convenientes um aumento salarial de 52% (cinquenta e dois por cento) sobre o salário mínimo nas duas sub-regiões do Estado de Pernambuco, com vigência a partir do dia 08 (oito) de outubro de 1979 (hum mil, novecentos e setenta e nove).

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica assegurado o pagamento do salário pelo empregador durante os primeiros quinze dias do afastamento do trabalhador rural por motivo de doença.

Parágrafo Primeiro – Esta cláusula terá vigência somente até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura da presente convenção.

Parágrafo Segundo – Para efeito do pagamento previsto nesta cláusula, o atestado médico comprobatório da doença obedecerá à ordem de preferência estabelecida pelo art. 32 da Consolidação das Leis da Previdência Social, combinado com o § 2º do art. 6º da Lei 605/49, entendendo-se como serviço médico do empregador, para os cultivadores de cana, a rede ambulatorial/ mantida pela Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Parágrafo Terceiro – Não será concedido novo auxílio, na hipótese de ser o trabalhador acometido da mesma doença que originou o pagamento previsto nesta cláusula dentro de um período de 60 dias, a contar do término da licença.

Parágrafo Quarto – Esta cláusula ficará sem efeito antes do prazo a que alude o Parágrafo Primeiro, se entrar em vigor Legislação Previdenciária regulando a matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os empregadores se obrigam a celebrar convênio com os órgãos previdenciário competente, parte interveniente da presente convenção, de modo que, nos casos de acidentes do trabalho rural, o acidentado receba do empregador, como se estivesse trabalhando, as diárias do acidente devidas na forma da Legislação Acidentária Rural, e que este seja reembolsado de tais pagamentos junto a Previdência Social.

CLÁUSULA QUARTA – Fica assegurado ao empregado que execute serviços de natureza insalubre ou

perigosa, o adicional legal respectivo, após a constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da delegacia Regional d Trabalho, facultada a assistência dos respectivos sindicatos de empregados e empregadores.

CLÁUSULA QUINTA – O pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário a que tiver direito o trabalhador rural será efetuada até o dia 30 de junho, e o da segunda parcela, até o dia 20 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SEXTA – Cumprindo determinação do Decreto-Lei nº 6969/44, regulamentado pelo Decreto nº 57.020/65 e pelo ato nº 18/68, do Instituto do Açúcar e do Alcool, os empregadores concederam aos seus trabalhadores rurais, com mais de uma ano de serviço contínuo na empresa, o uso a título gratuito de uma área de terra para a plantação e criação necessárias à subsistência da família do trabalhador, com dimensão, localização e demais características prevista na citada regulamentação.

Parágrafo Primeiro – Esta cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito, caso as normas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou, ainda, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação, por decisão judicial com trânsito em julgado.

Parágrafo Segundo – A concessão no caput desta cláusula não terá qualquer caráter remuneratório.

CLÁUSULA SEXTA – Para trabalhadores que executem serviços por produção ou tarefa fica assegurado o recebimento dos seus salários nos termos da seguinte tabela:

Título I – Normas Gerais

- Ítem 1 – A medida de contas, estende-se por braças de 2,20 m.
- Ítem 2 – Por conta, estende-se a área de terra de 10 por 10 braças, isto é, 100 quadras quadradas (100 cubos). Por tarefas diárias, estende-se a área de terra correspondente às medidas discriminadas no Título II, da presente tabela.
- Ítem 3 – A média dos pesos dos feixes será tirada em 10 feixes de vinte canas, contendo cada feixe 10 pedaços de 1,20 m e 10 pedaços de 60 cm.
- Ítem 4 – A capacidade de pesagem da balança não deve ser inferior a 20 quilos.
- Ítem 5 – A superveniência do aumento salarial por força de legislação pertinente, durante a vigência desta Convenção, resultará em aumento proporcional no preço das tarefas que trata esta tabela.
- Ítem 6 – A pesagem deve ser feita na palha e no mesmo dia, não podendo cada feixe de cana pesar mais de 12 quilos.
- Ítem 7 – Fica vedado o desconto do olho da cana, salvo naquelas regiões onde costumeiramente já era efetuado, não podendo nesse caso, ultrapassar correspondente a 2% do seu peso.
- Ítem 8 – Quando a cana for queimada por culpa do empregado, o preço por tonelada será abatido em 20%.
- Ítem 9 – Ficam vedados quaisquer descontos em folha sobre o salário do trabalhador a menos que estejam previstos em Lei, Acordo Coletivo, ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- Título II - Discriminações
- Ítem 10 – ROÇAGEM:
- Mato grosso e de gancho.....0,50 conta (50 cubos)
- Mato de talho e capoeira.....1,00 conta (100 cubos)

- Mato fino.....1,50 conta (150 cubos)
- Mato de espano em aleluia e mentrasto.....2,00 contas (200 cubos)
- Ítem 11 – ENCOIVARAÇÃO:
 - Mato grosso e de gancho.....1,00 conta (100 cubos)
 - Mato de talho e capoeira.....2,00 contas (200 cubos)
 - Mato fino.....3,00 contas (300 cubos)
 - Mato de espano em aleluia e mentrasto.....4,00 contas (400 cubos)
- Ítem 12 – REVOLVIMENTO DE TERRA COM ARADO DE BOI: 8,00 contas (800 cubos)
- Ítem 13 – PLANTIO DE ESTOURO COM ARADO DE BOI: 6,00 contas (600 cubos)
- Ítem 14 – SULCAGEM COM ARADO DE BOI:
 - 1 vez c/ o mínimo de 1,00 M em terra de areia.....15 contas (1.500 cubos)
 - 1 vez c/ o mínimo de 1,00 M em terra de barro.....10 contas (1.000 cubos)
 - vezes c/ o mínimo de 1,00 M em terra de areia.....12 contas (1.200 cubos)
 - vezes c/ o mínimo de 1,00 M em terra de barro.....7 contas (700 cubos)
- Ítem 15 – LIMPA DE SULCO (Chaleira ou lambaio) Diária.....(8,00 horas)
- Ítem 16 – COBERTA DE SULCO
 - Limpando na terra não preparada.....0,60 conta (60 cubos)
 - Limpando na terra preparada.....1,00 conta (100 cubos)
 - Toda terra e meia terra com areia.....2,00 contas (200 cubos)
 - Toda terra e meia terra mole.....1,50 conta (150 cubos)
 - Toda terra e meia terra ressecada.....1,00 conta (100 cubos)
- Ítem 17 – CAVAGEM DE ENXADA:
 - Terra dura e capoeirão.....150 braças corridas
 - Terra mole.....250 braças corridas
 - Terra de areia.....300 braças corridas
- Ítem 18 – TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO: Diária (8 horas)
- Ítem 19 – REBOLADOR: Diária (8 horas)
- Ítem 20 – DOSADOR Diária (8 horas)
- Ítem 21 – IMUNIZADOR Diária (8 horas)
- Ítem 22 – SEMEIO DE ADUBO E CANA EM SULCO:
 - Terreno acidentado (onde o boi não pode ir): 3,00 braças (300 cubos)
 - Terreno plano ou inclinado: 4,00 braças (400 cubos)
- Ítem 23 – GRADEAÇÃO COM BOI: 12,00 braças (1.200 cubos)
- Ítem 24 – LIMPA COM CULTIVADOR:
 - 2 vezes com boi.....8,00 contas (800 cubos)
 - 2 vezes com burro.....12,00 braças (1.200 cubos)
- Ítem 25 – CAVAGEM DA ADUBAÇÃO DE SOCAS:
 - Terra crua.....2,00 contas (200 cubos)
 - Terra queimada.....3,00 contas (300 cubos)

- Ítem 26 – SEMEIO DE ADUBAÇÃO DE SOCAS:
 - Terra crua.....3,00 contas (300 cubos)
 - Terra queimada.....4,00 contas (400 cubos)
- Ítem 27 – ESTROVENGAÇÃO DE SOCAS:
 - Com muito mato.....1,00 conta (100 cubos)
 - Com mato pouco.....2,00 contas (200 cubos)
 - Sem mato.....3,00 contas (300 cubos)
- Ítem 28 – LIMPA DE CANAS DE PLANTAS:
 - Em terra gradeada.....1,00 contas (100 cubos)
 - Em terra não gradeada com o mato duro em terra dur.....0,50 conta (50 cubos)
 - Em terra não gradeada com o mato duro em terra mole.....0,60 conta (60 cubos)
 - Em terra não gradeada com o mato mole em terra dura.....0,70 conta (70 cubos)
 - Em terra não gradeada com o mato mole em terra mole.....0,80 conta (80 cubos)
 - Em terra não gradeada com o mato mole em terra de barro solto ou areia.....1,00 conta (100 cubos)
 - Limpa sapateada com muito mato.....0,80 conta (80 cubos)
 - Limpa correndo a enxada.....2,00 contas (200 cubos)
- Ítem 29 – LIMPA EM CANA DE SOCA:
 - Mexendo a palha.....1,50 contas (150 cubos)
 - Cobrindo tocos estrovangados.....1,00 contas (100 cubos)
 - Chegando a terra ao toco.....1,00 contas (100 cubos)
- Ítem 30 – DESPALHAÇÃO (não limpando):
 - Simples, afogando o mato.....2,00 contas (200 cubos)
 - Com foíce.....3,00 contas (300 cubos)
- Ítem 31 – CAMBITO.....Diária (8 horas) ou produção a combinar.
- Ítem 32 – CORTE DE CANA PARA SEMENTE
 - Por tonelada, 2/3 da diária
 - Por feixe de 20 canas, 150 feixes pela diária.
- Título III – Corte da Cana
- Ítem 33 – CORTE DE MOAGEM (por tonelada)
 - Cana queimada amarrada:
 - a. 1 – Cana de menos de 5 Kg: a combinar, ou não havendo entendimento, por diária
 - a.2 – Cana de 5 Kg a 8 Kg. Cr\$ 91,20 p/tonelada
 - a.3 – Cana acima de 8 Kg Cr\$ 76,00 p/ tonelada.
 - – Cana crua amarrada:
 - b. 1 – Cana de menos de 5 Kg: a combinar, ou não havendo entendimento, por diária
 - a.2 – Cana de 5 Kg a 8 Kg. Cr\$ 109,44 p/tonelada
 - a.3 – Cana acima de 8 Kg Cr\$ 91,20 p/ tonelada.
 - c) Cana queimada solta: a combinar, ou não havendo entendimento, por diária.
 - Cana por cubo: a combinar, ou não havendo entendimento, por diária.
- Ítem 34 – ENCHIMENTO DE CARRO:
 - A combinar, ou não havendo entendimento, por diária.

CLÁUSULA OITAVA – Fica vedado aos empregadores fornecer serviços aos seus empregados fora da propriedade onde estes residem, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, bem como as hipóteses de

término do plantio ou da colheita na propriedade de residência do trabalhador e de atividades programadas pela Empresa no sistema de “frentes-de-serviço.”

Parágrafo Único – Nos casos de deslocamentos dos empregados previstos nesta cláusula fica ajustado que:

I - Será fornecido obrigatoriamente transporte gratuito pelo empregador em condições de segurança conforme definidas na legislação específica.

II - O tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta, bem como o de espera do transporte, será considerado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordinárias as horas extras que excederem a jornada de oito horas, acrescida de uma hora para repouso ou refeição, e calculadas o seu valor pela média da produção do dia.

III – Não será devida ao empregado a remuneração extraordinária do item anterior, nos casos de atraso motivado por caso fortuito ou força maior a ser comprovado pelo empregador.

IV - Os empregadores serão responsáveis na forma da legislação vigente e perante o juízo cível competente pelos acidentes ocorridos no percurso de ida e volta, inclusive ressarcimento por acidente de trabalho, salvo quando coberto pela legislação acidentária rural vigente à época.

CLÁUSULA NONA – Os empregadores se responsabilizarão pela restauração de 1/3 das habitações destinadas à moradia de seus empregados, observando as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro, e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências que se encontram em piores condições.

Parágrafo Único – Nos casos de empregadores serem arrendatários, a obrigação constante na presente cláusula será proporcional, por mês de vigência do contrato de arrendamento, ao terço estabelecido, enquanto durar a seguinte convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os empregadores se obrigam a fornecer a seus empregados rurais permanentes, as ferramentas necessárias a execução das tarefas a eles atribuídas.

Parágrafo Único – Os empregadores forneceram ainda, a seus empregados rurais permanentes, o equipamento de proteção individual contra acidente de trabalho, conforme o disposto na legislação vigente

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Toda a propriedade rural, que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantas sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar.

Parágrafo Primeiro – A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

Parágrafo Segundo – Quando o empregador dispuser de Escola em sua propriedade com capacidade para atender os filhos dos empregados, situada num raio de 1 KM das suas residências fica atendido o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O pagamento semanal do salário, sempre que possível, será feito nos horários dos serviços. Verificada essa impossibilidade, deverá ser realizado, até às 18 horas, da sexta-feira, e no sábado até às 14 horas.

Parágrafo Primeiro – Os empregadores que tenham a seu serviço, mais de cem empregados, e que efetuem pagamento dos salários aos sábados, poderão realizá-lo até às 15 horas.

Parágrafo Segundo – No caso do pagamento não ser realizado no horário prefixado nessa cláusula, o empregador se obriga a pagar ao seu empregado a título de multa, horas extras até o máximo de três para os estabelecimentos com menos de 100 empregados e duas para os demais.

Parágrafo Terceiro – O pagamento dos salários, a partir de dois meses da vigência desta Convenção, será feito fora da área dos barracões e sem qualquer vinculação com o barraqueiro ou preposto, vedado quaisquer descontos por dívida contraídas com aqueles estabelecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja a disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da seguinte assinatura da presente Convenção, os empregadores rurais, no ato do pagamento dos salários fornecerão aos seus empregados envelopes ou comprovantes timbrados, discriminando as parcelas e as quantias pagas a cada trabalhador rural, com indicação expressa da frequência, nome do empregador, do empregado e a especificação dos descontos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dentro da territorialidade que lhe for determinada é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica e profissional representada, na forma do art. 517, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Os delegados sindicais destinados a direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida na cláusula anterior, em conformidade do art. 523 da C.L.T., serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Todos os empregadores rurais, abrangidos pela presente creditarão, ao sindicato suscitante, a quantia de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) descontados de cada um dos seus empregados, de uma só vez, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a partir da vigência desta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Será assegurado ao empregado, que trabalhe no regime de diária, que a carga horária semanal termine às 12 horas do sábado de cada semana, mediante compensação que garanta o cumprimento das 48 (quarenta e oito) horas semanais, salvo atividades que exijam necessariamente trabalho ininterrupto, tais como, as de enchimento de veículo, quando por diária, e de tratamento de animais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Ficarão os empregadores rurais obrigados, no ato de admissão de empregados, a assinar a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos do art. 29 da CLT. Em relação aos safristas, os empregadores se obrigarão a celebrar os respectivos contratos de safras, mediante a apresentação, pelo trabalhador dos documentos pessoais necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Fica assegurado que os representantes do MTb, incumbidos de exercerem a fiscalização do cumprimento dessa Convenção poderá fazer-se acompanhar por representantes dos sindicatos de empregados e empregadores, se estes assim o desejarem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – À parte conveniente que infringir qualquer das cláusulas da presente Convenção será aplicada multa no valor de um salário de referência, por infração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A presente Convenção terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, contando do 3º dia de sua entrega na Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, ressalvadas as situações expressamente previstas neste instrumento.

Recife, 13 de outubro de 1979.

Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco – Presidente
Sindicato dos Cultivadores de Cana de Açúcar, no Estado de Pernambuco – Presidente

S.T.R. Vitória de Santo Antão
S.T.R. Gameleira
S.T.R. Barreiros
S.T.R. Carpina e Lagoa de Itaenga
S.T.R. Vicência
S.T.R. Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó
S.T.R. Moreno

S.T.R. Macaparana
S.T.R. Timbaúba
S.T.R. São José da Coroa Grande
S.T.R. Aliança
S.T.R. Canhotinho
S.T.R. Paudalho
S.T.R. Jaboatão
S.T.R. São Lourenço da Mata
S.T.R. Rio Formoso
S.T.R. Sirinhaém
S.T.R. Taquaritinga
S.T.R. Ponte dos Carvalhos
S.T.R. Cabo
S.T.R. Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires
S.T.R. Camutanga
S.T.R. Ferreiros
S.T.R. Condado

ANEXO C – Vocabulário Crítico

- *Aplicação de calcário*: Atividade de aplicar calcário nos terrenos acidentados para planificá-lo. Em geral essa atividade era realizada por mulheres e crianças.
- *Encoivaração*: Juntada do mato cortado em um lugar, para ser incinerado, quando se prepara o campo para a cultura. Este lugar é denominado de coivara.
- *Gradeação com boi*: Ato de passar a grade no plantio.
- *Plantio de Estouro*: É o plantio que se faz lançando-se a semente ao solo.
- *Rebolador*: Atividade de cortar, manualmente, a cana a ser plantada em três ou quatro pedaços (rebolos) e lançá-los no terreno.
- *Roçagem*: Atividade de corte dos arbustos que crescem nas áreas destinadas a renovação. É mais comum ser realizada manualmente, com auxílio da estrovenga, em virtude das condições topográficas da zona canavieira de Pernambuco.
- *Revolvimento de terra com arado de boi*: Atividade de revolver a terra a ser cultivada com a utilização da força animal, através do arado puxado por bois.
- *Sulcagem com arado de boi*: Atividade de cavar os caminhos onde a cana seria plantada. A atividade, em geral, era realizada de maneira manual, através da utilização da enxada ou com a força motriz dos boi.
- *Limpa de sulco*: Atividade de retirar os detritos que impediam a plantação da cana;
- *Coberta de sulco*: Atividade de cobrir, com terra, os sulcos preenchidos com as sementes da cana.
- *Cavagem de enxada*: Atividade de realizar os sulcos com a utilização da enxada.
- *Transporte de semente e adubo*: Atividade de transportar para o eito da plantação as canas-semente e o adubo.
- *Dosador*: Atividade de colocar o adubo ou produtos agrotóxicos em cima dos sulcos plantados
- *Imunizador*: Atividade de derramar sob os sulcos plantados os produtos agrotóxicos, popularmente denominados pelos trabalhadores canavieiros de “veneno”.
- *Semeio de adubo e cana em sulco*: Atividade administrar nos sulcos o adubo e a cana-semente.
- *Cavagem da adubação de socas*: Atividade de cavar os sulcos para administrar o adubo na cana-semente.
- *Semeio de adubação de socas*: Atividade de semear o adubo na cana-semente.
- *Estrovengação de socas*: Atividade de arrancamento das soqueiras, realizada manualmente, com auxílio da estrovenga ou da enxada.
- *Limpa em cana de soca*: Retirar a palha da cana de modo a deixá-la apropriada para o replantio.

ANEXO D – Os 10 Mandamentos do Trabalhador da Cana⁵⁰⁷

1. Todo trabalhador e trabalhadora deve conhecer os seus direitos. Deve ler este livro atentamente com seus companheiros e a família.
2. Todo trabalhador e trabalhadora deve levar todos os dias este livro para o trabalho, pois ele tem a tabela que é como a Bíblia para os trabalhadores. Esta tabela é a única válida, conforme a lei. Cuidado com as tabelas dos patrões.
3. Se o patrão não respeitar esta tabela, todos os trabalhadores devem parar juntos para negociar com o patrão. A greve é a forma mais rápida e eficiente de fazer o patrão respeitar a nossa tabela. A greve é um direito que pertence ao trabalhador.
4. Quando você fizer um paradeiro pelo cumprimento do dissídio deve amarrar a garantia de receber as diárias pelos dias parados.
5. Se o problema não for resolvido no próprio engenho o delegado sindical e uma comissão de trabalhadores deve procurar a Diretoria do Sindicato imediatamente. A diretoria do sindicato tem obrigação de apoiar os trabalhadores e pressionar os patrões para eles cumprirem o Dissídio. Os trabalhadores devem acompanhar o dirigente sindical para onde for necessário a fim de resolver o problema.
6. Caso o patrão insista em não cumprir a Lei do Dissídio Coletivo, os trabalhadores devem fazer uma reclamação coletiva - todos juntos de uma só vez na Justiça do Trabalho - através do advogado do Sindicato. Nenhum trabalhador deve falhar.
7. Não se deve fazer acordo com o patrão. Não aceite receber menos do que tem direito, nem do engenho, nem da Justiça, nem do Sindical.
8. Os trabalhadores e trabalhadoras de cada engenho deve escolher um representante junto ao Sindicato, que é o Delegado Sindical. Ele deve ser um companheiro esperto, corajoso, de confiança e honesto. O Delegado Sindical deve defender os direitos dos companheiros e ficar em comunicação direta com o Sindicato. Os demais companheiros devem reforçar e apoiar o trabalho do Delegado Sindical. Delegado Sindical bem atuante é quem faz o Sindicato ficar forte e é com Sindicato forte que o Dissídio é cumprido.
9. Todos os trabalhadores e trabalhadoras devem aproveitar o tempo vago para plantar em seu sítio. O sítio coberto é garantia de família alimentada, principalmente em tempo de greve.
10. Quando o fiscal da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) chegar no engenho em que você trabalha, os companheiros devem contar tudo o que está acontecendo de errado. A obrigação dos fiscais da DRT é fiscalizar e fazer cumprir tudo o que está neste Documento.

⁵⁰⁷ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo 1983/1984. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 26 de setembro de 1983. Processo N° TRT-DC 36/83. Recife, 1983. p. 2-3.*

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com canavieiros e canavieiras.

1. Apresentação

- 1.1 - Qual o nome da senhora?
- 1.2 - Qual sua idade
- 1.3 - A senhora foi para a escola? Estudou até que série?
- 1.4 - Possui alguma religião? Qual?
- 1.5 - Onde a senhora mora?
- 1.5 - A senhora é/foi casada? Há quanto tempo?
- 1.6 - A senhora possui filhos/netos Quantos?
- 1.7 - A senhora trabalha fora de casa? Recebe salário?
- 1.8 - Onde a senhora trabalha?
- 1.9 - A senhora é sindicalizada?

2. Histórico familiar/Condição social durante a infância e juventude

- 2.1 - Seus pais trabalhavam como cortadores de cana?
- 2.2 - A senhora tinha irmãos? Eles trabalhavam na cana?
- 2.3 - Outros familiares moravam com a senhora/senhor?
- 2.4 - A senhora trabalhava quando era criança?
- 2.5 - Em que lugar?
- 2.6 - Realizando que atividades?
- 2.7 - Com quem?
- 2.8 - A senhora e sua família possuíam um roçado? A terra pertencia a sua família?
- 2.9 - Quantos cômodos havia na casa onde a senhora morava?
- 2.10 - Havia móveis?
- 2.11 - Quem fazia as tarefas domésticas?
- 2.12 - Quais eram as tarefas?
- 2.13 - Sua família frequentava a feira da cidade?
- 2.14 - O que compravam?
- 2.15 - Iam ao barracão?
- 2.16 - Quais eram os alimentos que normalmente a senhora e sua família comiam?
- 2.17 - Quantas refeições realizavam?
- 2.18 - A sua família pescava? Onde?
- 2.19 - Caçavam? Onde?
- 2.20 - Colhiam frutos? Onde e quais?
- 2.21 - Quais eram as principais doenças que as pessoas contraíam?
- 2.22 - Quais eram os remédios?
- 2.23 - Iam para o hospital?
- 2.24 - Quando as mulheres ficavam grávidas elas trabalhavam menos?
- 2.25 - Os partos eram realizados em casa ou no hospital?
- 2.26 - Como as parteiras realizavam os partos?
- 2.27 - Havia problemas com as mães ou então com os bebês?

3. Nova Família

- 3.1 - A senhora se lembra de alguma festa que tenha ido enquanto era mais jovem?
- 3.2 - Como conheceu seu esposo? A senhora se casou logo ou foi morar com ele?
- 3.3 - Quais foram os problemas enfrentados pela senhora logo que se casou?
- 3.3 - A senhora tinha casa (como era sua casa, o número de cômodos, de que material era feita...) ou foi morar com algum parente?
- 3.5 - A senhora tinha roçado?
- 3.6 - Vocês tinham móveis? Quais?
- 3.7 - A senhora trabalhavam junto a seu marido na lavoura de cana? Tinha carteira assinada?
- 3.8 - Quais eram as suas tarefas? A senhora recebia salário?
- 3.9 - A senhora era sindicalizada? Havia outras mulheres trabalhando igual a senhora?
- 3.10 - Quais eram as atividades realizadas pela senhora em casa?
- 3.11 - Costurava? Pescava? Caçava, Colhia lenha, pastava com os animais? Fazia as refeições? Lavava as roupas? Cuidava do roçado?
- 3.12 - Seu marido ou alguma outra pessoa da família ajudava a senhora nos trabalhos domésticos? Quem?
- 3.13 - Se teve filhos, como foi a sua gravidez? Teve problemas?
- 3.14 - A senhora teve seus filhos em casa ou no hospital? Como foi?
- 3.15 - Caso tenha tido nos dois lugares, qual a melhor forma de ter bebe, em casa com a parteira ou no hospital?
- 3.16 - Seus filhos estudaram?
- 3.17 - Eles ajudavam a senhora e o seu marido?
- 3.18 - Se eles trabalharam enquanto crianças, com quantos anos começaram? Fazendo o quê?
- 3.19 - Onde ficava a casa em que a senhora morava com seu marido? Havia água encanada, banheiro...?
- 3.20 - Quantas pessoas moravam na sua casa?
- 3.21 - Havia móveis?
- 3.22 - A senhora frequentava feira de rua? O que comprava?
- 3.23 - A senhora comprava alimentos, tecidos, instrumentos de trabalho no barracão? Como pagavam?
- 3.24 - Quais eram os alimentos que normalmente a senhora e sua família comiam?
- 3.25 - Quantas refeições realizavam?
- 3.26 - A sua família pescava? Onde?
- 3.27 - Caçavam? Onde?
- 3.28 - Colhiam frutos? Onde e quais?
- 3.29 - A senhora e a sua família adoecia com facilidade? Quais as principais doenças?
- 3.30 - Quais eram os remédios que a senhora e sua família tomavam?
- 3.31 - A senhora tinha assistência médica? Participava de algum programa do governo?
- 3.32 - Morriam muitas crianças nesse tempo?

4. Relações de Trabalho

- 4.1 - Na lavoura da cana, o que a senhora fazia (cortava, plantava, fazia sulco, limpava, amarrava o feixe, carregava...)?
- 4.2 - Usavam animais (cavalo, boi, burro) para ajudar o trabalho?
- 4.3 - Muitas mulheres participavam?

- 4.4 - Tinha crianças? Com que idade em média?
- 4.5 - Os homens trabalhavam junto as mulheres ou eram grupos separados?
- 4.6 - Havia mais mulheres casadas, solteiras ou viúvas?
- 4.7 - Quantas horas a senhora trabalhava na lavoura canavieira?
- 4.8 - Havia acidentes de trabalho?
- 4.9 - Havia serviço para todo mundo?
- 4.10 - Quanto a senhora recebia? Quanto seu esposo/companheiro recebia?
- 4.11 - A senhora recebia seu pagamento ou era o seu esposo?
- 4.12 - Quantas pessoas da sua família trabalhavam na lavoura canavieira e na produção de açúcar?
- 4.13 - Quais eram os instrumentos de trabalho?
- 4.14 - A senhora conhecia seu patrão? Se sim, como era a relação. Se não, conhecia o cabo? Como era a relação?
- 4.15 - A senhora sofreu ou presenciou alguma trabalhadora sofrer violência patronal e/ou discriminação?
- 4.16 - O seu patrão proibia a senhora ou qualquer outro trabalhador de fazer alguma coisa? O que?
- 4.17 - A senhora acionou ou conhece alguém que acionou a justiça do trabalho contra o seu patrão? Se sim, quando foi, como foi, qual foi o resultado?

5. Luta política

- 5.1 - A senhora ou algum familiar da senhora frequentava o sindicato durante a década de 1980?
- 5.2 - Qual o sindicato? A senhora lembra quem era o presidente?
- 5.3 - Quais eram as ações do sindicato que a senhora participava?
- 5.4 - Havia serviços de saúde no sindicato?
- 5.5 - Participou de alguma campanha salarial, greve ou manifestações de trabalhadores nesse tempo? Quantas e como foi?
- 5.6 - Havia eleições sindicais? A senhora participava?

6. O sindicato e mulher

- 6.1 - Muitas mulheres participavam das atividades do sindicato?
- 6.2 - O que as mulheres faziam dentro do sindicato?
- 6.3 - Elas falavam nas reuniões?
- 6.4 - Os sindicatos defendiam os direitos das mulheres?
- 6.5 - Como as mulheres passaram a atuar mais nos sindicatos?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com as assessoras sindicais e líderes de movimento de mulheres trabalhadoras

1. Identificação: Nome, idade, formação, profissão, condições familiar, atuação política.
2. Como foi sua inserção no meio rural?
3. Qual era o contexto político durante a década de 1980 à nível nacional, estadual e municipal, em especial nos seguintes: pontos: abertura política; repressão; violência; eleições?
4. Quais eram as condições de vida dos trabalhadores rurais canavieiros nos seguintes aspectos:
 - 4.1 Estrutura familiar, moradia e saneamento básico, acesso à água potável e iluminação.
 - 4.2 Alimentação, saúde, acesso a programas sociais, religiosidade, gravidez e partos.
 - 4.3 Organização do trabalho doméstico, divisão das tarefas e acesso à terra.
5. Como eram as condições de trabalho dos canavieiros e das canavieiras com relação à:
 - 5.1 Garantia de salário, salário mínimo, direitos trabalhistas, tempo de trabalho.
 - 5.2 Tipos de trabalho realizados, regulamentação do vínculo empregatício, sindicalização dos trabalhadores.
 - 5.3 Liberdade de atuação dos sindicatos e de atuar dentro dos órgãos, liberdade política, greves, campanhas salariais, violência patronal.
6. Como estava organizado o movimento dos trabalhadores rurais do Cabo de acordo com os seguintes elementos:
 - 6.1 Participação dos membros, número de trabalhadores e trabalhadoras rurais associados, autoridade do sindicato, capacidade de ação do sindicato?
 - 6.2 Mobilização em consonância com a ação da FETAPE e da CONTAG?
7. Quais eram as principais reivindicações do sindicato e dos trabalhadores rurais: salário, direitos trabalhistas, liberdade de ação?
8. Como as mulheres participavam dos sindicatos, comente os aspectos abaixo:
 - 8.1 Relação do número de homens e mulheres, participação das mulheres, ações desenvolvidas por elas.
 - 8.2 Restrições impostas às trabalhadores, o posicionamento dos trabalhadores com relação às mulheres, limites e possibilidades da atuação das canavieiras.

9. Como começou o movimento de trabalhadoras rurais? Discorra sobre os seguintes pontos:

9.1 Quais foram as motivações?

9.2 Quais foram as influências políticas e sociais (feminismo/Marxismo)?

9.3 Quais eram as intenções do movimento?

9.4 Quais foram os limites geográficos da atuação do movimento?

9.5 Quais foram as maiores dificuldades para o movimento na sua fase inicial?

9.6 Houve apoio de órgãos governamentais/ apoio do sindicato e dos trabalhadores?

9.7 Houve preconceito por parte dos trabalhadores ou do sindicato com relação às atividades do movimento.

9.8 Como era a relação movimento de trabalhadora rural e sindicato?

10. Em quais lugares foram realizadas as primeiras reuniões? Em média, quantas mulheres frequentaram os encontros?

11. Como o movimento estimulava as mulheres a participar das reuniões?

11.1 Assuntos debatidos

11.2 Linguagem utilizada

11.3 Metodologia de ação utilizada

12. Quais encontros e congressos foram organizados pelo movimento de mulheres? Responda as seguintes perguntas:

12.1 O movimento do Cabo tinha apoio do movimento de Serra Talhada ou de outros municípios?

12.2 As trabalhadoras participavam em número relevante?

12.3. Quais os assuntos debatidos?

12.4 Como os maridos e companheiros reagiam diante da ausência das mulheres em virtude dos eventos do movimento?

13. Como as mulheres canaveiras conseguiam participar dos eventos do movimento e realizavam sua tripla jornada de trabalho (lavoura canaveira, as atividades domésticas e família)?

14. Houve alguma mudança no comportamento e nas ações das trabalhadoras canavieiras após o surgimento do movimento?

15. Quais os pontos positivos e avanços conseguidos pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais?

16. Quais os problemas encontrados e os limites que o movimento não conseguiu ultrapassar?

17. Qual é a sua percepção sobre as canavieiras?

18. As mulheres trabalhadoras rurais, na sua opinião, compreendiam os termos exploração/preconceito/classe/gênero?

19. O que elas entendiam por exploração de gênero?

20. Quais são as principais mudanças observadas por você ocorridas nas condições de vida, trabalho e luta política das trabalhadoras rurais canavieiras do Cabo de Santo Agostinho?